

BRAZILIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES

26

CADERNOS PROLAM/USP



USP

LT[®]_{IR}

CARTA AOS LEITORES

Com o objetivo de publicar artigos de qualidade acadêmica, e enfoque interdisciplinar, para os envolvidos com a pesquisa e com o desenvolvimento de políticas públicas, os Cadernos Prolam/USP – *Brazilain Journal of Latin American Studies* – publica o seu fascículo de número 26, o primeiro do ano de 2015. Os artigos aprovados pelo sistema de dupla arbitragem para este número reportam-se principalmente aos temas de identidade latino-americana e do pensamento engendrados por autores da região. Adicionalmente, foram escolhidos artigos sobre o pensamento econômico latino-americano e sobre a política social em curso no Brasil, México e Chile.

Sobre o pensamento social latino-americano, Andres Kosel escreve o artigo “*Diamantes y herrumbre: Leopoldo Zea y el espíritu de comunidad*”, um bom texto sobre a obra do pensador mexicano Leopoldo Zea (1912-2004), principalmente sobre o conceito de “*comunidade*”. O artigo analisa as causas que levaram Leopoldo Zea a formular seu pensamento e avalia as possibilidades de uma leitura atual da obra do autor.

No plano da análise de discurso, Mayra Coan Lago apresenta um artigo comparativo entre Brasil e Argentina. Explorando os discursos oficiais do governo Vargas do período do Estado Novo (1937-1945) com o do governo argentino do Primeiro Peronismo (1946-1955), o artigo tece conclusões interessantes sobre a construção do imaginário da classe trabalhadora nos dois países.

Um ótimo ensaio sobre a questão da identidade latino-americana é apresentada por Rodrigo Medina Zagni no artigo “*Entre Ariel e Calibã: Richard Morse e a definição do “objeto América Latina”*”. Zagni comenta o pensamento de Richard Morse (1922-2001), um importante pensador da cultura latino-americana. Trata-se de um conteúdo importante para os interessados no estudo da cultura e identidade latino-americana.

Também sobre a identidade latino-americana, Eli Penha discute a distinção entre os projetos pan-americanos de modelo estadunidense (com base na doutrina Monroe) e de modelo latino-americano (com base no legado de Bolívar). O artigo toca em fatores tanto de formação étnica quanto a influência da configuração geográfica para o surgimento de uma pluralidade de identidades no continente americano.

Soler analisa os Golpes de Estado que ocorreram no Haiti (2004), em Honduras (2009) e no Paraguai (2012). Este é um tema importante para o momento político que se vive no nosso continente, uma vez que os Golpes de Estado, um mal corrente na história política latino-americana, ganha novos significados no século XXI, por conta dos novos atores e dos novos métodos utilizados pelas facções golpistas para depor governos.

Em “*A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930)*”, André Luiz Lanza e Maria Lucia Lamounier apresentam um estudo comparativo sobre o fenômeno da migração europeia para o Brasil e Argentina entre o final do século XIX e

começo do XX. Fazendo uso de sensos estatísticos da época, o artigo apresenta as diferenças entre as duas economias e seu impacto sobre a dinâmica da migração.

Um ótimo artigo teórico é apresentado por Monika Meireles, que explora o pensamento econômico latino-americano, principalmente o pensamento de Prebisch. O trabalho faz um mapeamento de como o tema da moeda e do crédito é tratado por autores clássicos do pensamento econômico latino-americano.

Maria del Carmen Hernández Eguiarte e Genaro Aguilar Gutiérrez apresentam um estudo sobre os programas de transferências monetárias condicionadas, comparando os exemplos do México e do Chile. Fazendo uso de dados de microrregiões do Chile e do México é calculada a configuração da concentração das transferências e sua efetividade quanto à real diminuição da pobreza. A conclusão é que tais programas não são suficientes para a redução da pobreza.

Lavinias e Ana Fonseca discutem a aplicabilidade do Conceito de “*Piso de Proteção Social*” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para os países da América Latina. O artigo apresenta modelos de proteção social formulado para países da América latina desde 1980 e termina por apresentar vantagens da experiência brasileira em relação à proposta da OIT.

Na seção de resenhas, Marcos Fávaro e Maria Cristina Cacciamali resenham um clássico da História das Relações Internacionais. “*O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*” (Revan, 1998), de autoria de Moniz Bandeira, aparece agora resenhado nas páginas da nossa revista. Sem dúvida, um trabalho consagrado, que apresenta a formação da Argentina, do Uruguai e do Paraguai como um produto da política expansionista do Império Português. O livro defende a continuidade com a ascensão do Brasil independente.

Finalmente, somos sempre gratos aos nossos pareceristas, pelo espírito colaborativo com o nosso periódico; aos profissionais do Serviço Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI/USP), pelo importante apoio na manutenção da qualidade do nosso periódico. Somos também muito gratos aos nossos parceiros da Editora LTr pelo apoio prestado com a nossa edição impressa. Acima de tudo, agradecemos aos nossos colaboradores e leitores, pelo seu interesse e confiança no nosso periódico que propiciaram a publicação ininterrupta dos Cadernos Prolam por um período de treze anos.

Boa leitura!!!

Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali – Editora dos Cadernos Prolam/USP

Me. Marcos Antônio Fávaro Martins – Editor Assistente

Ana Sofia Garcia Salas – Editora Assistente

DIAMANTES Y HERRUMBRE: LEOPOLDO ZEA Y EL ESPÍRITU DE COMUNIDAD

DIAMONDS AND RUST: LEOPOLDO ZEA AND THE COMMUNITY SPIRIT

Andrés Kozel^(*)

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Ciudad de Buenos Aires

Resumen: El artículo busca avanzar en el esclarecimiento de los dos horizontes problemáticos siguientes: 1) las inquietudes que llevaron al pensador mexicano Leopoldo Zea (1912-2004) a ubicar la idea-imagen del espíritu de comunidad en el corazón de su propuesta filosófica y, 2) el collage de referencias sobre el cual se apoyó dicho centramiento. “Comunidad” es una noción significativa tanto para las ciencias sociales como para múltiples modalidades de cultivo de la tradición latinoamericanista.

Palabras clave: Comunidad; Desarrollo; Leopoldo Zea.

Abstract: The article seeks to clarify two problematic horizons: 1) the concerns that led the Mexican philosopher Leopoldo Zea (1912-2004) consider the idea-image of the community spirit in the core of his philosophical proposal and, 2) the collage of references in which that addressing was based. “Community” is a significant notion for the social sciences and for multiple areas of study within the Latin Americanist tradition.

Key words: Community; Development; Leopoldo Zea.

(*) Doctor, Profesor de la Universidad Nacional de San Martín; investigador de lo Consejo Nacional de Invetigaciones Científicas y Técnicas. *E-mail:* <andres.kozel@gmail.com>. Recibido en: 22.02.2015, aceptado en: 12.06.2015.

1 INTRODUCCIÓN

Leopoldo Zea fue un destacado pensador mexicano que vivió entre 1912 y 2004. Mi hipótesis para leer su obra indica que en su itinerario cabe identificar un lustro capital, el que va de 1952 a 1957. En sus escritos de ese lapso, Zea postuló un marcado contraste entre las experiencias históricas mexicana e iberoamericana de un lado y la anglosajona del otro, procurando poner de relieve los rasgos valorables de la primera. Sostengo que recién a partir de entonces cabe hablar con propiedad de un Zea con voz asertiva y característica, de una *ecuación Zea* en sentido pleno. Antes de 1952, hubo una etapa germinal, en la cual quedaron perfilados un programa de trabajo y unas preguntas a las que los escritos del lustro referido procuraron responder. Después de 1957, se registraron variaciones de interés diverso, atadas, por una parte, a la formulación perfilada en el momento clave y, por otra, a las coyunturas políticas y culturales en las que se fueron inscribiendo las intervenciones.

Durante el lustro capital, las búsquedas de Zea lo condujeron a recuperar las nociones de incorporación, mestizaje y espíritu de comunidad, a las que presentó como cualidades específicas y apreciables del orbe iberoamericano. De esas nociones, la más relevante, en virtud de su densidad y alcance, es la de espíritu de comunidad. El argumento de *América en la historia*, libro-hito que coronó la etapa, se vertebra en torno a esa idea-imagen: el espíritu de comunidad es presentado como el rasgo que singulariza, valorizándola, la entera experiencia histórica iberoamericana (ZEA, 1957; KOZEL, 2012, cap. 3).

En este artículo quisiera continuar avanzando en el esclarecimiento de los tres horizontes problemáticos siguientes: 1) las inquietudes que llevaron a Zea a ubicar la idea-imagen referida en el corazón de su propuesta; 2) el collage de referencias textuales y extra-textuales sobre el cual se apoyó dicho centramiento; 3) las posibilidades y límites de una relectura actual de la clásica formulación. En relación con esto último, quisiera adelantar que considero no sólo pertinente sino además estimulante tentar una reapropiación de la propuesta zeiana. Decir la comunidad supone participar, desde un ángulo específico, de varios debates: el que alude al vínculo entre creencias religiosas y prácticas económicas; el que explora las relaciones entre capitalismo y moral (BOLTANSKI y CHIAPELLO, 2010, p. 43); el que piensa la relación entre la cultura latinoamericana y la modernidad (MORSE, 1982; ECHEVERRÍA, 2000); el que aborda la temática del desarrollo y sus pliegues (SVAMPA y VIALE, 2014, p. 374). Por eso, explorar las texturas y las modulaciones de la comunidad interesa desde el punto de vista de enriquecer una ciencia social abierta a tematizar su fecundidad heurística (BAUMAN, 2003; DE MARINIS, 2010; 2012); interesa, también, en relación con cultivar la tradición latinoamericanista, por definición sensible a lo que una noción como ésta contiene de tensión crítica ante la experiencia dominante de modernidad.

2 UN LENGUAJE PARA DECIR LA CRISIS DEL MUNDO

La primera etapa de la producción intelectual de Zea comprende la década larga que va de 1939 a 1951. Dicha etapa puede a su vez subdividirse en dos sub-periodos,

el propiamente inicial, y el que cabría llamar de consolidación, separados por el viaje del joven autor por varios países americanos. En más de una oportunidad, Zea narró cómo fue su maestro José Gaos quien, hacia 1939, lo instó a dedicarse con exclusividad a la filosofía y, enseguida, a consagrarse al estudio de un tema mexicano (ese tema sería, como es sabido, el positivismo). También precisó que fue por seguir indicaciones del mismo Gaos que acabó consagrándose al estudio de la historia de las ideas latinoamericanas primero y a elaborar una filosofía de la historia (latino) (ibero)americana después (ZEA, 2004). La “Carta abierta” gaosiana de 1949-1950 jugó un papel crucial en este último sentido (GAOS, 1950), y puede ser considerada el hito que marca el inicio de la transición entre la primera etapa de la producción zeiana y el lustro capital que nos interesa estudiar.

En la primera etapa del itinerario zeiano corresponde destacar dos impulsos seminales, ambos heredados de la prédica gaosiana: de un lado, el fervor de lo propio; del otro, la promesa de una metafísica. Recién arribado a México, Gaos planteó una conexión entre la entidad histórico-cultural Hispanoamérica y cierta constelación de valores apreciables, de cuyo recentramiento esperaba algo en relación con la superación de la crisis del mundo. En aquel Gaos, la apreciabilidad de los valores asociados a los pueblos hispánicos aparecía ligada a lo que en ellos había de histórica vocación a la trascendencia, y de concomitante distancia crítica ante el inmanentismo irreligioso contemporáneo. De acuerdo con su diagnosis, el predominio del inmanentismo irreligioso subyacía a la conmoción de los principios que había dado paso a la guerra y su locura. Habiendo sido causa la frustránea deriva en la modernidad de los pueblos hispánicos, la vocación trascendente y la distancia con respecto al inmanentismo encerraban, a los ojos de Gaos, claves aptas para abrirse paso hacia la composición de una “*metafísica de nuestra vida*”, con base en la cual pudiera instaurarse una renovada comunión de fe trascendente en un mundo ya-sin-Dios (GAOS, 1993, 1990, 1992; KOZEL, 2012).

Tanto para el recién llegado Gaos como para el joven Zea, lo que el mundo ibero y América podían aportar a la solución de la crisis del mundo quedaba enlazado a un replanteamiento de tipo metafísico, y esto no en un sentido tradicional, sino en el de llamar la atención sobre la necesidad de perfilar/recrear una constelación de valores que permitiera, sea instaurar una renovada comunión de fe trascendente (GAOS), sea dotar de sentido a unas prácticas a la deriva (ZEA). Es evidente que estas formulaciones descansaban sobre una apropiación de algunas zonas de la obra de José Ortega y Gasset; el punto merecería consideraciones adicionales; no hay espacio para delinearlas aquí. Lo que interesa destacar es que, en el caso del joven Zea, y más allá del innegable fervor, no resulta sencillo precisar en qué consistía lo propio hispanoamericano, es decir, de qué estaba hecho eso hispanoamericano que podía apreciarse. Examinar esto con atención es indispensable para calibrar el peso de las novedades introducidas durante el lustro capital.

Desde el punto de vista que aquí interesa, el texto más importante del joven Zea es *En torno a una filosofía americana*, libro que reúne una serie de conferencias impartidas a principios de 1942 (ZEA, 1945). El argumento y los enredos silogísticos que contiene se dejan reproducir así: América no tuvo historia porque no la necesitó (vivir de la imitación le bastó para solucionar sus problemas), o América sí tuvo una historia que

no sabemos ver porque la miramos mal (la dolencia estaría en la mirada, no tanto en la entidad o su historia; o, más rebuscada pero tal vez más profundamente, la dolencia residiría precisamente en el hecho de que la entidad no consigue mirarse bien a sí misma). En cualquier caso, esa historia nos mostraría que sí hay algo propio, que sólo se hace expreso de un modo negativo, como ausencia, miopía o ceguera (pero si buscamos en nosotros mismos no encontramos eso que queremos llamar nuestro). Lo “*propio*” parece ser el sentimiento de bastardía, de inadaptación, de inferioridad; en el mejor de los casos, una suerte de anhelo pobremente determinado. Sería en los límites, en el no poder ser plenamente otro pese a habérselo propuesto, donde residiría la americanidad. Lo propio sería la inefable causa por la que sólo se han producido malas copias de la cultura europea; esa inefable causa sería lo americano que resiste, que no quiere ser lo que no es aunque no sepa lo que es. El problema planteado era importante; la tentativa de resolución, poco satisfactoria. En efecto, no es simple articular el fervor por inefabilidades como ésas – resistentes, pero denotativas de irredimibles incapacidades – con la promesa de contribuir a la superación de la crisis del mundo. Si los desarrollos del joven Zea comulgaban con los de su maestro en su orientación general (de la crisis se saldría por la vía de algún tipo de reformulación metafísica), no poseían, todavía, análogo espesor histórico-filosófico. Intelectualmente más maduro entonces, Gaos estaba en condiciones de ofrecer respuestas más elaboradas. Por razones múltiples y complejas que acaso quepa lamentar, el fervor hispanoamericanista gaosiano se diluiría con los años.

Causa inefable de la mala copia, límite y conjunto vacío, lo propio no era en el primer Zea una esfera que se dejase apresar con precisión. Tanto las razones del fervor como los posibles contenidos de la metafísica permanecían en una nube de inefabilidades. Con el paso de los años, y gracias al procesamiento de un extenso y variado repertorio de elementos, Zea labró formulaciones más satisfactorias. Logró hacer, en cierto modo, que lo inefable hablara. Lo hizo en sucesivas tentativas desparejas, de las cuales se desprendieron definiciones más bien ostensivas, que no siempre se dejan sumar entre sí. Más semejante a un collage abigarrado que a un constructo intelectual sistemático, la ecuación resultante alcanzó, en su inestabilidad y en sus tensiones, una innegable riqueza simbólica y una enorme significación cultural. Como adelanté, la operación quedó cimentada en la recuperación de, y en la insistencia sobre, la idea-imagen del espíritu de comunidad. Veamos de qué manera sucedió.

3 ANTECEDENCIAS DEL COLLAGE: DE GAOS A TOYNBEE, PASANDO POR BILBAO

Del viaje americano de mediados de la década del cuarenta Zea se trajo dos gemas preciosas, ideas-imágenes tomadas de Andrés Bello y de Francisco Bilbao, con cuyas obras tomó contacto entonces por primera vez. Esa asimilación lo dejó bien posicionado para comenzar a dotar de componentes menos difusos a su fervor de lo propio. Hasta donde sé, el mecanismo se puso de manifiesto por vez primera en un artículo elaborado en ocasión del centenario de la guerra de 1847-1848 (ZEA, 1948). La última sección de ese artículo se titula, justamente, *Lo positivo en Hispanoamérica* (positivo, en el sentido de apreciable). Al joven Zea le impresionó la afirmación de Bello según la cual, si todo

hubiese sido tan negativo en lo español y en sus colonias, no podría explicarse la grandeza de los hombres que llevaron a cabo la gesta de la independencia. Le impresionó también, más vivamente aún, el impulso diferenciador entre las dos Américas hallado en Bilbao. Tempranamente, y a diferencia de las valoraciones decimonónicas más usuales, Bilbao había planteado una inversión de los signos del contraste: si los del Norte exterminaban a los nativos, en el Sur predominaban la incorporación y mestizaje; si los del Norte caían en la tentación de los titanes, los del Sur respetaban la dignidad humana; si los del Norte encontraban en el goce de las cosas terrenales el fin último de la existencia, los del Sur ubicaban a éste en un plano que no es el terrenal, y que se ligaba con algún tipo de consideración trascendente. No sin sagacidad, Zea conectó las contraposiciones bilbaínas con los desarrollos de Rodó y Vasconcelos. A partir de ese momento, esa articulación pasó a formar parte de su acervo de referencias predilectas. No es excesivo postular que la semilla de sus respuestas al tema de lo propio positivo durante el lustro capital se encuentra en esos hallazgos. Llama la atención que, desde el punto de vista de la madurez de la ecuación, la última sección del artículo de 1948 parece ser “posterior” al libro *Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica*, de 1949: poco hay en ese libro de recuperación con signo favorable de aspectos del pasado colonial o español. En cierto modo, pareciera que el artículo de 1948 es una derivación/profundización de los planteamientos vertidos en el libro aparecido en 1949; hay más de asertivo y distintivo en aquél que en éste (ZEA, 1949).

En su “Carta abierta”, publicada a principios de 1950, Gaos instó a Zea a llevar a plenitud las interpretaciones filosóficas-históricas despuntadas en la Introducción del libro *Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica*. Tras glosarlo elogiosamente, Gaos invitó al ya maduro discípulo a emprender una vasta tarea de clarificación filosófica. El meollo de la recomendación era el siguiente: en vez de deshacerse del pasado, era preciso asimilarlo para superarlo; en vez de rehacerse según un presente extraño, era menester rehacerse según el pasado y el presente más propios con vistas al más propio futuro (GAOS, 1950). Pasado, presente y futuro más propios...: el consejo incitó a Zea a continuar explorando la inasible e inestable esfera de lo propio y a consagrarse a la elaboración de una filosofía de la historia (latino)(ibero)americana. Acometió el desafío a su manera, procediendo por acumulación y superposición asistemática de materiales y motivos, y dando forma a sucesivas tentativas resolutorias, que acuden a fórmulas que no son a-problemáticamente sumables. Además, y aun cuando no abandonó del todo el horizonte semántico de los años cuarenta, sus soluciones se recostaron sobre una constelación de referencias distintas a las cultivadas por su maestro.

En *Conciencia y posibilidad del mexicano*, ensayo publicado originalmente en 1952 como segundo volumen de la colección “México y lo mexicano”, Zea escribió que la zozobra, la inseguridad y la inconsistencia eran rasgos característicos de la experiencia histórica mexicana. Planteó que esos rasgos, evidentemente inmanentistas, podían servir de ejemplo a un mundo en crisis, que necesitaba de soluciones inmanentistas para encarar sus problemas. La imagen del ejemplo y su aura conectan con la promesa de 1942:

Viviendo a pesar de todo; viviendo al día, pero viviendo siempre, el mexicano puede ya ofrecer a un mundo, a ese mundo que nuevamente se siente inseguro y zozobante, una

gran experiencia. Esto es, una experiencia que puede ser ejemplar, que puede servir de ejemplo a otros pueblos. Una experiencia cuya conciencia puede, quizá, dar la solución de muchos de los problemas en que se debate la humanidad actual. Experiencia para un mundo que parece haber gastado su patrimonio de soluciones trascendentales, y que se ve obligado a vivir dentro de soluciones de carácter inmanente, limitadas; soluciones que habrán de ser continua y permanentemente renovadas. Esto es, ejemplo o experiencia para un mundo que tiene que vivir como el nuestro, al día. Pero un día cuya inseguridad sea el mejor índice del desinterés que hace posible la verdadera creación, ese afán inútil, pero creador de ser más que un hombre (ZEA, 2001, p. 62-63).

Es importante subrayar la oración que comienza “*Experiencia para un mundo que (...)*”, claramente tributaria de las formulaciones gaussianas sobre la conexión entre inmanentismo y crisis. Hay en este ensayo otro elemento clave. Lo propio positivo que Zea estaba procurando caracterizar aparece ligado a la noción de comunidad, incipientemente contrapuesta, no, todavía, a la noción de sociedad, sino al “*maquinismo que caracteriza a las sociedades occidentales contemporáneas (...)*”:

Esta sociedad nuestra, pese a todos los defectos, a todas esas fallas que tan conscientes nos son, puede dar origen a un tipo de comunidad verdaderamente humano, sin caer, ni en el maquinismo que caracteriza a las sociedades occidentales contemporáneas, ni en la anarquía, inseguridad plena e irresponsabilidad en que estamos siempre propensos a caer ineludiblemente. Comunidad que ligue a los hombres con los hombres y no con entidades abstractas, incontrolables y deshumanizadas. Comunidad en la cual los individuos a fuerza de saberse personales y únicos, se sepan también los únicos y personales responsables de su acción. Sociedad en la que termina ese fácil abandonarse a la voluntad de un caudillo, y se dé lugar a un alto sentido de responsabilidad personal, tanto por lo que se refiere a los gobernantes como a los gobernados; un sentido de responsabilidad que abarque a toda clase de funciones (ZEA, 2001, p. 67).

No fue antes de 1952 ni después de 1953 que Zea tomó contacto con la obra de Arnold Toynbee. De esa asimilación hay huellas profundas en sus escritos, tanto inmediatos como ulteriores. La presencia del ideario toynbeeano se dejó sentir, nítidamente, en *El occidente y la conciencia de México*, nuevo ensayo de tema mexicano publicado en 1953 como decimocuarta entrega de la colección “México y lo mexicano” (ZEA, 2001). La asimilación de Toynbee condujo a Zea a reconfigurar enteramente su interpretación de la historia. No es excesivo afirmar que, a partir de entonces, Zea se consagró a corregir a Hegel desde Toynbee. Sin asimilación de Toynbee – asimilación que fue, a su vez, “mala copia” – no habría habido ecuación Zea, no plena, no como la conocemos. El alcance de esta conjetura de alguna manera contra-fáctica puede calibrarse cotejando los dos libros que Zea dio a conocer en los años cincuenta: el pre-toynbeeano *América como conciencia* y el libro-hito *América en la historia*, que es el más toynbeeano de todos sus libros (ZEA, 1953 y 1957, respectivamente). “Mala copia”: se detecta un foco problemático de peso en el modo en que Toynbee consideraba la tensión entre la occidentalización y la vigencia de las identidades particulares. Más allá de algunas oscilaciones que valdría la pena clarificar, en Toynbee la occidentalización parece ser un horizonte tan inevitable como inevitablemente homogeneizador. Homologada al caballo de Troya, la técnica occiden-

tal es vista como algo que va emponzoñando a las culturas a las que roza, afectándolas estructural y decisivamente (TOYNBEE, 1953). Aunque le resultaba incómoda, Zea no polemizó abiertamente con esa afirmación, sino que acudió, una vez más sagazmente, a una sentencia del propio sabio británico, según la cual la contienda a ese respecto estaba todavía abierta.

No hay que olvidar que Toynbee visitó México en 1953, ocasión en la que impartió una serie de conferencias, luego publicadas, también, en la colección “México y lo mexicano” (TOYNBEE, 1955). El (re)encuentro con Hegel y el encuentro con Toynbee que lo enmarcó constituyen dos rasgos que especifican grandemente las búsquedas de Zea en relación con las de Gaos: el maestro transterrado permaneció impermeable a ambos influjos (también a otros, como el de Sartre).

El Occidente y la conciencia de México (1953) luce en su frontispicio una expresiva dedicatoria a Toynbee. En el corazón del volumen se detecta una clara toma de posición sobre qué es y qué puede ser el historicismo. En un párrafo fundamental, Zea discute discreta pero firmemente con Edmundo O’Gorman sobre el tema. En concreto, Zea no estaba de acuerdo con la idea de O’Gorman según la cual el historicismo debía ser pensado como un neo-aristocratismo⁽¹⁾. Para Zea, adherir al historicismo no tenía por qué llevar a pensar que hubiese hombres de los que cupiera decir que fueran más o menos plenamente hombres que otros. Inspirándose explícitamente en Toynbee, Zea introduce la noción de regateo de humanidad como categoría principal para pensar el asunto. En esta línea, se resiste a conceder que quienes ocupan los lugares de predominio sean más humanos que el resto; a sus ojos, lo que sucede es otra cosa: los privilegiados les regatean a los otros su humanidad. En Zea, el historicismo no es aristocratismo, sino que es, por el contrario, toma de conciencia de la relatividad histórica de todas las culturas y de su, en principio, igual o análoga valía. Toma de conciencia, en suma, de que el regateo es algo que debe ser denunciado, desmontado y superado.

4 EL COLLAGE FASCINANTE: HACIA TÖNNIES Y EL ERASMISMO HISPANO, VÍA GUATEMALA

Entre 1948 – momento en que Zea había textualizado su asimilación del contraste bilbaíno – y 1953, el motivo relativo al contraste entre las dos Américas quedó como suspendido. El “guatemalazo” de 1954 fue el catalizador contextual que condujo a Zea a movilizar, en una dirección específica, los materiales acumulados hasta entonces. El resultado fue una reformulación más intensa del contraste. Los efectos inmediatos de la caída de Árbenz pueden apreciarse en su artículo “¿Bondad norteamericana e ingratitud mundial?” (ZEA, 1955). Lejos de su juvenil inter-americanismo, las energías de Zea se reorientaron en un doble cauce: poner en cuestión la política exterior estadounidense y caracterizar mejor el ámbito de lo propio (re)apreciado de esta América. A la salida del proceso, que cabe situar en 1957, lo propio positivo había adquirido un espesor conside-

(1) O’Gorman había planteado esta idea en su extenso ensayo titulado *Sobre la Naturaleza Bestial del Indio Americano* (O’GORMAN, 1941). La consideración del entramado polémico entre Zea y O’Gorman es clave para entender el desarrollo de las ecuaciones de ambos a partir de los años cincuenta.

nable, ausente en los trabajos previos, y acaso inigualado en los ulteriores. El examen de “¿Bondad norteamericana...?” permite apreciar sobre todo la navegación del primero de los cauces. Zea erosiona críticamente las ideas de “destino manifiesto”, “predestinación” y otras conexas. En clave toynbeeana, insta a los Estados Unidos a emprender una suerte de acto de contrición, condición necesaria para la salvación de toda la cultura occidental. Por su parte, la revisión de *América en la historia* permite abundar en los mismos motivos y adentrarse también en el segundo cauce, ligado al ensanchamiento y densificación del ámbito de lo propio positivo, enriquecido a partir del centramiento de la idea-imagen de espíritu de comunidad. En pocas palabras, a partir de la asimilación del impacto del guatemalazo – conceptualizado como derrota moral de los Estados Unidos –, Zea se consagró a reelaborar el contraste bilbaíno desde lo que había aprendido de Toynbee y tomando la idea-imagen aludida como clave de bóveda de su construcción⁽²⁾.

Antes de decir más algo sobre el libro-hito de 1957, vale la pena detenerse en una olvidada pero importante estación textual intermedia: “Formas de convivencia en América”, contribución cuya datación precisa presentó en principio algún inconveniente, pero que indudablemente debe situarse en 1956, esto es, entre la caída del presidente Árbenz y la publicación de *América en la historia*. Se trata de un nuevo intento de resolución a las inquietudes de 1942, que prolonga la línea de las tentativas de 1948 y de 1952-1953, aunque con algunas novedades de peso. La principal de esas novedades es la apropiación explícita de los conceptos tönnesianos de comunidad y sociedad, creativamente puestos en relación con las nociones de barbarie y civilización. Esquemáticamente: si la América ibera puede valorarse positivamente por ser comunidad y negativamente por ser barbarie, la América sajona puede valorarse negativamente por ser sociedad y positivamente por ser civilización. Vale la pena escuchar la voz de Zea:

Las formas de convivencia de cada una de estas Américas, enraizadas en dos expresiones de la Cultura Occidental, podrían ser encuadradas dentro de la doble clasificación que sobre las formas de convivencia ha establecido el sociólogo alemán Ferdinand Tönnies: *Comunidad* y *Sociedad*. Clasificación muy general, pero que en muchos aspectos podría corresponder a lo que se ha establecido en la llamada América ibera y la sajona. Formas de convivencia que en la cultura Occidental se ha(n) expresado en el paso de la cristiandad a la modernidad. En este paso el racionalismo – máxima expresión de la modernidad – desliga la relación causal medio-fin de la convivencia, haciendo de la convivencia un medio, más o menos adecuado a los fines que cada individuo persigue en particular. El racionalismo subordina las entidades colectivas, las formas de convivencia basadas en un conjunto de intereses que trascienden a los individuales, a otra forma de convivencia que descansa en los intereses concretos de los individuos. En la comunidad los individuos se enlazan, conviven, en función con un fin que los trasciende (...) (ZEA, 1971, p. 54).

Para Zea, esta actitud diversa ante la vida se expresó en las relaciones que iberos y sajones sostuvieron con los naturales de América: si los primeros buscaron integrarlos,

(2) En *América en la historia* (1957), Zea glosa la “Fábula” del ex presidente guatemalteco Arévalo (ARÉVALO, 1956). El golpe de Guatemala, llevado a cabo con el apoyo del gobierno estadounidense, dejó en Zea marcas más sensibles que el otro acontecimiento crucial del año, el suicidio de Getúlio Vargas.

subordinación mediante, al imperio de la cristiandad que querían construir, los segundos los convirtieron en instrumentos de sus afanes de aprovechamiento individual o directamente los eliminaron. La divergencia se expresó también, de acuerdo con Zea, en las relaciones que iberos y sajones establecieron entre sí: cada América vio en la otra su propia negación. Mientras los americanos sajones se afianzaron como expresión máxima del Mundo Moderno, los iberoamericanos constataron su incapacidad para desenvolverse en dicho mundo, llegando a autoconcebirse como pueblos al margen de la civilización, como expresión del primitivismo y de lo que Sarmiento llamó barbarie. En efecto, sostiene Zea que, a lo largo del tiempo, una América buscó expandir sobre la otra esa civilización, extensión de los intereses concretos de los individuos que la forman, en tanto que la otra trató de contener dicha expansión, tratando de fortalecerse por la vía de la asimilación de la cultura que, en su opinión, venía originando la grandeza de la América triunfante. Si las formas de convivencia apoyadas en la razón y orientadas a su aprovechamiento por los individuos recibieron el nombre de civilización, las de índole más gregaria, recostadas sobre lazos sanguíneos, de amistad o carismáticos, recibieron el nombre de barbarie. Sin embargo – continúa, con pulso firme, Zea –, la referida dualidad generó consecuencias imprevistas, no exentas de paradojas ni ambigüedades. Mientras que en no pocas ocasiones los iberoamericanos civilizadores emplearon métodos violentos y bárbaros para intentar hacer avanzar a sus sociedades en la dirección que deseaban, los americanos sajones, individualistas y en extremo preocupados por su propia seguridad, fueron dando lugar a sociedades que acabaron por constreñir la libertad de sus miembros. La ecuación Zea vibra plena cuando afirma que en esas sociedades que buscan preverlo todo, la espontaneidad se reduce a la mínima expresión, y el individuo debe desenvolverse dentro de cuadros de acción cada vez más estrechos. Así, el individuo se va transformando en una especie de autómeta. En ambientes como éstos, cada día tienen menos sentido lo imprevisto, lo improvisado, el gasto inútil y gratuito, todas instancias que son fuentes de actividad creadora. Lo anónimo y lo abstracto triunfan sobre lo concreto, a tal punto que la pregunta “¿seguridad para quién?” puede llegar no sólo a plantearse, sino a quedar sin respuesta.

En contraposición a ese mundo, que es el prevaleciente en la época moderna, está el que forman comunidades que conservan rasgos primitivos, como es el caso de Iberoamérica. Es éste, para Zea, un mundo más inseguro, lleno de zozobras, en el que las relaciones de convivencia descansan sobre el parentesco o la amistad, un mundo que no es tanto una sociedad de ciudadanos, ligados entre sí por vínculos formales, como una comunidad de parientes o amigos, enlazados por relaciones directas y concretas. En un mundo así, las leyes apenas alcanzan a encubrir situaciones de hecho, originadas por voluntades concretas, y la burocracia tiende a ser eludida por esa otra institución tan característica que es la “coima” o la “mordida”, la cual permite el “ajuste concreto” de las relaciones entre individuo y sociedad. En estos ámbitos – prosigue Zea –, importa mucho ser amigo del Presidente de la república, de sus ministros o de cualquiera de sus funcionarios; amigo de sus amigos, o amigo de los amigos de sus amigos, en una cadena en la que siempre prevalece la relación personal. La ecuación Zea vuelve a vibrar plena cuando señala que esta modalidad de convivencia, más asociada a la noción de comunidad que a la de sociedad, es, a la vez que fuente de muchos de los males que aquejan a los pueblos

iberoamericanos, posible punto de partida para un tipo de convivencia más humano que aquel en que han ido cayendo las sociedades modernas, de las cuales la América otra es el emblema. Esto es así porque entidades como Iberoamérica son comunidades capaces de ligar a los hombres con los hombres y no con entidades abstractas. Acudiendo al acervo de referencias que ya conocemos – Andrés Bello y, sobre todo, Francisco Bilbao –, Zea pone de relieve que, a pesar de sus defectos y de los frutos amargos a que ha dado origen, este tipo de convivencia es el que ha hecho posible relaciones de humanidad más justas. De la mano de Bilbao, Zea recupera, justo aquí, la luminosa imagen de la incorporación, el promisorio horizonte del centrar la vida en un plano no utilitario. Reescribe entonces, una vez más, pero ahora integrando sus palabras en un dispositivo de interpretación más robusto, que no todo fue negativo en el espíritu que anidaba en las comunidades iberas, sino que hubo, y eventualmente hay, en ellas algo, mucho, que les permitió triunfar sobre sí mismas. Escribe, también, que ese algo es un rasgo distintivo, no poseído por aquellos otros pueblos-modelo.

Múltiples elementos de interés hay en estos desarrollos de Zea. Ante todo, marcas que son reveladoras de específicos procesos de condensación, articulación y potenciación de casi todo lo que venimos estudiando. También, la certidumbre de que es preciso introducir al menos dos deslindes. Uno, con respecto a O’Gorman. Si es cierto que Zea había tomado distancia de la concepción o’gormaniana del historicismo, también lo es que ha hecho plenamente suyos los términos de la contraposición o’gormaniana entre las dos Américas (O’GORMAN, 1942). El otro, con respecto al equilibrio de los términos del cuarteto conceptual. De ninguna manera sería legítimo sostener que este Zea de 1956 ha optado por el par comunidad/barbarie en detrimento del par sociedad/civilización. Aun cuando no lo dice exactamente así, Zea parece querer retener todo lo que hay de positivo en la comunidad, aspirando a lograr paralelamente todo lo que hay de admirable en la civilización. Zea – el de 1956 y cualquier otro – está a una considerable distancia de rechazar en bloque la civilización moderna o de abogar por un retorno a la barbarie. Más complejamente, se revela entusiasta de la posibilidad de recuperar, preservar y promover incrustaciones *Gemeinschaft* en el seno de la sociedad moderna. Todavía más: anhela que el mundo todo cambie a partir de esa presencia *Gemeinschaft*. El mundo soñado por Zea es un mundo moderno humanizado, auténticamente universal y, por lo mismo, respetuoso de las particularidades. En esto, parece haber captado fielmente, y con sus tensiones características, aspectos medulares de la parenética implicada en la propuesta tönnesiana (SCHLUCHTER, 2011; ÁLVARO, 2010).

En cuanto a cómo fue que Zea tomó contacto con la obra de Tönnies, no es mucho lo que estoy en condiciones de decir. En primer lugar, la expresión comunidad apareció en sus textos con prescindencia de menciones expresas a Tönnies; es por tanto posible que Zea comenzase a emplear la expresión antes de tomar contacto con la obra del sociólogo alemán. En 1955 publicó un artículo sobre la presencia de las ideas alemanas en Hispano e Iberoamérica, en el cual hay una referencia a Tönnies, aunque meramente incidental (Zea, 1956, p. 83). Llama la atención que en su obra ulterior no volviera a emplear el cuarteto de conceptos y que no volviera a mencionar a Tönnies. Es difícil responder por qué Tönnies no tuvo un papel destacado en la arquitectura de *América en la historia*: ¿descuido?, ¿olvido?, ¿decisión deliberada de abandonarlo?, ¿decisión deliberada de tenerlo presente sin mencionarlo(...)?

Como sea, lo cierto es que la idea-imagen del espíritu de comunidad es la que vertebró el libro de 1957, sobre el cual formularé cuatro comentarios que nos permitirán redondear la exploración. Primero: hay allí, acaso previsiblemente, una tematización de cuestiones asociadas con la historia del liberalismo y del orbe cultural anglo-sajón; en esto desempeñaron un papel importante las asimilaciones de Ernst Troeltsch, Harold Laski y Juan Antonio Ortega y Medina, entre otros. Segundo: hay allí, también, y más previsiblemente aún, un adentramiento en temáticas ligadas a la historia de España. Aquí resultó crucial la apropiación de la obra de Américo Castro, de la cual tanto José como Vicente Gaos (hermano menor de José) habían publicado sendas reseñas en revistas mexicanas (CASTRO, 1948; GAOS, J., 1949; GAOS, V., 1950). La apropiación de Castro tuvo lugar en paralelo con la de *Erasmus y España*, obra del sabio francés Marcel Bataillon (BATAILLON, 1950). Ambas fagocitaciones fueron en la línea de centrar argumentalmente, con signo preponderantemente positivo, la idea-imagen del espíritu de comunidad ibero. En esta perspectiva, la presencia de dicho espíritu es la razón última de la propensión a la incorporación y al mestizaje, distintiva de nuestro ámbito cultural. En Zea, el erasmismo hispano aparece como un momento importante de la genealogía de dicho espíritu, luego patente también en la “realeza iluminada”, en el “despotismo ilustrado”, en los “libertadores hispanoamericanos” y, también, en los “dictadores liberales”. Encarnado por reyes, déspotas, señores de la guerra y dictadores, el espíritu de comunidad presenta en el libro de 1957 una coloración más “desde arriba”.

Tercero: se verifica una marcada intensificación de la disposición zeiana a considerar los acontecimientos que estaban teniendo lugar en el resto del “mundo no occidental”, verbigracia, para aquel momento específico, Bandung, Kenyatta, etc. Este Zea se revela altamente sensible a los avatares del proceso descolonizador entonces en curso. Paralelamente, se interesa grandemente por el orbe cultural ruso, llegando a postular una analogía entre eslavismo e iberoamericanismo. Vibra al glosar los escritos de Herzen y de Dostoievski. Vibra, en particular, al evocar la imagen dostoievskiana de la hermandad de todos los seres humanos, entendida como horizonte alternativo al individualismo deshumanizado predominante en la experiencia occidental. El mundo occidental humanizado de Zea, su mundo auténticamente universal, es, según parece, un mundo no plenamente occidentalizado, en el sentido de no completamente galvanizado. Da la impresión de que, caduco el regateo de humanidad, las particularidades no se disolverían, sino que accederían a una renovada vigencia.

Cuarto: pese a que, misteriosamente, Tönnies no es mencionado en esas páginas, y pese a que, en los escritos posteriores Américo Castro y Marcel Bataillon también desaparecerían de sus referencias, la matriz interpretativa perfilada en *América en la historia* ya no sería abandonada. Es cierto que en los años siguientes se verificaron movimientos en la ecuación. En los tiempos de la Alianza para el Progreso, Zea volvió a interamericanizar – quizás con algún temor pero con algo más de fe que Rubén Darío –. Tras el asesinato de Kennedy y la escandalosa ocupación estadounidense en República Dominicana, irrumpió como un tercermundista radicalizado, próximo al lenguaje del último Che Guevara; a lo largo de esa etapa, en su recuperación de la comunidad el componente “desde arriba” fue sustituido por un mayor énfasis en el papel del “gentío materno”. En los años noventa, emergió como un desarrollista ansioso,

viendo en Clinton y en el TLCAN oportunidades doradas para México y América Latina. No hay tiempo aquí para dar razón de cada uno de esos desplazamientos. A riesgo de simplificar en demasía, cabe señalar que los mismos siguieron bastante de cerca las alternancias políticas estadounidenses y los vaivenes de la política exterior mexicana. Pero tampoco conviene llevar demasiado lejos esta última afirmación: Zea fue bastante más que un vocero de la cancillería de su país. Si es cierto que hubo cambios, también lo es que lo distintivo del *pathos* no se alteró. La noción de comunidad, y sobre todo, sus connotaciones (aunque no tanto la palabra espíritu, que desapareció), continuaron ocupando un lugar central en sus elaboraciones.

5 COMUNIDAD, PALANCA ARQUIMÉDICA

¿Qué podemos decir hoy acerca de las cuestiones implicadas en el espíritu de comunidad zeiano? Ante todo, reconocer el enraizamiento de la ecuación en un contexto histórico-social perfectamente determinado. Dicho reconocimiento debiera ser suficiente para prevenirnos contra la propensión a buscar en ella respuestas transparentes a nuestros interrogantes, que pertenecen a otro tiempo. Sin embargo, como enseña la mejor tradición hermenéutica, hay veces en que la toma de contacto con los textos clásicos nos permite acceder a verdades a las que difícilmente podríamos llegar de otro modo. Y no hay dudas de que Zea es un clásico del pensamiento latinoamericano y de la tradición latinoamericanista. Es cierto que sus formulaciones presentan irresoluciones, tensiones e inestabilidades, pero no menos cierto es que rasgos así se encuentran en muchos otros autores canónicos, sin que ello tenga como consecuencia necesaria volverlos menos interesantes o menos ricos. Antes bien, sucede lo contrario. Es mucho lo que puede aprenderse de la revisión atenta y relativamente empática de los desgarramientos y sinuosidades de quienes tentaron la aventura de pensar. De hecho, los estudios más recientes sobre las peripecias de la noción de comunidad en el seno de la teoría sociológica cuentan entre sus virtudes el mostrar que en los sociólogos clásicos una noción tan crucial como ésta ha sido, y todavía hoy es, trabajada en sentidos/registros distintos, en ocasiones de manera contradictoria y, por momentos, sin plena conciencia de ello. Comunidad es, a veces en una misma obra, antecedente histórico de la sociedad moderna, tipo ideal de relaciones sociales, escenario utópico, artefacto para la reconstitución de un lazo social desgarrado, término que menta el grado cero de la socialidad (...) (DE MARINIS, 2012). En Zea, que no es un clásico de la sociología, sino del pensamiento latinoamericano, la noción de comunidad también aparece trabajada en distintos registros y, a veces, contradictoriamente. Con el importante agregado de que, en su caso, por razones complejas – entre las cuales la opción deliberada por lo asistemático y la muy asumida concepción del trabajo intelectual como respuesta circunstancial, y hasta ideológica, a problemas circunstanciales –, la noción se desprende, como vimos, de un proceso de fagocitación, acumulación y superposición de materiales heteróclitos más que de un trabajo teórico realizado “en puridad”. Es por ello que preferí hablar, desde el comienzo, de idea-imagen, y no de concepto, y ni siquiera de idea a secas. Estimo que es suficientemente clara la doble alusión contenida en la noción de idea-imagen: una idea-imagen insinúa más de lo que efectivamente define y, en su calidad de amuleto o

comodín, consigue tanto resolver cuestiones cuanto diferir indefinidamente las trabajosas tareas de deslinde y esclarecimiento conceptual.

Pero el asistematismo, por supuesto que relativo, de Zea, no nos impide a nosotros tentar aproximaciones sistemáticas a sus desarrollos. Tampoco nos impide retomar determinados aspectos de los mismos con fines más sistemáticos. Más arriba escribí que la ecuación Zea no tematiza un rechazo en bloque a la civilización moderna ni un retorno al pasado tradicional ni, todavía menos, a la barbarie, sino que propone, más bien, la preservación y promoción de incrustaciones *Gemeinschaft* en el seno de la sociedad moderna. Enseguida agregué, buscando una caracterización más ajustada, que la ecuación tematiza el anhelo de que el mundo todo cambie a partir de la interpelación de los ámbitos *Gemeinschaft*. La lectura de Toynbee por Zea, así como también la rectificación de Hegel que emprendió con base en ella, prevé ciertamente un *lieto fine* global, signado por el predominio de un universalismo auténtico, respetuoso de las particularidades. Todo esto significa que la ecuación Zea postula que el espíritu de comunidad es algo así como la palanca arquimédica con base en la cual resultaría posible pensar la transformación universal. No debemos olvidar el sentido original de toda la búsqueda: desde los años cuarenta que el fervor de lo propio estaba articulado a la promesa de una metafísica conectada a la superación de la crisis del mundo. Fervor y promesa son, sin duda, las dos caras de la misma moneda, y se condensan y potencian en la idea-imagen del espíritu de comunidad. Labrada con grandes esfuerzos, esta idea-imagen es, en Zea, la llave para acceder al *lieto fine*. Todo sucede como si en el espíritu de comunidad resonase algo que, al trascender lo inmanentista/utilitario/despersonalizador, permite que el regateo de humanidad sea desplazado por el ánimo de incorporación. No necesariamente por el ánimo de incorporación que orientó el mestizaje durante la época colonial, el cual también, al utilizar a los naturales americanos como animales domésticos, practicó una forma específica de regateo. Zea insiste muchas veces en que lo verdaderamente importante es la forma de convivencia que se anhela alcanzar. En destacar todo esto consiste el trabajo de diamantado del espíritu de comunidad, esa idea-imagen compuesta, como ahora sabemos, de elementos múltiples y dispares, de diamantes y herrumbre.

En la ecuación Zea es posible, y además deseable, aspirar al más alto nivel de desarrollo permaneciendo fieles a lo propio, al espíritu de comunidad. El *pathos* implicado no se contrapone a una sensibilidad productivista o (neo)desarrollista. Lo propio no es visto como obstáculo. No es algo arcaico que se deba sepultar. Es algo vivo y, además, apreciable. Ávida de acceder a lo mejor de la modernidad y deseosa de gozar de los frutos del desarrollo, la ecuación Zea no deja lugar para una reacción del estilo de la de la zorra esópica. Tampoco deja lugar para que los diamantes tan trabajosamente encontrados funcionen apenas como bálsamo retórico, como discreto refugio o como simple amortiguador de las facetas menos apreciables de la modernidad. Palanca arquimédica, el espíritu de comunidad es también, en la imaginaria reescritura zeiana de la fábula esópica, lo que puede redimir a todos los participantes del drama. Esto es pensable dada la supuesta capacidad de ese espíritu de hacer que los frutos se vuelvan accesibles para todos y que, justamente por eso, resulten más deliciosos.

6 BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARO, Daniel. *Los conceptos de “comunidad” y “sociedad” de Ferdinand Tönnies*. *Papeles del CEIC*, Universidad del País Vasco, v. 01, n. 52, 2010.
- ARÉVALO, Juan José. *Fábula del tiburón y las sardinas: América Latina Estrangulada*. México: América Nueva, 1956.
- BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1950.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Éve. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2010.
- CASTRO, Américo. *España en su historia: cristianos, moros y judíos*. Buenos Aires: Losada, 1948.
- DE MARINIS, Pablo. 16 comentarios sobre la(s) sociología(s) y la(s) comunidad(es). *Papeles del CEIC*, Universidad del País Vasco, v. 01, n. 52, 2010.
- DEMARINIS, Pablo (coord.). *Comunidad: estudios de teoría sociológica*. Buenos Aires: Prometeo, 2012.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *La modernidad de lo barroco*. México: Era, 2000.
- GAOS, José. *Obras Completas*. Tomos V, VI y IX. México: UNAM, 1993, 1990 y 1992, respectivamente.
- GAOS, José. Carta abierta a Leopoldo Zea. *Cuadernos Americanos*, México, enero-febrero de 1950.
- GAOS, José. España en su historia. *Cuadernos Americanos*, México, n. 05, 1949.
- GAOS, Vicente. *Una interpretación de España. España en su historia, de Américo Castro*. Filosofía y Letras, México, n. 37, 1950.
- KOZEL, Andrés. *La idea de América en el historicismo mexicano*. José Gaos, Edmundo O’Gorman, Leopoldo Zea. México: El Colegio de México, 2012.
- MORSE, Richard. *El espejo de Próspero. Un estudio de la dialéctica del Nuevo Mundo*. México: Siglo Veintiuno, 1982.
- O’GORMAN, Edmundo. ¿Tienen las Américas una historia común?, *Filosofía y Letras*, México, n. 06, 1942.
- O’GORMAN, Edmundo. Sobre la naturaleza bestial del indio americano. *Filosofía y Letras*, México, México, n. 01, 1941.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Ferdinand Tönnies: comunidad y sociedad. *Signos Filosóficos*, México, v. 13, n. 26, 2011.
- SVAMPA, Maristella y VIALE, Enrique. *Maldesarrollo. La Argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz, SD.
- TOYNBEE, Arnold. *México y el Occidente*. México: Antigua Librería Robredo, 1955.
- TOYNBEE, Arnold. *El mundo y el Occidente*. Madrid: Aguilar, 1953.
- ZEA, Leopoldo. *José Gaos: el transterrado*. México: UNAM, 2004.
- ZEA, Leopoldo. *Conciencia y posibilidad del mexicano. El Occidente y la conciencia de México. Dos ensayos sobre México y lo mexicano*. México: Porrúa, 2001.
- ZEA, Leopoldo. *Formas de convivencia en América, en La esencia de lo americano*. Buenos Aires: Pleamar, 1971.
- ZEA, Leopoldo. *Dos formas de vida en América*. En: *Diánoia*, México, n. 09, 1963.
- ZEA, Leopoldo. *América en la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

ZEA, Leopoldo. *Alemania en la cultura hispanoamericana*. En: Esquema para una historia de las ideas en Iberoamérica, México, UNAM, 1956

ZEA, Leopoldo. ¿Bondad norteamericana e ingratitud mundial? En: *Cuadernos Americanos*, México, enero-febrero de 1955.

ZEA, Leopoldo. *América como conciencia*. México: Cuadernos Americanos, 1953.

ZEA, Leopoldo. *Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica. Del romanticismo al positivismo*. México: El Colegio de México, 1949.

ZEA, Leopoldo. Norteamérica en la conciencia hispanoamericana. *Cuadernos Americanos*, México, 1948.

ZEA, Leopoldo. *En torno a una filosofía americana*. México: El Colegio de México, 1945.

TRABALHADORES DO BRASIL, MIS QUERIDOS DESCAMISADOS: UMA (RE)INVENÇÃO SOBRE OS TRABALHADORES NO VARGUISMO E NO PERONISMO^(*)

TRABALHADORES DO BRASIL, MIS QUERIDOS DESCAMISADOS:
A (RE)INVENTION ABOUT THE WORKERS IN VARGUISM AND PERONISM

Mayra Coan Lago^(**)

Universidade de São Paulo, São Paulo (Sp), Brasil

Resumo: Pretendemos estudar os imaginários sociais sobre os trabalhadores, produzidos pelo discurso oficial, no varguismo e no peronismo. Posteriormente, pretendemos comparar os imaginários sociais sobre os trabalhadores no Estado Novo, com os do Primeiro Peronismo, visando compará-los. Para tal, analisaremos a dimensão simbólica, a partir do estudo dos discursos políticos das festas cívicas dos Primeiros de Maio e a dimensão “material”, a partir do estudo da legislação trabalhista e das políticas sociais promulgadas nestes momentos. A partir da análise da dupla dimensão, propomos a ideia de uma (re)invenção sobre os trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalhadores; Varguismo; Peronismo.

Abstract: First, at all, this paper aims to study the social imaginary about workers produced by the official speech in varguism and peronism. Later, we compare the social imaginary about the workers in the Estado Novo with the First Peronism trough the symbolic dimension. The documents analyzed derived from the First of May civic festivals, labor law and social policies promulgated in these moments. Our analysis propose the idea of a (re) invention about workers.

Key-words: Workers; Varguism; Peronism, Workers in Latin America.

(*) O trabalho apresenta os principais resultados da dissertação de mestrado intitulada “*Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: uma (re)invenção do trabalhador no varguismo e no peronismo*” defendida no Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo em abril de 2015, sob a orientação do Professor Doutor Julio Manuel Pires.

(**) Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). E-mail: <mcoann@hotmail.com>. Recebido em: 13.03.2015; aceito em: 24.06.2015.

1 INTRODUÇÃO

A entrada na cena política nacional de Getúlio Vargas no Brasil, na década de 1930, e a de Juan Domingo Perón na Argentina, na década de 1940, demarcam em cada um dos países o início de uma série de transformações nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Os governantes, embora estivessem inseridos em contextos distintos, consideravam que a mudança era imprescindível para a “continuidade” de seus países e, assim, eles deveriam ser os “verdadeiros” representantes destas mudanças e dos “novos” países.

No Estado Novo (1937-1945) de Vargas e no Primeiro Peronismo (1946-1955) de Perón, o papel do Estado⁽¹⁾, do governante e da sociedade seriam repensados. Ademais, para os governantes, a entrada em cena política de uma parte da sociedade esquecida até então era fundamental: os setores populares. Dentre a gama dos atores políticos que compunham os “*setores populares*”, identificamos os trabalhadores como aqueles que receberam especial atenção dos governantes, sendo sua força política e apoio fundamentais para a realização dos projetos políticos propostos.

Para Maria Helena Capelato (2009), com o advento do Estado Novo ocorreu a consolidação da política de massas no Brasil que, na década seguinte, foi introduzida na Argentina. De acordo com José Luis Beired (1999), a “política de massas” pode ser caracterizada pela “quebra” da antiga ordem e a construção de novos sistemas de poder, baseados no reconhecimento das maiorias sociais. Ainda, de acordo com o historiador, dois vetores fundamentais balizaram esta “quebra” na América Latina: os Governos que desenvolveram instrumentos de integração e mobilização dos setores sociais; e os movimentos políticos, de extração popular, que buscaram alcançar o poder, seja por meio de eleições ou pelo uso da força. O terceiro vetor “adicional” seria as transformações das estruturas sociais que acompanharam a industrialização.

Os regimes nacional-populares desenvolveram uma política de massas por meio de um eficiente sistema de comunicação, composto pelo rádio, pelo cinema e a pela imprensa, e por espetáculos de poder, isto é, as festas cívicas e as manifestações de massa em espaços abertos com a presença do líder, inspiradas nos regimes nazifascistas da Europa. Para complementar estes dispositivos, havia a censura e a repressão aos opositores (CAPELATO, 2009).

No tocante aos trabalhadores, os governantes propunham a reformulação do trato da “*questão social*”. Como Angela de Castro Gomes (2002) demonstrou, no caso brasileiro, e nós consideramos também para o caso argentino, tal reformulação seria composta pela combinação de aspectos materiais, como as políticas sociais e a legislação trabalhista, e de aspectos “imateriais” ou simbólicos, referentes aos imaginários sociais dos trabalhadores, tocando em temas delicados como a cidadania, a “consciência política”, a identidade coletiva e a participação política.

Para tratarmos do que compreendemos por imaginários sociais, utilizaremos as contribuições de Bronislaw Bazcko (1985) e de Patrick Charaudeau (2013). Vale dizer

(1) Neste trabalho, entendemos e utilizaremos a noção de Estado, sob um sentido mais amplo e geral, proposto por Max Weber (2004), isto é, o Estado como uma comunidade humana, constituído por uma autoridade (ou um governo) e um território.

que não pretendemos recuperar o histórico do termo ou do conceito, senão apresentar alguns aspectos do que entendemos por imaginários sociais, de seu papel nas sociedades e a sua relação com a dimensão política.

O primeiro dos aspectos a ser mencionado é que os imaginários sociais não são, como dão a entender seu emprego corrente, aquilo que se opõe à realidade. Como constatou Bazcko (1985), os sistemas de representação produzidos em diferentes épocas não desassociou o “verdadeiro” e o “ilusório”, pelo contrário, associou-se por meio de um jogo complexo e dialético. A partir das ilusões que uma época cria de si própria, ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, tal como o lugar que lhe cabe na história.

O segundo aspecto a ser sublinhado é que os imaginários sociais são inventados, construídos, e não dados. Dizer que são construídos não significa afirmar que sejam construções sólidas, rígidas, senão que seus elementos são selecionados, relacionando significantes (imagens, palavras) e significados (representações) que fazem sentido para determinada sociedade, época, contexto e grupo.

Todas as épocas tiveram as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar os imaginários sociais, tal como as modalidades específicas de acreditar, de sentir e de pensar. Neste sentido, as produções imaginárias não são isomorfas, senão polissêmicas e ambivalentes. O terceiro aspecto é justamente a multiplicidade e a heterogeneidade destes imaginários sociais, que vão ter as particularidades e especificidades de acordo com as classes, sociedades, países e do contexto sócio-histórico em que forem produzidos e (re)produzidos.

Baczko (1985) constatou que no centro do imaginário social se encontra o problema do poder legítimo ou o problema da legitimação do poder. Assim, o quarto aspecto a ser sublinhado é a relação dos imaginários sociais com o poder. A elaboração de imaginários sociais é parte integrante de qualquer regime político e é por meio dos imaginários sociais que se pode atingir não apenas a cabeça, mas também o coração.

Para desempenhar seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Se, por um lado, precisam ser materializados, por outro, precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva, o que Charaudeau (2013) denominaria como imaginários sociodiscursivos, isto é, os imaginários sociais que existem e são reproduzidos nos discursos, sobretudo nos discursos políticos.

A partir das considerações apresentadas, este trabalho está inserido e tem como objetivo principal estudar os imaginários sociais sobre os trabalhadores, produzidos pelo discurso oficial, no varguismo e no peronismo e, posteriormente, compará-los. Para lograr o objetivo, selecionamos os discursos políticos das festas cívicas dos Primeiros de Maio, ocorridas no varguismo e no peronismo.

Com relação aos espetáculos de poder, vale dizer que os mesmos compunham o calendário festivo do Estado Novo e do Primeiro Peronismo a fim de produzirem e reproduzirem imagens de legitimidade, coesão e apoio dos brasileiros e argentinos, sobretudo dos trabalhadores, aos “grandes líderes” da nação e a obra de “reconstrução” que estava sendo realizada, em que se reafirmava a distinção entre o “velho” e o “novo” Brasil e a Argentina.

Entre os discursos políticos de Vargas e Perón e os espetáculos de poder, do varguismo e do peronismo, selecionamos os Primeiros de Maio por dois motivos principais: o primeiro por considerarmos que os discursos políticos, inseridos no gênero textual, são textos que são escritos para serem lidos, isto é, têm um caráter mais planejado. O segundo é pelo fato do Primeiro de Maio ser, historicamente, uma data expressiva para os trabalhadores, que foi apropriada e ressignificada por Vargas e Perón a fim de reforçar a identificação e os “elos” entre eles e os trabalhadores, informar e ressaltar o papel e os imaginários sociais sobre os trabalhadores em seus governos, além de divulgar as próximas políticas relacionadas ao mundo do trabalho, isto é, a legislação trabalhista e a política social.

Selecionamos o método comparativo pois concordamos com Maria Ligia Prado (2005), ao afirmar que a comparação, sobretudo do Brasil com os demais países da América Latina, é rica em potencialidades e contribui para a reflexão sobre novos problemas e questões.

A partir do estudo destes discursos políticos propomos, a ideia de uma (re)invenção sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo. (Re)invenção porque consideramos que, nos momentos anteriores ao varguismo e ao peronismo, isto é, antes das décadas de 1930 e 1940, sobretudo no tocante aos trabalhadores, houve “invenções” seja por parte deles ou por parte do Estado, sobretudo dos governantes. Assim, tais invenções e representações, seja pelos próprios trabalhadores ou sobre eles, ocorreram das mais variadas e complexas formas.

Não obstante, é em 1937, no caso de Vargas e, em 1946, no caso de Perón, que tal reinvenção seria consagrada pelo discurso oficial. A (re)invenção seria composta pela dupla dimensão, a simbólica, especialmente relacionada aos imaginários sociais sobre os trabalhadores, e a “material”, composta pela legislação trabalhista e a política social promulgadas no período.

Quem eram estes trabalhadores? Como foram “imaginados” e representados por Vargas e Perón? Como os governantes construíram e reproduziram as imagens dos “elos” com os trabalhadores? Eis algumas das perguntas que nortearão nossa reflexão.

Para lograr o objetivo, este trabalho tem duas partes, além desta introdução e das considerações finais, em que procuramos apresentar os discursos oficiais, a partir dos discursos políticos de Vargas e de Perón, sobre o trabalhador e demonstrar como ocorreram as reinvenções, tal como as particularidades das mesmas no Brasil e na Argentina.

Cabe dizer que, embora tratemos do discurso oficial produzido sobre os trabalhadores, não consideramos as teorias sobre o populismo, propostas inicialmente por Francisco Weffort (2003), Gino Germani (1962), entre outros, como forma de estudo deste tema, principalmente pelas características gerais das teorias que consideram o trabalhador como massa amorfa, facilmente manipulável e inconsciente politicamente. Deste modo, este trabalho se inspira em autores e trabalhos relativamente recentes como os de Miguel Murmis e Portantiero (2012), Jorge Ferreira (2001), Juan Carlos Torre (2012), Capelato (2009), entre outros, que procuram mostrar as especificidades e particularidades deste período complexo da história política brasileira e argentina, dos trabalhadores

e do esforço e das estratégias utilizadas pelo Estado Novo e pelo Primeiro Peronismo para a produção e reprodução do suposto elo entre Vargas, Perón e os trabalhadores, da imagem de “pai dos pobres” e “amigo dos trabalhadores” e da “doação” da legislação trabalhista, para além de algo “natural” e facilmente construído.

2 IMAGENS DO DISCURSO OFICIAL SOBRE O TRABALHADOR NO VARGUISMO (1937-1945)

Em 1930, com a denominada “Revolução de 1930”, o discurso oficial iniciava a reprodução de novas imagens sobre o trabalho e o trabalhador, sobre o trato da questão social e sobre a relação do Estado com os trabalhadores e do governante com os brasileiros a partir da combinação de uma dupla dimensão, composta pela dimensão simbólica, relacionada às imagens sobre o trabalho e o trabalhador, e pela “material”, relacionada à legislação trabalhista. A outra face da reconfiguração do discurso oficial sobre a relação do Estado com os trabalhadores era a violência e a repressão aos movimentos dos trabalhadores e aos demais opositores do regime.

Ainda que as “novas” imagens tenham raízes no governo “provisório” é no Estado Novo que seriam consagradas. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas reiniciava o governo que perduraria por quase uma década. Novamente, o “*projeto político*” de Vargas, anunciado no dia do golpe, tinha como principal objetivo a reconstrução do Brasil a começar de um “novo” tipo de governo, governante, brasileiros e trabalhadores.

O Estado Novo foi instaurado com a dissolução do Congresso e a criação da Carta Constitucional, que legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar o espaço das liberdades políticas, a controlar os movimentos dos trabalhadores, a disciplinar a mão de obra e a industrializar o país (CAPELATO, 2009). Nesse cenário, emergiu o Estado intervencionista que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, na integração territorial, política e social, na ampliação dos direitos sociais, buscando a construção do progresso dentro da ordem. O regime que durou quase dez anos, contou com os setores majoritários das Forças Armadas, da Igreja, de alguns setores de trabalhadores e de proprietários.

No Estado Novo, o governante intensificou o uso das imagens do “novo” tempo, tal como da mudança e das “benesses” de seu governo relacionadas, sobretudo, ao mundo do trabalho e à modernização do Brasil. Nos espetáculos de poder, o discurso oficial reproduzia imagens de apoio e de coesão ao novo momento, que eram difundidas para os “brasileiros”, de modo geral, e aos trabalhadores, de modo específico.

Com relação aos espetáculos de poder selecionados, ainda que tivessem especificidades, havia algumas características em comum, como: apresentações artísticas; os discursos políticos do governante; e a exaltação ao governante, por “proporcionar” as benesses trabalhistas, a partir da presença e dos desfiles, natural ou forçado, dos trabalhadores sindicalizados com placas de apoio aos governantes (LAGO, 2015). No caso dos Primeiros de Maio, os espetáculos continham uma programação mais extensa, em que figuravam discursos políticos também dos membros do MTIC e “presentes” durante a festa, como a legislação trabalhista do período.

De acordo com Capelato (2009), no Estado Novo, a dimensão privada e pública do homem era definida pela relação trabalhador/cidadão, isto é, membro socialmente útil do Estado⁽²⁾. O trabalho, antes forma de escravidão, passara a ser visto como forma de emancipação da personalidade, que valorizava o homem e tornava-o digno de respeito e de proteção da sociedade.

O trabalhador deveria ser melhor remunerado para não apenas elevar seu padrão de vida como também aumentar o consumo e melhorar as condições do mercado interno. Para compor o projeto político do Estado Novo, era preciso dar continuidade às imagens reinventadas dos trabalhadores. A dicotomia “velho” trabalhador e “novo” trabalhador seria amplamente utilizada por Vargas. O marco “1930” e sua consagração em “1937” seriam utilizados como contraste aos momentos anteriores, em que os trabalhadores não eram considerados pelos governantes. Na situação anterior, Vargas reproduzia a imagem dos trabalhadores como sem direitos, sem proteção, como basicamente eleitores dos políticos corruptos, como podemos notar no discurso político do Primeiro de Maio de 1940:

Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados a existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os Governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes o voto, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais. A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional (VARGAS, 2011, p. 292).

O “novo” trabalhador seria educado, organizado, teria direitos e uma condição melhor de vida. A menção mais geral “trabalhadores” referia-se a imagens mais específicas, isto é, aos trabalhadores urbanos e aos trabalhadores rurais. Embora ambos fizessem parte desse projeto político, cada categoria teria sua função relacionada a imagens específicas: os trabalhadores urbanos teriam suas imagens relacionadas à industrialização, à modernização, à máquina, e ao enriquecimento do Brasil; enquanto os trabalhadores rurais teriam suas imagens relacionadas à tradição, à nacionalidade e à produção para o consumo nacional e internacional. Além destas duas categorias, Vargas também reproduziria imagens do trabalhador relacionado à família e, nesse sentido, à ampliação de benefícios aos demais membros (LAGO, 2015).

No discurso oficial, a imagem de consideração dos trabalhadores era acompanhada do diferencial do governo, isto é, da conciliação e cooperação das classes, substituindo a antiga luta de classes, sendo Vargas o maior “conciliador” das classes.

(2) Vale recordar os ausentes no discurso oficial, como os desempregados, que seriam os “maus brasileiros”. O número de desempregados nessa época era muito grande e, assim, a enorme massa dos pobres sem trabalho não se integrava na categoria de “bom” brasileiro ou mesmo de cidadão. Ficando à margem da relação presidente/povo trabalhador, essas pessoas não tinham identidade, não “existiam”, isto é, não compunham esta sociedade, além de serem vistas como perigo e ameaça à harmonia da sociedade (CAPELATO, 2009).

Combinada com estas imagens sobre os trabalhadores no discurso oficial estaria a da “gratidão” e do “apoio” ao governante, que lhes “educou” e tudo lhes doou. Vale observarmos que estas imagens seriam refletidas e utilizadas na apropriação da data simbólica dos trabalhadores para demarcar e reafirmar o “novo” e o “velho” tempo:

Trabalhadores: Como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia. Hoje, tendes, no maior e mais belo edifício público do País, a vossa própria casa, e nela penetrais sem constrangimento (VARGAS, 2011, p. 89).

O discurso oficial procurava reproduzir imagens de um governo dos trabalhadores, além de reafirmar as novas imagens já mencionadas, sobre a relação entre o Estado e os trabalhadores, sobretudo tendo como eixo a reformulação da “questão social” a partir do regime varguista. Vargas se colocava como o primeiro governante que considerou as aspirações e os interesses dos trabalhadores. Do mesmo modo, no discurso oficial, a legislação trabalhista do período teria sido “doada” pelo governante, antes mesmo dos trabalhadores pedirem, o que implica na tentativa de apagamento das lutas, demandas e aspirações históricas.

Outra forma de tentar apagar a luta dos trabalhadores encontrada nos discursos políticos era a descrição dos trabalhadores como desorganizados e com ausência de cultura. Deste modo, no discurso oficial, Vargas se colocava como aquele que organizou a classe trabalhadora, que lhe deu consciência, procurando apagar, assim, toda a histórica luta por direitos dos trabalhadores no Brasil, antes do varguismo.

Além da reafirmação de um novo tempo, o discurso oficial combinaria as ideias de educar e disciplinar, presentes nos próprios Primeiros de Maio, com os aspectos “materiais”, os presentes “doados” nestas festas. Com relação à ideia de educar, a “disciplinarização” do trabalho auxiliou na criação do epíteto “pai dos pobres”. Para Capelato (2009), tal epíteto sustenta a ideia do “povo criança” e do “pai”, que educa seus filhos e, em troca de bom comportamento, os presenteia. Em contrapartida, os filhos reconhecem no pai, além de educador, uma autoridade que deve ser respeitada, amada e reconhecida por seus atos.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as imagens sobre o trabalho, o trabalhador e sua relação com o governante seriam reforçadas. De acordo com Capelato (2009), o momento tornou a situação econômica e política brasileira ainda mais críticas. No tocante à situação econômica, houve o aumento do custo de vida, o racionamento de produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade⁽³⁾. Com relação aos

(3) Além desses efeitos, Lira Neto (2013) destacou o “blecaute” à noite, submetendo as casas e ruas nas principais cidades do país à escuridão, para dificultar hipotéticos bombardeios inimigos e a gasolina que se tornou escassa, sendo possibilitada apenas a veículos oficiais. Além desses efeitos, o aspecto que mais aterrorizou a população e, principalmente, as classes médias e urbanas, foi a inflação que ameaçava corroer o poder de compra da nova moeda – o cruzeiro, instituído em 1942, em substituição ao “mil-réis”.

trabalhadores, Gomes (2002) ressalta que os “tempos de guerra” seriam marcados pela suspensão da vigência de diversos direitos trabalhistas⁽⁴⁾.

No tocante à situação política, a contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos Aliados na Europa e manter um regime autoritário no país foi acentuada. Nesse contexto, Vargas intensificaria o apelo ao apoio dos “amigos”, dos “filhos”, tal como a convocação de todos os trabalhadores para a “batalha da produção”. Tal apelo seria sustentado pela intensa reprodução das imagens mencionadas e pelos aspectos “materiais”. Com relação à dimensão “material”, a legislação trabalhista teria um papel fundamental para legitimar os apelos do governante, como podemos observar em 1945, quando Vargas faz uma síntese de suas realizações para os trabalhadores:

Vitoriosa a revolução de 30, uma das primeiras iniciativas do Governo foi a criação do Ministério do Trabalho. Isso por só definia os rumos políticos daquele movimento revolucionário. Daí por diante a nossa atuação desenvolveu-se sem hesitações abrangendo todos os setores da legislação social a saber nacionalização do trabalho com lei dos Dois Terços; normas gerais e especiais de tutela do trabalho; duração do trabalho no comércio, na indústria, nos serviços públicos e atividades privadas; concessão de férias; proteção ao trabalho da mulher e do menor; contrato individual e contrato coletivo de trabalho; organização sindical; fiscalização das leis trabalhistas; justiça especial do trabalho; estabilização no emprego e indenização por acidentes; higiene, alimentação e ensino do trabalhador, com a instalação de refeitórios populares, escolas de ofícios; [...] instituição do salário mínimo, suas adaptações às condições regionais; salário adicional e possibilidade de novas revisões; amparo econômico a todas as classes de trabalhadores, com a organização dos Institutos e caixas que distribuem os benefícios comuns e especiais do seguro social, mantendo além disso a assistência médica hospitalar, financiando a construção de casas operárias e ampliando direta ou indiretamente os meios de elevar o nível profissional, melhorar a saúde e prover a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador (VARGAS, 2011, p. 470).

A partir do uso da promulgação destas leis, Vargas também sustentava o papel, a imagem e o significado da cidadania, relacionando-a exclusivamente com a posse dos direitos sociais, sobretudo dos trabalhadores, em detrimento dos direitos civis e políticos. De acordo com Gomes (2002), ser cidadão no Estado Novo era, além de integrar o mundo definido como da política, pertencer a uma totalidade: econômica, uma vez que trabalhar era produzir riquezas; jurídica, uma vez que possuía a carteira de trabalho; e moral, uma vez que o trabalho deveria ser compreendido como um dever e um direito, ou seja, cidadania era pertencimento, relacionado diretamente à identidade nacional.

No Estado Novo, o trabalhador, embora estivesse “dignificado” e fosse um elemento importante para a base do governo, era considerado como máquina de produção, para atingir o desenvolvimento e a disciplinarização da força de trabalho. Assim,

(4) Em agosto de 1942, por exemplo, o Governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego.

a tônica do momento, o trabalho, contribuiu para a conformação da cultura política brasileira conhecida como trabalhismo.

Para Gomes (2002), o trabalhismo pode ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à promessa de justiça social. Ainda não obstante de acordo com Gomes (2002), como ideologia, projeto e cultura política, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República que o Estado Novo procurou negar e apagar. Em outras palavras, se o trabalhismo foi inventado no período pós-1930, não foi de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada, senão da apropriação e da resignificação de elementos simbólicos e das demandas e aspirações dos trabalhadores no período anterior. Essas apropriações e resignificações podem auxiliar na compreensão do poder de significação e de mobilização de parte dos trabalhadores, revelando a releitura que as elites políticas realizaram no campo de lutas dos trabalhadores.

3 IMAGENS DO DISCURSO OFICIAL SOBRE O TRABALHADOR NO PERONISMO (1946-1955)

Tal como no Brasil, na Argentina, o discurso oficial sobre o trabalho e o trabalhador, tal como as raízes da reinvenção sobre os trabalhadores, iniciara antes do período conhecido como “peronismo”. A partir de 1943, sob o governo da “Revolução Nacional”, podemos observar uma mudança no discurso oficial sobre a questão social, tal como da relação do Estado com os trabalhadores. No governo da “Revolução”, Perón acumulou os cargos de vice-presidente, Ministro de Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência.

Desde o cargo de Secretário de Trabalho e Previdência, Perón iniciaria projeções de novas imagens sobre o trabalho, o trabalhador, a justiça social e a própria relação do governo com os trabalhadores. Combinado com estas imagens, Perón iniciaria a aproximação com os trabalhadores a partir de reuniões com sindicalistas e da promulgação da legislação trabalhista, que seria amplamente utilizada em momento posterior. A outra face do discurso oficial sobre a relação amistosa era justamente a censura e a repressão aos trabalhadores e demais opositores do regime, como o caso da *Central General del Trabajo* (CGT) número 2, de cunho predominantemente comunista, cuja sede foi fechada no dia 21 de julho de 1943 e suas atividades foram proibidas em todo o território nacional.

Ainda que o discurso oficial sobre a reformulação do trato da questão social fosse um aspecto em comum com o Brasil, vale ressaltar duas especificidades e diferenciações do caso argentino: o uso de imagens relacionando o trabalho à justiça social e a imagem de luta de classes, em oposição à de conciliação de classes, no caso brasileiro. Com relação à justiça social, o discurso oficial sustentava que a melhora nas condições de vida e de trabalho, compondo os principais elementos da tônica, eram indispensáveis para o progresso e prosperidade das nações.

Para lograr a justiça social, a política redistributiva deveria estar baseada no entendimento das forças dos trabalhadores, empregadores e Estado. As discórdias entre as duas primeiras forças deveriam ser mediadas pela autoridade e justiça do Estado. Não obstante, a discórdia instaurada, sobretudo no discurso oficial, entre empregadores e

Estado impossibilitou a mediação direta e amistosa e forjou a própria imagem de luta de classes ao invés de conciliação de classes.

Estes dois aspectos distintos iniciais contribuíram para os diferentes “tons” dos discursos oficiais no varguismo e no peronismo, os quais abordaremos adiante. Em 1946, por eleições diretas, Perón foi eleito como Presidente da Argentina pelo Partido Laborista, sendo reeleito sob a sigla do Partido Peronista em 1951 e derrubado por um golpe militar em 1955.

De acordo com Capelato (2009), no primeiro governo, Perón contou com o apoio dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja. Vale mencionarmos o contexto econômico favorável deste primeiro momento. Com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu. O Governo peronista tentou reforçar o setor industrial da economia com a ajuda do setor agrícola, reduzir a influência estrangeira na economia, sobretudo as referentes ao setor público, e outorgar para o Estado o papel decisivo na regulamentação da economia com o Plano Quinquenal (1946-1951).

O número de estabelecimentos industriais e de trabalhadores duplicou entre 1935 e 1946, sendo que a indústria passou a ser o centro dinâmico de acumulação de capital na metade dos anos 1940, ainda que a agroexportação continuasse sendo a principal fonte de divisas. Tal situação contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, tal como da propagação da imagem de “mundo feliz”⁽⁵⁾. Contudo, no segundo mandato, o descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da Igreja, que acabou rompendo com o governo.

Ainda que o Primeiro Peronismo seja composto por dois governos, há aspectos comuns na consagração da reinvenção sobre os trabalhadores. Nos discursos políticos de Perón, os tempos anteriores à “Revolução de 43” eram retratados como de exploração, sofrimento, dor, miséria e injustiça. A “Revolução de 43”, impulsionada também pela necessidade de se implantar a justiça social, deveria marcar um tempo novo na Argentina, que foi consagrado com a chegada de Perón ao poder.

Para comemorar, no sentido de recordar, a ascensão do peronismo, tal como para reproduzir as imagens de apoio, coesão, lealdade e legitimidade do novo governo, que foi proposto um calendário festivo, composto por diversos espetáculos de poder. Tais espetáculos de poder tinham características comuns aos brasileiros, sobretudo a composição dos desfiles, os discursos políticos dos governantes, as homenagens ao governante e os presentes da festa (que, no caso do peronismo, eram premiações).

Embora o varguismo e o peronismo apresentem aspectos semelhantes, principalmente com relação à composição dos espetáculos de poder, precisamos assinalar suas especificidades e particularidades. Para nossa reflexão, teremos dois aspectos mais amplos de análise: a breve menção sobre a participação dos trabalhadores nestes espetáculos, tal

(5) Os trabalhadores opositores do regime compunham a oposição ao “mundo feliz”. Entre os estudos sobre a atuação dos trabalhadores no Primeiro Peronismo, ver Gustavo Contreras (2014), no Dossiê “*Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*”.

como as imagens oficiais produzidas e reproduzidas; e os discursos políticos de Perón, integrando o discurso oficial sobre o trabalhador. Ainda que apresentadas separadamente, vale dizer que ambas se combinavam e forjavam as imagens do discurso oficial sobre o trabalhador no varguismo e no peronismo.

Com relação às imagens utilizadas e propagadas pelo discurso oficial da ditadura varguista, o “novo” trabalhador aparecia, nos relatos oficiais dos espetáculos de poder, em uma posição “passiva”, sem “voz”⁽⁶⁾, isto é, não compunha os discursos políticos da comemoração e, menos ainda, cargos do governo. Estas imagens eram combinadas com a própria tentativa do discurso oficial de procurar apagar a histórica luta dos trabalhadores no Brasil. Deste modo, Vargas tomava a “voz” dos trabalhadores, procurando projetar imagens sobre si de “pai” e líder dos trabalhadores, como mencionamos no segundo tópico deste trabalho.

No caso do peronismo, o discurso oficial procuraria produzir outros tipos de imagens sobre a relação dos trabalhadores com Perón, projetando o “novo” trabalhador em uma posição “ativa”, com “voz”. Além disto, no governo, alguns cargos importantes foram atribuídos aos trabalhadores sindicalizados, como da *Secretaria del Trabajo y Previsión*, posteriormente, Ministério do Trabalho dirigido por José Maria Freire, do grêmio dos vidraceiros, do Ministério Interior, dirigido por Ángel Borlenghi, dos empregados do comércio, entre outros.

Ainda que possamos questionar os limites de atuação dos trabalhadores em tais cargos, nos interessa mais pensar o significado simbólico dos trabalhadores em cargos importantes do Governo peronista. O significado pode ser compreendido a partir de dois aspectos mais amplos: o reforço de imagens como um governo *de e dos* trabalhadores; e, conseqüentemente, o reforço de imagens de apoio, coesão e lealdade, a partir do fortalecimento dos laços entre Perón e os trabalhadores, uma vez que ele seria o primeiro governante a dar a oportunidade aos trabalhadores de atuar no Governo. Além de diferenciar também as imagens produzidas e reproduzidas no varguismo e no peronismo, isto é, o varguismo como um governo *para* os trabalhadores e o peronismo como um governo *para, de e dos* trabalhadores.

Outro aspecto distinto foi a projeção das imagens do discurso oficial sobre Perón. Na Argentina, até mesmo pelos acontecimentos que relacionaram Perón aos trabalhadores, como o de 17 de outubro de 1945, e por ter sido eleito presidente a partir de um partido dos trabalhadores, o *Partido Laborista*, não foi possível apagar a história dos trabalhadores ou parte dela, pois lhe auxiliou a chegar à presidência e constituía base de apoio significativo ao novo governo. Deste modo, pelo discurso oficial, Perón tentou se apropriar da luta dos trabalhadores, colocando-se como o grande condutor.

No tocante aos discursos políticos de Perón, o que se assemelha nos discursos políticos de Vargas, além da autodenominação como “primeiros” a considerar os trabalhadores, é a demarcação do tempo e da diferença entre a situação daquele momento em contraste com a anterior, como podemos notar a partir do trecho:

(6) Com exceção do primeiro ano, 1938, em que discursou Luis Augusto França, o presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal.

Pasan por mi memoria tantos primeros de mayo desde 1910. Siendo estudiante he presenciado los primero de mayo más trágicos de toda la historia del trabajo argentino. Los veo resurgir en 1916, 1917, 1918; Y los veo también mucho después, cuando las masas argentinas llegaban a esta plaza para reclamar justicia, desilusionadas por su destino ingrato; justicia que nunca obtenían, que nunca les alcanzaba. Cuántas veces he presenciado con dolor, a través de casi mis cincuenta y dos años de vida, el desfilar de esa lucha que el proletariado argentino libró, generación tras generación, por afirmar conquistas que no significaban más que la realización de una justicia fundamental y primaria, reclamada por quién trabaja y todo lo producía ante la negativa de quien todo lo disfrutaba y lo usufructuaba (PERÓN, SD, p. 37).

O “tempo novo” era composto por uma “nova” Argentina, um “novo” homem e, por essa razão, os trabalhadores não poderiam ter as mesmas representações do momento anterior. A marcação do novo tempo argentino, iniciado em 1943, em oposição ao anterior, revela não apenas outro posicionamento do governante diante da classe trabalhadora como também novas formas de se referir e se relacionar com ela, agora, como força política e social do governo.

Entre as imagens dos trabalhadores que aparecem nesses discursos políticos do “novo” tempo estavam a de unidos, leais, sinceros, dignos, conscientes e alegres. Com relação às imagens, notemos a retomada que propiciou o “novo” tempo:

Desfilan por nuestra imaginación y por nuestro recuerdo los días vividos a través de las etapas reivindicatorias de la Patria que comenzaron en junio de 1943. Primero, las reformas que fueron como la iniciación y la siembra de la simiente que había de cristalizar y florecer a lo largo del trabajo y sudor argentino. Después, el gobierno, nuestro gobierno, el gobierno del pueblo, el gobierno de los descamisados, el gobierno de los pobres, de los que tienen hambre y sed de justicia. Por eso, en esta plaza, la histórica Plaza de Mayo de todas nuestras epopeyas, han latido al unísono amalgamados en un solo haz todos los corazones humildes que por ser humildes son honrados, son leales y son sinceros. Después, la Constitución, la Constitución Justicialista, que ha hecho de la tierra argentina una Patria sin privilegios y sin escarnios; que ha hecho del pueblo argentino un pueblo unido, un pueblo que sirve al ideal de una nueva Argentina, como no la han servido jamás en nuestra historia. Esas tres etapas vividas por el pueblo argentino: la reforma, el gobierno y la Constitución argentina, nos han dado un estado de justicia y un estado de dignidad y nosotros los transformaremos en un estado de trabajo (PERÓN, 1949, SP).

Podemos, então, observar a relação direta que Perón estabelecia entre as suas ações, as ações do Governo, com a nova situação do trabalhador. Este trecho reúne as imagens de lealdade, sinceridade, amizade, dignidade e justiça social, demonstrando como tais imagens eram complementares e combinadas, compondo o “novo” trabalhador. Nos discursos políticos estudados, estas imagens, ainda que fossem apresentadas de forma separada, estavam sempre relacionadas à figura de Perón, do governo ou do movimento peronista.

Com relação à retórica de seus discursos políticos, para James (2013), Perón se diferenciava de caudilhos ou caciques políticos tradicionais, pois proclamava que o Es-

tado só poderia ser uma força social, defensor dos direitos sociais, se os trabalhadores tivessem unidos e organizados em torno e dentro dele, isto é, o Estado era o espaço onde os trabalhadores, como força política, poderiam atuar político e socialmente para estabelecer as suas exigências e garantir seus direitos. Estas imagens reforçavam o papel do trabalhador para atingir o “lema” peronista: país socialmente justo, economicamente livre e politicamente soberano.

Vale dizer que, tal como no varguismo, houve uma apropriação da data emblemática dos trabalhadores para frisar o “novo” tempo:

Este 1º de mayo, el primero desde que me encuentro en el Gobierno, lo festejamos como fiesta incorporada a las grandes efemérides de nuestra Patria. Lo festejamos como el advenimiento de una nueva era para esta Patria tan amada, por la que trabajamos sin descanso día y noche, si es preciso (...). En este 1º de mayo hemos alcanzado esa paz y tranquilidad provisorias. Hemos logrado conformar la conciencia social de nuestro pueblo, donde un gobierno de trabajadores marcha al frente de la columna obrera más grande que pueda haberse formado en esta tierra (PERÓN, 2002, p. 40).

Como podemos notar, o trecho revela o novo tempo da Argentina peronista combinada com imagens do discurso oficial de um governo de trabalhadores. Ademais, também devemos ressaltar a apropriação da própria história dos trabalhadores argentinos, sendo que o grande condutor desta “outra” história era Perón. Novamente, vale assinalarmos a outra face do discurso oficial, isto é, a censura e repressão aos trabalhadores que não estavam com o governo.

A legislação trabalhista e a política social também foram amplamente utilizadas. Entre as leis trabalhistas criadas, figuram: 13º salário; fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário mínimo; regime de trabalho para menores; cobrança de salários nos feriados; férias anuais remuneradas para todos os trabalhadores; criação do Instituto Nacional de Previdência Social e da Administração Nacional da Moradia para os trabalhadores; aprovação do regime legal das Associações Profissionais, que regulamentavam o funcionamento dos sindicatos; além da criação do Tribunal Superior do Trabalho. Estas políticas seriam reunidas nos direitos dos trabalhadores na Constituição de 1949. Além destas leis, devemos recordar o centro de políticas sociais associadas à *Fundación Eva Perón*, atuando nos campos da saúde, da educação, do turismo e da assistência social.

O papel, a imagem e o significado da cidadania também foram utilizados e são essenciais para a compreensão do período. Para James (2013), o atrativo político fundamental do peronismo residia na sua capacidade em redefinir a noção de cidadania, dentro de um contexto mais amplo, essencialmente social. Ainda de acordo com o autor, no discurso peronista, a cidadania não deveria mais ser definida apenas em função dos direitos individuais e as relações dentro da sociedade política, mas sim em função da esfera econômica e social da sociedade civil, assinalando a importância da justiça social, da garantia dos direitos sociais do povo argentino. Ademais, tal como no varguismo, cidadania implicava também em pertencer a uma totalidade, relacionada diretamente à identidade nacional argentina.

Apesar desse aspecto em comum, Capelato (2009) apresenta a distinção entre as perspectivas da cidadania no varguismo e no peronismo:

A política varguista iniciada uma década antes da peronista e, portanto, numa conjuntura diversa, apresenta distinções já identificáveis nas denominações “justicialismo” e “trabalhismo”. Enquanto na Argentina, a “justiça social” foi o carro-chefe do peronismo, no Brasil, ela ocupou um papel secundário já que o objetivo principal do novo regime era a reforma do Estado com vistas ao desenvolvimento econômico e à disciplinarização da força de trabalho. Isso não significa que o Governo não tenha introduzido modificações importantes no mundo do trabalho, mas elas são modestas quando comparadas com as ocorridas na Argentina (CAPELATO, 2009, p. 214).

Outro fator que contribuiu para as modificações importantes no mundo do trabalho foi a situação econômica distinta nos dois países, como mencionamos no início desta parte (CAPELATO, 2009). No caso argentino, o contexto econômico favorável tornou possível a percepção real da melhora das condições de vida dos trabalhadores.

A tônica argentina também auxilia na compreensão da formulação da doutrina e cultura política justicialista. Como procuramos demonstrar até o momento, ainda que em bases distintas do trabalhismo varguista, o justicialismo peronista também pode ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à justiça social. A partir do discurso oficial, podemos observar que o justicialismo também lança raízes na experiência do movimento operário e sindical dos anos anteriores a 1943, mas, diferentemente de Vargas, Perón não negaria a experiência, mas se apropriaria e se colocaria como o grande condutor dos trabalhadores. Os usos, as apropriações e as ressignificações do justicialismo também podem ser notados na Argentina atual.

As novas imagens sobre os trabalhadores combinadas com a legislação trabalhista e políticas sociais dariam o tom da reinvenção. As imagens e a legislação seriam intensificadas no segundo governo de Perón, em razão da debilidade da situação econômica e, conseqüentemente, política. No caso da situação econômica, com o término da Segunda Guerra Mundial, por distintos fatores, foi iniciada uma crise do setor externo argentino, que teve conseqüências na atividade industrial nacional, pela dificuldade de importar máquinas e equipamentos, impulsionando a inflação. Além disso, os subsídios públicos foram cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves. Diante desse cenário, o Governo peronista mudaria algumas de suas políticas, sobretudo com relação à atração de capitais estrangeiros, promovendo inclusive uma campanha que diminuía as restrições a importações de máquinas e equipamentos, tal como o envio dos dividendos para fora do país (BAILY, 1986).

O cenário de “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais e, assim, o segundo governo enfrentaria maiores dificuldades com os trabalhadores. As greves dos trabalhadores somadas ao acirramento da oposição sindical e à morte de Eva Duarte Perón contribuiriam para o cenário complexo instaurado. Decorrente do contexto exposto, os discursos políticos a partir de 1952 teriam um tom mais agressivo do que os

apresentados até o momento. Perón convocava, explicitamente, os trabalhadores para uma batalha contra os inimigos internos e externos da Argentina:

Compañeros: Estamos en un momento en que todos debemos de preocuparnos seriamente, porque la canalla no descansa, porque están apoyados desde el exterior. Decía que es menester velar en cada puesto con el fusil al brazo. Es menester que cada ciudadano se convierta en un observador minucioso y permanente porque la lucha es subrepticia. No vamos a tener un enemigo enfrente: colocan la bomba y se van. Aumentan los precios y se hacen los angelitos. Organizan la falta de carne y dicen que ellos no tienen la culpa (PERÓN, 1952, SP).

A partir do segundo Governo, também ficaria mais evidente a oposição entre um “nós” pleno, substancial, que coincide com o coletivo “argentino”, “pátria”, e um “eles” pleno, racional, que coincide com o coletivo “antiargentino”, “antipátria”. O adversário não tinha um projeto político, mas era aquele que colocava obstáculos ao projeto político de Perón, coincidente com a verdade e a realidade argentina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos estudar os imaginários sociais sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo, propondo uma ideia de reinvenção sobre os trabalhadores nestes momentos. Ao longo do trabalho, também tentamos demonstrar as proximidades e afastamentos entre estas reinvenções.

Em alguma medida, refletir sobre tais reinvenções é também refletir sobre as distintas formas de produção e reprodução dos discursos oficiais sobre os trabalhadores. Com relação aos discursos oficiais, vale assinalar, como procuramos demonstrar na introdução deste trabalho, que tais discursos, compreendidos como uma forma de expressar os imaginários sociais, não necessariamente, correspondem à “verdadeira” atuação ou história dos trabalhadores nestes momentos. Tais discursos oficiais selecionaram determinados elementos e forjaram uma versão específica destes momentos: as suas, ou seja, a do varguismo e a do peronismo e, em nosso caso, a de Vargas e de Perón. Portanto, este trabalho compõe uma das versões forjadas sobre o varguismo e o peronismo e a relação com os trabalhadores, possível de análise e reflexão, em um primeiro momento, e de comparação ou contraposição com outras versões, em estudos posteriores.

Com relação aos imaginários sociais apresentados, ainda que buscassem atingir os “corações” e “mentes” dos trabalhadores e produzir imagens de apoio, coesão e legitimidade destes governos, vale assinalarmos que não consideramos recepções homogêneas, senão múltiplas, complexas e não lineares, justamente pela importância do sentido destas produções.

A multiplicidade destes fenômenos pode ser observada a partir daqueles estudos que utilizaram as cartas enviadas a Vargas e a Perón, como os de Ferreira (1997) e Marcus Dezemone (2006), onde é possível notar que os resultados destas produções são imprevisíveis e o fazer crer e o querer crer a partir destes discursos políticos selecionados nem sempre estão juntos com o crer.

5 BIBLIOGRAFIA

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (org.). *Dossier Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*. Disponível em: <<http://historiapolitica.com/dossiers/trabajadores-peronismo/>>.
- DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos*. 2008. 299p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário da cultura popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1962.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re)invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração da América Latina). Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-SP, 2015.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- PERÓN, Juan Domingo. “Cuadernillos de formación político-sindical, número 02”. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Discursos de Juan D. Perón, 1946-1947. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.
- TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012.
- VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D’Araújo (org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- WEBER, Max. *A política como vocação*. In: WEBER, Max. *Ciência e política – duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ENTRE ARIEL E CALIBÃ: RICHARD MORSE E A DEFINIÇÃO DO “OBJETO AMÉRICA LATINA”

*BETWEEN ARIEL AND CALIBAN: RICHARD MORSE AND THE DEFINITION
OF THE “OBJECT LATIN AMERICA”*

Rodrigo Medina Zagni^(*)

Universidade Federal de São Paulo, Osasco (SP), Brasil

Resumo: Richard Morse, um dos mais importantes estudiosos norte-americanos da História do Brasil, teve na obra *O Espelho de Próspero* sua mais importante e polêmica argumentação já publicada e cujos interlocutores foram, essencialmente, historiadores brasileiros. Nosso objetivo, é o de mapear, por meio de revisão bibliográfica, a discussão historiográfica que se deu a partir do impacto da publicação da obra no Brasil, revelando distintas e significativas visões sobre as relações entre a América Latina e os Estados Unidos, e entre ambos e a Europa; contribuindo assim com este denso e complexo campo de estudos.

Palavras-chave: Richard Morse; Ibero-América; Anglo-América.

Abstract: Richard Morse, a leading American scholars of the Brazilian History, had in his most important work *The Prospero's Mirror* his controversial arguments already published and whose partners were essentially to Brazilian historians. Our goal is to map, through a literature review, the historiographical discussion that took place from the publication of the piece in Brazil, revealing distinct and significant views about the relations between Latin America and the United States, and between both and Europe. The aim of our is contributing with this dense and complex field of studies.

Keywords: Richard Morse; Latin America; Anglo American.

(*) Doutor, professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. *E-mail:* <rodrigo.medina.unifesp@gmail.com>. Recebido em: 22.08.2014; aceito em: 11.04.2015.

1 INTRODUÇÃO

Richard McGee Morse (1922-2001), historiador e ex-professor de História das universidades de *Yale* e *Stanford*, defendeu doutorado no final da década de 1940 sobre a cidade de São Paulo com a tese *Formação Histórica de São Paulo*, sendo reconhecido hoje como um dos mais importantes estudiosos norte-americanos da História do Brasil.

A obra que assim o consagrou foi *O Espelho de Próspero*, publicada primeiro no México, em 1982, e no Brasil, em 1988, cujos argumentos ali sugeridos provocaram imensa polêmica no ambiente acadêmico e intelectual brasileiro, sobretudo entre os estudiosos do período colonial. Isso porque, ao invés de condenar a herança ibérica, seguindo a interpretação vigente no período, Morse identificou vantagens que teria a cultura hispânica, em sua flexibilidade e possibilidades de interação com a intransigente cultura norte-americana.

Sua análise teve como meta chegar às “mentalidades” vigentes nas sociedades americanas, partindo da literatura como meio de interpretar a América e relacionando-as a universos distintos no Velho Mundo, que explicariam as profundas cisões que cortam as sociedades do Hemisfério Ocidental. Tendo optado pelo gênero ensaio, a obra é uma espécie de continuação de dois artigos anteriores que exploraram a tradição política latino-americana: *Toward a theory of Spanish American Government*, publicado no *Journal of the History of Ideas* (1954); e *The Heritage of Latin America*, publicado no livro organizado por Louis Hartz (1919-1986), *The founding of new societies* (1964).

A alegoria do *Espelho de Próspero* é de origem shakespeareana e faz menção ao universo representado no romance *A Tempestade*, considerada a última peça de William Shakespeare (1564-1616), escrita de 1610 a 1613. A relação entre o romance e as questões de identidade superestrutural latino-americanas já havia sido feita por diversos autores, o mais célebre deles o ensaísta uruguaio Jose Enrique Rodó (1872-1917), no clássico *Ariel* (1947), publicado em 1900. Apesar da referência a *Ariel*, a inspiração para o título, segundo o próprio Morse, foi o ensaio *El mirador de Prospero* também de Rodó, este já de 1909 e no qual, ao contrário do que possa parecer, o termo *mirador* se refere à torre, não a espelho.

Seu objeto no ensaio foram as faces anglo-saxônica e ibérica do Novo Mundo, portadoras, no longo processo de interpretações que sofreu, de duas aparências: uma Anglo-América mais moderna e realizada; contraposta à Ibero-América irregular e relativamente atrasada. O objetivo foi o de ampliar as reflexões anteriores e verificar, pelo confronto dialético entre Anglo e Ibero-América, se a civilização ibero-americana, portadora de história, teria alguma mensagem para o mundo moderno.

Para isso, a análise de Morse recorreu ao passado medieval com o objetivo de rastrear o nascedouro das clivagens entre o mundo anglo-saxônico e o ibérico no campo das mentalidades, das concepções de sociedade e das escolhas políticas engendradas por duas realidades: uma cientificista e outra tomista.

No percurso do Ocidente medieval à Europa Moderna, Morse articulou no tempo e no espaço o estudo de autores da Filosofia, Teologia, História, poesia e ensaios literários,

correntes teóricas, eventos episódicos e processos históricos, construindo um objeto para o qual deu uma ampla visão de conjunto, o que lhe possibilitou identificar pontos de transição, convergências e divergências entre projetos civilizacionais e processos históricos.

No *Espelho de Próspero*, Anglo e Ibero-América substituíram conceitualmente os termos EUA e América Latina não por mera terminologia, mas para realçar as heranças ideológicas e institucionais recebidas do Velho Mundo pelo Novo Mundo, do que trata, em essência, o ensaio. Os novos conceitos provêm exatamente do estudo do longo processo que teria amalgamado mentalidades distintas e que, por sua vez, teriam resultado em dois modelos de civilização, de escolha política, institucional e social, transportados para o Novo Mundo pela via da colonização.

Para Morse, a tradição latina havia, até ali, sido objeto de profunda mitificação e, por conta disso, a própria origem do termo América Latina estaria carregada de artificialismos, dada a sua construção responder à necessidade de legitimação do avanço de Carlos Luís Napoleão Bonaparte (1808-1873) – Napoleão III de França – em direção ao Hemisfério Ocidental. Na realidade, a tradição latina seria muito mais ampla e antiga, não apenas francesa, mas também italiana e ibérica, o que essa simples construção semântica não compreenderia. Anglo-América e Ibero-América, portanto, são analisadas por contraste numa relação dialética na qual são postas em confronto duas visões de mundo equidistantes.

O ensaio, publicado no Brasil, recebeu variadas leituras, interpretações e foi o epicentro de acalouradas discussões com as quais o próprio autor, em graus distintos, acabou se envolvendo na defesa de suas concepções e tentando dar conta dos comentários entre historiadores no final daqueles anos de 1980 a propósito do livro⁽¹⁾, de que: “o Brasil vai mal, exceto para Morse” (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 82).

É dessas interpretações que trataremos, por meio de um exercício de revisão bibliográfica, nesse breve estudo, buscando sublinhar o posicionamento de parte significativa da historiografia brasileira que se debruçou sobre questões relativas às heranças coloniais no novo mundo, bem como ao contraste entre América do Norte e América do Sul.

Para tanto, dividimos nossa análise em sete partes: a primeira destinada a aspectos de natureza biográfica e ao momento de descoberta, do então jovem Richard Morse, de sociedades latino-americanas, bem como da influência que sua intelectualidade exerceu em seu período formativo; em seguida, verificaremos de que forma Morse teria identificado no passado medieval europeu as escolhas políticas que, por sua vez, determinaram a existência de dois mundos distintos, no Hemisfério Ocidental, depois do séc. XV; noutra sessão, nos dedicaremos às repercussões que o iluminismo, o liberalismo e o marxismo, movimentos europeus, tiveram para essas realidades tão duais no Novo Mundo; logo, em seguida, analisaremos os argumentos de Morse acerca do “desígnio ocidental”, espaço de crítica às estereotipadas categorizações já feitas da América Latina por parte

(1) A mais polêmica discussão se deu por meio dos artigos do sociólogo Simon Schwartzman e das respostas de Morse, publicadas na revista *Novos Estudos CEBRAP*, nos números 22, de outubro de 1988; 24, de julho de 1989; e 25, também de 1989.

do pensamento intelectual americanista, sobretudo nos EUA; também de uma análise de enquadramento ontológico e axiológico do “*Espelho de Próspero*”, lugar de identificação não de uma filosofia da história a partir de seus elementos teórico-conceituais, mas de uma sociologia da história que teria recorrido, a fim de destacar os EUA do fundo reluzente da América Latina, ao ideal tipo de origem weberiana.

Recuperando discussões historiográficas em torno de suas proposituras, poremos sob análise crítica o conceito de Íbero-América, dado o problema da indistinção, nessa propositura, entre os casos ibérico e lusófono; e, antes de nossas considerações finais e ainda recorrendo ao mapeamento de parte significativa das discussões historiográficas provocadas pelos argumentos de Morse, trataremos do problema da validade da utilização do “*jogo de espelhos*” – ou seja, da análise por contraste entre EUA e América Latina – para a análise da realidade latino-americana.

2 A DESCOBERTA DA AMÉRICA POR UM NORTE-AMERICANO

Informa-nos o próprio Richard Morse (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 77-78) que sua primeira vinda ao Brasil, da qual resultaram suas primeiras impressões sobre o contraste entre a realidade na qual vivia e a realidade ao sul da linha do Equador, não tinha uma finalidade acadêmica. Havia concluído já sua graduação pela Universidade de Princeton, retornado da guerra e iniciado sua pós-graduação na Universidade de Columbia. Desde o primeiro contato com a “*Chicago da América do Sul*” (como se referia a São Paulo), quis escrever um livro sobre as impressões que o profundo contraste lhe gritara e não uma tese acadêmica.

Contudo, em 1947, ano em que retornou ao Brasil depois de ser contemplado com uma bolsa de estudos, suas obrigações eram essencialmente acadêmicas e o resultado, segundo o sociólogo Antonio Cândido de Mello e Souza (1992, p. 07), foi “... talvez a melhor monografia até hoje escrita sobre a cidade”. Durante todo um ano, permaneceu em São Paulo, um mês no Rio de Janeiro e dividindo mais um mês para as capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Bahia.

Dentre suas indas e vindas ao Brasil, teve intenso contato com uma produtiva e significativa intelectualidade brasileira que sob vários aspectos muito lhe influenciou.

Na Faculdade de Filosofia, na Praça da República, em São Paulo, teve contato direto com os assistentes do professor, ensaísta e sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974): Antonio Cândido e Florestan Fernandes (1920-1995), ambos que se consagrariam, posteriormente, dentre os mais importantes e influentes intelectuais brasileiros e dos quais se tornou não tão somente amigo, mas discípulo, especialmente de Antonio Cândido, “... o crítico literário mais brilhante e promissor do Brasil” (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 77-78), cujas interpretações literárias e sociológicas devalavam um universo de possibilidades de se compreender aspectos significativos das sociedades por meio de sua produção literária, levando ao que, posteriormente, seria chamado de “mentalidades”. Conheceu o historiador e crítico literário Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) quando este era diretor do Museu Paulista (entre os anos de 1946 e 1956) e que teria também lhe ajudado enormemente em seus estudos.

Apesar de não ter conhecido pessoalmente o historiador Caio Prado Júnior (1907-1990), tomou contato com sua obra e, com isso, com uma interpretação marxista sobre a História do Brasil e da América Latina e que acabou matizando boa parte das interpretações subseqüentes sobre o passado colonial.

No Rio de Janeiro, encontrou-se mais de uma vez com o sociólogo e antropólogo Gilberto de Mello Freyre (1900-1987), notadamente o criador de um dos mais difundidos matizes teórico-interpretativos sobre a sociedade brasileira colonial e, mais amplamente, sobre a América Latina.

Também participou de outros círculos intelectuais que compuseram o repertório de influências ao qual esteve circunscrito, neste sentido, em torno dos artistas modernistas que lhe foram apresentados pelo poeta Oswald de Andrade Filho (1890-1954). Dentre eles, os pintores Anita Catarina Malfatti (1889-1964), Lasar Segal (1891-1957) – também escultor – e Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976). No Rio de Janeiro, se encontrou com Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho (1886-1968), poeta, crítico literário e de arte, representante também do modernismo brasileiro, que constituiu o repertório cultural intensamente produtivo com o qual Morse teve contato e que lhe apresentou, junto de outros modernistas, uma cultura viva que redescobria e reinventava a si mesma.

Essa reinvenção, nas letras e nas artes visuais, tinha importantes representantes nas vanguardas artísticas e intelectuais próximas de Morse; primordialmente, no círculo de São Paulo – a Faculdade de Filosofia, a casa de Oswald de Andrade, a Associação Brasileira de Escritores etc. –, com os quais manteve relações mais intensas.

Não só Oswald, como seu irmão Mário Raul de Moraes de Andrade (1893-1945), seriam privilegiados motivos de densas reflexões sobre cultura e mentalidades na sociedade paulista, como no confronto cruzado entre ambos e as obras de Thomas Stearns Elliot (1888-1965) e William Carlos Williams (1883-1963), elaborado por Morse.

Depois da década de 1970, como consultor da Fundação Ford no Brasil, numa passagem muito breve, estreitou seus laços com a comunidade acadêmica carioca, bem como se aproximou do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1973 e que publicaria uma série de artigos relacionados à polêmica em torno de suas teses na revista *Estudos Históricos*.

Em 1992, quando completou 70 anos, parte significativa de seus mais renomados amigos brasileiros, aqueles que melhor souberam desempenhar concomitantemente os papéis de intelectuais e acadêmicos, renderam-lhe uma expressiva e significativa homenagem com a publicação de *Um americano intranquilo*, promovida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que conta com capítulos do amigo e parceiro intelectual Antonio Cândido, do historiador Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota, com quem trabalhou no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho; e do antropólogo Roberto DaMatta, entre outros.

3 A ORIGENS PROFUNDAS DE DUAS AMÉRICAS DISTINTAS

As inquietações de Morse partem de um lugar social, no tempo e no espaço, inusitado e ao mesmo tempo necessário: partem de dentro de uma sociedade – a norte-americana – cujo pensamento acadêmico legitimava sua condição de civilização, diante da barbárie incólume a ser civilizada ou submetida – a América Latina; entendendo as duas situações como etapas correlacionadas. Lugar cômodo, reconfortante e para o qual as perguntas de Morse representavam graves ameaças num tempo em que se reafirmava a superioridade estadunidense em contexto de uma guerra, em essência, entre distintos projetos civilizacionais (comunismo vs. capitalismo).

Para o mundo industrial, o modelo liberal-protestante era alardeado como o mais adequado; enquanto em termos políticos, no afã de cooptar corações e mentes, o modelo anglo-americano propagandeava a si mesmo como mais pluralista. E a Ibero-América, como Morse insistia em designar a América Latina? O que ela representava diante desse pretensamente progressista e antigo mundo novo?

Somente alguém de dentro, no tempo e no espaço, para resistir a essas mensagens de autorreferência valorativa, o que possibilitou uma nova ordem de questionamentos: a ibero-católica nação ibérica seria portadora de modelos anacrônicos e inadequados às novas sociedades? Os homens do sul da América estariam mais ou menos abertos ao novo (os adventos do progresso) em relação aos do norte? Inconvenientes inquietações e que necessitavam de respostas gravemente trabalhosas; isso porque, a resposta de Morse para essas oposições existenciais seriam resultado de escolhas historicamente alocadas.

Suas matrizes foram construídas na primeira parte de que trata o ensaio que estabelece as relações entre Anglo e Ibero-América – América Anglo-Saxônica e América Latina – como portadoras de uma pré-história europeia, o que requereu do autor uma análise retrospectiva. Seria necessário, com isso, ir além das interpretações simplistas que diferenciaram os dois universos apenas como culturas, ou católica, ou protestante, por sua vez, instituições orgânicas ou atomísticas. Seria preciso identificar a matriz moral, intelectual e espiritual comuns à civilização ocidental, cujo período formativo teria ido do século XII ao XVII e que teriam sido incorporadas pelos novos Estados em períodos posteriores.

Nesse período, que inclui o momento em que a América Ibérica era apenas um embrião, constituiu-se o projeto histórico ocidental, com desdobramentos no âmbito tanto filosófico quanto científico. No caso dos Estados Ibéricos, esse projeto foi reformulado mantendo traços deste período formativo para os quais as permanências adviriam já do declínio da sociedade medieval no âmbito da visão cristã, mas cujas hipóteses permaneceram firmes.

À medida que o poder papal declinava na Espanha, crescia em importância o poder de influência das universidades, já em número de 33 no século XVII, integrando-se aos projetos gerais do Estado. Ocorre que, no caso ibérico, não só as universidades não foram anticlericais, como também não constituíram o lócus de ocorrência de nenhuma revolução científica. A visão ordenada do universo, que permeava o pensamento acadêmico dessas primeiras universidades ibéricas, era produto do tomismo, sistema

filosófico-teológico tributário a Tomás de Aquino (1225-1274), circunscrito, portanto, à cristologia escolástica e que, por meio do probabilismo, subordinava a lógica aristotélica à cosmologia cristã.

Essas características revelariam, para Morse, que os traços de distinção do caso ibérico estariam alocados num campo muito mais amplo de ocorrências do que eventualmente a historiografia tratara. Isso porque as tradições europeias tomaram uma forma muito específica na península ibérica: quase intocada pela Reforma Protestante, pelo Renascimento em sua forma italiana, pela Revolução Científica, pela Revolução Industrial ou pelo Iluminismo, como filosofia moral ou política, elementos que de forma articulada fomentaram revoluções políticas, como no caso da inglesa e da francesa: isso por razões de cronologia, disposição institucional ou por mera geografia.

O desdobramento de uma recusa consciente à influência das revoluções científica e religiosa, caras ao universo anglo-saxônico, foi a renegação tanto da ciência quanto da consciência como instrumentos de construção de provas objetivas e subjetivas da realidade, possibilitando a permanência de uma autoridade política alicerçada pela tradição e pela doutrina.

Contudo, um componente fundamental na determinação da especificidade ibérica: a influência moçarábica, vigente de 711 (com a invasão árabe à península) a 1492 (com a queda de Granada, marco da Reconquista), é mencionada muito superficialmente por Morse, que não se detém sobre uma análise profunda das transformações operadas naquela sociedade com o advento da cultura árabe e que determinaram traços constitutivos de suas mentalidades, isso porque a tarefa de incorporar povos não cristãos à civilização europeia teria auxiliado a modernidade no caso espanhol, levando à construção de um novo Estado, uma nova visão de mundo e de um novo Homem. O assédio aos inimigos, primeiro, árabes-muçulmanos e, depois, judeus, fomentou a unidade da cristandade em torno da reconquista por um lado; enquanto, por outro, as contribuições dessas duas civilizações às sociedades ibéricas foi notável. Todavia, não têm, ambos os casos e nas duas perspectivas propostas, tratamento no ensaio de Morse.

A especificidade se daria ainda pelas condições que teriam levado o caso espanhol a se alinhar mais adequadamente ao tomismo, visão coerente e hierárquica do universo, em contraposição à influência do filósofo escolástico John Duns Scot (1226-1308) – ou Scotus – e de seu discípulo, William de Ockham (1287-1347). Em função da predominância desta cosmovisão, as instituições político-religiosas gozavam de maior legitimidade para o cumprimento de um programa nacional estabelecido com muito mais clareza que outros Estados no mesmo século XVI.

A Igreja seria o corpo místico; o Estado, o corpo político e moral; o Homem cristão e/ou natural (na concepção do jusnaturalismo), pagãos ou infiéis, seguiriam sendo capazes de associações políticas.

Sob os reis católicos – Isabel I de Castela (1451-1504) e Fernando II de Aragão (1452 - 1516) – e Tomás de *Torquemada* (1420-1498), o inquisidor-mor dos reinos de Castela e Aragão, o modelo de sociedade de que tratou Morse não poderia mais ser verificado dado o grau de violência que tomou a Inquisição Ibérica no período subsequente ao século XVII.

No entanto, para o período, tratava-se de uma visão de mundo moderna estabelecida anteriormente às implicações das revoluções religiosa e científica, ambas externas à península. Isso teria se desdobrado em clivagens fundamentais, perceptíveis na distinção entre América Latina e Anglo-Americana, segundo suas características: os ibero-americanos seriam partidários da doutrina e da ordem social (tributárias ao Antigo Regime), dotados de uma visão compreensiva e unificadora; enquanto os anglo-americanos estariam entregues ao pragmatismo, à regeneração ou autotranscendência, dotados de uma visão empírica de mundo (MORSE, 1988a, p. 48).

Sobre a Revolução Científica, Morse diferenciou o caso ibérico do italiano primeiro pela origem dos cientistas, intelectualmente formados em uma cultura católica que permitia desafiar o monopólio das interpretações eclesásticas (católicas ou protestantes) em busca da certeza objetiva, enquanto o cientificismo definia-se por seu caráter notadamente anticlerical.

Nesse contexto, a escolha da política ibérica foi feita, para Morse, já na segunda metade do século XVI, também pelo tomismo. Nesse campo político, sob a escolástica tomista pós-clássica, a influência maquiaveliana – notável no restante da Europa – ganhou sua versão espanhola no probabilismo do teólogo dominicano Bartolomé de Medina (1497 – 1585), professor da Universidade de Salamanca e que, em 1577, teorizou-o a partir do princípio básico de que, para questões as quais não houvesse um pronunciamento do magistério da Igreja – definidas então como discutíveis – uma proposição que pudesse ser objeto de prova de que determinada postura seria lícita (moralmente boa, tendo como paradigma a moral cristã), poderia orientar a ação, ainda que a opinião contrária fosse mais provável em termos empíricos, ou seja, seria justificado realizar uma ação ainda que contrária ao saber dominante numa determinada sociedade caso houvesse a probabilidade, ainda que ínfima, de os resultados (*a posteriori*) serem moralmente bons. Elaborado por um dominicano e incorporado pelos jesuítas como princípio legitimador de suas condutas cristãs (tomistas), a virada absolutista (a “era dos déspotas”) que se deu em Espanha a partir do século XVIII, fez com que o probabilismo fosse execrado junto dos jesuítas que o utilizaram para defender a desobediência ao Estado absolutista, motivo pelo qual acabaram caindo em desgraça.

As bases perdidas da legitimidade e da ordem no Velho Mundo teriam sido reconstruídas na América Espanhola apenas durante sua reabilitação pós-colonial, como no caso do Estado chileno de Diego José Pedro Víctor Portales Palazuelos (1793-1837), no século XIX, e da Constituição mexicana de 1917.

Para Morse, haveria, portanto, um desafio: a comparação das tradições políticas ibero-americanas com as anglo-americanas deveria consistir um esforço que superasse as clivagens convencionais entre tomismo e lockeanismo, e cujos imperativos viriam condicionando modelos teóricos e institucionais até os dias de hoje.

No Novo Mundo, os Estados Unidos da América de Thomas Jefferson (1743-1826) e Alexis-Charles-Henri Clérel (1805-1859) – Alexis de Tocqueville – já teriam demonstrado, ainda que de forma modesta e pragmática, que dariam ao Ocidente uma grande contribuição.

A escolha política inglesa foi feita na metade do século XVII e, ao contrário do caso ibérico, a opção política anglo-saxã foi diretamente influenciada pelas quatro revoluções: científica, religiosa, comercial e política. Daí o abismo que separariam, no Novo Mundo, dois mundos gravemente distintos, entre um pragmatismo individualista lockeano e um universalismo tomista.

4 ILUMINISMO, LIBERALISMO E MARXISMO PARA REALIDADES DISTANTES DEMAIS

Adentrando a história das relações entre Anglo e Ibero-América, as opções políticas tomadas, na realidade que fosse, passariam obrigatoriamente pelo processo de difusão das ideias iluministas na Europa.

Sobre o iluminismo no mundo ibérico, Morse identificou dois períodos fundamentais do chamado século ilustrado na Espanha: o de Benito Jerónimo Feijoo e Montenegro (1676-1764) – Benito Feijoo; e o de Baltasar Melchor Gaspar María de Jove Llanos y Ramírez (1744-1811) – Gaspar Melchor de Jovellanos. Contudo, o pensamento ilustrado na Espanha seria mais um mosaico do que um sistema, não demonstrando nenhuma possibilidade ou perspectiva de fusão.

A emancipação política da América Espanhola, nesses termos, antes de ter estado conectada a ideologias provenientes do Ocidente moderno, politicamente convulsionado, teria raízes profundas nas tradições espanholas medievais, motivo pelo qual a independência da América Hispânica levou à desagregação da tão sonhada unidade bolivariana à circunscrição dos interesses das famílias de elites crioulas.

Sobre a constituição social ibero-americana, em contraposição à constituição étnica dos EUA, a origem indígena e o componente africano configurando uma expressiva parcela da população, aliados à mobilidade espacial e ao crescimento populacional pelo viés da miscigenação, deram a esta constituição grande diversidade de tipos sociais, catalizados na mestiçagem (a partir da qual despontam elites crioulas) e polarizados entre civilizados & bárbaros, num conflito social que assume a dimensão espacial na clivagem entre campo e cidade. Ao contrário, a condição extrassocial dos escravos e depois dos libertos nos EUA, aliada à quase total ausência do indígena aniquilado (fenômeno que sequer é citado por Morse), condicionaria uma visão social mais consistente pela ausência da diversidade.

Morse observou que, ainda que marcada pela diversidade, a bipolarização da constituição cultural ibero-americana entre civilização & barbárie não teria sido invenção de Domingo Faustino Sarmiento Albarracín (1811-1888), na Argentina da década de 1840; mas já estaria firmemente consolidada como recurso explicativo da condição latino-americana desde o frei espanhol José Antonio de San Alberto (1727-1804), na década de 1780, passando por Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco (1783-1830) – Simón Bolívar –, na década de 1820. A barbárie aparecia dos campos ermos dos gaúchos ao litoral dos pescadores da Colômbia idealizada, que contrapunha o projeto de incorporação social ibérico a uma elite que não desejava se integrar.

O autor impôs uma polêmica interpretação sobre os movimentos migratórios, dados como política de Estado para países latino-americanos no século XIX, de que não se trataria de forma alguma de expressão de racismo apenso a políticas de branqueamento o que, para ele, prefiguraria explicações simplistas sobre um fenômeno que, em essência, consistiria uma tentativa de dar corpo político a uma constituição social demasiadamente diversa.

A questão é que nem todas as nacionalidades tiveram sua entrada franqueada em países latino-americanos, tendo havido uma notória predileção por alemães e italianos, muitos que fugiam das tardias guerras de unificação nacional que marcaram o início da década de 1870, dentre eles anarcossindicalistas e dissidentes de vários matizes que tentavam escapar de perseguições políticas.

A emancipação política teria levado a Ibero-América a experimentar uma emancipação também no campo das mentalidades, o que nos dizeres do filósofo mexicano Leopoldo Zea Aguilar (1912-2004) teria levado à renúncia da dialética com o passado, impedindo no século XIX sua superação, daí algum caráter de continuidade na percepção de Morse.

As independências ibero-americanas, nessa visão, não teriam sido capazes de construir sua unidade política em função da carência de uma ideologia hegemônica que tivesse plena aceitação ou aquiescência pacífica. Para isso, nem a visão ibérica nem a anglo-francesa de mundo teriam sido capazes de construir a homogeneidade necessária ao projeto bolivariano de Grã-Colômbia.

Ainda que não tivesse sido homogeneizada economicamente, encarnada num poder soberano ou cimentada identitariamente, essa emancipação mental teria sido relativamente partilhada pela intelectualidade nas décadas de 1820 e 1830. Antes disso, já desde a década de 1760 e estendendo-se até 1840, a ilustração hispano-americana teria se estabelecido por meio da incorporação acrítica das influências estrangeiras. Especificamente, no caso espanhol, limitou-se a uma ilustração católica inconclusa, uma espécie de modernização pela metade e, nas universidades, aparecia subordinada tanto à razão quanto à autoridade.

O resultado foram as luzes na Hispano-América, tendo como agentes promotores predominantemente crioulos, determinando, por sua vez, sua correspondência com um profundo sentimento religioso, com o republicanismo rousseauiano, com o liberalismo oligárquico e com o princípio de incerteza que vigorou até as guerras de independência e compreendeu um “giro” no pensamento político latino-americano (em Bolívar, por exemplo; e na geração de 1837, na Argentina).

Para Leopoldo Zea, nestes termos, o pensamento ibero-americano teria ficado, conforme corroborou Morse, à deriva no século XIX, voltando a descobrir seus fundamentos apenas no século XX. Isso porque, neste período de 1760 a 1840, a intelectualidade ibero-americana não teria tido condições de construir uma ideologia hegemônica, restrita como estava a um número bem menor de autores que a intelectualidade francesa.

No âmbito do pensamento político-social, a contraposição se daria entre o ibero-americano desordenado e o anglo-americano instrumentalizado.

A desordem ibero-americana teria se dado, segundo Morse, por conta de condições mundiais, dentre as quais: o secularismo, o nacionalismo e a expansão capitalista que teriam, por sua vez, dado abertura para o liberalismo, para a democracia e para o marxismo, para uma formação social diversa daquela de sua origem e que não contava com pensadores de primeira grandeza para sistematizá-los, como o filósofo e economista inglês John Stuart Mill (1806-1873) e Tocqueville, por exemplo. Liberalismo e democracia não teriam sido termos correlatos e interdependentes na Ibero-América, tendo sido assimilados de forma não só independente, mas intermitente; enquanto na Anglo-América, sua coexistência teria levado à continuidade da dialética liberdade-ordem.

O liberalismo, sempre uma importação problemática, não poderia florescer como sistema político senão numa sociedade liberal (VIANA *apud*. MORSE, 1988a, p. 92). Apesar disso, a influência liberal na Ibero-América foi notável como no caso da independência mexicana, para a qual tradições como a rousseauniana foram extremamente caras.

Nesse mesmo ambiente, se deu o problema do marxismo, caracterizado logo de início pela ausência de referências à América Latina na obra de Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Heinrich Marx (1818-1883). Pode-se dizer que o precursor do marxismo latino-americano tenha sido, conforme corrobora Morse, o argentino Juan Bautista Justo (1865-1928), que traduziu o primeiro volume de *O Capital*, publicado no jornal *La Vanguardia*, e foi dirigente do Partido Socialista Argentino (filiado à Segunda Internacional). Teve grande influência no Brasil e no Uruguai, desta feita, em toda a nascente esquerda latino-americana.

Contudo, a influência do anarcossindicalismo trazido por imigrantes primordialmente italianos, por conta das preexistentes afinidades ibéricas aos populismos (herdeiros de traços já presentes no caudilhismo) foi, de início, muito maior. Daí a simpatia e engajamento de intelectuais mais com o anarquismo que com o socialismo, como no caso do peruano José Manuel de los Reyes González de Prada y Álvarez de Ulloa (1844-1918) e tantos outros.

A ocorrência da Revolução Russa em 1917 é que mudou a condição da influência socialista na América Latina. Morse comparou o marxismo russo, que obteve sucesso em sua reelaboração orientalizada e russificada, com o caso da Ibero-América que não conseguiu sua versão indígena por conta dos custos que a intelectualidade americana teria que arcar por seu engajamento, ao contrário do caso anglo-americano, que empacotava essas ideias fazendo-as circular como mercadoria e sem pressupor, de igual forma, nenhum engajamento concreto.

A concepção marxista sobre a estratificação social, bem como do motor dialético da história na forma da luta de classes, precisava ser revista para se adequar à realidade ibero-americana. Para Andrés Molina Enríquez (1868-1940), sociólogo mexicano positivista e crítico do período revolucionário, tratava-se de classes de interesses, com um sentido socioétnico em construção numa ordem social que ainda se afirmava.

A fusão entre imperativos ocidentais e a realidade ibero-americana seria feita apenas a partir do intelectual peruano José Carlos Mariátegui La Chira (1894-1930) e seu

conceito de Indo-América, elaborado sob forte influência do marxismo italiano de Benedetto Croce (1866-1952) e de Antonio Gramsci (1891-1937), que o levou a reformar o marxismo para adaptá-lo à realidade peruana e, por extensão, indo-americana.

5 AS BASES DO NOVO OCIDENTE

Na “*sombra do porvir*” de Morse, a Ibero-América teria sua própria cultura, mais ocidental que a Anglo-América, onde Velho e Novo Ocidente se encontrariam pela penetração do “*desígnio ocidental*”. Em síntese: a penetração do Novo Ocidente na Ibero-América teria sido irregular, tanto no nível popular quanto intelectual.

Disso decorreriam paradoxos. O primeiro seria o do pluralismo, cuja ideia aceita é a de que os EUA seriam pluralistas enquanto a América Latina inclinada a regimes autoritários e monolíticos, e cuja constatação seria a de que, por sua abertura à conjuntura política, os ibero-americanos é que seriam mais pluralistas. E o segundo, o da estrutura de caráter, cuja ideia aceita é a de que a solução liberal-protestante teria sido mais adequada para o mundo industrial do que a ibero-católica, enquanto a constatação feita é a de que a mentalidade ibero-americana teria sido capaz de pensar o conjunto de sua sociedade em perspectiva, enquanto o anglo-americano não possuiria a mesma capacidade de se autorreferir criticamente. A obediência voluntária e ativa ao poder constituído ou à doutrina prescrita teriam feito com que o livre-arbítrio, na Ibero-América, fosse auto-ordenado, caso da monarquia barroca na Espanha, do Brasil de D. Pedro II (1825-1891) etc. (MORSE, 1988a, p. 39-143).

Segundo a crítica de Morse ao pensamento intelectual americanista, não nominado, seus intelectuais (para ele “decadentes” em “universidades decrépitas”) não teriam sido capazes de perceber que novas sínteses culturais autênticas contribuíram com as bases do Novo Ocidente. Sua crítica atinge mais objetivamente a cliometria, o etnocentrismo, a história comparativa e o a-historicismo da academia norte-americana.

Essa crítica ganharia forma mais consistente no artigo *Brazilianists, God bless' em! What in the world is to be done?*, escrito em 1981 a pedido do historiador britânico Kenneth R. Maxwell, um dos mais importantes brasilianistas⁽²⁾, presidente da Associação de Brasilianistas e que convidara Richard Morse, que nunca se considerou um brasilianista, a palestrar sobre a situação dos estudos brasileiros nos EUA, oportunidade na qual apontou uma série de “hipocrisias” (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 87).

Sua maior crítica em relação aos brasilianistas consiste na ideia de que:

... tudo o que foi feito no Brasil antes da chegada dos brasilianistas é um pouco antiquado, impressionista. No entanto, os livros de Gilberto Freyre, Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, forneceram matrizes intelectuais para o conhecimento do Brasil. Os brasilianistas não dão isso, eles dão informação. Se você pegar os estudos de Fernando Henrique Cardoso,

(2) Publicou o importantíssimo, *A devassa da devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Otávio Ianni, Florestan Fernandes, principalmente sobre São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, feitos mais ou menos na mesma época que os dos brasilianistas, aí também você terá hipóteses sobre o funcionamento da sociedade. Os americanos vêem isso de maneira preconceituosa, como “ideias marxistas”, mas esses autores conseguem dar vida à sua história, o que eles fazem é uma aventura intelectual. (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989: 88.).

Haveria uma profunda distinção, nesse caso, entre trabalho acadêmico e trabalho intelectual, mais grave para o caso norte-americano⁽³⁾, mas cujo mal (o da modernidade) já poderia ser sentido amargamente nas universidades brasileiras (MORSE, 1983, p. 1-11).

6 ONTOLOGIA E AXIOLOGIA DO ENSAIO MORSEANO

Tentando um exercício de tipificação ontológica do autor, ao optar por não vitimizar a América Latina em suas relações com os EUA e por determinar o espelho como alegoria maior do anverso e reverso que opõem e correlacionam o mundo anglo-saxônico ao ibérico, Morse difundiu a convicção de ter superado as correntes anteriores que se debruçaram sobre os estudos das relações interamericanas. Criticou, com isso, uma série de determinismos por não terem se interessado pelos projetos civilizadores que elevariam as mentalidades à condição de fatores determinantes nessas relações. O sentido foi o de estabelecer a Ibero-América como opção cultural à Anglo-América, num momento em que esta passaria por uma crise de autoconfiança.

Essa percepção é agudizada pelo histórico anterior. Na tentativa de compreender a influência dos EUA nas relações interamericanas, via de regra, a produção historiográfica esteve focada em dinâmicas econômicas, estruturas políticas e no histórico de intervenções militares estadunidenses, chegando a explicações superestruturais dessas relações, desde o determinismo geográfico – nos primórdios evolucionistas das Ciências Humanas –, o binômio “*civilização & barbárie*” – no auge do positivismo – e os desafios impostos pela modernização.

Ao exaltar o trabalho do sociólogo estadunidense Robert Neelly Bellah (1927-2013) (MORSE, 1988a, p. 26), que propôs uma explicação sobre a sociedade anglo-americana excluindo as variáveis sociais e econômicas e interpretando-as pelo viés da cultura, Morse justificou porque essas dimensões, pensamos que fundamentais da vida social, aparecem com importância residual em sua análise. Para ele:

o problema não é o que determina o que, mas reconhecer que a explosão capitalista-científica, originalmente alimentada, quando não ‘determinada’, por imperativos morais e religiosos, adquiriu impulso próprio e, há dois séculos pelo menos, vem corroendo esses imperativos originais. (MORSE, 1988a, p. 27).

(3) Para Morse, isso não se estenderia a todos os brasilianistas, dos quais poderia-se excluir, pela excelência do trabalho intelectual, o próprio Kenneth Maxwell, além de Joseph Leve e Ralph de la Cava.

Informou-nos ainda Morse que, desde seus primeiros estudos sobre a cidade de São Paulo, optou por uma orientação culturalista, “... *sem dar muita atenção à dialética da história*” (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 78).

Ontologicamente, a convicção de superação das correntes “unicausais” anteriores pode ter levado Morse a desconsiderar fatores como as dinâmicas econômicas que alicerçaram os interesses entre Norte e Sul da América.

Utilizando suas próprias palavras, a cultura “... *é uma coisa quase autônoma, que tem sua vida própria*” (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 81). Isso, para se referir aos problemas colocados para a cultura ocidental pela própria democracia, e que a América Latina não teria dado conta de resolver. Para Morse, a resolução desses problemas não esgotaria a questão da cultura uma vez que, para ele, as mentalidades seguiriam obedecendo suas características endógenas, por isso, seu autonomismo em relação à política e à economia. Afirmou que os EUA teriam resolvido, por exemplo, “*todos os seus problemas*”, tendo os alicerces de suas mentalidades obedecido mais à ideia de democracia do que dos problemas decorrentes dela.

O autonomismo defendido por Morse poderia, segundo nossa proposição, ter chegado à própria unicausalidade que tentou evitar. Por exemplo, ao designar aqueles que trataram do período formativo do século XII ao XVII como “*varejistas acadêmicos*” (MORSE, 1988a, p. 26), por qualificarem-no como de ocorrência da urbanização, ascensão da burguesia, consolidação dos Estados Nacionais, diversificação religiosa, desenvolvimento capitalista, expansão ultramarina e cientifização da visão do cosmos do Homem, a pergunta que se deve fazer é se, por conta do determinismo professado por essas correntes (se é que teriam sido de fato deterministas), por acaso o período tenha deixado de ser o da urbanização, da ascensão da burguesia, da consolidação dos Estados Nacionais, da diversificação religiosa, do desenvolvimento capitalista, da expansão ultramarina e da cientifização da visão do cosmos do homem?

Evidentemente o problema identificado por Morse é o da determinação, por isso, sua abordagem, segundo ele mesmo referiu, não se trata de uma inversão da perspectiva marxista, buscando determinar a economia pela cultura; mas determinar o que hoje se refere às mentalidades; mas, para Morse, as “... *mentalidades de pessoas inteligentes* ...” (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 78), que apesar de referir não se preocupou em definir, restringindo-se à literatura. Evidentemente a literatura expressa as mentalidades de seu tempo; contudo, a partir de uma perspectiva dirigida, determinada por emissor, receptor, âmbito de circulação de suas mensagens e, primordialmente, pela função social do texto. Para além de sua difusão posterior, esses elementos é que lhe dão forma e conteúdo, revelando uma determinada visão de mundo dentre várias.

Schwartzman designou a escolha de Morse pela análise literária para determinação das mentalidades como a “*tese da superioridade dos romancistas sobre os cientistas sociais*”, que exemplificou como se:

... autores tão herméticos e quase incompreensíveis como Cortázar, Borges ou Guimarães Rosa possam ter algum papel na constituição de novas ideologias de alcance popular. A falsa polarização entre “romancistas” e “cientistas sociais” que Morse introduz só pode produzir

efeitos no mundo restrito dos círculos acadêmicos de elite, para consumo dos quais, afinal, ela parece ter sido feita (SCHWARTZMAN, 1997, p. 24).

Por exclusão, ao designar os literatos como “*inteligentes*”, podemos pensar quais categorias de atores sociais poderiam ter passado despercebido por Morse. A postura resultaria na anulação de uma gama diversa de fontes como aquelas sobre o movimento operário em São Paulo, que reclamou o próprio Morse ao referir-se à ausência de documentos que permitissem recuperar episódios importantes dessa expressiva força política e social (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 78). Evidentemente, Morse havia privilegiado a literatura e, mais do que isso, parte dela, uma vez que a própria imprensa operária constitui um dos mais significativos meios de vocalização dos interesses desse imprescindível segmento de sociedade, para aqueles desejosos de compreender as sociedades que compuseram no período de sua existência.

Contudo, Morse era, essencialmente, um estudioso que trabalhava na fronteira entre História e Literatura. O risco é o de relacionar sua opção estreitamente à influência exercida pelo grupo com o qual manteve contato mais intenso quando de sua permanência em São Paulo, essencialmente Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda; isso porque sua opção pela literatura já havia sido tomada anos antes, nos EUA.

Seu interesse pela literatura data ainda de seu período de graduação, no qual assistiu aos seminários promovidos pelo ensaísta John Orley Allen Tate (1899-1979) e pelo crítico literário Richard Palmer Blackmur (1904-1965), professores que ofereciam seminários para alunos interessados em literatura e que, pela exegese de textos que empreendiam, foram incorporados posteriormente à *new critic*, tendência cujo nome remonta ao título do livro do poeta e crítico John Crowe Ransom (1888-1974), *The New Criticism*, de 1941.

Influência maior teria exercido o professor Jacques Martin Barzun (1907-2012), historiador das ideias e da cultura que, durante a pós-graduação de Morse, chamou-lhe a atenção para a interdisciplinaridade dos estudos culturais e que, por meio de expressões intelectuais e culturais, seria possível explicar aspectos os mais variados das sociedades, fossem políticos ou, até mesmo, relacionados à teoria econômica. Já ao professor espanhol Augusto Centeno, Morse deve a apresentação de autores latino-americanos fundamentais em seus estudos posteriores.

Seu orientador de tese, o historiador e sociólogo Frank Tannebaum (1893-1969), também lhe chamava a atenção para as relações entre história latino-americana e literatura, perspectiva que foi apenas aprofundada no Brasil.

Contudo, Morse esclareceu que, na realidade brasileira, havia uma comunidade de intelectuais trabalhando literatura e questões culturais, na ciência histórica; enquanto nos EUA esses estudiosos encontravam-se guetoizados, em especial, aqueles que estudavam temáticas relacionadas à América Latina, motivo pelo qual historiadores tomaram demasiado cuidado para não se tornarem latino-americanistas.

Em termos teóricos, a mais forte presença no pensamento de Morse, para explicar o “*jogo de espelhos*” que empreendeu na contraposição entre Ibero e Anglo-América, não

é histórica ou histórico-filosófica, senão sociológica, mais especificamente se trata da sociologia alemã de Maximilian Carl Emil Weber (1864-1920) – que penetra de forma relevante a história –, com a qual tomou contato quando já era professor, em 1949, na Universidade de Columbia, passando a utilizar seus pressupostos teóricos em seus estudos sobre a América Latina. Contudo, não se trata do momento definidor do modelo que aplicaria na elaboração de *O Espelho de Próspero*, senão de sua fase posterior aos primeiros ensaios sobre a cidade de São Paulo que, segundo o próprio Morse, por conta da extrema influência weberiana, careciam de dialética.

Do contato com o marxismo não resultou tão somente a possibilidade de elaborar análises dialéticas, mas aproximou-lhe da Escola de Frankfurt, de Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969) e de Max Horkheimer (1895-1973) que, junto da obra de Michel Foucault (1926-1984), deram-lhe formas explicativas para estruturas de dominação que, para além do universo institucional, já tratavam da dimensão da cultura como fenômeno de massa, bem como dos processos mentais envolvidos na tomada de consciência sobre uma determinada realidade estrutural.

De qualquer forma, no *Espelho de Próspero*, ainda que por meio de um jogo dialético (o jogo de espelhos), Weber ainda seria fortemente perceptível no recurso à exaltação (ou idealização) de uma Ibero-América que, distencionada do tradicionalismo patrimonialista, tomista e universalizante depurado da Inquisição, do despotismo e da presença moçárabica e judaica, seria tipo ideal para o contraste “*terapêutico*” com a Anglo-América.

A associação com Weber provocou da crítica a acusação de que Morse estaria engajado a uma historiografia norte-americana conservadora, à qual a resposta dada foi a de que tampouco é possível associar Weber a uma historiografia conservadora nos EUA, bem como resulta difícil localizar a influência de Weber sobre a produção acadêmica norte-americana.

Talvez não somente Weber, mas a própria filosofia alemã estivesse mais inclinada às sistematizações (GALVAN, 1986, *passim*) e explicasse o esforço sistematizador empreendido por Morse ao relacionar o catolicismo medieval e o colonial não como teologia, todavia, como uma visão intelectual e coerente de mundo; não sistêmica, mas arquetônica (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 86).

7 EXISTIRIA UMA IBERO-AMÉRICA?

Outro ponto a ser levantado é o de que a Ibero-América, para Morse, seria herdeira da tradição espanhola somente. O caso lusófono não possuiria, nesses termos, especificidade; desta feita, uma distinção fundamental para a compreensão da realidade latino-americana também não apareceria: a distinção entre América Espanhola e América Portuguesa.

Nosso estranhamento se dá mais gravemente pelo fato de as clivagens estarem claramente dadas no clássico conhecido por Morse e de seu mui próximo amigo, Sérgio Buarque de Holanda (1936), no capítulo 4, *O semeador e o ladrilhador*, de *Raízes do Brasil*.

Segundo o professor Francisco Falcon (in: CÂNDIDO, 1992, p. 23-24), o “*compromisso ibérico*” referido por Morse estaria comprometido pelo restrito e problemático uso do termo “*ibérico*”, restrito como dissemos à Espanha.

Um “*ibérico*”, diga-se de uma vez, dos mais problemáticos, uma vez que, a rigor, o que nós temos aqui é apenas a Espanha; Portugal mesmo só aparece no texto de maneira muito insuficiente (...). Assim, é a parte espanhola que responde de fato por esse “*compromisso ibérico*” (...). O que Morse não nos diz, em resumo, é que a “*Ibéria*” evitou as “*revoluções grandes*” (a religiosa e a científica), muito embora “*estivesse aberta*” (?) a tendências provenientes de todas as partes da Europa, tampouco sendo possível encará-la como um caso de desenvolvimento interrompido ou bloqueado.

Ainda que haja visões de mundo partilhadas entre as realidades portuguesa e espanhola, distintas sociedades tomaram lugar em diferentes empreendimentos coloniais, com finalidades por vezes contrapostas. Ainda que Morse se esquive ao avisar os incautos de que sua preocupação era, em verdade, com as metaestruturas, e que os acidentes da história não lhe interessariam, as clivagens apontadas por Falcon (in: CÂNDIDO, 1992, pp. 23-24) excedem o acidental:

Sempre desconfiamos muito sempre que uma proposta de interpretação do mundo ibérico fica restrita de fato à Espanha, embora compreendamos, talvez até porque não estamos na pele dos historiadores lusos, que existem certos hábitos mentais, ou intelectuais, cuja expressão mais comum neste lado de cá do Atlântico consiste na simplificadora fórmula conhecida por “*América Latina*”, hábitos estes que levam a subsumir a história portuguesa na espanhola. Nesta inteligente síntese que Morse construiu, Portugal não se faz presente. Isso nos leva então de volta a certas advertências (...), a propósito dos perigos que rondam o historiador toda vez que ele se dispõe a enveredar pelo caminho aparentemente lógico das extrapolações e deduções hispano-lusitanas.

8 A DIALÉTICA DO JOGO DE ESPELHOS

O que explicaria o fato de *O espelho de Próspero* nunca ter sido lançado no mercado editorial estadunidense seria, segundo Morse, o fato de ter utilizado o jogo de espelhos para criticar a cultura norte-americana, contrastada do fundo reluzente da América Latina. Para Morse, uma história ainda evolucionista e que se debruça sobre teses de excepcionalismo, profundamente ideológica em termos civilizatórios, não teria nada o que aprender com a América Latina; lógica que foi invertida por Morse, que apontou justamente para as lições que os EUA deveriam reter do magistério latino-americano.

Disso teria resultado a recusa de editores, nos EUA, para a publicação do livro, valendo-se de critérios mais sentimentais do que políticos; o que se somou ao seu formato ensaístico e que resultou também na recusa das *University Press* americanas pela carência de densidade teórica e percursos explicativos que, em termos epistemológicos, culminassem em prova empírica das muitas assertivas ali impressas, ou seja, requeria-se a estrutura de tese e não de ensaio.

Daí podemos aferir que o livro, conforme nos disse o próprio Morse, não tinha como receptor primordial o público latino-americano, pelo contrário, teria sido escrito, com fins “terapêuticos”⁽⁴⁾, para o público norte-americano. Irônico, senão extremamente significativo, foi o fato de o livro não ter sido publicado pelo mercado editorial norte-americano e, além disso, ter repercutido de forma tão polêmica no mercado editorial que o consumiu, essencialmente acadêmico, no Brasil.

Com a publicação de *O Espelho de Próspero*, a América Latina, na forma da Ibero-América dada por Morse, ganhava a condição de “*tipo ideal*” no método analítico weberiano, modelo no qual a sociedade norte-americana passava a ser analisada por meio daquilo que não possui, segundo um modelo ideal e, conforme grande parte da crítica, idealizado na forma latino-americana. Existiriam, portanto, numa sociologia weberiana da História, matrizes comparáveis em todas as sociedades e culturas, não importando o quão mais diversas fossem⁽⁵⁾.

Na associação da América Latina ao modelo ideal de Weber, numa espécie de ensaio sociológico da História, Morse, segundo a crítica, teria escapado de temas espinhosos como a recentíssima ditadura militar que, ao tempo de sua publicação no México ensaiava alguma abertura e, quando publicado no Brasil, fazia sentir sua imediata herança maldita na forma dos gravíssimos problemas que assolaram o Brasil em termos sistêmicos (inflação, corrupção, crise econômica, desemprego, violência, impunidade etc.). Contudo, Morse (1989, p. 166-178) argumentou que sua preocupação não teria sido conjuntural; mas estruturalizante.

A questão, para a socióloga Helena Maria Bousquet Bomeny (in: CÂNDIDO, 1992, p. 04), era a de que o otimismo da tese do espelho vinha sendo equivocadamente criticado, uma vez que:

A resposta que Morse dá aos seus críticos é uma reafirmação da abordagem histórico-cultural de longa duração, ou seja, de processos mentais fundantes que não podem ser definitivamente comprometidos por indicações empíricas dos constrangimentos do dia a dia. Morse está preocupado com tendências gerais típico-ideais que, embora depuradas e abaladas pelos fatos da conjuntura, se mantêm como traços característicos de processos culturais mais amplos.

Segundo Carlos Guilherme Mota, é exatamente essa postura que distancia gravemente Morse dos brazilianistas e que explica sua recusa em vestir-se dessa designação: “... salvo discretas exceções, [os brazilianistas] tornaram-se experts em épocas e temas demasiadamente limitados. Raramente alcançam patamar da reflexão em torno de civilizações ...” (in: CÂNDIDO, 1992, p. 38).

(4) O termo é utilizado por Morse (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 82) da seguinte forma: “O espelho foi escrito para o público norte-americano realmente como uma terapia...”, ou seja, com a finalidade de provocar reflexões sobre o *modus vivendi* norte-americano, contrastando seu modelo de sociedade daqueles abstraídos das sociedades ibero-americanas.

(5) Dada a importância dessa afirmação, convém transcrever a própria pergunta feita à Morse (“Uma entrevista com Richard Morse”, 1989, p. 84), seguida de sua titubeante resposta: “Você acredita então na existência de uma matriz comparável em todas as sociedades, não obstante a diversidade das culturas? – Acho que sim”.

Na crítica que empreendeu Schwartzman (1997, p. 37), haveria um equívoco primordial na utilização da alegoria do espelho, sendo assim do método dialético, para o estudo da constituição “ibero-americana” por contraste em relação à “Anglo-América”:

... a América Ibérica está desfocada porque ela se contempla no espelho da próspera América inglesa e, na busca inútil da imitação do outro, perde sua própria essência. Os latinos não percebem que o liberalismo, a democracia representativa, o racionalismo, o empirismo científico, o pragmatismo, todos estes ideais alardeados pelos ricos irmãos do Norte não só são incompatíveis com a realidade mais profunda da América Ibérica, como também marcam a decadência e a falta de sentido da própria sociedade capitalista e burguesa que os criou.

Há ainda implicações de ordem teórico-metodológicas, haja vista que a aplicação do “ideal tipo” weberiano, no jogo de espelhos, pode comprometer a análise quando balizas temporais não são devidamente calibradas para distintas realidades ou quando as próprias diferenças deixam de ser relativizadas. O modelo ideal deixaria de responder, chegando mesmo a produzir análises distorcidas e anacrônicas no contraste com formações sociais distintas (consideradas inconclusas), resultando na percepção sobre deficiências que só existem em razão da comparação insistentemente feita com o tipo ideal, ou seja, apontando para sociedades que poderiam ter sido ou poderiam ser o que jamais desejaram.

Um ano depois da publicação de *O Espelho de Próspero*, respondendo à parte das críticas que já caíam sobre a obra, Morse (1988a, p. 82) demonstrou mais gravemente a ocorrência deste tipo de distorções no jogo de espelhos ao contrastar Prússia e Paraguai; Atenas e Recife ou Tegucigalpa. Senão, vejamos: “*Havia a Prússia, com uma forma de governo um pouco como a do Paraguai de hoje. Foi precisamente pela impossibilidade da situação de uma Alemanha inexistente que surgiram um Hegel, um Kant, um Goethe e, no campo da música, um Beethoven.*” E antes que nos perguntemos onde estariam as expressões paraguaias de Hegel, Kant, Goethe e Beethoven, Morse (1988a, p. 82) se adianta: “*não estou dizendo com isso que surgirão ou que se deva cultivar grandes gênios na América Latina – talvez não seja mais uma época de gênios.*”

O problema da alegoria do espelho seria o de tomar as identidades sociais “*ibero-americanas*” por reflexo das imagens do norte. Para Schwartzman (1997, p. 37):

... outro próspero encontra sua redenção na contemplação do mundo latino, ou mais precisamente, na busca quase heróica de sua essência perdida. É na tradição ibérica, nos diz Morse, pela sua fidelidade à busca de uma visão abrangente e unificadora do mundo, pela crença profunda, mesmo que inconsciente, em uma realidade social que transcende o indivíduo e é mais que o somatório dos interesses individuais e suas servidões, que se poderia encontrar uma resposta adequada à crise moral e existencial do mundo anglo-saxão, e, por reflexo, da América Latina. Não haveria, no entanto, razões para espanto, porque disto se trata, afinal, no jogo de espelhos: de buscar constituir a própria imagem na contemplação do outro, e dar ao outro, ao mesmo tempo, a ilusão de que, porque ele se percebe no primeiro, ele também existe.

Logo depois de Morse ter concedido entrevista à revista *Estudos Históricos*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação

Getúlio Vargas, publicada somente em 1989 (quase um ano depois da realização da entrevista em que Morse rebatia as primeiras críticas), publicou na revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo o artigo *Notes toward fresh ideology* (1988), no qual respondia a questões que argumentava pertinentes ao hiato entre os anos de 1982, em que a obra fora publicada pela primeira vez no México, e 1988, de sua publicação no Brasil.

No artigo, Morse (1988b, p. 14-43) reconheceu algum determinismo em seu jogo de espelhos, elaborado em um ensaio como tese, do que resultaria em contradição. A crítica sobre a supervalorização das ideias tomistas pós-medievais, bem como uma eventual defesa do patrimonialismo tomista, para Morse, tiveram a resposta de que se tratava de manifestações da época que criou esses sistemas e que se contrapunham aos valores ingleses. Não que o modelo ibérico tivesse sido de alguma forma democrático, mas teria sido, por contraste com o modelo inglês, portador de traços democráticos lidos como ameaçadores pela própria Inglaterra.

Para Helena Bomeny (in: CÂNDIDO, 1989, p. 03), o jogo de espelhos seria uma “troca simbólica” num “mercado de emoções”:

... os intelectuais brasileiros emprestavam a Morse o passaporte com o qual poderia penetrar sua cultura, e o historiador americano oferecia aos latinos, desapontados com suas próprias realidades, uma perspectiva compreensiva, de longo prazo, que relativiza, e quem sabe suaviza, os urgentes, estranhos, espinhosos e nada promissores caminhos cotidianos de nosso percurso cultural.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o impacto em torno da publicação do ensaio, voltando o espelho contra aquele que busca definir sua identidade e impondo o reflexo do outro no fundo reluzente do Espelho de Próspero, Richard Morse relativizou o conceito de civilização, ainda agarrado ao argumento historiográfico por décadas posteriores ao suposto desmoronamento do evolucionismo spenceriano, revisando com isso o próprio conceito de civilização; por conseguinte, auxiliou consubstancialmente na edificação de um moderno conceito tanto de cultura como de mentalidades.

Conforme observara Carlos Guilherme Mota, a publicação de *O Espelho de Próspero* representou um revigor essencial a viciados círculos acadêmicos, restabelecendo o próprio gênero ensaístico como meio primordial de reflexão política e social, conectado a uma antiga tradição que encontrava nele a ponta da caneta de um homem do norte e que fazia questão de não se referir como latino-americanista ou brasilianista, não por mera propositura semântica, mas por seus profundos significados.

Pensamos que não se pode dizer, como afirmara Schwartzman (1997, p. 37), que “se trata de um livro profundamente equivocado e potencialmente danoso em suas implicações”. De fato, no ensaio, nos parece que a realidade empírica é irrelevante, mas o próprio Morse fez questão de esclarecer, corroborando a impressão, que o que estaria em jogo seriam os princípios organizadores do corpo político, e não seus resultados.

No entanto, a questão primordial é que as conclusões de Morse foram obtidas pioneiramente a partir de visões de mundo – o que se celebrou contemporaneamente como uma História das Mentalidades –, e não por manifestações meramente institucionais.

Nos processos de significação e de ressignificação da obra, dados pelo debate historiográfico, antes de nos perguntarmos sobre edifícios erigidos, não seria mais adequado perguntarmos o que foi demolido?

10 BIBLIOGRAFIA

- CÂNDIDO, Antonio (org.). *Um americano intranquilo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- GALVAN, Francisco. *Max Weber: elementos de sociologia*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MORSE, Richard. Toward a theory of Spanish American Government. *Journal of the History of Ideas*, V. 15, n. 01, 1954.
- MORSE, Richard. The Heritage of Latin America. In: HARTZ, Louis (et al.). *The founding of new societies*. New York: Harcourt, Brace and World, 1964.
- MORSE, Richard. *Brazilianists, God bless'em!: what in the world is to be done?* Stanford: Stanford-Berkeley Joint Center for Latin American Studies, 1983.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: Cultura e idéia nas Américas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, “a”.
- MORSE, Richard. Notes toward fresh ideology. *Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, V. 2, n. 02, São Paulo, maio/ago, 1988, “b”.
- MORSE, Richard. A miopia de Schwartzman. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 24, jul. 1989.
- RODÓ, Jose Enríque. *Ariel*. Montevideo: Colombino Hinos, 1947.
- “Uma entrevista com Richard Morse”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- SCHWARTZMAN, Simon. *A redescoberta da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1997.

SOMOS TODOS AMERICANOS? UNIDADE E DIVERSIDADE REGIONAL NAS AMÉRICAS

*WE ARE ALL AMERICANS?
UNITY AND REGIONAL DIVERSITY IN THE AMERICAS*

Eli Alves Penha^(*)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Resumo: O texto analisa os discursos e projetos de unidade continental, colocando em questão a pertinência da construção de uma identidade comum, a partir da noção de “*americanidade*”. A “*americanidade*” e suas diferentes dimensões regionais serão aqui investigadas considerando dois níveis de análise. O primeiro nível abarca a formação étnica das sociedades americanas, considerando as matrizes europeia, ameríndia e africana. O segundo nível de análise detém-se na regionalização do continente, procurando identificar alguns pontos de convergência sociopolíticas, apesar dos movimentos de fragmentação produzidos por fatores geopolíticos e ideológicos.

Palavras-chaves: Geografia Política; Pan-americanismo; Regionalização.

Abstract: This paper discuss the speeches and projects about the continental unity, calling into question the relevance of building a common identity based on the notion of “*Americanidade*”. “*Americanidade*” and its various regional dimensions are investigated here considering two levels of analysis. The first, concerns the ethnical formation of American societies, considering the composition formed by Europeans, Amerindians and Africans people. The second level of analysis holds in the regionalization of the continent, seeking to identify the points of convergence for continental unity, facing the fragmentation of movements produced by geopolitical and ideological factors.

Key Words: Political Geography; Pan-Americanism; Regionalization.

(*) Doutor, Professor do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *E-mail:* <elialvespenha@hotmail.com>. Recebido em: 03.02.2015; aceito em 07.06.2015.

1 INTRODUÇÃO

“Somos todos americanos. (...) Hoje a América escolhe cortar os grilhões do passado para buscar um futuro melhor para o povo cubano, para o povo americano, para nosso hemisfério inteiro e para o mundo.”

O discurso acima, proferido em 17 de dezembro de 2014 pelo Presidente dos Estados Unidos Barack Obama por ocasião do reconhecimento diplomático do regime cubano, revelou também o interesse de seu governo em buscar maior sinergia política com os países da América Latina. A frase dita em espanhol, *“somos todos americanos”*, ressoou positivamente em todo o continente fazendo ecoar o reconhecimento de uma identidade comum, forjada no contexto das lutas de libertação nacional do jugo colonial europeu.

De fato, se, no passado, o uso do termo *“americano”* era muito usado para designar todos os nativos e os nascidos no continente, na atualidade, ele é adjetivado porque pode ter muitas conotações: latino-americanos, hispano-americanos, luso-americanos, anglo-americanos etc. Isoladamente, o termo América hoje em dia é referido aos estadunidenses, quase que exclusivamente.

Desde a chegada de Cristóvão Colombo, o conceito de América sofreu diferentes interpretações segundo a visão e o sentido que o colonizador europeu atribuiu em cada momento ao continente. No contexto das independências dos países americanos, verificou-se o resgate do sentido positivo da ideia de América, fundamentado no esforço de intelectuais e políticos das novas nações.

Nessa direção, o Presidente Thomas Jefferson (1801-1809) criou o conceito de *Hemisfério Ocidental*, baseado na peculiaridade dos *“modos de vida”* dos povos americanos que os distinguiam do resto do mundo. Também Simón Bolívar (1783-1830) e demais lideranças hispano-americanas valorizaram o caráter superior da condição de americano. Nesse contexto, pela primeira vez, a América foi definida a partir da visão de seus habitantes, ainda que a Europa continuasse sempre como referência (SANTOS, 2014).

Note-se que, nesse contexto histórico, havia também predileção pelo termo *“Colômbia”* ou *“Columbia”* em inglês, numa clara homenagem à Cristóvão Colombo. Nos Estados Unidos, por exemplo, Philip Morin Freneau (1752-1832), também conhecido como o poeta da revolução americana, em um poema intitulado *“A Balança Política”*, chegou a declarar *“A Columbia jamais será governada por uma ilha”*, fazendo referência à luta da nova nação contra o domínio colonial inglês. Apesar de não ter vingado como nome do país, o termo *“Columbia”* foi disseminado na costa leste dos Estados Unidos designando o distrito da capital do país, algumas cidades, empresas e até uma antiga universidade fundada no século XVIII (PATTEE, 1902).

O topônimo também foi utilizado por Simon Bolívar (1773-1830). Em 1815, teria escrito *“A Nova Granada se unirá com Venezuela, se conseguirem formar uma república central... Esta Nação se chamará Colômbia como um tributo de justiça e gratidão ao criador de nosso Hemisfério de Colombo”* (BOLÍVAR, sd.).

No entanto, foi a *Doutrina Monroe* que consagraria o termo “*América*” como espaço de luta pela liberdade dos povos do continente. Apresentada ao Congresso dos Estados Unidos em 1823 pelo Presidente James Monroe (1817-1825), a doutrina ficou famosa pela frase “*A América para os americanos*”, que propugnava pela não intervenção europeia nos assuntos internos dos países americanos e contra a criação de novas colônias no continente.

Para os líderes políticos dos demais países do continente, a Doutrina Monroe foi um mero expediente de dominação e controle geopolítico. De um lado, embalada pela ideia do “*destino manifesto*” justificou que os Estados Unidos continuassem a expandir suas fronteiras na direção do oeste, dizimando as tribos indígenas que lá habitavam e se apropriando dos territórios do México, ricos em recursos minerais; de outro, ajudou a disseminar a ideia de superioridade civilizacional dos Estados Unidos perante os seus vizinhos.

Essa pretensa superioridade tinha que ver com a força de suas instituições democrático-liberais e aos aspectos étnicos e culturais, como a herança anglo-saxã de confissão calvinista, em detrimento da cultura índia, mestiça e católica das sociedades ibero-americanas. Somados, tais fatores ajudariam a explicar o progresso estadunidense em detrimento do atraso latino-americano.

Segundo Gilberto Freyre, as diferenças existentes entre as sociedades americanas reflete a própria formação geopolítica do continente. Constituída de ilhas sociológicas de colonização inglesa, espanhola, portuguesa, estas sociedades sempre manifestaram interesses irreconciliáveis, permeados por conflitos de toda ordem. Segundo ele, a América nasceu e se formou sociologicamente como um grupo de ilhas que, por motivações de natureza econômica foram se agrupando em ilhas maiores ou menores por meio de confederações como a anglo-americana, ou de reinos ou impérios como o luso-brasileiro, ou repúblicas como hispano-americanas, de modo que dentro da configuração continental o dado permanente é a diversidade sociológica formando verdadeiras ilhas (FREIRE, 2003).

Por outro lado, não se pode deixar de notar as profundas transformações sociopolíticas ocorridas no continente desde a última década, na qual o próprio Barack Obama, como primeiro presidente afrodescendente dos Estados Unidos, é um dos principais resultados.

Nessa mesma direção, menciona-se o movimento bolivariano liderado por Hugo Chaves e seu sucessor Nicolas Maduro na Venezuela que, junto com Rafael Corrêa do Equador e Evo Morales da Bolívia, são os mais influentes expoentes de uma nova geração de governantes populares de origem mestiça e indígena. Morales, eleito em 2005, é reconhecidamente o primeiro chefe de Estado eleito como representante legítimo da comunidade indígena do seu país e que, simbolicamente, passou também a representar toda a população ameríndia do continente.

Outros exemplos notáveis destas transformações sociopolíticas foram as eleições do líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-guerrilheira Dilma Rouseff no Brasil, o casal Nestor e Cristina Kirshner, na Argentina e Michele Bachelet, no Chile, que se destacam pelo desenvolvimento de políticas governamentais com forte conteúdo

social. Nesse sentido, aparecem como verdadeiros representantes de grandes estratos da população até então invisíveis no panorama político do continente; emersos da “*América profunda*” para assumirem a condução dos seus respectivos governos nacionais.

Considerando a convergência destes movimentos sociopolíticos, inéditos na história do continente, o presente texto pretende colocar em discussão a pertinência da construção de uma identidade comum a todos os “americanos” a partir da noção de “*americanidade*”. Entendida aqui como “*uma dimensão mais ampla de partilha de identidades que se abre em outras leituras possíveis da questão da integração continental*” (CUCIOLETTA, 2001, p. 03), a “*americanidade*” apresenta-se diferenciada regionalmente, o que será investigado nesse texto a partir de dois níveis de análise.

O primeiro diz respeito à formação cultural das sociedades americanas, considerando a composição étnica formada a partir das matrizes europeia, ameríndia e africana. O estudo do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1983) sobre as “*Três Américas*” (“*povos testemunhos*”, “*povos transplantados*” e “*povos integrados*”) será utilizado como ferramenta analítica para uma melhor compreensão do tema.

O segundo nível de análise detém-se no processo específico de regionalização do continente. A obra de Wladimir Lênin, “*As três fontes constitutivas do marxismo*” (2015), será utilizada como referência metodológica para entender algumas características sociopolíticas peculiares das sociedades americanas. Nesse estudo, Lênin analisa a contribuição teórica da filosofia idealista alemã, da economia política inglesa e da ciência política francesa para a concepção de uma unidade continental europeia, pautada na luta de classes e orientada para a revolução socialista (LÊNIN, 2015). O interesse em transpor esse modelo teórico para o continente americano é meramente um exercício de regionalização do continente, pautado na validade de buscar uma identidade comum diante dos movimentos de fragmentação produzidos por fatores geopolíticos e ideológicos.

Na primeira parte do texto, discuto os projetos de unidade continental a partir das formulações de Monroe e Bolívar. Na segunda parte, apresento uma proposta de regionalização do continente considerando as contribuições teóricas de Darcy Ribeiro e Wladimir Lênin. O ponto de convergência é a relevância da construção de uma identidade comum, centrado no significado de “América” como construção dos povos emancipados do continente.

2 A “AMÉRICA” E OS PROJETOS DE UNIDADE CONTINENTAL

Na narrativa do filme “*América*” (1924) dirigido por David Griffith, a independência dos Estados Unidos é contada enaltecendo-se a noção de “América” como um projeto político, de caráter endógeno, criado pelo novo “*homem americano*” que nasce deste processo. No filme, Griffith mostra que o processo de ruptura ocorreu exclusivamente com o consórcio dos próprios habitantes das treze colônias, sem participação dos “*ameríndios*” nativos e dos negros que não tinham direitos políticos reconhecidos, pois eram escravizados.

Esse aspecto escravagista ajuda a explicar porque os Estados Unidos, sob o governo de Thomas Jefferson, recusaram-se a reconhecer a República do Haiti, a segunda

colônia europeia a se tornar independente no continente. Instituída em 1804, depois de uma década de batalhas sangrentas contra tropas francesas, os revolucionários haitianos eram formados por escravos africanos que, ao assumiram o poder, instalaram o primeiro Estado negro da América. Por conta de seu perfil antiescravocrata e por pressão de seu aliado francês, os Estados Unidos só viriam a reconhecer o país sessenta anos depois, já no contexto da guerra civil de 1861 a 1865 (PINHEIRO, 2014).

Sob esta ótica, a noção de “*América*” surge nos Estados Unidos como um projeto exclusivo dos antigos colonizadores brancos, de origem britânica e de formação protestante e dispendo de um vasto fundo territorial a ser explorado e ocupado. A própria ideia de “*fronteira em movimento*” ou o “*destino manifesto*” em direção ao Oceano Pacífico fortaleceu essa concepção expansionista e de “*liberdade*”, no sentido da constituição de um espaço elástico e prospectivo (TURNER, 1996). Essas características também contribuíram para forjar o sentido de identidade nacional do povo estadunidense em que os Estados Unidos da América passam a ser a expressão máxima do “*novo mundo*” que ressurgiu sem a tutela europeia e, ao mesmo tempo, como sinônimo de liberdade e de progresso.

A derrota da esquadra espanhola no mar do Caribe para os estadunidenses, em fins do século XIX, propiciou uma maior correlação entre o país (EUA) e a nacionalidade (americano), já que mais uma vez os europeus são derrotados, reafirmando-se os propósitos da Doutrina Monroe.

Contudo, a atuação dos Estados Unidos na defesa e difusão dos ideais de liberdade e progresso em todo o continente, muito aquém de representar a afirmação de um sentimento de “*americanidade*” – de comunhão de valores comuns no espaço continental –, foi visto por muitas lideranças de países americanos como um mera “*americanização*” do continente. Compreendida esta como mera imposição dos valores da sociedade estadunidense.

2.1 SIMÓN BOLÍVAR E A HISPANO-AMÉRICA

Uma das principais lideranças que se opuseram à Doutrina Monroe foi Simón Bolívar. Nascido em Caracas na Venezuela em 1773, liderou o movimento de libertação de cinco países submetidos ao domínio espanhol: Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador, por isso, é chamado de “*pai da independência sul-americana*”. A meta de Bolívar era criar os Estados Unidos Meridionais, reunidos em uma confederação que ia do México até a Argentina, para se opor aos Estados Unidos Setentrionais.

Na célebre Carta da Jamaica de 1815, Simón Bolívar foi bem claro no seu desejo de formar uma confederação hispano-americana com as regiões que anteriormente pertenciam ao Império Espanhol, baseado no fato de elas terem um passado histórico em comum, as mesmas instituições, professarem idêntica religião – a católica, e terem o espanhol como a sua língua dominante. Neste seu projeto, que podemos considerar como um esboço da futura união latino-americana, ficavam de fora os Estados Unidos, (por serem de fala inglesa e de fé majoritariamente protestante, além de inclinados ao expansionismo), o Haiti (porque falava francês) e o Brasil (que na época ainda não

proclamara a independência). Na prática, conseguiu criar a República da Grã-Colômbia da qual foi Presidente de 1819 e até a sua morte em 1830, quando a mesma fragmentou-se em três unidades políticas menores: Equador, Colômbia e Venezuela.

Para muitos historiadores, a ideia de se criar uma confederação hispano-americana fracassou pela oposição surgida entre Bolívar e o General San Martín – responsável pela libertação na Argentina, Chile e Peru. San Martín era contrário à ideia de República e preferia o modelo de Império na América Hispânica, pois, para ele, a situação rural na região favorecia o *secesionismo* e, portanto, conspirava contra a unidade do continente. Essa posição de San Martín, aliada à indefinição da posição do Peru na composição da confederação hispano-americana, desagradou a Simón Bolívar. O desentendimento gerado por essas questões, ficou patente no encontro que tiveram em Guayaquil, no Equador, em 26 de junho 1822 e que resultou no fim do projeto de unidade continental.

Todavia, isso não o impediu de organizar o Congresso do Panamá em 1826, com a finalidade de criar um sistema interamericano de defesa. Para muitos analistas, este congresso pode ser apontado como um dos marcos doutrinários do pan-americanismo, porque consagrou princípios que seriam posteriormente muito utilizados pelo sistema interamericano e mundial, como a Organização dos Estados Americanos e a Sociedade das Nações de Woodrow Wilson (ALEIXO, 2000, MENEZES, 2007). O tratado resultante do Congresso, no entanto, foi ratificado apenas pela Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela, integrantes da Grã-Colômbia (MENEZES, 2007:70).

O projeto político de Bolívar encontrou adversários em duas frentes. No plano interno, o seu objetivo de acabar com os privilégios de uma classe e trabalhar pela liberdade e igualdade com as classes menos abastadas, colocou-o em conflito com os “*criollos*”, cujos interesses particularistas e locais se posicionavam favorável à fragmentação política (PRADO, 1981, p. 26). No plano externo, menciona-se o papel exercido pela Inglaterra e Estados Unidos que incentivavam as divisões sociais internas como forma de enfraquecer o projeto de Bolívar, na hipótese de que a emergência de um Estado Hispânico forte e poderoso pudesse prejudicar seus interesses comerciais e econômicos na região.

O projeto de Bolívar, apesar de fracassado no seu objetivo principal de unidade política na América Hispânica, influenciaria várias iniciativas com vistas à formação de blocos regionais, tais como os propostos pelo México, entre 1830 e 1840. Contudo, a guerra desse país contra os Estados Unidos, deflagrada pela anexação do Texas (1846-1848), enfraqueceu a posição mexicana e transferiu a iniciativa para a América do Sul nas décadas seguintes. A realização dos congressos de Santiago (1856) e o de Lima (1848 e 1864-1865) perseguiram este objetivo, porém, sem alcançar resultados práticos. Os Estados Unidos e o Brasil foram excluídos desses congressos: o primeiro, por conta de seu expansionismo territorial e o Brasil, por conta de seu intervencionismo na região do Prata, prática esta considerada contrária à solidariedade continental (TUNER, 1893, p. 77).

Na segunda metade do século XIX, a expressão “*América Latina*” se consolida como manifestação da oposição em relação à América Anglo-Saxônica, representada pelos Estados Unidos e seus interesses de domínio continental. O termo, em verdade, expressou um movimento conjunto: a iniciativa francesa de se aproximar dos “*latino-americanos*”,

isolando os ingleses e estadunidenses ao invadir o México em 1867 e, posteriormente, agregando o Haiti e o Brasil à Ibero-América. De qualquer modo, a noção de América Latina passa a prevalecer como um aspecto estrutural da clivagem continental.

Sob essa ótica, o termo “*América Latina*” passou a ser visto como forma de resistência e também como baluarte para justificar os interesses irreconciliáveis com a América Anglo-saxônica, sobretudo a partir do “*Corolário Roosevelt*” e sua política de intervencionismo na América Central e Caribe. Também conhecida como “*o corolário Roosevelt da Doutrina Monroe*”, a nova doutrina estratégica formulada pelo Presidente Theodore Roosevelt em 1904 defendia o direito dos Estados Unidos de empreenderem ataques preventivos contra estados que se mostrassem “*ineficientes*” do ponto de vista de sua ordem interna, ou que ficassem “*inadimplentes*” do ponto de vista de suas dívidas externas.

2.2 A DOCTRINA MONROE E A ORGANIZAÇÃO DO PAN-AMERICANISMO

O esvaziamento dos movimentos hispano-americanos, em fins do século XIX, reanimou os interesses estadunidenses de promoverem uma maior integração no continente respaldado pela sua ascensão como grande potência econômica. Ancorado na Doutrina Monroe, os Estados Unidos definem uma estratégia de integração continental denominada por eles de *pan-americanismo*.

Em consonância com os movimentos pan-germânico e pan-eslávico, o pan-americanismo foi um princípio que defendia a aproximação cultural, política, econômica e comercial entre os países do “*Novo Mundo*”, como forma de preservar a solidariedade e a integridade continental contra qualquer ingerência de potências externas ao continente. Diferente do ideal pan-americanista de Bolívar, que propugnava por uma solidariedade continental por um movimento conjunto de países, o pan-americanismo de Roosevelt apresentava-se de forma unilateral, exprimindo as potencialidades da economia dos Estados Unidos como substituto dos capitais europeus no continente.

Para o Brasil, o pan-americanismo, além de reforçar uma tendência de aproximação com os Estados Unidos que já vinha se delineando ainda no final do Império, permitia abrir as portas para um melhor entendimento diplomático do país com todas as repúblicas americanas. Na perspectiva do Barão de Rio Branco, então chanceler do Brasil, o pan-americanismo foi um expediente importante usado para dirimir os conflitos fronteiriços com os países vizinhos, no contexto de demarcação das fronteiras, além de aumentar a influência geopolítica do Brasil na região.

As outras nações da América Latina reagiram de diferentes formas ao princípio pan-americanista. De um lado, o ativismo diplomático da Argentina, estimulado pela sua opulência econômica, procurava se consolidar como potência regional incrementando suas relações com os países do continente americano, a nível bilateral e multilateral; por outro, os outros países, por sua vez, buscavam definir princípios de convivência política e jurídica, ante a nova postura dos Estados Unidos com suas políticas intervencionistas no Caribe e na América Central (PECEQUILO, 2003, p. 85).

Na prática, o pan-americanismo concretizou-se pelas diversas conferências, que preconizavam o estabelecimento de planos de arbitragem e solução pacífica de quais-

quer disputas entre as nações americanas, bem como possibilitar melhorias nas relações comerciais. A primeira conferência foi em Washington (1889-90), onde os Estados Unidos apresentaram a proposta de um pacto aduaneiro, onde caberia aos norte-americanos aplicar e recolher as tarifas comerciais dos países do continente (ALVES JÚNIOR, 2015).

Outras conferências ocorreriam ainda na Cidade do México (1901-2), no Rio de Janeiro (1906), em Buenos Aires (1910) e em Havana (1928). A conferência de Petrópolis (1947), que criou o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR) e a de Bogotá (1948), que originou a *Organização dos Estados Americanos* (OEA), foram exemplos definitivos da determinação dos Estados Unidos em liderar o processo de união interamericana e, ao mesmo tempo, de exercer influência geopolítica decisiva nos assuntos continentais.

A iniciativa pan-americanista empreendida pelos Estados Unidos foi e tem sido respaldada por convergências de interesses econômicos e ideológicos de longo prazo, cujos exemplos mais recentes foram a *Aliança para o Progresso* empreendida na década de 1960 por John Kennedy e a *Associação de Livre Comércio da América*, conhecida pela sigla ALCA, empreendida pelo governo de George W. Bush, nas décadas de 1990/2000.

Em oposição à ALCA, os países latino-americanos procuraram se organizar em diversas associações das quais a mais combativa foi o movimento bolivariano reunido em torno da *Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos* (ALBA). Criado como meio de resgatar a dívida social das populações indígenas e mestiças que estiveram sempre marginalizadas do processo de desenvolvimento econômico, o movimento bolivariano, liderado por Hugo Chaves e Evo Morales, surge como franca oposição ao chamado “*imperialismo yanque*”, reforçando a fragmentação do continente em torno de dois campos de força ideológica. Em contrapartida, ao fazer referência aos direitos históricos dos povos indígenas, evidencia a construção da etnicidade enquanto categoria política (ZARUR, 2005).

3 AS QUATRO DIMENSÕES DA AMERICANIDADE

Segundo Alfredo Bosi (1981), a oposição ao velho colonialismo de um lado, que propiciou a instauração da república no continente e, de outro, ao novo imperialismo que fundou a América Latina enquanto conceito e valor, comporta diferenças sensíveis quando se comparam às diversas nações que a integram (BOSI, 1981). Mas como interpretar essas diferenças?

Uma explicação está no modelo de organização institucional. Nesse sentido, enquanto os Estados Unidos conservaram o modelo inglês de um estado, vários povos e nações, o Brasil procurou preservar o paradigma de um só povo, nação e estado, inspirado no modelo republicano francês. Na América Hispânica, por sua vez, várias situações vão coexistir: desde o sistema de segregação herdado dos espanhóis, como se observa nas populações indígenas dos altiplanos; até as áreas de “*plantations*” como na Colômbia, Cuba e Venezuela, cujo modelo está mais próximo dos brasileiros. Podemos caracterizar essas diferenciações em quatro dimensões regionais, segundo suas peculiaridades sociopolíticas mais marcantes.

3.1 A “ECONOMIA DE MERCADO” DO MULTICULTURALISMO ESTADUNIDENSE

No final do século XIX, a imagem projetada pelos Estados Unidos no mundo como a terra da liberdade e do progresso material atraiu uma grande variedade de povos da Europa assimilados pelos ideais de democracia, progresso, valores éticos e religiosos, ditados pelos “*founding fathers*” anglo-saxões, denominados “*wasp*” (*white, anglo-saxões, protestant people*). Somados aos índios e negros que lá viviam contribuíram para formar o caldo cultural, denominado por eles de “*melting pot*”.

Na visão deles, a América (EUA) era a síntese do “*homem novo*”, amante da liberdade, do progresso, e ciente dos seus direitos individuais; era a terra de imigrantes e de minorias que se enquadravam nesta fórmula do bem-estar coletivo. É desta forma que os Estados Unidos se apresentaram para o mundo, como exemplo de assimilação de “*raças*”. A partir do momento que esta autoimagem se mostrou uma farsa, sobretudo em relação aos negros, o discurso passou a ser a difusão da imagem de uma sociedade integrada, em termos dos valores, que englobava a diversidade étnica e cultural (SMITH, 1994, p. 185).

A partir da segunda metade do século XX, o progresso material e a intensa difusão, pelos meios de comunicação do “*modo de vida americano*” como terra das oportunidades, do “*self made man*”, propiciou uma enorme movimentação de pessoas das regiões da América Latina e da Ásia em direção aos Estados Unidos, num dos períodos mais longos e sustentados de migração “*espontânea*” da história do país. Uma das consequências dessas migrações foi a mudança drástica na “*mistura étnica*” da população dos Estados Unidos, formando grandes “*enclaves*” minoritários que, somados aos já existentes no interior da sociedade americana, levou a uma pluralização de culturas nacionais e de identidades nacionais.

A lógica de “*um Estado, vários povos e nações*” consubstanciou-se na ideia de “*multiculturalismo*”, difundido por alguns setores políticos como forma de garantir o ingresso destes segmentos no conjunto da sociedade. São exemplos: as cotas raciais e a criação de mercados específicos para estes novos segmentos, formando um moto contínuo de absorção, segregação e integração social, mediante uma perspectiva de mercado étnico e cultural (HALL, 1999, p. 82).

O multiculturalismo, construído a partir da premissa de que cada “*raça*” possui uma cultura e uma visão de mundo, transformou-se em um conceito central do discurso político dos Estados Unidos. Ele permite definir um equilíbrio ou um armistício entre os grupos étnicos e os setores sociais que compõem o conjunto da sociedade estadunidense. O mercado aparece como o elemento estabilizador e integrador entre os vários grupos, cabendo ao Estado, garantir a coesão interna a partir de seu apoio à diversidade. Ao valorizar os aspectos econômicos das relações sociais em correspondência aos processos de integração econômica global, o multiculturalismo se transforma na tradução para a etnicidade do neoliberalismo econômico (ZARUR, 2006, p. 02-03).

3.2 A “HISTÓRIA” DOS POVOS TESTEMUNHOS

Na concepção de Darcy Ribeiro, a formação dos “*povos testemunhos*” foi construída tendo como parâmetro principal os laços identitários anteriores à colonização europeia.

O México – e a civilização Asteca – e o Peru – e a civilização Inca – seriam os dois arquétipos deste modelo. Formados essencialmente por povos de origem pré-colombianas, estas sociedades estão premidas entre a tradição e a modernidade de uma forma mais explícita e dramática que as verificadas nos outros modelos de formação nacional. As minorias étnicas destes países, mais vinculadas aos ambientes europeus e norte-americanos incorporam a modernidade e os seus ideais de maneira mais intensa. Essa minoria, adestrada e preparada para os valores prevaletentes da cultura ocidental moderna, consome com voracidade os valores da modernidade: o mercado e a liberdade. As populações indígenas, caboclas, mulata e negra, erram pelo mundo rural e pelas periferias das grandes cidades à deriva da economia de subsistência e marginal na economia de mercado (ORTIZ, 1993).

A falência do modelo neoliberal na América Latina e os seus resultados sociais dramáticos deram margem para o surgimento de movimentos indigenistas, sobretudo no México e na Bolívia. Sobre este aspecto, cumpre destacar a eleição, em janeiro de 2006, do líder cocaleiro e indígena Evo Morales para Presidente da República da Bolívia.

A eleição de Morales foi resultado de transformações econômicas, políticas e culturais que teve início na segunda metade do século XX na Bolívia. Nesse contexto, formulou-se um pensamento indígena fortemente étnico, que passou a ter um papel preponderante nas lutas dessas populações por mudanças institucionais que reconhecessem suas identidades culturais. Uma das conquistas mais recentes e mais importantes foi o reconhecimento do “*plurinacionalismo*” da Bolívia no qual todas as 36 etnias indígenas passaram a ser reconhecidas como nações integrantes do Estado boliviano. Essa foi uma conquista do movimento indígena que luta por suas formas de viver e se identifica, antes de tudo, enquanto indígena ou originário, como muitos preferem ser identificados (FREITAS, 2012).

Na Venezuela, Hugo Chávez é eleito pela primeira vez em 1998 e assume, como principal item de sua política exterior, a construção de uma União Latino-Americana inspirada nos ideias de Simón Bolívar. Com a morte de Chaves, em 05 de março 2013, o seu sucessor, Nicolas Maduro, torna-se, desde então, o principal divulgador das ideias bolivarianas no continente. O denominador comum entre ambos é um projeto político de integração continental, de cunho nacionalista e socializante, de valorização das culturas locais e dos povos indígenas da América, ou seja, a valorização da História dos povos testemunhos da América pré-colombiana.

3.3 A “CULTURA” DOS POVOS TRANSPLANTADOS

As sociedades “*transplantadas*”, tal como denominada por Ribeiro (1983), se manifestam nos territórios onde o processo de colonização apresentou a origem nacional predominante dos povoadores. A Jamaica e o Haiti, com a imigração forçada dos negros africanos e a Argentina e Uruguai, com o elemento europeu, seriam os exemplos mais expressivos deste modelo. No caso destes dois últimos, o progresso foi sustentado pelas atividades agroexportadora e a vida social reproduziu o estilo de vida europeu nas suas cidades. Os índios e os mestiços ficaram alijados deste processo de modernização e tornaram-se “*invisíveis*” na difusão da imagem que se projetou destes países.

A crise econômica que assolou a Argentina, no início da década de 2000, foi um exemplo dramático de que como a crise econômica tende a invadir outros segmentos da vida social do país, tanto do ponto de vista institucional, como cultural. Aí cabe mencionar a quantidade de cidadãos argentinos que buscam solução para a crise se apegando a valores culturais de caráter transnacional, facilitado pelas suas origens europeias. A emissão de um segundo passaporte passou a ser visto como fato corriqueiro entre a população de origem europeia do país.

Para a crítica argentina Beatriz Sarlo (2002) essa crise econômica também resultou uma “latino-americanização” social fortíssima, no sentido de que o país começou a se partir em faixas socioeconômicas que antes não se conhecia. Mas, segundo ela, essa “latino-americanização” é somente social e econômica porque não se desenvolveram ainda, formas de sensibilidade cultural em direção a esse ponto.

Numa área conhecida como o “Pátio dos leiteiros” (estação de trem de onde vinha o leite das zonas produtoras do interior do país), o Governo da Cidade de Buenos Aires criou a Feira das Coletividades, permitindo que cada comunidade mostrasse sua gastronomia, artesanato e tradições. Realizada no primeiro domingo de cada mês, a feira recupera uma antiga tradição dos distribuidores de laticínios formados por imigrantes de diferentes países e regiões da Europa tais como a Albânia, Armênia, Baviera (Alemanha), Bielorrússia, Croácia, Dinamarca, várias regiões da Espanha e da Itália, Grécia, Irlanda, Líbano, Turquia, Ucrânia, Rússia e Síria. A estes países somaram-se outros da América Latina como Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador e Venezuela, formando um quadro cultural efetivamente cosmopolita.

Essa feira tem se espalhado por outras cidades do país, fomentada mediante política cultural do governo federal que assume o claro propósito de adequar a sociedade para a interlocução entre a identidade nacional e as matrizes globais da cultura argentina.

3.4 A “GEOGRAFIA” DA INTEGRAÇÃO BRASILEIRA

No caso das sociedades integradas etnicamente, está o exemplo brasileiro, visto por Darcy Ribeiro como um modelo original de sociedade nas Américas. Para ele, o fator central que caracteriza a nossa formação étnica é a perspectiva integracionista das raças e culturas que são assimiladas, por ser o país constituído de um povo ainda em formação. A matriz cultural não é regional porque a mestiçagem foi plasmada, indistintamente, em todo o território nacional. Iniciou-se com os caboclos e mulatos lusitanizados pela língua, pela visão de mundo e promovendo, simultaneamente, sua integração na forma de Estado-Nação. Esta forma, segundo ele, já estava madura quando recebeu grande contingente de imigrantes europeus, árabes e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos (RIBEIRO, 1983, p. 448).

Para ele, apesar da má vontade de alguns imigrantes para com o povo original, eles não se constituíram em “enclaves”, como se observa em outras sociedades da América. Isso porque os imigrantes não teriam consistência suficiente para se apresentar como uma etnia disputante ao domínio da sociedade.

Sendo uma sociedade singular, fruto da mestiçagem, os brasileiros constituíram-se num dos povos mais homogêneos culturalmente e, também, um dos mais integrados.

Falam a mesma língua, sem dialetos, e não há sentimentos separatistas fortes. Esta perspectiva integracionista do Brasil, segundo ele, contrasta com os povos testemunhos do México e do Altiplano Andino, e com as sociedades transplantadas dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai.

Concluindo, argumenta que o Brasil é, portanto, uma sociedade aberta para o futuro cujo principal problema não é a questão étnica ou cultural, mas sim o problema de classe social que nos ligam com o passado colonial, opondo ricos e pobres, opressores e oprimidos (RIBEIRO, 1983, p. 449). Obviamente, que esta visão também pode ser vista como extremamente idealizada, porque as estatísticas sociais mostram que a integração social, pelos menos no mercado de trabalho, ainda é bem restrita para os grupos étnicos chamados de minoritários (índios e negros). Sob estes fatos, o Brasil pode ser apontado como bom exemplo de que evitar a categoria racial para entender a sociedade nacional pode, às vezes, permitir que o racismo continue com força total sem os termos de sua crítica, fazendo valer o chamado “*racismo cordial*”, praticado livremente no país.

Na interpretação de Darcy Ribeiro, mesmo nesta questão, a ideia de sociedade aberta atribuída ao Brasil impede uma exacerbação das segmentações étnicas porque a característica marcante do Brasil em relação aos outros países do continente é a ausência de uma cultura étnica dominante. Em contrapartida, a miscigenação étnica e racial, plasmadando-se em todo o território nacional, surge como fator preponderante na integração nacional. Por essa razão, é o Brasil uma nação geográfica por excelência.

4 CONCLUSÃO

Como conclusão, podemos destacar alguns pontos que parecem relevantes para um melhor enquadramento da problemática em questão, a saber, a perspectiva de buscar a unidade continental, respeitando-se a diversidade regional sociopolítica como um grande desafio para todos os povos da América. O fator persistente ainda é o propalado “*interesses irreconciliáveis*” que se manifesta tanto na frente continental quanto no âmbito nacional de cada um dos países destacados neste estudo.

No plano continental, as duas frentes históricas do movimento de unidade do continente, o monroísmo e o bolivarianismo, têm se manifestado de forma contundente na atualidade. Ambas combinam-se e contrapõem-se, apontando para um projeto de unidade com restrições em função do conteúdo das propostas. Os Estados Unidos, insistentes em sua missão de integrar comercialmente os países do continente, erguem, ao mesmo tempo, um muro na fronteira com o México para impedir a entrada de imigrantes latino-americanos. De outro lado, o movimento bolivariano e seu projeto de unificar os povos da América Hispânica, como meio de resgatar a dívida social das populações indígenas e mestiças que estiveram sempre marginalizadas do processo de desenvolvimento econômico.

O advento de organizações regionais na América Latina, como a ALBA, significa, ao mesmo tempo, aspecto importante da diversidade regional no continente, mas também formas de resistências às tentativas de Washington de impor uma única pauta diplomática no âmbito das relações interamericanas, geralmente, convergindo para seus próprios interesses. Quando estes interesses são desafiados, implementam-se sanções.

Em 9 de março de 2015, quase três meses depois do anúncio do reatamento com Cuba, o presidente Obama anunciou sanções contra autoridades venezuelanas, acusando-as de violações de direitos humanos. Em ordem executiva, a Casa Branca se disse profundamente preocupada com a intimidação de opositores políticos, por parte do governo venezuelano e declarou a Venezuela uma “*ameaça à segurança nacional*” americana. As sanções confirmariam a Venezuela como “*o adversário primário*” dos EUA no continente, substituindo Cuba. Ao eleger a Venezuela como seu principal opositor no continente, os EUA favorecem o confronto direto com o grupo de países organizados em torno da ALBA, da qual o governo venezuelano é a principal liderança.

No plano interno das sociedades americanas, observa-se a mesma dificuldade em buscar o consenso, por conta da forte pressão exercida pelos grupos sociais contrários às políticas dos governos eleitos. No Brasil, Argentina, Chile e Venezuela, as forças de oposição têm criado sérios problemas de governabilidade, colocando em risco a continuidade dos programas sociais que tem sido a marca dos atuais governos. Nos Estados Unidos, a expectativa gerada pela construção de uma ordem social pós-racial inaugurada com a eleição de Obama, caracterizada pela rejeição às práticas discriminatórias e divisões raciais que até então caracterizavam a vida política e social do país, tem sido duramente solapada pelos crescentes incidentes raciais, envolvendo o assassinato de membros da comunidade negra em várias cidades do país (ASSIS, 2013).

Como ponto final, gostaríamos de registrar que esse exercício de regionalização do continente americano tem por objetivo, não só compreender o conteúdo histórico e cultural das diferenciações regionais, mas também como meio de entender os discursos e projetos voltados para a integração continental. Em todos, há um elo comum que é a busca da unidade na diversidade, considerando que esta última comporta distintas expressões sociais, políticas e culturais.

5 BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, José Carlos Brandi Aleixo. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 43, n. 02, 2000.

ALVESJUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz. Outras visões: A participação do Secretário de Estado Norte-Americano Elihu Root na III Conferência Interamericana. *Boletim do Tempo*, v. 05, n. 30, 2010.

ASSIS, Mariana. Estados Unidos: a pós-racialidade é um mito. *Outras palavras. Comunicação Compartilhada e pós-capitalismo*, São Paulo, 24 de julho de 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/eua-a-pos-racialidade-e-um-mito/24/07/2013>>. Acesso em: 29 maio 2015.

BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica. In: *El Historiador*, SD. Disponível em: <http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/independencia/bolivar_carta_jamaica.php>. Acesso em: 15 maio 2015.

BOSI, Alfredo. O nacional, artigo indefinido. *Folha de São Paulo*, 10 de maio de 1981. Folhetim (acervo *on-line*). Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/bosi1.htm>>. Visualizado em: 10 maio 2015.

CUCCIOLETTA, Donald. L. *Américanité et les Amérique*. Sainte-Foy. Québec: Presses del'Univeristé Laval, 2001.

DE LUCA, Thania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

- FREITAS, Marcos Luã de. Etnicidade, identidade e movimento indígena boliviano contemporâneo. In: *Encontro Internacional Fronteiras e Identidades*, 2012, Pelotas/MG. Encontro Internacional Fronteiras e Identidades: Caderno de Resumos. Pelotas: Editora da UFPel, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2038277/Etnicidade_identidade_e_movimento_indigena_boliviano-contemporaneo>. Acesso em: 05 maio 2015.
- FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpretação e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.
- LÊNIN, Wladimir Ilyich. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: *Marxists*, SD. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.
- MENEZES, Wagner. *A contribuição da América Latina para o direito internacional: o princípio da solidariedade*. 2007, 342 p. (Tese de doutorado). Programa Interunidades de Integração na América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ORTIZ, Renato. Cultura, Modernidade e Identidade. In: SCARLATO *et al.* *Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.
- PATTEE, Fred Lewis (Editor). *The poems of Philip Freneau. Poet of the American revolution*. Princeton: Princeton Historical Association, 1902.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Thomas Jefferson: escravidão e liberdade na independência do Haiti (1791-1806). In: *XI Encontro Internacional da Anphlac*. Niterói, Anais XI Encontro Internacional Anphlac, 2014.
- PRADO, Maria Ligia. América Latina: Tradição e crítica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 01, n. 02, p. 167-174, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.
- SARLO, Beatriz. Beatriz Sarlo: uma voz argentina (Entrevista). *Revista Veredas*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 75, p. 14-19, 2002. Disponível em: <<http://www.globalizacion.org/entrevistas/SarloArgentina.htm>>. Acesso em: 18 maio 2015.
- SMITH, Antony. Para uma cultura global? In: FEATHERSTONE, Mike (org.) *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Dover Publications, 1996.
- ZARUR, George. *Nação e Multiculturalismo em Cuba: uma comparação com os Estados Unidos e o Brasil*, 2005. Disponível em: <www.georgezarur.com.br>. Acesso em: 15 maio 2015.

GOLPES DE ESTADO EN EL SIGLO XXI. UN EJERCICIO COMPARADO HAITÍ (2004), HONDURAS (2009) Y PARAGUAY (2012)^(*)

COUPS D'ÉTAT IN THE XXITH CENTURY. HAITI (2004), HONDURAS (2009) AND PARAGUAY (2012): A COMPARATIVE ANALYSIS

Lorena Soler^(**)

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires (BA), Argentina

Resumen: El trabajo tiene como objetivo analizar las características que asumen los golpes de Estado de comienzo del siglo XXI, ejecutados contra presidentes legítimos, elegidos democráticamente. Desde la perspectiva de la sociología histórica, comparar tres experiencias: Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012) indagando en los *actores* – nacionales como internacionales – como en la emergencia de nuevos mecanismos golpistas puestos en práctica en América Latina. Finalmente se arriba a una propuesta conceptual mínima de golpes del estado en el siglo XXI.

Palabras clave: Golpe de estado; Cambio político; Sociología histórica.

Abstract: The paper aims to analyze the characteristics that coups d'état s assumed in the first years of the XXIth Century, that were effected against presidents democrately elected. From the perspective of historical sociology, we compare three different experiences: Haiti (2004), Honduras (2009) and Paraguay (2012). We inquire into the – national and international – actors and the emergency of new coup mechanisms that have taken place in Latin America. Finally, we arrive to a minimum conceptual proposal of coup d'état in the XXIth century.

Keywords: Coup d'état; Political change; Historical sociology.

(*) Este texto tiene su origen en una conferencia dictada en el *International Studies Association*, FLACSO, Buenos Aires, 23 de julio 2014. Luego ha sido reelaborado en base a la incorporación de los casos y discutido en el ámbito de una investigación colectiva que dirijo junto a Verónica Giordano *Nuevas derechas y democracia en América Latina (1980-2010)* en el marco de la programación científica de Ciencia y Técnica de la Universidad de Buenos Aires. Agradezco a los integrantes del equipo por los agudos comentarios y observaciones vertidas, sin los cuales este texto adolecería aún más.

(**) Doctora, Investigadora CONICET con sede en el Instituto de Estudios Sociales Latinoamericanos; Profesora y Coordinadora académica de la Maestría en Estudios Sociales Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Sociales, de la Universidad de Buenos Aires. *E-mail:* <lorenamarinasoler@gmail.com>. Recibido em: 24.03.2015; aceptado em: 18.06.2014.

1 INTRODUCCIÓN

Todavía es una reflexión marginal al campo de las ciencias sociales el estudio de las características que asumen los Golpes de Estado en el siglo XXI. Entre otras razones, la mirada ha estado depositada en analizar el cambio social que se inicia en el siglo XXI, aunque con conceptualizaciones muy amplias que van desde nueva izquierda a gobiernos posneoliberales o antineoliberales, pasando por rupturas populistas a estudios sobre las reconfiguraciones del bloque hegemónico.

Aquí tenemos por objetivo analizar lo que ha quedado solapado en la agenda académica actual: los nuevos formatos destituyentes o “*tecnologías del derrocamiento*” (RAMÍREZ, 2002) mediante las cuales se han implementado golpes de Estado a presidentes legítimos, emanados de la voluntad soberana en órdenes formalmente democráticos, que colocamos en la temporalidad que da inicio al ciclo político del siglo XXI.

Específicamente buscamos, desde la perspectiva de la sociología histórica, comparar tres experiencias: Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012) indagando en los *actores* – nacionales e internacionales – y en las nuevas *formas* destituyentes, sin desmerecer el rol de las Fuerzas Armadas, de las clase dominantes y sus partidos tradicionales, tanto como el peso de los bloques regionales e inclusive la injerencia directa que sigue manteniendo Estados Unidos en los países estudiados.

Queremos así discutir con hegemonía discursiva lograda por los actores que emprendieron este nuevo tipo de golpismo. Es decir, como en los diferentes campos discursivos – intelectuales, periodísticos, etc. – se realizó un desplazamiento semántico a la hora de nombrar los golpes de estado, como si el quiebre de la voluntad popular y la soberanía política fueran más “blandos” o más “suaves” porque ya no son tan evidentes y necesarias las armas de los militares ni la violencia física directa como metodología principal de los sectores dominantes para mantener el *status quo*.

Para realizar el ejercicio nos servimos, anquen no siempre explicitamos, de los intentos de golpes de Estado no logrados tanto como de aquellos golpes de Estado de las Fuerzas Armadas perpetrados durante las décadas de 1960 y 1970 en América Latina, en la búsqueda de una conceptualización.

Asumimos que muchas de las viejas categorías o concepciones no logran captar qué hay de nuevo en los golpismos del siglo XXI y la variedad de “*categorizaciones orillan el absurdo: golpe de Estado, sustitución constitucional, golpe parlamentario (con o sin guantes blancos), quiebre institucional, uso de atribuciones legales del Congreso, juicio exprés, mecanismo normal y legal, quiebre o ruptura democrática*” (RIVAROLA, 2012, p. 43).

2 PRECISIONES CONCEPTUALES: ¿RUPTURAS? ¿CAMBIO? ¿GOLPE?

En su acepción original, presentada por primera vez 1639 por Gabriel Naudé en su obra *Considérations politiques sur les coups d'État*, el golpe de Estado es un acto llevado adelante por el soberano para desplazar algunos de sus propios funcionarios, acusados de conspirar contra él y así reforzar su propio. En cualquier caso el factor sorpresa y el

secreto en la gestación eran claves para lograr su cometido. En el siglo XIX el constitucionalismo limitó su expresión a los cambios de gobiernos violando la constitución legal del Estado por parte de los mismos detentores del poder político.

Es decir, que más allá de la temporalidad y especificidad histórica los golpes de estado, ahora se llevan a cabo a través de funcionarios del mismo Estado (el soberano, el titular del poder político legal, los funcionarios civiles o militares) y usando los elementos/las instituciones que forman parte del aparato del Estado, con el objetivo de cambiar al soberano.

En un exhaustivo trabajo, Rafael Martínez (2014) recorre a todos los autores de los siglos XX y XXI que se han ocupado de problematizar y conceptualizar el fenómeno golpista, concluyendo que la diferencia con la definición original de Gabriel Naudé reside en que mientras en el pasado un golpe de Estado es un instrumento extraordinario de poder absolutista con el que mantener el dominio del príncipe frente a las amenazas externas e internas del Estado, el *moderno* golpe de Estado no es un acto de defensa o protección del sistema, es un acto que termina con la democracia. Es decir, “*frente al golpe de Estado como protección del poder (absolutista) surge el golpe de Estado como ataque al poder (democrático)*” (MARTÍNEZ, 2014, p. 203)⁽¹⁾.

Conviene recordar en esta instancia que no siempre un golpe de Estado deriva en una dictadura. Y no siempre esa dictadura es igual en todos los tiempos y lugares. Es decir, no siempre un golpe de Estado instaura un orden autoritario o militar⁽²⁾. Originalmente para los romanos, la dictadura era un momento de excepción, necesario para garantizar el orden. Se ponía en suspenso el Estado, para retomar el orden, pero no tenía intenciones de perdurar en él.

No obstante, para la teoría jurídica, el golpe de Estado, en tanto violación de la legalidad del orden anterior implica también el cambio de su norma fundamental y por lo tanto la validación de todas sus leyes (más allá de introducir o no cambios). De ahí que, para el derecho internacional un gobierno surgido de un golpe de Estado deba pedir/recibir reconocimiento de los demás Estados.

Con excepción del trabajo recientemente citado, las producciones actuales sobre la temática que nos ocupa se encuentran mayormente en los periódicos y de forma fragmentaria en algún suplemento especializado en América Latina. La sociología ha hecho caso omiso, al igual que la historia, y tanto la ciencias del derecho como la politología

-
- (1) Rafael Martínez (2014) propone siete propiedades variables que se van conjugando con la definición núcleo de golpe de Estado (constante), que arrojan ocho subtipos teóricos posibles de golpes de estado “más allá de si hay ejemplos que respondan a cada uno de los modelos” (XX). Lo que le interesan al autor es marcar las diferencias que presentan los golpes de “nueva generación”, es decir desde 1970 a la actualidad. Nosotros intentamos otro camino, caracterizar actores, mecanismo y contexto sociohistóricos, específicamente el internacional, que nos acerque a un problema común y su caracterización para un concepto mínimo de golpe de Estado del siglo XXI.
 - (2) Otra larga discusión en las ciencias sociales es si un golpe de Estado puede devenir en una revolución. Apelando a Theda Skocpol (1984), se puede afirmar que los golpes, a diferencia de los procesos revolucionarios han impedido la movilización de masas o las revueltas desde abajo. Pero, hay excepciones, como lo son para la autora el golpe que derribó a la dictadura de Salazar en Portugal y la Revolución de Etiopía que se inició con un golpe de Estado, donde oficiales rebeldes se volvieron hacia la movilización de masas contra la aristocracia terrateniente.

han intentado reflotar algunas de sus viejas categorías: “*inestabilidad presidencial*” (OLLIER, 2008), “*caídas presidenciales*” (HOCHSTETLER, 2008), “*remoción del presidente*” (PÉREZ LIÑÁN, 2007) o “*presidencias interrumpidas*”, “*interrupciones institucionales*” (NEGRETTO, 2006).

Sin embargo, todas estas categorías no dan cuenta del proceso que actualmente está en marcha y resultan a históricas para lo que aquí se intenta analizar. En efecto, fueron pensadas en el marco de las crisis políticas postransición a la democracia en 1980 y, específicamente, para los mandatos no finalizados de los presidentes del período neoliberal en la región.

Como ha indicado Pérez-Liñán (2009), “estirar” la etiqueta de golpe de Estado lleva a “*un callejón sin salida*”, porque podría derivar en que toda caída de un presidente pueda ser denunciada ante la OEA bajo tal denominación y, según mayorías circunstanciales, convertirse en un recurso de “*intervención arbitraria*”. Para dicho autor, el nuevo patrón de inestabilidad política se caracteriza por el surgimiento de crisis recurrentes que conducen a la remoción o renuncia de presidentes, sin que ello implique la ruptura democrática.

Sin embargo, en este texto no buscamos explicar los golpes de Estado como un problema de inestabilidad política, muchas veces inculpada a los presidencialismos en América Latina. Por el contrario, la inestabilidad puede ser un elemento decisivo en la apertura de un proceso de cambio social, como se muestra actualmente en la región. Los golpes de Estado contra Jean Bertrand Aristide en Haití (2004), Manuel Zelaya en Honduras (2009) y Fernando Lugo en Paraguay (2012), así como los intentos de golpes no logrados – contra Hugo Chávez Frías en Venezuela (2002), Evo Morales en Bolivia (2008) y Rafael Correa en Ecuador (2010) –, plantean algunas diferencias sustanciales con la caída de los presidentes de los años 1990, producidos en el contexto de crisis del neoliberalismo como matriz dominante de acumulación y de dominación.

Entre los años 2000 y 2005 hubo al menos seis presidentes en ejercicio que no pudieron culminar su gobierno por causa de las grandes movilizaciones sociales: Jamil Mahuad (2000) y Lucio Gutiérrez (2005) en Ecuador, Alberto Fujimori (2000) en Perú, Fernando de la Rúa (2001) en Argentina; Gonzalo Sánchez de Lozada (2003) y Carlos Mesa (2005) en Bolivia. Sin embargo, estas destituciones implicaron movimientos populares, movilizaciones y lógicas de insurrección callejeras, que produjeron la caída de los gobiernos que venían gestionando un modelo neoliberal.

Todas estas destituciones estuvieron siempre acompañadas de movilizaciones ciudadanas de descontento. Y asimismo, procedidas por gobiernos reformistas. No es el caso de las experiencias que inauguran los golpismos del siglo XXI, pues la restauración que se busca es de derecha. Nueva derecha para algunos autores, menos nueva para otros, quienes se pregunta si en rigor no hay un retorno a los orígenes de la democracia burguesa (ANSALDI, 2014, p. 26).

Por todo esto, a diferencia de aquellos procesos de inestabilidad presidencial de los años 1980-1990, los golpes de estado del siglo XXI siempre intentan anular, eliminar o inhibir (de acuerdo a la correlación de fuerzas encontrada y la capacidad para imponer

una nueva voluntad política) un proceso en marcha que en general aparece como una amenazada al orden estatuido y afecta los interés de los sectores económicos y políticos concentrados.

Algo que Perry Anderson denominó contrarrevoluciones preventivas, en respuesta a la “*inflexión populista*” de los años 1950. Como indica Ansaldi (2014, p. 28) “*cuando se produce una radicalización de la democracia que llegara al punto de cuestionar seriamente la hegemonía de la burguesía, esta clase no vacilará en el empleo de la violencia, cualquiera sea la forma que elija*”. Se trata, en este caso, de acciones destinadas a sustituir los productores del orden social, modificando la dirección de los procesos constituyentes nacidos de la crisis neoliberal.

3 LOS ACTORES Y MODALIDADES INTERVINIENTES EN LOS GOLPES DE ESTADO EN EL SIGLO XXI

Según Juan Gabriel Tokatlian (2009; 2012) el *neogolpismo* es una modalidad formalmente menos virulenta, encabezado por civiles (con soporte implícito o complicidad explícita de los militares) que pretende violar la constitución del Estado pero preservando cierta apariencia o semblanza institucional mínima (por ejemplo, con el Congreso en funcionamiento y/o la Corte Suprema temporalmente intacta). Los golpes no siempre involucran a una gran potencia (por ejemplo, Estados Unidos) y pretenden resolver una encrucijada social y política crítica más que a fundar un orden novedoso.

Es un fenómeno gradual, donde los grupos civiles van generando condiciones o escenarios para la inestabilidad y se tiende a invocar – y agregamos nosotros, a utilizar – la opción de una salida constitucional, legal, institucional. Es decir, el nuevo golpismo reconoce que los gobiernos fueron elegidos democráticamente, pero argumenta que ellos no gobiernan democráticamente. Es justamente en esa ambigüedad que caracteriza a los golpes de Estado del siglo XXI, donde es posible dotar de una continuidad institucional, para disimular prácticas antidemocráticas.

De hecho, el argumento político utilizado es que su intervención se produce para resguardar un orden democrático, apelación que utilizaron también las Dictaduras Institucionales de las Fuerzas Armadas en el Cono Sur. Sin embargo, hoy es más frecuente es que todos los golpistas centren sus esfuerzos ya no en legitimar a posteriori su acción – que reconocían ilegal –, sino en demostrar la legalidad de todos y cada uno de los actos que han llevado a término para suplantar al poder ejecutivo.

De ahí que algunos autores pretendan denominar las nuevas modalidades golpistas como de *Golpes de Estado constitucionales* (ROITMAN, 2013) ya que éstos se caracterizan por hacer uso de mecanismos constitucionales para cubrir las irrupciones al poder con un manto de legalidad, y con la participación de autoridades elegidas democráticamente. En este sentido, puede afirmarse que:

La visión tradicional de los golpes de Estado en América Latina ha pasado a mejor vida, pero siguen en la agenda de las clases dominantes latinoamericanas, que nunca han desaparecido (...) Las Fuerzas Armadas no requieren al menos por el momento, implantar el

terror. Los golpes exclusivamente militares, perpetrados por la gran autonomía concedida a las Fuerzas armadas en tiempos de Guerra Fría desaparecen, ceden su lugar a los golpes constitucionales, más limpios y efectivos (ROITMAN ROSENMAN, 2013, p. 200).

La autonomía que las Fuerzas Armadas poseyeron durante la Guerra Fría, fue recortada por las autoridades civiles y en los casos que actuaron fue a partir de una petición de los poderes legislativo y judicial.

A diferencia de los golpes tradicionales en América Latina gestados desde las Fuerzas Armadas para quedarse con el poder, en el caso de Honduras, Paraguay y Haití las Fuerzas Armadas no actuaron por propia iniciativa, no utilizaron la violencia física ni intentaron “asaltar” el gobierno, dado que no contaban con el poder ni la autoridad para hacerlo (LLANOS Y LEIV, 2010). Sin embargo, a diferencia de Paraguay, en Honduras y Haití las Fuerzas Armadas sí tuvieron participación.

El golpe de Estado contra Jean-Bertrand Aristide (2004) tuvo injerencia, no sólo de la policía que el propio presidente había creado sino también de las Fuerzas Armadas que continúan siendo una fuerza de choque directa de los Estados Unidos en ese país.

Pero también sucedió en Honduras, cuando el presidente Zelaya destituyó al general Romeo Vásquez como jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas por negarse a distribuir los materiales electorales para la consulta popular que abriría el camino a la reforma constitucional, o como cuando deportaron a Zelaya a Costa Rica en un avión militar. Más aún: el principal asesor legal de los militares admitió que “*la decisión de sacarlo a Costa Rica la tomamos nosotros como Fuerza Armada*” (MANAUT y DIAMINT; 2010, p. 150).

Además, el avión argentino en el que viajaban Manuel Zelaya, la presidenta Cristina Fernández de Kirchner y el presidente Rafael Correa fue impedido de llegar a destino por el despliegue de transportes militares en la pista de aterrizaje.

Este punto requiere, entonces, volver a ubicar a las Fuerzas Armadas en función del lugar que tuvieron y tienen en la construcción del orden y en el bloque de dominación, tanto como observar el papel predominante que tuvieron en los partidos políticos tradicionales y las clases políticas ligada a ellos, principales ejecutores de los procesos destituyentes.

Basta observar cómo los parlamentos funcionan como refugios institucionales para la reorganización política de las diferentes oposiciones de las élites. Así, la “*ideología parlamentarista*” es un fenómeno construido con el esfuerzo combinado de las élites conservadoras de cada país en alianza con los medios de comunicación, “*que fuerzan una específica interpretación de la realidad en la que se desvaloriza la legitimidad de los poderes ejecutivos*” (SALAS OROÑO, 2010).

En los golpes de estado del siglo XXI la violencia reaccionaria y física juega sólo un papel auxiliar, comparada con la de los medios de comunicación generadores de la narrativa de la crisis o del consenso. En todos los casos los medios de comunicación junto con las redes sociales de comunicación instantánea han sido centrales en la creación de una ideología golpista, a través de núcleos argumentativos comunes para justificar las

intervenciones. Se construye así la representación del gobierno ‘aislado’ – pese a contar con un apoyo popular mayoritario – y de la necesidad de poner fin a la conflictividad y el enfrentamiento entre “*ciudadanos de la misma nacionalidad*”.

El conflicto social no se vincula a la disputa de intereses económicos o al enfrentamiento de clases – claramente puesto de manifiesto en Bolivia y Venezuela – sino a la “*incapacidad*” de los mandatarios para gobernar, así como a las desmedidas ambiciones de los movimientos sociales. Paradójicamente, al tiempo que se califica a los gobiernos como presidencialistas con una “*tendencia autoritaria*” que busca perpetuarse en el ejecutivo, se manifiesta un “*vacío de poder*” y un clima de ingobernabilidad política que atraviesan las instituciones de estos países.

Esta narrativa ha logrado constituirse en sentido común en sectores importantes de la población – especialmente sectores medios-altos relacionados con la formación de opinión pública – y la destitución “aparece” como la “confirmación” del proceso de erosión de la legitimidad presidencial previamente producido y “permitido” a raíz de este último acontecimiento (GOLDSTEIN; 2012, p. 02).

Al momento del golpe de Estado en Paraguay los medios de comunicación eran la institución, junto a la Iglesia, mejor valorada (5,79 de 10) (DE ANCOS; JUSTE, 2014, p. 19). Se conoce además a Gene Sharp (1988) quien ha desarrollado a pedido de la CIA un manual de criterios y metodologías acerca de cómo implementar el terror y la conmoción mediante métodos no convencionales, es decir, no violentos.

Sin embargo, *los métodos de la remoción autoritaria no han sido idénticos*. En Paraguay fue posible televisar un juicio exprés (ver “*Apéndice 01*”), en el cual no se presentó una sola prueba porque las mismas, según el libelo acusatorio, eran “*de público conocimiento*”. En dicha apelación se recurrió a la cláusula madre de la represión dictatorial: los delitos políticos no necesitan ser probados por ser “*de público conocimiento*”.

Esa acusación, radicalmente opuesta al contrato republicano y democrático de 1992, fue públicamente aprobada por la casi totalidad de la Cámara, que sancionó así el retorno al contrato dictatorial.

Diferentes fue el caso de Honduras, que aun habiendo utilizado “argumentos legales” con preeminencia del parlamento (ver “*Apéndice 02*”), se debió apelar al secuestro y expulsión de Zelaya, quien fue retirado de madrugada vía intervención militar. En cambio, en Haití es posible otorgarle, como veremos, un mayor peso explicativo al rol estratégico desempeñado principalmente por los Estados Unidos.

4 LA DIMENSIÓN INTERNACIONAL DEL GOLFISMO

A diferencia de los golpes de Estado de los años 1970 que se producían en el marco de la intensa disputa bipolar, los golpes de estado del siglo XXI se producen en un escenario pos 11 de septiembre donde política exterior comienza a estar amparada en paradigma del terrorismo.

No obstante, es relevante considerar la dimensión internacional del neogolpismo y, especialmente, el rol de las instituciones regionales como Unasur y Mercosur, las cuales se mostraron impotentes para devolver a los presidentes depuestos a sus cargos, aunque impusieron suspensiones a Honduras y Paraguay hasta que un nuevo proceso electoral decidiera por nuevos presidentes y autoridades políticas.

Para ello se apeló al protocolo sobre compromiso democrático del Mercosur, conocido como “*Ushuaia II*” y al “*Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de la Unasur sobre Compromiso con la Democracia*”, suscrito en Guyana el 26 de noviembre de 2010, luego del intento destituyente al presidente ecuatoriano Rafael Correa en el año 2010, entrando en vigor el 19 de marzo de 2014. Ambas cláusulas tienen un gran valor punitivo y son creadas una vez quebrado el orden constitucional en uno de sus países miembros.

Es importante remarcar que Brasil adoptó un pulso político diferente. Mientras encabezó la protesta latinoamericana en la OEA y le abrió las puertas de su embajada a Manuel Zelaya, fue el más cauto de todos los países de la región a la hora de condenar el Golpe en Paraguay. En efecto, ello responde a los diferentes intereses comerciales y económicos que posee, puesto que comparte con Paraguay la represa de Itaipú y una amplia frontera sojera.

En el caso de Honduras, el repudio provino principalmente de la diplomacia multilateral, encabezada por el presidente de Costa Rica, Oscar Arias, quien diseñó el “Plan Arias” para lograr la restauración de Zelaya. La Unión Europea, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Fondo Monetario Internacional (FMI) anunciaron el cese de la asistencia financiera y Estados Unidos deportó a Honduras a Bianca Micheletti, hija del presidente de facto, que trabajaba en la embajada hondureña en Washington.

Este proceso ha implicado un cambio respecto a 2002 cuando se produjo la fracasada remoción de Hugo Chávez en Venezuela, ya que en esta oportunidad Estados Unidos no condenó el golpe; más aún lo justificó como lo hicieron otros países como España y Colombia. Dos años más tarde, en 2004, se produjo la salida forzada de Jean-Bertrand Aristide en Haití, y en donde los mecanismos y los argumentos se repitieron: “*la crisis institucional lo llevó a su propia remoción*”.

Sin embargo, a diferencia de Venezuela en vez de detener temporalmente a Aristide, el embajador de Estados Unidos puso al depuesto mandatario haitiano en un avión y lo envió a la República Centroafricana y el golpista François Bozizé hizo redactar una nueva Constitución, que le permitió ser electo presidente en 2003.

Los casos de Honduras y de Haití contienen un aditivo particular para repensar el mapa imperialista norteamericano en la destitución de ambos presidentes. El presidente de Jean-Bertrand Aristide es un buen ejemplo de la interferencia del gobierno estadounidense en los asuntos internos haitianos, en tanto fue dos veces depuesto con la intervención directa de los Estados Unidos.

En 1991, luego de seis meses de asumir y dar inicio a un proceso de transición a la democracia, fue derrocado por un grupo de militares encabezado por el general Raoul Cédras, logrando su exilio en Venezuela y luego en Estados Unidos. La dictadura establecida por el Raoul Cédras le valió la condena internacional y sanciones económicas de

Europa y específicamente de Francia, razón por la cual Aristide volvió a Haití en octubre de 1994 – tres años después del golpe de Estado –, acompañado de una tropa multinacional encabezada por Estados Unidos.

Allí culminó su período presidencial. En el año 2000 Aristide volvió a ganar las elecciones con un triunfo abrumador, cristalizando así una legitimidad que lo condujo a intentar implementar algunas reformas, restableciendo relaciones diplomáticas con el gobierno de Cuba y Venezuela. Su gobierno duró ahora seis meses en los cuales el papel de Estados Unidos fue central, ante la posibilidad de modificar las relaciones multilaterales en Centroamérica.

La República de Sudáfrica exigió a las Naciones Unidas la conformación de una comisión de investigación internacional sobre el caso de Haití. La instancia nunca se creó y a los dos meses del golpe de Estado, se envió a Haití una Misión de Estabilización de las Naciones Unidas (Minustah). Después del terremoto que devastó a la isla en enero de 2010, la Minustah se replegó ante la presencia de más de 20.000 *marines* estadounidenses en territorio haitiano.

Manuel Zelaza, en acuerdo con Hugo Chávez y como parte de la estrategia geopolítica venezolana en América Central, había firmado el tratado para incorporarse al ALBA – Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América – aun cuando Honduras ya contaba con tratados de libre comercio con Estados Unidos y otros países que integran el DR-CAFTA (Tratado de Libre Comercio entre República Dominicana, Centroamérica y Estados Unidos de América). Sin embargo, cinco meses después del golpe de Estado se inició el procedimiento para retirarse definitivamente del ALBA, concluyendo el 12 de enero de 2010 cuando el Congreso Nacional de Honduras – con 123 votos a favor y 5 en contra – aprobó la renuncia al tratado. En el mismo acto, Venezuela suspendió a Honduras del programa de *Petrocaribe*.

Asimismo, los tres países que estamos estudiando cuentan con bases militares norteamericanas. Bien es conocida la injerencia de Estados Unidos en Honduras, como parte de la política exterior desarrollada sobre Centroamérica y específicamente en su ofensiva contra el sandinismo.

Según la investigación de Telma Luzzani (2012, p. 408) en la base militar Soto Cano⁽³⁾ opera la Fuerza de Tarea Conjunta Bravo del Comando Sur, que en los años 1980 fue clave en la guerra antisandinista y otros movimientos. Es la pista más extensa de Centroamérica y el Pentágono está en condiciones de coordinar toda su presencia militar en Centroamérica desde ahí, incluido el movimiento de la ADEA en territorio guatemalteco.

En Paraguay, la dependencia imperialista ha sido más solapada, pero no por ello menos importante. Como lo revelan los recientes cables de *Wikileaks*, Fernando Lugo había autorizado la injerencia de Estados Unidos para el entrenamiento de fuerzas especiales denominadas *Destacamento conjunto de Respuesta Rápida* con miras a derribar

(3) 28 días antes del golpe, Manuel Zelaya había anunciado que la base de Soto Cano se utilizaría en el futuro para vuelos comerciales y que la construcción de la terminal civil iba a ser financiada por el ALBA.

la supuesta guerrilla del EPP (Ejército del Pueblo Paraguayo) que todavía no se sabe si existe como tal, qué características tiene o quiénes la componen. Los datos aportados por la misma inteligencia norteamericana revelan que tienen “*más de banda delictiva que de vanguardia revolucionaria*”.

Todos estos factores han propiciado el clima para que el reciente presidente, el empresario colorado Horacio Cartes, envíe una ley al Congreso para que las Fuerzas Armadas se involucren en tareas antisubversivas. La ley Antiterrorista, como se la conoce, aprobada en ambas cámaras, contó con el voto del ex presidente Lugo, electo senador en abril de 2013.

5 DEMOCRACIA Y GOLPISMO. ELEMENTOS PARA UN CONCEPTO MÍNIMO DE GOLPES DE ESTADO EN EL SIGLO XXI

Edelberto Torres Rivas (2010) ha sostenido con refinada ironía que el golpe en Honduras ha demostrado cuán irreversible es la democracia. Frase que hago propia para pensar Paraguay y Haití. En todos los casos, millones de ciudadanos han participado en aproximadamente 20 y 30 elecciones nunca impugnadas por fraude. Dichas elecciones se han realizado bajo la égida de Estado que sigue acobijando las mayores precariedades.

O peor aún, democracias que desde los años 1980 generan sociedades más desiguales y pobres. No es casual que los golpes se hayan perpetrado en países donde se observan indicios de erosión de la legitimidad democrática con los más altos grados de desigualdad, pobreza, exclusión y violencia sociales de la región, siendo Haití el principal exponente.

Pero también Paraguay y Honduras exhiben tasas alarmantes, respecto sobre todo al acceso a la tierra: en Honduras, hasta un 30 por ciento del territorio nacional pertenece a transnacionales, mientras que en Paraguay un 2,5 por ciento de la población posee sólo un 85 por ciento de las tierras. En tales contextos, la emergencia del golpismo se produce, en palabras de Emir Sader (2012), sobre los “eslabones más débiles”.

En Honduras, pero también en Paraguay y en Haití, no se trató de una democracia surgida “desde abajo” sino a partir de una estrategia clara de los Estados Unidos y un acuerdo de élites. En Honduras, el pacto entre el Partido Nacional (ligado históricamente a *Cuyamel Fruit Co*) y del Partido Liberal (ligado históricamente a la *United Fruit Co*), garantizó la estabilidad institucional de la democracia durante años junto con un destacado inmovilismo social.

Lo mismo debe afirmarse para Paraguay, donde Colorados y Liberales acordaron un pacto con la elite golpista y stronista que asegurase la transición. Por ello, en el momento de perpetrarse el golpe, Federico Franco era el vicepresidente de Fernando Lugo en la fórmula presidencial y Roberto Micheletti, el primero en la línea presidencial del gobierno de Manuel Zelaya. En todos los casos, el actor central fue la clase política vinculada a los partidos tradicionales que contaron con el apoyo explícito en Haití y Honduras de las Fuerzas Armadas y con una derecha transnacionalizada pero con clara injerencia local, cada vez más tentada por volver al Estado (no ya sólo al gobierno).

Los golpes de estado del siglo XXI quiebran un proceso de radicalización democrática o su posible amenaza mediante actores civiles – pero no siempre con neutralidad militar ni externa – que tienen como prioridad justificar la legalidad y legitimidad de lo ocurrido. “(...) *del Golpe como acto de ilegalidad necesaria y legítima, hemos llegado al golpe de Estado “con todas las de la ley”* (MARTÍNEZ, 2014, p. 204).

Con nuevos formatos dotados para dar continuidad constitucional al proceso golpista y no presentar quiebres democráticos – como ocurrió con la excepción autoritaria de los golpes de estado del contexto de la Guerra Fría – los golpismos del siglo XXI intenta frenar o eliminar un proceso de cambio en el que los sectores dominantes, al verse afectados, despliegan su capacidad de imponer sus intereses y derribar el gobierno vigente.

Ningún golpe de Estado es exitoso si no logra apoyos de la burguesía nacional y/o trasnacional y cuenta con desmovilización social garantizada, que luego la ruptura del pacto democrático no hace más que reafirmar. En rigor, los golpes de estado en Honduras, Haití y Paraguay no contaron con un movimiento popular ni con movilizaciones políticas con capacidad de interponerse, tal como ocurrió en otras intentonas en Bolivia, Venezuela y Ecuador. Donde el golpismo logro su objetivo que la ciudadanía vivió como espectadora un juego de elites, porque tampoco se sintió interpelada por una pobre democracia.

6 BIBLIOGRAFÍA

ANSALDI, Waldo. De la vox populi, vox deus, a la vox populi, vox mercatus. La cuestión de la democracia y la democracia en cuestión. *Estudios*, Córdoba, n. 31, p. 13-33, 2014.

DE ANCOS, Juste Rubén. Hegemonía colorada y alternancia política en Paraguay: Los límites de la victoria de Horacio Cartes. *Revista Novapolis*, n. 7, p. 11-35, 2014.

GOLDSTEIN, Ariel. Una aproximada periodización de los procesos destituyentes. *Rebelión* 16.07.2012. Disponible en: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=153079>>.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 49, p. 51-72, 2008.

LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv. Ruptura y continuidad: la caída de “mel” Zelaya en perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, n. 55, p. 173-197, 2010.

LUZZANI, Telma. *Territorios vigilados. Como opera la red de bases militares norteamericanas en Sudamérica*. Buenos Aires: Debate, 2012.

MANAUT, Raúl Benítez; DIAMINT, Rut. La cuestión militar. El golpe de Estado en Honduras como desafío a la democracia y al sistema interamericano. *Nueva Sociedad*, n. 226, p. 146-157, 2010.

MARTÍNEZ, Rafael. Subtipos de golpe de Estado: transformaciones recientes de un concepto del siglo XVII. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n. 108, p. 191-212, 2014.

NEGRETTO, Gabriel. Minority Presidents and Democratic Performance in Latin America. *Latin American Politics and Society*, n. 48, p. 63-92, 2006.

OLLIER, María Matilde. La institucionalización democrática en el callejón: la inestabilidad presidencial en Argentina (1999-2003). *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 49, p. 51-72, 2008.

RAMÍREZ, Franklin. ¿Hegemonías emergentes? Golpismo, política y resignificación democrática. Un contrapunto ecuatoriano-venezolano. *Las FFAA en la región andina: ¿actores deliberantes o subordinados?* Perú: Comisión Andina de Juristas/Embajada de Finlandia, 2002.

RIVAROLA, Milda. La rescisión del contrato social. In: CARBONE; Rocco y SOLER, Lorena (eds.). *Franquismo en Paraguay. El Golpe*, Buenos Aires: El 8vo loco Ediciones, 2012.

ROITMAN Rosenmann, Marcos. *Tiempos de oscuridad. Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid: Akal, 2013.

SADER, Emir. Paraguay, el eslabón más débil. CARBONE, Rocco y SOLER, Lorena (eds.). *Franquismo en Paraguay. El Golpe*, Buenos Aires: El 8vo loco Ediciones, p. 131-133. 2012.

SALAS OROÑO, Amilcar. La “parlamentarización” de la política en América Latina. *Centro de Estudios Políticos y Sociales*, Valencia, 2010.

SHARP, Gene. *La lucha política no violenta. Criterios y métodos*. Santiago: Ediciones Chile América, 1988.

SKOCPOL, Theda. La explicación de las revoluciones sociales: otras teorías. *Los Estados y las revoluciones sociales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Economía, 1984

TOKATLIAN, Juan Gabriel. “Neogolpismo”. *Página/12*, 13 de julio de 2009. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html>>.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. “El auge del neogolpismo”, *La Nación*, 24 de junio de 2012. Disponible en: <<http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>>.

TORRES RIVAS, Edelberto. Las democracias malas de Centroamérica. Para entender lo de Honduras, una introducción a Centroamérica. *Nueva Sociedad*, n. 226, p. 52-66, 2010.

APÉNDICE 1

La Cámara baja (con el voto de 115 diputados de un total de 125) acusó al Presidente de cinco hechos que se detallan en el libelo acusatorio:

I. haber utilizado las instalaciones del Comando de Ingeniería de las Fuerzas Armadas en 2009 para un acto considerado “político-partidario” que se denominó Campamento Latinoamericano de Jóvenes por el Cambio.

II. ser “instigador” y “facilitador” de las tomas de tierras en la zona de Ñacundaí y el uso de las fuerzas militares “para generar un verdadero estado de pánico” en la región.

III. haber demostrado ser incapaz para desarrollar políticas y programas que busquen disminuir la “inseguridad ciudadana”.

IV. haber apoyado el protocolo regional sobre el compromiso con la democracia en el Mercosur (Ushuaia II) que sería interpretado como una violación de soberanía. Según dicho pacto, se indicaba que se penaría con la exclusión a cualquier país donde tuviera lugar un golpe de Estado. Para los diputados, este documento podría derivar en el corte del suministro de energía a Paraguay.

V. “falta de reacción” frente a la muerte de 17 personas en Curuguaty.

APÉNDICE 2

El 8 de mayo, el Procurador General de la Nación, actuando como garante de la Constitución, solicitó a la Corte Suprema que declarara la ilegalidad y nulidad de la decisión del Poder Ejecutivo de llamar a una consulta popular para habilitar la reelección

no inmediata del presidente. La consulta fue declarada ilegal por la Fiscalía, el Congreso y el Tribunal Supremo Electoral. La Corte Suprema ordenó a Zelaya que restituyera a Vásquez en su cargo, ahondando el enfrentamiento entre los poderes del Estado. La justificación legal del golpe se basó en la inconstitucionalidad de la consulta. El decreto n. 141-2009 del 28 de junio de 2009 acordaba separar al ciudadano José Manuel Zelaya Rosales del cargo de Presidente Constitucional de la República de Honduras por las reiteradas violaciones a la Constitución. Los artículos 304 y 306 de la Constitución permiten llamar a la fuerza pública para hacer cumplir con los mandatos de la Corte (BENÍTEZ MANAUT y DIAMINT, 2010).

A AMÉRICA LATINA COMO DESTINO DOS IMIGRANTES: BRASIL E ARGENTINA (1870-1930)

*LATIN AMERICA AS A DESTINATION TO IMMIGRANTS:
BRAZIL AND ARGENTINA (1870-1930)*

André Luiz Lanza^(*)

Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

Maria Lucia Lamounier^(**)

Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

Resumo: O presente artigo analisa comparativamente a imigração para o Brasil e Argentina entre 1870 e 1930, apresentando dados sobre o fluxo migratório e motivações que levaram os estrangeiros a escolher os dois países como destino. Para a confecção do trabalho, colhemos dados de censos, relatórios ministeriais e anuários estatísticos além da bibliografia pertinente. Os imigrantes representavam a solução para a falta de braços para as lavouras e o agente modernizador das sociedades; os fluxos migratórios estavam relacionados com o desempenho econômico dos dois países. No Brasil, a imigração subsidiada teve grande importância; na Argentina, prevaleceu a imigração espontânea.

Palavras-chave: Imigração; Brasil; Argentina.

Abstract: The present paper analyzes comparatively immigration to Brazil and Argentina between 1870 and 1930, presenting data related to the migration flow and the motivations that led foreigners to choose both countries as their destination. To the sweet of this paper, data were collected from censuses, ministerial reports and statistical yearbooks besides the pertinent bibliography. Immigrants represented the solution to the lack of arms to the harvests and the agent that would come to modernize their societies; the migration flows were related to the economic performance of both countries. In Brazil, subsidized migration had great importance; in Argentina, spontaneous migration prevailed.

Key-words: Immigration; Brazil; Argentina.

(*) Mestre pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: <a_lanza89@hotmail.com>.

(**) Doutora, Professora Associada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de da Universidade de São Paulo (Campus Ribeirão Preto); Professora do Programa Interunidades em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo. E-mail: <lucialamounier@fearp.usp.br>. Recebido em: 15.02.2015; aceito em: 29.06.2015.

1 INTRODUÇÃO

Quando se estuda o período entre 1870 e 1930, diversos temas emergem com frequência na literatura relevante para a América Latina. O começo do desenvolvimento econômico com a expansão das economias primárias voltadas para o mercado externo, os países latino-americanos na rota internacional do comércio, o desenvolvimento da infraestrutura, a urbanização, as mudanças políticas e sociais diversas e a chegada massiva de imigrantes formam parte dos acontecimentos que marcaram o período. A América Latina foi um importante destino para os emigrantes no período das grandes migrações. O período foi marcado por grandes transformações sociais e econômicas, não só na região como no mundo como um todo que, em maior ou menor grau, influenciaram na vinda de estrangeiros para o continente.

No presente artigo, nos propomos a fazer uma análise da imigração para o Brasil e para a Argentina no período mencionado, apresentando dados sobre o fluxo migratório e as motivações que levaram os estrangeiros a escolher os dois países como destino. Ambos foram os destinos mais recorrentes dos imigrantes e ambos apresentaram um desenvolvimento econômico-social similar durante esses sessenta anos entre o final do século XIX e começo do século XX.

O trabalho encontra-se dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta um panorama geral da imigração para a América Latina, dando destaque para Brasil e Argentina. A segunda seção analisa a imigração para o Brasil e, mais especificamente, para o estado de São Paulo, principal destino dos estrangeiros dentro do país, buscando identificar o que motivou os estrangeiros a escolherem o Brasil como seu destino final. A terceira seção explora o tema da imigração na Argentina, analisando o que pode ter levado os imigrantes a se dirigirem ao país platino. Para a confecção deste trabalho, além da bibliografia levantada, fizemos uso de *Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo* (RSASP), *Censos Generales de la Ciudad de Buenos Aires* (CGCBA) e anuários estatísticos relevantes.

2 A IMIGRAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA: UM PANORAMA

O início do século XIX e primeiras décadas do século XX foram marcados por um imenso deslocamento populacional entre o Velho e o Novo Continente. A cifra exata da quantidade de imigrantes que partiram da Europa com destino às Américas é incerta⁽¹⁾; no entanto, estima-se que entre 42 e 60 milhões de europeus deixaram o continente nesse período, impulsionados por diversos fatores como a melhoria nos meios de transporte e comunicação no século XIX, à busca por melhores condições de vida, oportunidades

(1) Cifras diversas foram apresentadas por vários autores na tentativa de estimar a quantidade total de emigrantes que deixaram a Europa no período. Essas variações ocorrem devido a discrepâncias diversas nos registros das partidas nos países de origem e das entradas nos países de destino. A definição de imigrante nos registros oficiais e o fenômeno da re-emigração entre os destinos e também o fenômeno da migração temporária. Ver por exemplo Rosoli (1992); Klein (2000); Rapoport (2000); Sanchez-Alonso (2007); Gonçalves (2008).

de emprego e como alternativa à realidade existente nos países de origem. Muitos imigrantes partiam com o ideal de se tornarem proprietários de terra na América; muitos em busca de trabalho assalariado, fosse este permanente ou temporário; e outros partiam fugidos de perseguições religiosas ou guerras.

Segundo Klein (2000, p. 13), a questão básica que envolve o fenômeno da migração está no “*peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram*”. Para o autor, as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, na medida em que afetam diretamente a sobrevivência das famílias. Ainda, segundo o autor, três fatores combinados originaram as grandes migrações europeias nos séculos XIX e XX, época em que chegaram ao Novo Mundo mais de dois terços dos imigrantes. O autor destaca o acesso à terra para sustento próprio, a variação da capacidade produtiva da terra e o número de membros de uma mesma família que precisa ser mantido por um mesmo lote de terra (KLEIN, 2000, p. 12-13).

O crescimento exponencial da população do continente europeu, a partir do século XVIII, aliado à queda progressiva da mortalidade (fenômeno conhecido como “*transição demográfica*”), com o tempo, passou a exercer pressão sobre o setor agrícola dos países europeus. Essas mudanças dificultaram o acesso à terra pelas populações camponesas, aumentando a quantidade de pessoas a serem mantidas com a produção de um mesmo lote de terra. O número de minifúndios diminuía enquanto o de latifúndios aumentava com rapidez. Os camponeses, que anteriormente viviam numa agricultura de subsistência, se viram obrigadas a trabalhar para outros proprietários de terras (KLEIN, 2000, p. 14-16).

A terra deixava então de ser o meio de vida tradicional do mundo rural europeu, baseado na produção camponesa, e passava a ter uma nova função como fator de produção e fonte de capital, destinada à produção em larga escala (GONÇALVES, 2008, p. 20). Como afirma o autor, “*no momento em que os campos europeus entravam em fase acelerada de desarticulação, a América aglutinou a gigantesca dilatação do mercado de trabalho, apresentando-se como imenso território de reserva para numerosos e famélicos contingentes do Velho Mundo*” (GONÇALVES, 2008, p. 21). Com a revolução agrícola e a mecanização da agricultura, muitos perderam seus empregos no meio rural e as dificuldades financeiras atingiram grande número dos trabalhadores rurais europeus, expulsando-os para o meio urbano. As cidades eram vistas como alternativas à imigração rural e a habilidade das cidades em absorver esse excedente de população rural determinava a taxa de imigração.

Isso implicava que, em um cenário onde todos os demais fatores permanecessem constantes, quanto mais alto o grau de urbanização e industrialização, menor a taxa de imigração. Outra implicação residia numa queda na taxa de emigração caso a taxa de urbanização e industrialização aumentassem (BAINES, 1994, p. 537). Petrone (1997) tem visão semelhante, afirmando que “*as grandes migrações transoceânicas dos séculos XIX e XX constituem (...) um aspecto do movimento demográfico da Europa em que a urbanização e a industrialização desempenham papel relevante*” (PETRONE, 1997, p. 95).

Enquanto na Europa a terra era cara e a mão de obra barata, na América, ocorria o inverso: havia terra em abundância e escassez de mão de obra. Klein (2000, p. 22) delega à possibilidade de aquisição de terras um grande peso como fator de atração de imigrantes

para as Américas. Segundo Rapoport (2000), no geral, há certo consenso entre os autores de que os imigrantes trabalhadores se dirigiam para os destinos cuja quantidade de recursos oferecidos era maior que em suas pátrias. A terra abundantemente disponível, a agricultura de exportação em ascensão e a escassez de mão de obra para trabalhar em atividades relacionadas ao setor aliados aos salários mais altos em comparação à Europa tornaram-se o chamariz de imigrantes para os países da América Latina.

Segundo Sanchez-Alonso (2007, p. 398), até o último quartel do século XIX, a instabilidade política das novas repúblicas latino-americanas, a baixa demanda por trabalho livre na maioria dos países que possuíam uma grande população ou faziam uso do trabalho escravo, alto custo das passagens transatlânticas, clima e geografia desfavoráveis do interior dos países, além das características políticas e culturais não atrativas ajudam a explicar o porquê a América Latina permanecia como um destino marginalizado para os imigrantes perante os Estados Unidos.

Nas últimas décadas do século XIX, esse cenário mudou. As mudanças tecnológicas no final do século XIX foram importantes fatores no fluxo migratório internacional. A substituição dos barcos a vela pelo transporte a vapor, a instalação de cabos telegráficos transatlânticos e o surgimento e expansão das redes ferroviárias durante a segunda metade do século XIX tornaram os transportes e as comunicações entre América e Europa mais rápidos, eficientes e com menor custo. Klein (2000) afirma que *“após 1870 os fluxos migratórios e as condições econômicas na América estavam estreitamente relacionadas. Informações sobre as condições de emprego, em especial, estavam agora prontamente disponíveis em poucas semanas, nos principais países europeus de emigração”* (KLEIN, 2000, p. 23).

Novas tecnologias permitiam a exportação de produtos perecíveis a longas distâncias. Tais mudanças levaram os países da América Latina às rotas do comércio mundial. Não só a mobilidade de capital se tornou possível, mas, também, ocorria com maior frequência, a mobilidade do fator de produção trabalho entre os continentes. Além das mudanças tecnológicas, depois de 1870 com a estabilidade política e, desde as décadas de 1850 e 1860, com o crescimento das políticas visando à atração de imigrantes estrangeiros, a América Latina passou a ter mais visibilidade na rota mundial de imigração. Mais de 13 milhões de imigrantes entraram no continente entre 1870 e 1930, sendo que 90% desse total tiveram como destino a Argentina, o Brasil, o Uruguai e Cuba (SANCHEZ-ALONSO, 2007, p. 398-399).

Rosoli (1992) afirma que, até a Primeira Guerra Mundial, 11 milhões se dirigiram para a América Latina dos quais 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Desses 11 milhões, 46% se destinaram à Argentina, 33% ao Brasil, 14% foram para Cuba e 3% para o México (ROSOLI, 1992, p. 03).

Sanchez-Alonso (2007) afirma que quase todos os governos latino-americanos tentaram de alguma forma atrair trabalhadores estrangeiros, buscando prevenirem-se contra uma possível falta de mão de obra em setores específicos das economias nacionais. Alguns governos acreditavam também que a imigração de *“europeus culturalmente superiores”* contribuiria para a modernização econômica e social de seus países (SANCHEZ-ALONSO, 2007, p. 398).

Brasil e Argentina são os melhores exemplos da influência dessas mudanças em suas economias e sociedades (CONDE, 1968, p. 71-72; KLEIN, 2000, p. 23). Até 1870, ambos os países eram caracterizados por amplos vazios populacionais e população escassa e concentrada no litoral. Durante todo o século XIX, a necessidade de povoar territórios e encontrar mão de obra para sustentar o desenvolvimento da agricultura agroexportadora norteou os debates governamentais sobre o fomento da imigração nos dois países.

Além de ser uma solução para a falta de braços nas lavouras e para o povoamento de territórios, nos dois países, a imigração era vista como o caminho para o progresso, para a modernização da sociedade e para o branqueamento da população. A partir de 1870 até 1930, os dois países foram os que mais receberam imigrantes na América Latina. Nesse período, a política de subsídios, custeando as passagens transatlânticas, hospedagem e colocação nas fazendas de café, foi implantada com sucesso no estado de São Paulo. Na Argentina, as políticas liberais de atração de imigrantes e os altos salários pagos nas épocas de colheitas do trigo e milho também tiveram êxito em atrair estrangeiros. Os dois países juntos receberam quase 80% do total dos que imigraram para a América Latina até 1930.

Entre 1870 e 1930, mais de 4.100.000 estrangeiros entraram no Brasil no período; cerca de 6.200.000 imigrantes se dirigiram para a Argentina. Um grande número desses imigrantes se estabeleceu no estado de São Paulo e na província de Buenos Aires e tiveram contribuição direta para o crescimento da população, para a ampliação do mercado de trabalho rural e urbano e para o desenvolvimento da urbanização e da industrialização.

3 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, as pressões para o fim do tráfico de escravos e a abolição da escravidão ao longo do século XIX, a expansão das fronteiras agrícolas concomitantemente com a expansão das ferrovias, interligando as regiões produtoras com os centros consumidores e exportadores, a expansão cafeeira, dinamizando a economia do país ao longo da segunda metade do século XIX e ganhando força no final do século, e a falta de braços para a lavoura foram fatores que, interligados, culminaram na entrada massiva de imigrantes no país e, principalmente, em São Paulo.

As primeiras ideias sobre a promoção da imigração livre para o Brasil ocorreram logo no início do século XIX, com a formação de núcleos coloniais. No decorrer da primeira metade daquele século, outras políticas foram propostas, visto que os núcleos coloniais não estavam dando os resultados esperados. Em 1850, foram aprovadas as leis sobre o fim do tráfico internacional de escravos e sobre as terras devolutas; esperava-se com isso, melhores resultados nas políticas de imigração. Na mesma década, ocorreram as primeiras experiências com trabalhadores livres em fazendas cafeeiras paulistas, na forma das colônias de parcerias, sem muito sucesso.

O movimento abolicionista das décadas seguintes pôs em evidência a urgência em se conseguir um substituto para os escravos nas lavouras. Nos anos 1870, o governo de São Paulo passou a intervir mais ativamente no fomento à imigração. Na década de 1880, uma política imigrantista foi implantada e, em 1886, tem-se o começo da imigração

subsidiada para São Paulo. A política de subsídios foi responsável por grande parte das entradas de imigrantes até 1930.

Para Fausto (1986), a imigração para o Brasil dependeu de fatores como as condições sociais e econômicas no país de origem, a conjuntura internacional e do estado da economia brasileira, principalmente, da economia cafeeira. O período de 1890 a 1900 foi o de maior entrada de imigrantes tanto no Brasil quanto em São Paulo. A crise econômica e a recessão na Itália entre 1885 e 1895 estimularam a emigração, especialmente dos povos do norte.

A Argentina e os Estados Unidos, dois destinos mais procurados pelos imigrantes, estavam em recessão desde o começo da década de 1890. Nessa mesma época, a rápida expansão da produção cafeeira, o aumento da demanda por mão de obra e o temor das consequências da extinção recente da escravidão estimularam as políticas de atração de imigrantes. Os subsídios oferecidos aos estrangeiros em forma de passagens gratuitas atraíram cerca de 80% dos imigrantes que entraram em São Paulo no período.

Na década de 1890, entraram em São Paulo 735.076 imigrantes dos quais 596.004 eram subsidiados. Essa década representou o ápice da imigração subsidiada. Durante todo o período analisado, entraram no estado 2.561.981 imigrantes, sendo que 1.151.389 se beneficiaram dos subsídios oferecidos pelo governo paulista. A partir do início do século, a imigração espontânea ganha força e passa a predominar sobre a subsidiada. Isso pode ser explicado pelos decretos nos países europeus proibindo a imigração subsidiada para São Paulo, pela melhor organização dos serviços de imigração em São Paulo e por uma melhor propaganda no exterior para a atração dos estrangeiros (LANZA, 2015, p. 88).

Segundo Petrone (1997, p. 108), os incentivos econômicos nas fazendas cafeeiras e no meio urbano funcionavam como fatores de atração para os imigrantes espontâneos. A autora afirma também que boa parte desses imigrantes eram formados por artesãos ou trabalhadores industriais que desejavam estabelecer-se no meio urbano. Holloway (1984, p. 84) também afirma que é bem provável que essa massa de imigrantes espontâneos tenha se dirigido para o crescente mercado de trabalho na zona urbana.

O final dos anos 1890, e o começo dos anos 1900 foram marcados pela superprodução cafeeira e, crise no setor, culminando no Convênio de Taubaté em 1902, que limitou a plantação de novos pés de café. No mesmo ano, na Itália, o Decreto de Prinetti proibiu a imigração subsidiada para o Brasil, em virtude dos casos de maus-tratos e péssimas condições de vida dos imigrantes nas fazendas de café de São Paulo, o que levou a uma queda na entrada de imigrantes no país e a saldos negativos na imigração dos anos seguintes. A recuperação desse fluxo se deu na segunda metade da década de 1900 e atingiu o apogeu nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, quando novamente o fluxo se viu interrompido. Nos anos de 1920, o fluxo migratório que se orientou para o país não ocorreu motivado pela economia cafeeira. Conforme observa Fausto (1986), *“nas áreas rurais de São Paulo e do sul do país, havia muito mais possibilidades para os pequenos produtores dedicados à produção de alimentos”*. Além disso, houve uma reorientação no destino dos imigrantes, que agora se dirigiam para as grandes cidades (FAUSTO, 1986, p. 782).

Para Hall (1979, p. 202), não há dúvida de que as origens da imigração em grande escala estão “*intimamente relacionadas à questão da escravidão. Embora frequentemente se diga que a abolição tornou possível a migração em massa, provavelmente a relação oposta está mais próxima da verdade*”. Apesar de polêmica, a afirmação de Hall destaca o papel da imigração para a transformação das relações de trabalho nas fazendas de café paulista.

A partir de meados da década de 1880, com o agravamento das fugas em massa e ameaças de desordem por parte dos escravos, a política de subsídios do governo provincial paulista apresentou os primeiros resultados. Já, de acordo com Holloway (1984, p. 61), o que impulsionou a imigração para o Brasil e para São Paulo não foram as condições de vida no país de origem – crise econômica ou pressão demográfica – mas sim o fim do sistema escravista no Brasil. Para Stolcke e Hall (1983), a imigração subsidiada permitiu aos cafeicultores abolirem a escravidão sem incômodos e o esquema, aliado à alta dos preços do café, permitiu a expansão do cultivo e da produção (STOLCKE; HALL, 1983, p. 107).

Entre 1870 e 1886, entraram, em média, 24.200 imigrantes no Brasil por ano. Entre 1886, início da imigração subsidiada, até 1894, as entradas médias anuais foram de quase 100.000 estrangeiros. No período de 1895 a 1897, entraram mais de 145.000 estrangeiros por ano no país. De 1911 a 1913, esses números variaram entre 135.000 e 190.000 imigrantes anuais. Ainda que a década de 1920 tenha apresentado uma nova onda de imigração, principalmente, de 1923 a 1927, apenas o ano de 1926, registrou uma entrada superior a 100.000 imigrantes (LANZA, 2015, p. 82). Dados do *Anuário Estatístico do Brasil* para o ano de 1936, mostram que de 1886 a 1935 entraram no país um total de 4.012.642 estrangeiros. Desse total, mais de 1,3 milhão eram italianos, 1,1 milhão de portugueses e 578.000 espanhóis, sendo essas três nacionalidades responsáveis por mais de 77% do total de imigrantes que o Brasil recebeu no período (INE, 1936, p. 76).

Conforme os imigrantes chegavam nas lavouras de café e os problemas com a população escrava aumentavam, os fazendeiros se convenciam da qualidade superior do trabalhador estrangeiro e puderam tranquilamente substituir os escravos pelos imigrantes, principalmente, os italianos. De acordo com Hall (1979, p. 202), estimava-se que cerca de 50.000 escravos eram necessários para a agricultura em São Paulo na década de 1880. Antônio Prado, um dos arquitetos da política paulista de imigração, anunciava no Senado brasileiro em maio de 1887 que entre 60.000 e 70.000 imigrantes já haviam sido colocados nas fazendas cafeeiras até aquela data, afirmando que o limite de absorção dessa mão de obra estava sendo atingido. Ainda, segundo Hall (1979), os fazendeiros receberam com prazer a abolição (HALL, 1979, p. 202).

As pressões exercidas por parte dos cafeicultores perante o governo de São Paulo, diante do temor da falta de braços para as lavouras, fizeram com que fosse instituído o sistema de subsídios de passagens aos imigrantes. Essa subvenção assegurou a entrada contínua de estrangeiros até ao final da década de 1920 ao custear o transporte transatlântico e prover infraestrutura para o recebimento dos estrangeiros.

Até 1886, ano de início do sistema de subsídios paulista, São Paulo havia recebido apenas 53.055 imigrantes. Entre 1872 e 1875, somente 6,26% do total de imigrantes entrados no Brasil se dirigiram para o Estado de São Paulo. No período seguinte, de 1876 a 1880, esse percentual foi de 5,35%. Nos anos de 1881 a 1885, período imediatamente

anterior ao começo dos subsídios, a porcentagem de imigrantes entrados em São Paulo já apresentava aumento, correspondendo a 16,28% do total de entrados no país.

De 1882 a 1886, vieram ao Estado, em média, 6.000 estrangeiros por ano⁽²⁾. Segundo Vasconcellos (1941, p. 05), depois da Constituição de 1891 ter concedido aos estados a liberdade para legislar sobre a imigração, de modo a promovê-la levando em conta com as necessidades de cada Estado, o Governo da União, que até então promovia a introdução de estrangeiros em território nacional, deixou de fazê-lo. Depois dos primeiros anos da República, observou-se uma expressiva alteração do fluxo migratório dirigido aos diversos estados. São Paulo, que em 1878 havia recebido apenas 9,2% dos imigrantes que entraram no país e 17,1% em 1883, recebeu 67% do total em 1887 e 84,1% em 1901. Segundo Vasconcellos (1941):

esse fato é explicável porque entre todas as Províncias foi a de São Paulo a que, no regime imperial, a fim de fazer face à crise do trabalho agrícola provocada pela emancipação progressiva dos escravos, resolveu seguir a experiência realizada pelo Governo Central organizando, com clarividência, os serviços de imigração e promovendo, com os seus próprios recursos, a introdução de imigrantes. Essa política de larga visão deu resultados extraordinariamente compensadores, pois evitou que o Estado sofresse prejuízos com a emancipação total do escravo em 1888 e, depois, concorreu para o seu desenvolvimento vertiginoso na República, quando aumentou o fomento à imigração invertendo, para esse fim, verbas consideráveis (VASCONCELLOS, 1941, p. 05).

Tabela 01 – Entrada de Imigrantes no Brasil e em São Paulo até 1930

Período	Imigrantes entrados no Brasil	Imigrantes Entrados no Estado de São Paulo ²	Imigrantes Subsidiados em São Paulo	Imigrantes Espontâneos em São Paulo	Não especificados em São Paulo
Até 1889	624.959 ²	205.608	22.886	5.007	177.715
1890-1899	1.198.325	735.076	596.004	139.072	-
1900-1909	623.405	388.708	164.384	224.324	-
1910-1919	815.453	480.509	186.383	294.117	-
1920-1930	909.317	752.080	181.732	530.704	-
Total	4.171.459	2.561.981	1.151.389	1.193.224	177.715

Fontes: SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos. LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, complemento, pp. 71-72, 1974⁽¹⁾. Referente aos anos de 1872 a 1889; para São Paulo, começa-se a série em 1827;⁽²⁾ Entrada de imigrantes de terceira classe via porto de Santos, outros portos e estradas de ferro.

(2) Os dados apresentados foram retirados de SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de São Paulo. *Relatórios*, vários anos; e Levy (1974, p. 71-72).

Durante todo o período de vigência da imigração subsidiada, entre os anos de 1886 e 1928, o estado de São Paulo recebeu cerca de 59% dos estrangeiros que entraram no país, havendo picos como no período de 1901 a 1905 quando quase 70% deles se dirigiram ao estado. Vasconcellos (1941, p. 6) afirma que a razão pela qual a maior parte da corrente imigratória ter se dirigido a São Paulo foi “o estímulo crescente dado pela administração paulista à introdução de imigrantes” diante do “pequeno interesse demonstrado pelo Governo da União, de 1896 em diante, pelo desenvolvimento da imigração”. A Tabela 01 congrega os dados da entrada de imigrantes no Brasil e em São Paulo até 1930.

Os Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (RSASP)⁽³⁾, apresentados pelos Secretários da Agricultura ao Presidente do Estado, para cada ano em que foram publicados, trazem comentários sobre os resultados da imigração. O Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Theodoro Dias de Carvalho Jr., em 1895, relaciona as baixas entradas daquele ano à suspensão dos embarques em agosto de 1893, por causa do aparecimento da cólera na Hospedaria de São Paulo, e que continuou até o reestabelecimento da paz procedente à Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893. Isso levou ao não embarque de imigrantes europeus nos meses de inverno na Europa onde a procura de trabalho por parte dos trabalhadores rurais era maior (RSASP, 1896, p. 36). A imigração apresentou resultados melhores nos anos seguintes, mas as entradas voltaram a cair em 1898 e 1899. O Relatório de 1898 apontou como causas para essa queda os embaraços criados na Áustria, e na Espanha para a saída de imigrantes e as condições da economia brasileira (RSASP, 1898, p. 45).

A partir de novembro de 1898, a peste bubônica em Santos contribuiu para que as entradas e saídas ocorressem pelo porto do Rio de Janeiro e isso se refletiu nas menores ingressos registrados em 1899, ano desfavorável ao movimento migratório. A entrada de passageiros foi a menor registrada dos últimos seis anos até aquele momento, assim como a de imigrantes subsidiados. A imigração espontânea por primeira vez excedeu a subsidiada (RSASP, 1899, p. 68-70). O Relatório de 1899 atribuiu também a diminuição das entradas dos imigrantes subsidiados naqueles últimos dois anos às condições contratuais da imigração e à crise da agricultura no período:

Com efeito, pagando o Estado a passagem somente aos imigrantes agricultores, depois de verificada essa condição na Hospedaria, é bem claro que as dificuldades que assoberbam a lavoura não são propícias para avolumar a vinda de braços para ela, assim como, exigindo a fiscalização rigorosa dos contratos, que sejam glosados as passagens dos imigrantes não agricultores, à medida que as glosas tomam maior vulto os contratantes veem-se obrigados a maiores cautelas para não concederem passagem a imigrantes que, ao embarcarem se dizem agricultores e aqui chegados declaram-se artistas, o que, de certo, obrigando a uma maior seleção por parte dos agentes não pode fazer avultar os embarques (RSASP, 1899, p. 79).

Entre 1901 a 1920, as quantidades de imigrantes que entraram no estado sofreram flutuações. Nessas duas décadas, São Paulo recebeu mais de 820.000 imigrantes vindos do exterior. Em 1901, entraram 70.348 estrangeiros. Nos anos seguintes, as entradas

(3) SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura*. Referiremo-nos aos diversos relatórios da Secretaria da Agricultura pela sigla RSASP.

diminuíram, voltando a crescer apenas às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em 1911, chegaram a São Paulo 61.508 estrangeiros. Em 1912, foram 98.640 e 116.640 em 1913. O Relatório apresentado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Antônio de Pádua Salles ao Presidente do Estado em 1912, referente aos anos de 1910 e 1911, afirma que o aumento geral da imigração em 1911 deveria ser atribuído, primeiramente à alta do preço do café, que se refletia nas condições econômicas, determinando maior procura nas fazendas e em outros setores do mercado laboral por mão de obra; em segundo lugar, às medidas adotadas pelo governo, aumentando o subsídio às passagens e permitindo a introdução de outros imigrantes além de agricultores (atitude essa tomada visando evitar a saída de braços da lavoura para outros serviços), influenciaram o crescimento da imigração subsidiada (RSASP, 1912, p. 122). Já o Relatório da Secretaria da Agricultura para os anos de 1912-1913 observa que o aumento na entrada de imigrantes nesses anos era em razão do crescimento do setor industrial entre 1911 e 1913; o crescimento da imigração espontânea se devia à grande demanda por operários, sendo que em 1912 entraram no estado 53.613 imigrantes e em 1913, 60.063 espontâneos. A imigração destinada à lavoura também se desenvolveu, tendo recebido 45.334 imigrantes em 1912 e 59.694 em 1913 (RSASP, 1914, p. 178-179).

A Primeira Guerra Mundial não paralisou por completo a vinda dos estrangeiros e, entre os anos de 1914 e 1918, entraram 114.103 imigrantes no estado. No entanto, os relatórios analisados mostravam a preocupação das autoridades com uma possível escassez de braços em virtude das baixas entradas de imigrantes nesses anos e do aumento da emigração (RSASP, 1918, p. 150-151; RSASP, 1917, p. 110-111). De 1921 a 1930, entraram no estado 486.149 imigrantes, sendo o ano mais representativo desse período o de 1926, quando chegaram a São Paulo 76.796 imigrantes (RSASP, vários anos).

Os italianos representaram o maior grupo de estrangeiros a entrar no país no período estudado e, em sua grande maioria, se dirigiram para o estado de São Paulo. Durante o último quartel do século XIX, a América recebeu mais da metade do total de imigrantes saídos da Itália. Os imigrantes que possuíam mais dinheiro e podendo, assim, pagar sua própria passagem para a América Latina para lá se dirigiam, onde as perspectivas de vida eram melhores, os problemas com a língua eram menores e a adaptação cultural era mais fácil.

Segundo o Klein (1989), o fluxo de imigrantes italianos que se dirigiu para o Brasil e para a Argentina era semelhante, sendo a grande maioria trabalhadores agrícolas. Na década de 1870 e 1880, a Argentina foi a principal receptora. Depois da abolição da escravidão ao final da década de 1880 e o uso de mão de obra subsidiada nas lavouras cafeeiras paulistas, o Brasil “*emergiu temporariamente como a principal zona de imigração, apesar do aumento constante da imigração italiana tanto para os Estados Unidos como para a Argentina*”. Notícias de maus-tratos e péssimas condições de vida fizeram com que o governo italiano, em 1902, proibisse a imigração subsidiada para o Brasil, diminuindo pela metade o fluxo de italianos para o país.

Para o estado de São Paulo, tem-se, nas décadas de 1890 e 1900, o predomínio dos italianos, correspondendo a 58,5% e 47,48% do total de imigrantes entrados no estado. No início da segunda metade da década de 1910, as nacionalidades dos imigrantes que

entravam no estado de São Paulo começaram a se modificar. Os italianos, que vinham mantendo a liderança, foram superados pelos espanhóis nos anos de 1905, 1906 e 1909.

O Relatório da Secretaria da Agricultura de 1905 apresentado ao Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura já afirmava que a imigração espanhola vinha ganhando impulso e tomando o lugar da italiana que, desde 1902, vinha perdendo representatividade com o fim do pagamento de subsídios a esta nacionalidade. O relatório ainda afirma que:

o desenvolvimento da imigração hespanhola, além de alimentar a corrente de braços indispensáveis à lavoura cafeeira, na medida conveniente, creará novas e mais estreitas relações commerciaes com a Hespanha, facilitando o comercio directo e o aumento das permutas, tendo já sido assignalada a presença neste Estado de viajantes commerciaes hespanhoes, incumbidos de promover a colocação em nossas praças de produtos daquele paiz” (RSASP, 1906, p. 114).

Já, nos anos 1910, os espanhóis passaram a assumir a liderança com 30,30%, seguidos pelos portugueses com 29,71% e pelos italianos com 23,70%. Na década de 1920, os portugueses correspondiam a 23,27%, os italianos, a 15,3%, os espanhóis, a 13% e os japoneses, a 11% das entradas de imigrantes (RSASP, 1929, p. 217).

4 A IMIGRAÇÃO NA ARGENTINA

Na Argentina, o início dos debates sobre a promoção da imigração ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. A imigração também era vista como a solução para a escassez populacional em determinadas regiões e para a contínua expansão da economia de agroexportação. Além disso, a imigração, principalmente, a europeia, assim como no Brasil, também era vista como parte fundamental do processo de transformação da sociedade argentina em uma sociedade moderna.

Juan Bautista Alberdi afirmava que os imigrantes, por serem portadores de um conjunto de hábitos e valores especiais que, inculcidos na população local, levariam à civilização da sociedade e à modernização da Argentina, deveriam mudar o país. A essência de seu pensamento pode ser sintetizada na frase “*Gobernar es poblar*” que serviu como fonte de inspiração para a Constituição de 1853 (ALBERDI, 1916, p. 15-89).

Para Bartolomé Mitre, Presidente durante o período de 1861-1868, os imigrantes deveriam “*convalidar um destino de grandeza, integrando-se ao curso de uma identidade histórico-cultural preexistente*” (DEVOTO, 2000, p. 36). No programa de Domingos Faustino Sarmiento, os imigrantes também tinham um papel central de realizarem mudanças na sociedade não somente no sentido de possuírem valores e hábitos superiores, mas também no sentido de servirem como trabalhadores agrícolas (DEVOTO, 2000, p. 35). Para uma revisão detalhada das políticas migratórias argentinas e do pensamento vigente à época sobre o tema, ver dentre outros: Devoto (2000); Sanchez-Alonso (2013); e Lanza (2015, p. 55-73).

A visão dominante era que, para transformar radicalmente a sociedade, era necessário trazer a Europa à América. Somente a partir de meados do século XIX, a imigração

ganharia força, com a aprovação de uma constituição de cunho liberal em 1853 onde ficou estabelecido que a imigração europeia era uma questão nacional. Os governos que a sucederam promoveram políticas de fomento à imigração.

O extermínio indígena, a ampliação das fronteiras e a promoção da imigração constituíam as principais ações a serem empreendidas pelo poder oficial visando modificar a realidade territorial e populacional da Argentina. Diferenciando-se do Brasil, a Argentina não teve um programa de subsídios bem-sucedido, ainda que tenha havido a tentativa de implantar um no final da década de 1880⁽⁴⁾. Por mais que tenha havido tentativas de modificar o caráter aberto da política imigração, mediante decretos nas primeiras décadas do século XX, estes não tiveram resultados e a imigração permaneceu um fenômeno contínuo até 1930. A imigração predominante na Argentina foi a imigração espontânea.

As circunstâncias que permitiram a corrente imigratória ocorrida nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX na Argentina estavam relacionadas a fatores externos e internos. Na Europa, a crise econômica vivida nas décadas de 1880 e 1890, principalmente, na Itália e na Espanha, impulsionaram a saída de seus cidadãos para os países do Novo Mundo. Na Argentina, o fim da “*ameaça indígena*”, com a Conquista do Deserto pelo General Roca, o fim das guerras civis e a consolidação do governo nacional, estabilizaram a vida política e econômica do país e aliado aos investimentos em infraestrutura e a expansão da agropecuária exportadora tornaram o país atrativo aos imigrantes.

Rapoport (2000, p. 40) afirma que:

a conjunção de ambos fatores, internos e externos, somados a estrutura latifundiária de propriedade de terra (grandes extensões de terra em poucas mãos) e ao domínio da região do litoral e de suas cidades portuárias, tornam possível compreender o momento, a magnitude e as modalidades do processo de imigração e de seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico nacional (RAPOPORT, 2000, p. 40).

Por volta de 1880, já haviam entrado no país cerca de 440 mil europeus. Dado o tamanho relativamente pequeno da população argentina, a imigração teve um grande impacto no seu crescimento nas décadas seguintes; em 1914, os estrangeiros correspondiam a aproximadamente 30% da população total do país (KLEIN, 2000, p. 21-22).

Conforme as terras eram postas à disposição pela Conquista do Deserto e da integração realizada pelas ferrovias, dois problemas surgiam na Argentina: a falta de população para colonizar essas novas regiões e a escassez de mão de obra para trabalhá-las. Lattes e Sautu (1978, p. 14-16) afirmam que, entre 1870 e 1930, a demanda por mão de obra, escassa no país, para sustentar a expansão do setor agroexportador, trouxe mi-

(4) O governo argentino tentou, sem sucesso, implementar um programa de subsídios visando reorientar regionalmente o fluxo migratório, graças à predominância de italianos e espanhóis entre os chegados à Argentina e à ideia de que os imigrantes civilizados e capazes de mudar o país seriam os do norte da Europa. O programa tinha o objetivo de conceder 200.000 passagens, excluindo formalmente os italianos, no seu período de vigência entre 1888 e março de 1891. No entanto, essa política conseguiu atrair apenas 134.000 estrangeiros entre 1888 e 1890, equivalente a um quarto do total das entradas registradas no período, quando o programa chegou ao fim por causa da crise econômica que atingiu a Argentina naquele ano (DEVOTO, 2002, p. 251-254).

lhares de imigrantes para o país. O nível de salários locais mais altos que nos países de origem serviram de incentivo para a vinda dos imigrantes europeus.

De acordo com Solberg (1982, p. 132), a Argentina promoveu imigração com o intuito de povoar seus espaços vazios e prover a força de trabalho essencial para o desenvolvimento agrícola. O autor sustenta que a chave do sucesso da Argentina em atrair imigrantes residia nas políticas governamentais, aceitando todos os imigrantes europeus sadios independente de sua etnia (SOLBERG, 1982, p. 135).

Os milhões de imigrantes chegados à Argentina entre 1870 e 1930 aspiravam encontrar no meio rural a prosperidade e a liberdade, ambos incertos para os pobres na Europa. Para Galiani e Gerchunoff (2007, p. 125), foi somente com a oferta substancial de mão de obra imigrante que o problema da escassez aguda de trabalho na Argentina foi resolvido. Além disso, o crescimento da força de trabalho promovida pela imigração foi um dos fatores essenciais da expansão da área cultivada na Argentina, que na região dos pampas passou de 5 milhões de hectares em 1895 para 25 milhões em 1930.

A demanda por trabalho era altamente sazonal, segundo os autores. Dois tipos de trabalhadores eram necessários para a agricultura arável nos pampas: o primeiro, eram os de caráter sazonal, que tivessem disposição para o trabalho durante os períodos de alta demanda e o segundo, os para o trabalho durante todo o ano (GALIANI; GERCHUNOFF, 2007, p. 125-127).

Lattes e Lattes (1975) também afirmam que a imigração na Argentina não foi um fenômeno estável ou contínuo ao longo do tempo, tendo as entradas e saídas apresentando intensa variação, marcada por uma alta proporção de retornos. Dentre os retornados, principalmente, entre o final do século XIX e começo do XX, merecem destaque os imigrantes *golondrinas* – trabalhadores temporários atraídos pelos altos salários pagos nos períodos de maior demanda por mão de obra na agricultura (LATTES; LATTES, 1975, p. 61). A Argentina foi o país que mais recebeu imigrantes na América Latina no período: mais de 6,4 milhões de estrangeiros entraram no país entre 1870 a 1930.

As entradas de imigrantes na Argentina apresentaram variações ao longo do tempo. Durante a segunda metade da década de 1850, as entradas de imigrantes no país platino foram de, em média, 5.000 imigrantes por ano, apresentando crescimento contínuo nas entradas nas décadas seguintes, até atingir, em 1873, o ápice daquela década, 76.332 imigrantes. Entre 1873 e 1876, a deterioração dos preços de exportação, afetando a balança comercial e a balança de pagamentos, agravada pelo déficit das contas públicas, obrigou o governo a ajustar os gastos governamentais, levando a uma crise econômica na Argentina que impactou a entrada de estrangeiros no país. Em 1876, as entradas diminuíram para 30.965 imigrantes, menos da metade dos números registrados em anos anteriores, se recuperando apenas no final da década. A aprovação da Lei Avellaneda em 1876, visando à promoção da imigração, somente apresentou resultados em 1883, ano em que as entradas superaram as cifras registradas em 1873 (LANZA, 2015, p. 98). O Censo da cidade de Buenos Aires para o ano de 1887⁽⁵⁾ explica as reduções de entradas de imigrantes no país, em alguns anos, como segue:

(5) Referiremo-nos ao *Censo General de Población, Edificación, Comercio e Industrias de La Ciudad de Buenos Aires* por meio da abreviação “CGCBA”.

El considerable descenso que se observa en la inmigración del año 1871, es debido a la fiebre amarilla que, en aquel tiempo, hizo grandes estragos en la población de Buenos Aires. En el año 1874, sobrevino una grave crisis económica, cuyos efectos se sintieron hasta el año 1878. El decaimiento de la producción en general y una baja pronunciada en todos los valores, acarrearón un descenso notable en la inmigración. En 1880 eran los disturbios políticos que acompañaban la renovación del poder ejecutivo nacional, los que determinaron una merma en la cifra de los inmigrantes. Finalmente, en 1886, fue el cólera la causa de la disminución de la mencionada cifra inmigratoria (CGCBA, 1889, p. 508-509).

A década de 1880, com a expansão da fronteira, Conquista do Deserto e ligação da pampa com o litoral por meio das vias férreas e, assim, comunicando a região agroexportadora com os mercados mundiais, foi marcada pelo aumento nas entradas anuais de estrangeiros. Entre 1880 e 1889, as entradas foram, em média, de 100.000 estrangeiros por ano. Segundo Devoto (2007), tanto as oportunidades oferecidas na zona rural na Argentina quanto a crise em algumas regiões campestres da Europa, contribuíram para o traslado de famílias camponesas que emigravam conjuntamente (DEVOTO, 2007, p. 543).

Segundo o autor, a ampliação das oportunidades ocorreu tanto no campo, acompanhando a expansão cerealífera, quanto nas cidades, seguindo o compasso da construção da infraestrutura urbana, das obras de edificações públicas e privadas e dos sistemas de transportes (DEVOTO, 2007, p. 543-545).

A crise econômica de 1890 refletiu-se na imigração. Entre 1890 e 1898, as entradas declinaram para uma média de 72.000 ao ano. No início do primeiro decênio do século XX, esse número disparou novamente para 231.000 por ano aumentando ainda mais nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Devoto (2007) afirma ter ocorrido nesse período a maior onda de imigração para a Argentina, *“condicionada pela continuidade da expansão da fronteira agropecuária e pela expansão industrial que a acompanha a um ritmo ainda maior, como produto de um efeito de encadeamento com o setor rural e do enorme aumento do mercado de consumidores urbanos que o mesmo abastecia”* (DEVOTO, 2007, p. 545).

Segundo Hora (2010), entre 1905 e 1913, entraram na Argentina ao redor de 300.000 estrangeiros por ano o que representava uma entrada anual superior a 7% da população total do país (HORA, 2010, p. 173). As cifras referentes à imigração na Argentina entre 1870 e 1914 mostram os imigrantes notadamente elásticos perante as variações na demanda por trabalho. Os dados disponíveis mostram a influência das crises econômicas vividas pelo país nesse período sobre a imigração. A crise ocorrida no meio dos anos 1870 e a crise de 1890 foram acompanhadas por diminuição nas entradas e aumento nas saídas. De acordo com Bourdê (1977):

a conjuntura econômica argentina impõe o ritmo do movimento da corrente imigratória transoceânica. As fases de expansão – de 1860 a 1873, de 1880 a 1889, de 1903 a 1913 e de 1919 a 1929 – coincidem com os períodos de afluência massiva de imigrantes. Inversamente, as crises cíclicas de 1873, 1880, 1890, 1896, 1901, 1913, as prolongadas recessões de 1890 a 1902, de 1929 a 1939 e as duas guerras mundiais interromperam ou reduziram a corrente. A oferta de empregos no país receptor determina diretamente o fluxo de imigrantes (BOURDÉ, 1977, p. 130).

A recuperação econômica da Argentina depois do término da Primeira Guerra Mundial marca uma nova etapa no movimento migratório para o país que duraria até a crise dos anos 1930. Devoto (2007) aponta também para a lei de quotas dos Estados Unidos, de 1921 e 1924, restringindo a entrada de imigrantes naquele país, especialmente, para os europeus do leste e do sul, como contribuição para as entradas registradas na década de 1920 na Argentina, principalmente, de judeus e poloneses. Ainda que o país também tenha colocado em prática medidas restritivas à imigração, estas não surtiram efeito. Na década de 1920, a Argentina recebeu 1.397.415 estrangeiros.

Assim como no caso do Brasil, os italianos formaram o grupo de maior predominância entre os estrangeiros imigrados para a Argentina e também os que se concentraram nas regiões mais dinâmicas e avançadas do país. De acordo com Klein (1989):

Na Argentina, os italianos foram o primeiro grande grupo de imigrantes a chegar e puderam estabelecer normas de integração dos imigrantes. Eles tanto predominavam no grupo de pessoas nascidas no exterior, como constituíam uma minoria substancial da população total (representavam 39% dos nascidos no exterior e 12% da população total em 1914). Finalmente, eles estavam concentrados na região costeira, que era o centro tanto da agricultura comercial, como de toda a atividade industrial (KLEIN, 1989, p. 101).

Os italianos se destacaram em todo o período e, apenas durante a década de 1910, os espanhóis ocuparam o primeiro lugar, correspondendo a 68% das entradas. Solberg (1982, p. 149) afirma que milhões de italianos viam a Argentina como a terra prometida, onde os pobres recém-chegados poderiam encontrar a prosperidade e onde a língua não representava uma barreira à assimilação dos imigrantes no mercado de trabalho. Para Klein (1989), a principal motivação para a ida desse grupo de imigrantes para a Argentina era a grande disponibilidade de terras e possibilidade de se tornar agricultor (KLEIN, 1989, p. 104).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura revelou muitas semelhanças e também muitas diferenças nos processos de imigração para São Paulo e para Buenos Aires. De acordo com a historiografia, durante todo o século XIX, os dois países buscaram formas de atrair imigrantes com o objetivo de povoar seus interiores e fornecer braços para as lavouras agroexportadoras.

A partir de 1870, mudanças no cenário internacional impulsionaram o desenvolvimento econômico do Brasil e da Argentina, o que teve relação direta com o aumento das entradas de estrangeiros em ambos os países. O aumento da demanda global por matéria-prima levou à inserção do Brasil e da Argentina no comércio internacional, o que, por sua vez, fez com que ambas as economias, especializadas em produtos primários, se expandissem.

No Brasil, o motor da economia agroexportadora era o café, produzido nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, principalmente, de São Paulo. Na Argentina, o motor estava centrado na produção de cereais e de produtos pecuários, como a carne, o char-

que e a lã na província de Buenos Aires. Outro fator derivado diretamente da expansão do setor primário foi o aumento da demanda por mão de obra, escassa em ambos os países.

Dentre os imigrantes vindos ao Brasil e a São Paulo, as nacionalidades que mais se destacaram foram os italianos, portugueses e espanhóis que juntas representaram mais de 77% do total de imigrantes. Os italianos representaram o maior grupo de estrangeiros a entrar no país no período estudado. A crise da mão de obra em São Paulo coincidiu com os anos de crise econômica italiana, tanto no setor rural quanto no urbano, durante a década de 1880 e até meados dos anos 1890. Os que buscavam uma vida melhor viam uma oportunidade de fazer fortuna em São Paulo. Ainda que não fizessem parte dos imigrantes ideais, a partir da segunda metade da década de 1900, a entrada de imigrantes japoneses ganha força, movida pela contínua necessidade de braços para as lavouras.

Na Argentina, os italianos e os espanhóis foram as nacionalidades que mais se destacaram dentre os imigrantes que chegaram no país. Aproximadamente, 2.900.000 italianos e 2.000.000 de espanhóis entraram na Argentina entre 1857 e 1930. Juntos representaram 76% do total. Na década de 1920, novas nacionalidades de imigrantes passaram contribuir para o cômputo total das entradas no país platino, como os polacos e judeus russos.

Nota-se que, nos períodos em que a economia argentina ou a brasileira entravam em crise, o fluxo migratório tendia a se direcionar para um ou para o outro país. Quando a Argentina entrou em crise na década de 1890, a imigração para o Brasil ganhou forças, impulsionada pelo fim da imigração e pelo crescimento da produção cafeeira em São Paulo. Na primeira década do século XX, a crise na agricultura, a proibição na Itália da imigração subsidiada para São Paulo e, na Argentina, a recuperação econômica, desenvolvimento industrial e contínua expansão da fronteira agrícola impulsionaram e condicionaram a imigração para o país platino.

6 BIBLIOGRAFIA

6.1 LIVROS E ARTIGOS

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. Rumo à fronteira de Misiones: o 'Destino Manifesto' argentino (1882-1898). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 16, pp. 225-248, 2014.

BAINES, Dudley. European labor markets, emigration and internal migration 1850-1913. In: HATTON, Timochy; WILLIAMSON, Jeffrey (Eds.), *Migration and the International Labor Market 1850-1939*. New York: Routledge, 1994.

BOURDÉ, Guy. *Buenos Aires: urbanización e inmigración*. Buenos Aires: Huemul, 1977.

CONDE, Roberto Cortés. La Expansión de la Economía Argentina entre 1890 y 1914 y el papel de la inmigración. *Cahiers du Monde Hispanique et luso-brésilien*, v. 10, n. 10, pp. 67-88, 1968.

DEVOTO, Fernando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914) In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la Inmigración en Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

- DEVOTO, Fernando. La inmigración de ultramar. In: TORRADO, Suzana (ed.). *Población y Bienestar en Argentina del Primero al Segundo Centenario. Una historia social del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- FAUSTO, Boris. Brazil: the social and political structure of the First Republic, 1889 -1930. In: BETHELL, Leslie (org.) *The Cambridge History of Latin America, 1870-1930*, v. 05. Cambridge University Press, 1986.
- GALIANI, Sebastián; GERCHUNOFF, Pablo. The labor market. In: PAOLERA, Gerardo della; TAYLOR, Alan. *New Economic History of Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de Braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2008. 518 p. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HALL, Michael. Italianos em São Paulo, 1880-1920. *Anais do Museu Paulista*. Separata XXX. São Paulo, 1979.
- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORA, Roy. *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- KLEIN, Herbet. A Integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 25, pp. 95-117, 1989.
- KLEIN, Herbet. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LANZA, André Luiz. *Imigrantes no Brasil e na Argentina: Políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos (São Paulo e Buenos Aires, 1870-1930)*. 2015. 220 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LATTES, Alfredo Enrique.; SAUTU, Ruth. Inmigración, cambio demográfico y desarrollo industrial en la Argentina. *Cuadernos del CENEP*, Buenos Aires, n. 05, 1978.
- LATTES, Zulma Recchini de.; LATTES, Alfredo Enrique. *La población de Argentina*. Buenos Aires, 1975.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 08, suplemento, pp. 49-90, 1974.
- PETRONE, Maria Tereza. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 02, 1997.
- RAPOPORT, Mario et al. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Editorial Macchi, 2000.
- ROSOLI, Gianfausto. Un quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe. *Altreitalia*, Turim, n. 08, 1992.
- SANCHEZ-ALONSO, Blanca. The other Europeans: immigration into latinamerica and the international labour market (1870-1930). *Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 25, n. 03, pp. 395-426, 2007.
- SOLBERG, Carl. Peopling the Prairies and the Pampas: The Impact of Immigration on Argentine and Canadian Agrarian Development, 1870-1930. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 24, n. 02, May 1982, pp. 131-161.
- STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História* n. 06, pp. 80-120, 1983.

VASCONCELLOS, Henrique Doria de. Alguns aspectos da imigração do Brasil. In: *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, São Paulo, n. 03, março de 1941.

6.2 DOCUMENTOS

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Anuário Estatístico do Brasil. Ano II – 1936*. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

BUENOS AIRES. *Censo General de Población, Edificación, Comercio e Industrias de la Ciudad de Buenos Aires*. Levantado en los días 17 de agosto, 15 y 30 de setiembre de 1887. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/censogeneral00censgoog>>. Acesso em: 12 set. 2014.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário da Agricultura Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior em 1895*. São Paulo: Typ. a vap. Espindola, Siqueira & Comp, 1896.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório de 1898*. São Paulo, 1898.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório de 1899*. São Paulo, 1899.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque, Presidente do Estado pelo Dr. Antonio de Padua Salles, Secretário da Agricultura. Anos de 1910-1911*. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Co., 1912.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1912-1913*. São Paulo, 1914.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes, Presidente de S. Paulo pelo Secretário da Agricultura Commercio e Obras Públicas Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Anno de 1916*. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & Co., 1918.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Altino Arantes, Presidente de S. Paulo pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta Secretário da Agricultura Commercio e Obras Públicas Anno de 1917*. São Paulo, 1918.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório da Agricultura, 1928. Apresentado ao Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura*. São Paulo, 1928.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Anno de 1929*. São Paulo, 1929.

MONEDA, DESARROLLO Y PENSAMIENTO ECONÓMICO LATINOAMERICANO: LECTURAS HETERODOXAS

MONEY, DEVELOPMENT AND LATIN AMERICAN ECONOMIC THOUGHT: HETERODOX READINGS^()*

Monika Meireles^(**)

Universidad Nacional Autónoma de México, México (DC), México

Resumen: Este trabajo aborda el tema de la moneda y del crédito en la acumulación del capital a partir de distintos autores del campo heterodoxo del análisis económico, poniendo énfasis en sus diferencias teóricas con lo más comúnmente defendido por la ortodoxia económica. Ese balance fue hecho buscando los elementos trabajados por el poskeynesianismo radical, específicamente en lo que dice respecto a la Teoría Moderna del Dinero Endógeno, que funjan como inspiración en la discusión actual sobre la moneda y el desarrollo en el pensamiento económico latinoamericano. El ejercicio de fusionar teóricamente las dos tradiciones constituye parte esencial de estas “lecturas”.

Palabras clave: Moneda; Desarrollo; Pensamiento económico latino-americano.

Abstract: This article aims to discuss how money and credit influenced capital accumulation. We took into consideration the contribution of authors in the heterodox field of economics, aiming to highlight the theoretical differences between their approach and the most common believes addressed by the orthodox stream. This effort was made searching for some elements worked by the radical poskeynesianism, mainly the Modern Money Theory, which can be used as inspiration in the current discussion about money and development in the Latin American economic thought. This theoretical exercise of merging two traditions is the essential part of these “readings”.

Keywords: Money; Development; Latin-American economic thought.

(*) La autora agradece al Proyecto de Investigación e Innovación Tecnológica (PAPIIT IN301015), “*Competencia Financiera Global y Regional: Modelos de Financiamiento Post-Crisis*”, financiado por la DGAPA-UNAM.

(**) Doctora, Profesora de la Facultad de Economía la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). E-mail: <meireles@usp.br>. Recibido en: 09.04.2015, aceptado en: 26.06.2015.

1 INTRODUCCIÓN

El pensamiento económico latinoamericano tiene un timbre de voz propio, lo que no significa desarticulación entre su discurso y las preocupaciones investigativas de la agenda de trabajo de economistas heterodoxos de otras latitudes. La originalidad de su argumento no reside únicamente de la agudeza de la interpretación de la ciencia social nacida en el ámbito regional, ella más bien se ubica en el ingenio con el cual la mirada y la labor del intelectual latinoamericano se enriquece de la discusión llevada a cabo a nivel mundial. Así, no es nueva la preocupación que en la agenda de trabajo de los economistas latinoamericanos esté contemplada la revisión del debate de las corrientes heterodoxas en general, pero sin duda es bienvenida la noticia que recientemente la (CEPAL, 2015) haya reelaborado la invitación al baile entre los autores de “acá” y los de “allá”, del cual mutuamente se ven nutridos tanto el neoestructuralismo como las aportaciones de la heterodoxia entendida de forma más amplia.

En esa tónica, y siguiendo los pasos dados por muchos de los autores que hacen parte del “Grupo UNAM” (GU), entendemos que de la fusión selectiva entre debates trabados alrededor de la Teoría Moderna del Dinero Endógeno del poskeynesianismo radical con las preocupaciones contemporáneas sobre el desarrollo en el pensamiento económico latinoamericano se puede acaparar una excelente posibilidad de enriquecimiento teórico en la trayectoria de ambas tradiciones.

Un ejemplo de cómo el ejercicio de fusión selectiva de dos paradigmas, como lo que aquí se propone, es muy fructífero fue dado por el rescate de los conceptos de soberanía monetaria y de banco central como prestamista y empleador de última instancia – tan caros a la teoría del dinero endógeno – como base para una discusión crítica de los limitantes que el mantenimiento de la dolarización formal impone al modelo alternativo de desarrollo encampado por el gobierno progresista de Ecuador bajo el mandato de Rafael Correa (MEIRELES, 2014). Sin embargo, si esa propuesta de acercamiento teórico entre tradiciones distintas repunta en nuestras ambiciones como un puerto de llegada seguro, el camino a navegar para su justificación definitiva es un poco más tormentoso, dado que su construcción es un proceso en marcha. Así, en el presente trabajo buscamos presentar brevemente algunas reflexiones sobre el matriz teórico de la construcción del entendimiento del fenómeno monetario en el poskeynesianismo radical, de tal forma que se trata más de un “mapa de estudio” de los autores que nos interesan mayormente, no constituyendo, por el momento, en una conclusión cabal sobre todas las temáticas que serían finalmente filtradas a partir de su abrazo con el pensamiento económico latinoamericano. En ese sentido, el texto se acerca más a una inspección intencionada en las aguas de la discusión sobre la moneda en clave heterodoxa para asegurar cuales son los canales más fácilmente navegables por parte de los teóricos inmiscuidos en el debate sobre el desarrollo latinoamericano actual.

El presente trabajo está dividido en tres partes que siguen a esa introducción. En la primera parte se discute a brocha gorda sobre como la neutralidad o no de la moneda fue abordada a lo largo de la historia del pensamiento económico. En la segunda parte se hace una revisión más detenida de los preceptos de la teoría monetaria poskeynesiana en contraposición con el entendimiento sobre la naturaleza del dinero ofrecida por

el *mainstream*. Finalmente, en las conclusiones, se presentan algunos caminos para un diálogo más intenso entre heterodoxias: la representada por el dinero endógeno y la de las ciencias sociales latinoamericanas preocupadas por caracterizar al (sub)desarrollo y a la dependencia en el siglo XXI.

2 LECTURAS SOBRE LA MONEDA: ORTODOXOS Y HETERODOXOS (PRIMER ROUND)

La reflexión sobre la moneda, su naturaleza y funciones en la organización de la economía, precede en mucho el propio nacimiento formal de la ciencia económica – y es, sin duda, uno de sus objetos de estudio más escudriñados. En la tradición occidental, ya entre los antiguos griegos se interrogaban sobre su naturaleza y función – bien como sobre los desdoblamientos morales de una sociedad guiada por transacciones monetarias. Sin embargo, fue en el marco del liberalismo, con David Hume en el Siglo XVIII, que estas reflexiones se condensaron y dieron lugar a una explicación del funcionamiento de la demanda y de la circulación de la moneda a partir de lo que se convirtió posteriormente en la Teoría Cuantitativa de la Moneda (TCM), en la cual las decisiones de producción a corto plazo no son afectadas por la masa monetaria en circulación. De manera aún más sintética (INGHAN, 2004, p. 6), rescatando a Schumpeter, es categórico al afirmar que solo hay dos interpretaciones sobre la naturaleza del dinero que son relevantes: la que lo entiende como mercancía y la que lo ve como deuda o crédito. Es más común encontrar la primera interpretación en los análisis económicos de cuño ortodoxo, por su lado, en la heterodoxia hay una preferencia por entender al dinero poniendo más atención a su función como unidad de cuenta. Además, cabe destacar que en este lado del espectro de la interpretación, en el cual el “tiempo” y la “dinámica” son variables esenciales en la comprensión del fenómeno económico – por lo tanto más relevantes que el estudio de los “puntos equilibrio” y la forma de alcanzarlos – la importancia de la moneda y del crédito en el estudio de la acumulación del capital son completamente resignificados.

De manera general, vemos que uno de los debates más acalorados y fructíferos entre ortodoxos y heterodoxos se da alrededor de la creencia o no en la neutralidad de la moneda. Vale decir que no raras veces autores que se posicionan en el mismo lado de la diáspora no están completamente de acuerdo en las explicaciones de su origen e implicaciones. Una ilustración de lo afirmado es lo que ocurre en el seno de la tradición keynesiana. Hay un sustrato común de hipótesis que vinculan los herederos del profesor de Cambridge, sin embargo, en lo dice respecto al entendimiento de la cuestión monetaria y sus conexiones con la economía real y el ciclo económico las divergencias llevan a una tendencia explícitamente fratricida.

Se puede resumir, al interior de la heterodoxia, la polémica da el tono en la disputa por el legado de Keynes: poskeynesianos, y su creencia en la *endogeneidad* del dinero; versus neokeynesianos⁽¹⁾, y su dislocada simpatía por la *neutralidad* y *exogeneidad* de la

(1) El *neokeynesiano* de la síntesis neoclásica está presente en seguidores de la microfundamentación de la macroeconomía keynesiana y de su armonización parcial con los modelos de equilibrio general de la teoría neoclásica. Entre los textos

oferta de moneda. Además de abogar en pro de la neutralidad del dinero, estos economistas barrieron de sus análisis el hallazgo clave de Keynes: el rol de la incertidumbre en la economía y sus efectos en las decisiones intertemporales de los agentes económicos. A estos keynesianos ortodoxos o neokeynesianos, por su inconsistente sintonía con aspectos del *mainstream* que también se los hace clasificar como miembros de la *síntesis neoclásica*, (ROBINSON, 1976), les apodó con el inmejorable término de “*keynesianismo bastardo*”. Ya para (DAVIDSON, 1992; 1982, p. 66), se trata de asociar esa corriente de rescate altamente cuestionable del keynesianismo con la figura literaria del gato de Alicia de Lewis Carroll, o sea, con nada más la manifestación espectral de una sonrisa burlesca, pero padeciendo de la total ausencia de un cuerpo, en el caso entendido como una estructura claramente fiel a los preceptos keynesianos. Para la defensa de la perspectiva neokeynesiana y un ejemplo de la concepción teórica y pronóstico de política monetaria bajo la égida más moderna y elaborada de ese abordaje, véase (CLARIDA, 1999).

Otro punto que separa fundamentalmente a la perspectiva ortodoxa de la heterodoxa se asienta en la relaciones entre moneda y Estado. En un extremo podemos encontrar a la utopía hayekiana del dinero privado, en el cual el banco privado emisor del título más universalmente aceptado por el mercado gozaría del monopolio de emisión de la “moneda” y se convertiría así en su único y supremo gestor. De otro lado, evidentemente de los heterodoxos, es común encontrar la posición de los defensores de la regla tácita sobre la modernidad: “un Estado, una moneda”. Avalando la sensible percepción no sólo de que el signo monetario tiene un rol preponderante en la *psique* de constitución de la soberanía de un pueblo, como adjudicando también a la soberanía monetaria su protagonismo en la constitución del espacio económico nacional.

Por su vez, en la teoría marxista, el tema monetario nutre también acalorado debate, aunque con enfoques y preocupaciones bastante distintos – pero sigue la tensión entre las interpretaciones que entienden la moneda como mercancía y la moneda como crédito-deuda encuentren una reedición en clave de teoría del valor –. Un ejemplo de las divergencias encontradas en el interior mismo de la corriente marxista que se dedica a estudiar la naturaleza del dinero como fenómeno social tiene raíz en los años setenta y se extiende hasta contemporáneamente. Es a partir de ahí que podemos destacar la siguiente polémica: la lectura althusseriana, de Suzanne de Brunhoff, que choca de frente con las concepciones que tienen por base una relectura más fina de las implicaciones filosóficas de la dialéctica marxiana, como es manifiesto en las obras de Ruy Fausto y Leda Paulani⁽²⁾. Además de la disputa entre una lectura más estructuralista y otra tributaria de una interpretación más a fin con el método dialéctico – incluso rescatando

precursores de esa tendencia se encuentra el manual *Economics*, de 1973, de Paul Samuelson, que tanto impacto tanto en Estados Unidos como en otras latitudes. Además, ese estilo de rescate simplista y deturpado de la macroeconomía keynesiana hoy día todavía es ampliamente difundido, al menos a nivel de licenciatura, por la adopción casi que irrestricta del manual *Macroeconomía*, elaborado por Gregory Mankiw en los años noventa y que ya está en su sexta edición, tanto en español como en portugués.

(2) Eso sin mencionar a la interpretación también de cuño marxista llevada a cabo por autores como Fred Moseley, y sus alumnos en la Universidad de Massachusetts, *campus* de Amherst, y Duncan Foley, en la New School, que no están directamente alineadas con ninguno de los entendimientos anteriores al respecto de la interpretación marxista de la moneda.

mucho del joven Marx en su apreciación – encontramos a los *circuitistas*, precursores de la Teoría del Circuito Monetario en Francia, que fusionan al arsenal teórico que explica a la creación y destrucción del dinero en el circuito de acumulación capitalista elementos marxistas con bastante simpatía a algunas preocupaciones típicas keynesianas. De hecho, la reflexión sobre el *modo de producción monetario* en la obra de (PARGUEZ, 2006), uno de los principales exponentes del abordaje circuitista, es otra categoría que ofrece prometedor insumo a la actualización de la discusión sobre las características del subdesarrollo latinoamericano actual.

De esta breve muestra es fácil inferir que el debate al respecto de la naturaleza de la moneda y su rol en una economía capitalista-monetaria difícilmente genera consenso en el seno de una misma filiación teórica, que se dirá de los debates y disputas entre distintas corrientes. Así, hacer el recuento detallado de las corrientes y de cómo cada una entiende el fenómeno monetario extrapolaría, en mucho, el espacio que disponemos y desviaría el presente trabajo definitivamente de sus objetivos. Sin embargo, una breve revisión de algunas selectas aportaciones es fundamental, ya que lo que se produce sobre temas monetarios en la tradición de las ciencias sociales latinoamericanas resuena y también influencia – en menor o mayor grado – las posiciones y debates que se llevan a cabo en otras latitudes. Finalmente, cabe mencionar que diversos autores latinoamericanos, de manera no poco articulada con sus pares, sí se dedicaron – y siguen dedicándose – a la interpretación de los fenómenos de cuño monetario financieros de manera comunicante con el debate sobre el desarrollo de la región. Así, es importante reconocer que dentro de la tradición cepalina – tras toda la discusión sobre la *inflación estructural* de Noyola, Furtado y Sunkel – Maria da Conceição Tavares quizás sea el exponente más destacado de ese esfuerzo. Siguiendo dentro de la heterodoxia, los trabajos del uruguayo radicado en México, Samuel Lichtensztejn, siempre trataron de armonizar preceptos keynesianos y marxistas para mejor entender los fenómenos de la esfera del financiamiento al desarrollo en América Latina.

Hubo también importante contribución en el campo del marxismo latinoamericano, sobre todo en los años 60's y 70's, siendo importante referencia el trabajo Ramón Ramírez y, posteriormente, de Juan Castaingts Teillery. Sin embargo, nos aflige constatar que sus trabajos no dieron lugar a la constitución de una agenda colectiva de investigación sobre la naturaleza de la moneda y su importancia en la problemática del 'capitalismo dependiente' que caracteriza la región.

3 LECTURAS SOBRE LA MONEDA: ORTODOXOS Y HETERODOXOS (SEGUNDO ROUND)

Entre las inúmeras formas de agrupación e identificación de las distintas interpretaciones de la historia del pensamiento económico y de la ciencia económica contemporánea hay una fisura metodológica básica que recurrentemente se encuentra en la literatura secundaria: la polarización entre el abordaje neoclásico y los múltiples enfoques que componen el abordaje heterodoxo. Ocioso resaltar que la escuela de pensamiento que domina la enseñanza y formación de los futuros profesionales de la carrera tiene raíz en el primero enfoque señalado. Sin embargo, es con especial regocijo que ya se hace notar

actualmente un movimiento creciente en el sentido de obras de difusión que adoptan un herramental teórico heterodoxo como línea maestra de su interpretación.

El colorido abanico de interpretaciones dentro de la llamada “heterodoxia económica” es conformado por, entre otros, la paleta cromática abarca de marxistas a schumpeterianos, pasando por el regulacionismo francés, los institucionalistas, las economistas feministas, entre otros. El trazo en común que guardan es su herreña oposición a los planteamientos de la teoría neoclásica. Si la rivalidad es la marca entre las posiciones defendidas dentro de ese campo – tenida como estrategia para autodefinirse en oposición a la corriente competidora – también se encuentra, aunque marginalmente, autores que buscan puntos de intersección y cercanía en la agenda de investigación de su propia escuela con las demás, como es el caso entra la fusión en la heterodoxia estadounidense entre poskeynesianos y economistas radicales.

¿Pero cuáles son las características de la teoría económica heterodoxa que la diferencian de la economía ortodoxa? Cuatro son los aspectos metodológicos que marcan definitivamente la distinción entre uno y otro abordaje: a) epistemología; b) ontología; c) racionalidad; y d) centro del análisis. En cada uno de los campos señalados, en entendimiento de ortodoxia y heterodoxia son diametralmente opuestos. La ortodoxia, cimentada en el abordaje de la teoría neoclásica, se funda en: a) la creencia en el instrumentalismo científico, en lo cual la hipótesis de trabajo permite hacerse casi “infalibles” previsiones y puede guiar lo que sería la posición de equilibrio adecuada; b) el individualismo metodológico, que ultra-simplifica las relaciones sociales en las decisiones de un “agente soberano”, el individuo, que en sus decisiones busca, siempre, maximizar su bienestar; c) la racionalidad substantiva, asegura que cualquier tomada de decisión por parte del individuo es hecha siempre con total conocimiento (híper-racionalidad) de los efectos económicos que esa acarrea; d) dominancia del análisis en el intercambio y en la obsesión con la escasez, haciendo con que sus modelos siempre se pauten por la decisión eficiente asignación de los recursos; y e) supremacía del mercado, como locus máximo, cuando operado libremente, de garantizarse el óptimo funcionamiento de la economía. La heterodoxia, por su vez, se yergue sobre la siguiente base metodológica: a) creencia en el realismo como matriz epistémica, entendido como primacía de la historia y sus hechos estilizados para la elaboración teórica; b) concepción organicista del patrón de decisión de los agentes económicos, las decisiones son marcadas por aspectos inherentes a las instituciones sociales; c) la racionalidad procedimental, que versa sobre las serias limitaciones que el individuo se encuentra en términos de conocimiento e información antes de su tomada de decisión; d) dominancia de aspectos referentes a la producción y la ganancia en el centro de los análisis; y e) la duda sobre la capacidad del mercado en su ropaje liberal fungir como responsable por la designación óptima de recursos, lo que justifica su constante necesidad de regulación por parte del Estado (LAVOIE, 2006, pp. 6-18).

De esa irreconciliable diferencia metodológica nace una implicación fundamental en términos de elaboración de sugerencias de política económica. De un lado, el Estado y su intervención en la vida económica es interpretado como el elemento responsable por las principales distorsiones que llevan al mal funcionamiento del mercado. La hete-

rodoxia pone al revés la inferencia: el Estado es absolutamente esencial para regular la actividad económica y garantizar el mejor funcionamiento de los mercados.

En el campo de los estudios monetarios se puede ver de manera aún más clara como esa diferencia metodológica conlleva a resultados opuestos, tanto en lo que dice respecto al diagnóstico teórico como a las proposiciones de política económica. Sin remontar a la polémica entre bulionistas y anti-bullionistas, y el posterior debate entre defensores de la Currency y los de la Banking School, ambos en Inglaterra – tampoco sin profundizar sobre las posturas de los “metalistas” y sus contrincantes “papelistas” en el acalorado debate referente a mantenerse o no el patrón oro a fines del siglo XIX en América Latina⁽³⁾ – podemos ilustrar las principales divergencias de ortodoxia y heterodoxia comparando la posición *neomonetarista* y la *poskeynesiana*.

La postura neomonetarista inspirada mayormente en los trabajos empíricos de Friedman y Anna Schwartz no son la única corriente de interpretación de teoría monetaria atacada por los poskeynesianos. Lo que se conoce como “síntesis neoclásica” o “síntesis keynesianas”, que se formó en la lectura microfundamentada de Keynes por Hicks, Samuelson, Tobin y otros, difundida a través del modelo IS-LM de equilibrio combinado del mercado monetario y de financiamiento a la inversión, son igualmente cuestionados por configuraren una perturbación irreversible de los principales hallazgos teóricos de la revolución keynesiana, como es caso de la sumaria eliminación del rol de la incertidumbre en el modelo. Según (LAVOIE, 2006, p. 56), diez son las características que separan el entendimiento sobre el dinero del abordaje poskeynesiano del neomonetarista. El primero y fundamental punto de discordia es la percepción de que el dinero importa y tiene consecuencias en la economía y su oferta tiene forzosamente una contrapartida, para los adeptos a la visión poskeynesiana, mientras que los monetaristas lo ven como algo tan ajeno y unidireccional que pudiera haber sido “arrojado de un helicóptero”, en lo quizás haya sido la metáfora aérea más famosa en las ciencias económicas y fue acuñada por Milton Friedman.

Además, los poskeynesianos, por (LAVOIE, 2006), entienden el dinero como: a) una variable ora de flujo y ora de estoque; b) que su entrada en la economía se da a través de la producción; c) la oferta de dinero es endógena (ver *apéndice 01*); d) el crédito crea el depósito del público; e) la tasa de interés tiene claro impacto en la distribución del ingreso; f) la tasa de interés es fijada de manera exógena por el Banco Central (ver *apéndice 02*); g) la política monetaria restrictiva tiene impacto negativo en el aumento del producto tanto a corto como a largo plazo; h) no existe la “tasa natural” de interés; i) la velocidad de circulación de la moneda no es constante; j) la escasez de crédito se debe a un escenario de “falta de confianza”⁽⁴⁾; y l) política monetaria y fiscal son ricos

(3) Para profundizar sobre el debate entre metalistas e papelistas en Brasil, en la segunda mitad del siglo XIX, entendido como un primero acercamiento del pensamiento económico latinoamericano sobre la neutralidad o no de la moneda y, incluso, defendiendo la idea de que la posición pro-crecimiento de los papelistas en esta polémica estuvo a raíz de los planteamientos desarrollistas de Vargas en el siglo XX, se recomienda el trabajo de (FONSECA; ROLLEMBERG, 2011).

(4) (WRAY, 2006, p. 59) hace una crítica acertada a lo que es un énfasis exagerado, por parte de la tradición poskeynesiana, en el aspecto de la *incertidumbre* en la demanda de dinero elaborado por Keynes. Para el autor, la demanda y atesora-

instrumentos anti-cíclicos, siendo la última el estímulo más eficiente. Por su vez, el dinero en el abordaje neoclásico se presenta como: a) una variable de estoque (mensurable); b) teniendo su entrada en la economía a partir del intercambio; c) su oferta es exógena, lo que equivale a decir que es dependiente de la decisión de ofertar circulante por parte del Banco Central; d) el depósito del público en los bancos comerciales generan los recursos que serán usados para los préstamos futuros; e) la tasa de interés es resultado de las fuerzas del mercado; f) el nivel de la tasa de interés es producto del equilibrio entre oferta y demanda en el mercado monetario; g) la política monetaria sí puede tener efecto negativo en el nivel del ingreso de la economía, pero únicamente a corto plazo, pues a largo plazo las variables se ajustan a un nuevo y superior punto de equilibrio; h) la “tasa natural” de interés es la única que equilibra el mercado (variaciones alrededor de ella son temporarias); i) la velocidad de circulación de la moneda es constante; j) la escasez de crédito se debe a la falla conocida como “información asimétrica” en el mercado de fondos; y l) la política monetaria es la única eficaz para la corrección de los niveles de precios, siendo que esa debe obedecer la regla de aumento/disminución de la oferta monetaria por parte del Banco Central siguiendo el número de transacciones de la economía; la política fiscal es inocuo sobre el nivel de ingreso, por lo tanto, tiene carácter únicamente inflacionario.

La teoría monetaria poskeynesiana se basa, así, en distintas primicias, siendo la principal la teoría del dinero endógeno, entendida como la negación de que la oferta de dinero pueda ser determinada arbitrariamente por la autoridad monetaria, o sea, que el volumen de la oferta monetaria se determina por la demanda de crédito bancario, y que esa, por su vez, es establecida en función de la demanda por dinero de los agentes. Vale mencionar que Keynes, además de reconocer el motivo demanda de dinero para transacciones comerciales, introdujo la identificación de la demanda por dinero por el motivo especulativo (vinculado al comportamiento de la tasa de interés y la intención del público en preservar su poder adquisitivo al largo del tiempo).

Bajo ese marco, tenemos que el rol del banco central va mucho más allá del bien comportado “guardián del valor de la moneda” a través del control de la base monetaria⁽⁵⁾. Para la mayoría de los autores de esa tradición, su gestión debería concentrarse en tres aspectos fundamentales: a) proveer acceso a la liquidez en el mercado monetario a

miento de dinero motivada para aminorar la incerteza vinculada a la imprevisibilidad del escenario económico futuro es válido, legítimo, y una importante aportación de la corriente keynesiana. No obstante, le parece más promisor para el abordaje del dinero endógeno la retomada de otro aspecto también incorporado en el análisis por Keynes: el dinero como unidad de cuenta y el rol del Estado en el establecimiento de cuál será la moneda de cuenta nacional. Para tanto, propone que autores como Knapp y Lerner sean releídos con más atención, tanto en lo que dice respecto a su influencia en el pensamiento de Keynes sea adecuadamente mapeada, como para el perfeccionamiento continuo del abordaje.

- (5) El control de la base monetaria que está implícito al manejo monetarista de la banca central – y que también es requisito para los regímenes de objetivo de inflación – es, en realidad, imposible. No solo a partir del abordaje del dinero endógeno se puede demostrar que la oferta de moneda no es una variable controlable por la autoridad monetaria. Algunos aportes contemporáneos del *mainstream* no son miopes para el hecho de que la capacidad creadora de crédito del sistema bancario inviabiliza la determinación de la base monetaria por parte del banco central. Sin embargo, lo que esos trabajos todavía no incorporan, es la noción de que el manejo de la política monetaria del banco central se concentra en la determinación de la tasa de interés, y de manera indirecta y bastante imprecisa, en el sustrato final de la liquidez en la economía.

través de la disponibilidad de *high-powered money* en sus operaciones de *open market*; b) fungir como “prestamista de última instancia” (ver *apéndice 03*) e intentar asegurar que quiebras bancarias singulares no se conviertan en crisis financieras de mayores proporciones – o incluso en crisis económicas mayúsculas; c) supervisar y regular las actividades de los bancos y demás agentes privados del sistema financiero, con el fin de prevenir actividades ultraspeculativas que ponen en riesgo su solvencia y potencializan la vulnerabilidad del sistema como un todo; d) tener como objetivo fijar la tasa de interés a niveles que no penalicen la actividad productiva y el desarrollo; y e) tener en su horizonte de acción la maximización del empleo y del ingreso nacional, convirtiéndose en el “empleador de última instancia”, o sea, que en momentos de baja del ciclo económico priorice medidas anticíclicas que estén comprometidas con la manutención – o recuperación – de los niveles de empleo.

4 CONCLUSIONES

En un texto reciente – envidiable por la profundidad y riqueza de detalles de su análisis – (PÉREZ; VERNENGO, 2012) argumentan acerca de la clara influencia del pensamiento de Keynes en la obra de Prebisch sobre las inconsistencias y fallas generadas cuando el mercado se autorregula y de cómo, a partir de esa contestación, la intervención del Estado con políticas proactivas y anticíclicas sería fundamental para atingirse un sistema económico más armónico con los objetivos del desarrollo. Sin embargo, en el mismo estudio, se hace referencia a cómo las concordancias entre el economista argentino y el Lord inglés no significaron una adhesión total y acrítica de la influencia del segundo sobre el primero (ver *apéndice 05*). O sea, ya en esa “primera cita” entre la heterodoxia keynesiana y el pensamiento latinoamericano hubo roces importantes, como la ácida crítica de Prebisch a la supuesta carencia de adherencia a la realidad de algunas de las tesis presentadas en la *Teoría General*, sumado a la apreciación de que en dicho libro no se rompía completamente con la teoría “clásica” – como en el cuerpo del texto se llama a la teoría neoclásica –. Prebisch recurre al trabajo de Keynes en búsqueda de *insights* sobre la dinámica capitalista y el ciclo económico y en esa búsqueda se frustra pues esos no son los temas centrales tratados ahí por el economista de Cambridge (ver *apéndice 04*).

De esa anécdota emerge una importante enseñanza que se abre en par: a) al tenerse pertinente humildad intelectual y buscar en las teorías del “centro” elementos provechosos para ajustar el marco teórico propio – de tal forma que ese esté mejor aceptado para interpretar la especificidad de las economías latinoamericanas – no significa incurrir en “servilismo académico”, “adulación eurocéntrica” o “malinchismo trasnochado”; y b) en el ejercicio de buscar inspiración en los debates trabados en otras latitudes, el latinoamericanista no está atentando en contra a la originalidad de sus planteamientos, más bien nutre sus argumentos con lo que considera más relevante en términos teóricos para seguir avanzando en su labor comprometido con la transformación de la sociedad en que está inmerso.

Finalmente, este trabajo estuvo dedicado a elaborar un breve rastreo sobre cómo el tema de la moneda y del crédito en la acumulación del capital fue abordado en distintos

autores del campo heterodoxo del análisis económico. Ese balance fue hecho con un claro propósito: buscar los elementos trabajados por el poskeynesianismo radical, sobre todo en lo que dice respecto a la Teoría Moderna del Dinero Endógeno, que funjan como inspiración en la discusión actual sobre la moneda y el desarrollo en el pensamiento económico latinoamericano. En síntesis, podemos señalar que el pensamiento económico latinoamericano se enriquece a partir de la exploración de algunos de los argumentos de la vertiente poskeynesiana, a empezar por su atinada valorización del debate sobre la soberanía monetaria y su importancia para que se tenga un banco central con rol activo como prestamista y empleador de última instancia del sistema. El ejercicio de fusionar teóricamente parte de los elementos del poskeynesianismo con los de los clásicos de las ciencias sociales latinoamericanas sobre el desarrollo y la dependencia ya arrancó, es un proceso en marcha. Hemos aquí identificado algunos de los grupos de trabajo que siguen por ese camino, como es el caso del Grupo UNAM, principalmente preocupados con las alternativas de desarrollo que emergen en un contexto de globalización financiera y que todavía no digiere los efectos de la crisis del 2007/2008.

5 BIBLIOGRAFÍA

ARESTIS, Philip. *Post-keynesianism: a new approach to economics*, *Review of Social Economy*, vol. 48, n. 3, 1990.

CHICK, Victoria. *Is there a case for post keynesian economics?* *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 42, n. 1, February, 1995.

CEPAL. *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Libros de la CEPAL, n. 132 (LC/G.2633-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2015.

CLARIDA, Richard; GALÍ, Jordi; y GERTLER, Mark. *The Science of Monetary Policy: A New Keynesian Perspective*, *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVII, December, 1999.

DAVIDSON, Paul. *International Money and the real world*. St. Martin's Press, New York, Davidson, 1992;1982.

FONSECA, Pedro y MOLLO, Maria. *Metalistas x Papelistas: origens teóricos y antecedentes do debate sobre monetaristas e desenvolvimentistas*. Serie Textos para Discussão, n. 348, UNB, 2011.

INGHAM, Geoffrey. *The nature of money*. Polity Press, Great Britain, 2004.

KALDOR, Nicholas. *The Scourge of Monetarism*. Oxford, Oxford University Press, 1985.

KING, John. E. *Una historia de la economía poskeynesiana desde 1936*. Akal, Madrid, 2009.

KNAPP, Georg. *The State Theory of Money*. Augustus M. Kelley, New York, 1973.

LAVOIE, Marc. *Introduction to Post-Keynesian Economics*. Palgrave Macmillan, Great Britain, 2006.

MEIRELES, Monika. *Soberanía Monetaria y Alternativas de Desarrollo en Ecuador desde el Pensamiento Económico Latinoamericano*. Tesis de doctorado, Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, UNAM, 2014.

PARGUEZ, Alain. *Moneda y capitalismo: La teoría general del circuito*. En: *Confrontaciones monetarias: marxistas y post-keynesianos en América Latina*. Clacso, Buenos Aires, 2006.

PÉREZ, Esteban y VERNENGO, Matias. *¿Una pareja dispareja? Prebisch, Keynes y la dinámica capitalista*. En: *Estudios críticos del desarrollo*, vol. II, núm. 3, segundo semestre de 2012.

ROCHON, Louis-Philippe; SETTERFIELD, Mark. *Post Keynesian interest rate rules and macroeconomic performance: a comparative evaluation. Paper presented at the Eastern Economic Association Annual Conference, 2007.*

WRAY, Randall. El enfoque poskeynesiano del dinero. In: PIÉGAY, P.; ROCHON, L. *Teorías monetarias poskeynesianas.* Akal, Madrid, 2006.

WRAY, Randall. *Money and credit in capitalist economies: the endogenous money approach.* Edward Elgar, Great Britain, 1990.

APÉNDICE 1

La matriz teórica que tomados conjuntamente conforman el abordaje del dinero endógeno poskeynesiano puede ser desmenuzado en cuatro concepciones fundamentales (WRAY, 1990, p. 10): a) el entendimiento original de Keynes que la principal función del dinero era figurar como “unidad de cuenta”; b) nuevamente Keynes, pero en su entendimiento de que el dinero, y sobre todo la demanda por dinero; sirve como un activo seguro para aminorar la exposición en un mundo marcado por la incertidumbre; c) la aportación de Minsky resaltando el dinero como “débito” utilizado para financiar posiciones en activos; y d) la acertiva de Lavoie, enfatizando el dinero como crédito que financia el flujo de gastos. En una definición sintética: “*In the endogenous approach to money, money enters the economy during normal economic processes [...] Thus, money is not a variable which can be added to the theory when it becomes convenient, since money enters into the determination of the most important variables which theory attempts to analyze. [...] money is a unit of account which transfers purchasing power from the future to the present. Once created, money serves as a medium of payment, and as a store of value. In a capitalist system, the important debts are those which are created as capital assets are privately produced and purchased. These debts involve the creation of money, and money is used to retire the debts, which destroys money. Thus, money is endogenously created as assets are produced and financed, and is endogenously destroyed as positions are liquidated*” (WRAY, 1990, pp. 72-73). Es interesante observar como en la última parte de su definición, extraída de su tesis doctoral, Wray se acerca a la *teoría del circuito monetario*, sin embargo, en sus escritos más actuales, su fundamentación de la endogeneidad del dinero se apoya en el enfoque *chartalista* o *neo-chartalista*, inspirado en la obra de Knapp.

APÉNDICE 2

Analizando la efectividad o no de la política monetaria en términos de elevación del producto, (ROCHON; SETTERFIELD, 2007) identifican dos vertientes dentro del poskeynesianismo: a) el *abordaje activista*, que defiende el uso de la tasa de interés como instrumento de política monetaria anticíclica, tratando de mejorar el nivel del producto y regular el ciclo económico (autores como Basil Moore y Thomas Palley son representantes de esa postura); y b) el grupo que defiende que la tasa de interés sea ‘estacionada’ a determinado nivel, pues autores como John Smithin, Marc Lavoie, Randall Wray, Mario Seccareccia y el propio Louis-Philippe Rochon, argumentan que la política monetaria no es un instrumento confiable para regular los niveles del producto agregado y siguen defendiendo que la po-

lítica fiscal es aquella que debe ser utilizada para alcanzar los objetivos macroeconómicos deseados referentes al dinamismo de la actividad económica. Además, los autores señalan la existencia de tres subdivisiones interpretativas al interior de esa última vertiente: a) la que defiende la “regla de Smithin”, entendiéndola que la tasa real de interés deba ser significativamente baja o incluso cercana a cero; b) la trabajada en la Universidad de Missouri o “regla de Kansas City”, que defiende que la tasa *nominal* de interés deba ser muy baja, cercana a cero o incluso capaz de generar tasas de interés real negativas; y c) la “regla de Pasinetti”, defendiendo que la tasa de interés real debería ser igual a la tasa de crecimiento de la productividad del trabajo. Como recomendación de política, se debe llevar en cuenta el impacto distributivo distinto que cada una de las tres reglas de fijación de la tasa de interés de orientación poskeynesiana tiene, tratando de encontrar aquella que favorezca el objetivo de dinamismo económico junto con la estabilidad de precios.

APÉNDICE 3

Resaltando el aspecto de que la banca central acomoda enteramente el volumen de liquidez que es demandada por la economía – admitiendo, así, una curva de oferta de moneda horizontal – (KALDOR, 1985, p. 47) destaca la función de prestamista de última instancia como la principal desempeñada por la autoridad monetaria. De manera más detallada y en sus palabras,

“the (Central) Bank cannot refuse the discounting of ‘eligible bills’ rendered to it by the discount houses. If it did, by setting a fixed limit to the amount which the (Central) Bank is prepared to discount on a daily or a weekly basis (in the same way as the box office of a theatre is willing to sell a fixed number of tickets for a performance) the (Central) Bank would fail in its function as ‘lender of last resort’ to the banking system which is essential to ensure that the clearing banks do not become insolvent as a result of lack of liquidity. Precisely because the monetary authorities cannot afford the disastrous consequences of a collapse of the banking system, while the banks in turn cannot allow themselves to get in a position of being ‘fully stretched’, the ‘money supply’ in a credit-money economy is endogenous, not exogenous – it varies in direct response to changes in the public ‘demand’ to hold cash and bank deposits and not independently of that demand”.

Aunque (WRAY, 1990, p. 94) no comparta de la interpretación que defiende que la curva de oferta monetaria sería, en todos sus puntos, totalmente elástica en relación al nivel de la tasa de interés – o sea, horizontal – en su entendimiento Kaldor, en consonancia con Keynes, atina en resaltar el rol de prestamista de última instancia del banco central. De hecho, el economista de la Universidad de Missouri, destaca como los dos principales principios del abordaje del dinero endógeno: a) que la curva de oferta monetaria no puede ser independiente de la curva de demanda, justamente por el comportamiento interesado en obtener ganancias que dictamina el perfil de la actividad empresarial que demanda crédito para invertir; y b) la enseñanza histórica aprehendida a partir de la Grande Depresión y de las crisis financieras esporádicas desde entonces versa sobre la responsabilidad del banco central como fundamental garantizador de la estabilidad financiera, a través del mantenimiento de la liquidez y previniendo, así, el temido encadenamiento deuda-deflación.

APÉNDICE 4

Como nos explican los autores: “Prebisch no encontraría en Keynes lo que buscaba. El objetivo de la teoría de Keynes (centraba el caso de una economía capitalista avanzada) era explicar las causas del aumento o disminución del empleo y la utilización de la capacidad ya existente. Ni el análisis del ciclo ni la dinámica constituían una preocupación central de la obra de Keynes, siendo la principal preocupación la demostración de la posibilidad de una posición de equilibrio con desempleo. Dicho en otras palabras, se trataba de demostrar que las economías de mercado tienden hacia posiciones de equilibrio con desempleo, incluso si se cumplieran todas las condiciones de una situación de competencia perfecta con plena flexibilidad de precios. La razón esencial para explicar la persistencia del desempleo radicaba en que las economías de mercado son, ante todo, economías monetarias, economías en las cuales el dinero juega un papel esencial, porque es el nexo entre el presente y un futuro incierto” (PÉREZ; VERNENGO, 2012, pp. 167-168).

APÉNDICE 5

Es así que podemos afirmar que “Keynes tuvo una profunda influencia en el pensamiento de Prebisch no sólo en términos del diagnóstico acerca de los principales fallos de las economías de mercado, sino también en la necesidad de llevar a cabo políticas anticíclicas. No obstante, el camino por el cual Prebisch desarrolló sus ideas no fue lineal, ni puede ser descrito como una aceptación acrítica de las ideas desarrolladas en los países centrales. De hecho, Prebisch fue un crítico bastante duro de la Teoría general. Prebisch sostuvo que la teoría de Keynes era inconsistente y no representaba en absoluto una ruptura con la lógica del análisis clásico. En particular, Prebisch correctamente nota que los argumentos centrales de la Teoría general son incapaces de escapar completamente de la visión imperfeccionista de los problemas del desempleo, en lo que tenía razón en última instancia, y a pesar del hecho de que Keynes también quería escapar de las explicaciones basadas en rigideces” (PÉREZ; VERNENGO, 2012, pp. 187-188).

PROGRAMAS DE TRANSFERENCIAS MONETARIAS CONDICIONADAS EN MÉXICO Y CHILE: DISTRIBUCIÓN Y MODELO PROBIT DE LA POBREZA

*CONDITIONAL CASH TRANSFER PROGRAMS IN MEXICO AND CHILE:
DISTRIBUTION AND PROBIT MODEL OF POVERTY^(*)*

*María del Carmen Hernández Eguiarte^(**)*

Escuela Superior de Economía del Instituto Politécnico Nacional, México (DF)

*Genaro Aguilar Gutiérrez^(***)*

Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil

Resumen: Los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas (PTC) son el eje rector de la política social para el combate contra la pobreza en América Latina, como en el caso de México con el programa Oportunidades y Chile mediante el sistema Chile Solidario. Con microdatos de encuestas de los hogares de México (2012) y Chile (2011), se calcula el grado de concentración de las transferencias y un modelo probit que busca definir su efecto sobre la probabilidad de ser pobre. El hallazgo principal es que la pertenencia a dichos programas no disminuye la probabilidad de ser pobre, un resultado contrario al deseado.

Palabras clave: Pobreza en México y Chile; Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas; Modelo Probit de la pobreza.

Abstract: The Conditional Cash Transfer Programs (CCT) are the guiding principle of social policy in Latin America. Mexico, with *Oportunidades* Program and Chile with *Chile Solidario* face the phenomenon of poverty they have. Using microdata from household surveys for Mexico (2012) and Chile (2011), we calculated the degree of concentration of transfers and also estimate a probit model that seeks to define the effect of the programs on the probability of being poor. The main finding is that *Oportunidades* and *Chile Solidario* have an opposite effect; the membership in the program does not reduce the probability of being poor.

Keywords: Poverty in Mexico and Chile; Conditional Cash Transfers Programs; Probit model of poverty.

(*) Este artículo es resultado del proyecto de investigación denominado “*Desarrollo Económico con Inclusión Social: Política Social para grupos vulnerables*” con número de registro 20140085 de la Secretaría de Investigación y Posgrado del Instituto Politécnico Nacional, México.

(**) Maestra, Estudiante del Programa de Doctorado en Ciencias Económicas en la especialidad de Desarrollo Económico de lo Instituto Politécnico Nacional. *E-mail:* <mche_1988@hotmail.com>.

(***) Doctor, Profesor Titular C del en el posgrado en Ciencias Económicas del Instituto Politécnico Nacional. *E-mail:* <gaguilarg@ipn.mx>. Recibido en: 20.03.2014, aceptado en: 04.02.2015.

1 INTRODUCCIÓN

La pobreza se ha convertido en un problema al que se le otorga prioridad en el manejo de la política pública, por lo que los gobiernos han diseñado Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas (PTC), siendo América Latina pionera en su aplicación. El objetivo de estos programas es fomentar la demanda de bienes y servicios mediante un ingreso condicionado a un conjunto de corresponsabilidades en términos de acumulación de capital humano (STAMPINI y TORNAROLLI, 2012; CECCHINI y MADARIAGA, 2011; CECCHINI y MARTÍNEZ, 2011; BM, 2010; FISZBEIN y SCHADY, 2009; PEREZ, 2008; VILLATORO, 2008; CEPAL, 2006; VILLATORO, 2006; LEVY y RODRÍGUEZ, 2005; RAVALLION, 2003; RAWLINGS y RUBIO, 2003). La idea del mantenimiento de un nivel de ingreso base surge por el Plan de Seguridad Social contenido en el Reporte de Beveridge desarrollado a mediados del siglo XX (WOLMAN, 1943; BURNS, 1943; BEVERIDGE, 1942), que significó el punto de partida para el establecimiento de esquemas de seguridad social y programas de cobertura nacional (MYLES y QUADAGNO, 2002).

Autores destacados sobre el diseño e impacto de los PTC son: Schaffland (2012), Hoces y Hojman (2011), Angelucci (2012), Rivera (2009), Arriagada y Mathievet (2007), Rawlings y Rubio (2003). El protagonismo de los PTC en la política social es cuestionado dado el creciente nivel de pobreza que caracteriza a las naciones. México y Chile son dos países emblemáticos en el tema con sus respectivos programas: Oportunidades y Chile Solidario, sobre los cuales descansará este trabajo. Por tanto, es necesario determinar el efecto que estos programas tienen en la superación de la pobreza, específicamente en la probabilidad de ocurrencia de la misma.

La estructura del documento es la siguiente: en la sección 2, se describen los aspectos teóricos y evidencia empírica del fenómeno de pobreza, así como los programas principales para su combate en México y Chile. La sección 3 contiene la metodología aplicada para el cálculo del índice de concentración y el modelo probit de la pobreza, cuyos resultados se muestran en la sección 4 y por último, en la sección 5, se presentan las conclusiones del trabajo.

2 EVOLUCIÓN DE LA POBREZA Y PTC: MÉXICO Y CHILE

En términos de historia de seguridad social, *The Social Insurance and Allied Services Report* escrito por Sir William Beveridge marca el inicio de un nuevo enfoque de asistencia social alrededor del mundo (FREDERICKS, 1978; WOLMAN, 1943). La columna vertebral del Reporte de Beveridge era el aseguramiento y mantenimiento de un nivel de ingreso necesario para la subsistencia, el cual era posible mediante la cooperación entre el Estado y el individuo (BURNS, 1943; WOLMAN, 1943; BEVERIDGE, 1942). Por la influencia de este reporte y la creciente importancia que ha cobrado la pobreza en el manejo de la política pública, muchos países han establecido esquemas de seguridad social y programas de cobertura nacional.

La pobreza se refiere a un estado de carencia de los medios para atender las necesidades fundamentales, principalmente aquellas referidas al sustento de la vida (BOLT-

VINIK y HERNÁNDEZ, 2000). El combate a la pobreza se logra mediante una política social que se vale de los planes del gobierno, concretizados en programas sociales aplicables en todos los niveles, para alcanzar el bienestar y seguridad social de las familias (RANGEL, 2010; LEVY y RODRÍGUEZ, 2005).

Respecto a la medición de la pobreza, el método de Líneas de Pobreza (LP) se define como el indicador por excelencia, por lo que al aplicarlo un número importante de países es posible la comparación de las cifras. De acuerdo con Ravallion (1998), la línea de pobreza se define como el costo monetario de una determinada persona, en un lugar y tiempo dado, del nivel de referencia de bienestar. Expresado de otra forma, la línea de pobreza se define como el ingreso monetario per cápita necesario para adquirir los bienes y servicios básicos que permitan el acceso a un nivel de vida adecuado. Si el ingreso de una determinada persona está por debajo de dicho nivel, se considerará pobre, de lo contrario no pertenecerá al umbral de la pobreza (CETRÉ, 2006; FERES, 2001).

Bajo el método de LP, cuya fuente principal son las encuestas de ingresos de los hogares, se presenta a continuación la definición de la pobreza en México y Chile.

Para el caso mexicano, se tienen las siguientes categorías:

- Pobreza alimentaria: Se encuentra en esta situación aquella persona que posee un ingreso per cápita insuficiente para acceder a una alimentación mínimamente aceptable.
- Pobreza de capacidades: Se encuentra en esta situación aquella persona que si bien puede cubrir sus necesidades mínimas de alimentación, cuenta con un ingreso per cápita insuficiente como para realizar las inversiones mínimamente aceptables en educación y salud.
- Pobreza de patrimonio: Se encuentra en esta situación aquella persona que si bien puede cubrir sus necesidades mínimas de alimentación, salud y educación, cuenta con un ingreso per cápita insuficiente como para realizar las inversiones en vestido, calzado, vivienda y transporte público (De la Vega, 2010; PND 2007-2012).

En Chile, las clasificaciones de la pobreza que se calculan son:

- Pobreza extrema (indigencia): Considera las personas cuyo ingreso es insuficiente para satisfacer sus necesidades alimentarias; esto es, que pertenecen a hogares cuyos ingresos no son suficientes para costear una canasta básica de alimentos a sus miembros.
- Pobreza: Se refiere a las personas cuyo ingreso es insuficiente para satisfacer sus necesidades básicas; esto es, que pertenecen a hogares cuyos ingresos no son suficientes para satisfacer las necesidades básicas de sus miembros (Mideplan, 2013).

En México, en el año 1996 la pobreza alcanzó su máximo nivel con tasas de crecimiento (respecto a 1994) de 82.3, 61.6 y 36 por ciento para pobreza alimentaria, de capacidades y patrimonial respectivamente. Estas tasas de crecimiento están asociadas a

la crisis iniciada en 1995, año en el cual el PIB per cápita en todo el país cayó 10.2%. En años posteriores, la pobreza cayó, entre otros factores, por el aumento de las remesas y el inicio del Programa de Educación, Salud y Alimentación (Progesa). La disminución del nivel de pobreza sólo ocurrió hasta el año 2006, a partir del cual ha incrementado nuevamente, siendo en 2008 el aumento de 37.2, 25.7 y 14.7 por ciento para cada categoría. En 2012, el 19.7, 28 y 52.3 por ciento de la población se encontraba en situación de pobreza de acuerdo a la clasificación oficial, lo que equivale a 23, 32 y 61 millones de personas. Estos aumentos están asociados a la crisis mundial iniciada en 2008, que tuvo un impacto negativo importante sobre las remesas.

En Chile, a partir de 1992, las cifras de pobreza han registrado disminuciones de hasta dos dígitos como el caso de 1994 y 2006, que son de 13 y 22.3 por ciento respectivamente; sin embargo, para los años 2009 y 2011, la pobreza ha aumentado en 11.6 y 4.6 por ciento, lo que en términos absolutos equivale a 1.8 y 1.9 millones para cada año. Respecto a la pobreza extrema, las reducciones registradas en la mayoría de los años han sido mayores a las tasas de crecimiento registradas en 1998, 2000 y 2009 de 0.4, 1.5 y 20.1 por ciento respectivamente. En 2011, se registró una disminución de casi 24 puntos porcentuales lo que condujo en términos absolutos a 472 mil personas en situación de indigencia.

Para combatir este problema social, ambas naciones han recurrido a los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas como principal instrumento, cuyo objetivo “declarado” es romper el ciclo intergeneracional de la pobreza a través de la inversión de capital humano.

Pero, ¿Por qué surgen estos programas? ¿Qué hay detrás de ellos? ¿Cuál es el contexto político que está detrás del surgimiento de los Programas de Transferencias condicionadas de Ingreso, tanto en México como en Chile? Como se sabe, a partir de los años 90 ambos países, en respuesta a la crisis de la deuda de los 80, emprendieron sendas políticas de ajuste y cambio estructural. Estas políticas de ajuste y cambio estructural inspiradas en el decálogo del Consenso de Washington, en el terreno social dejaban de “manos atadas” a grandes segmentos de la población: se instaura el *mainstream*. Se abandonaron los antiguos y robustos sistemas de Protección Social masivos. Es decir, al postular el retiro del Estado de la Economía y el adelgazamiento de las políticas públicas; en el terreno social el resultado fue reducir la intervención del Estado (subsidios a la oferta, inversiones en educación, salud, vivienda y sistemas de alimentación amplios, etc.) a una mera transferencia de ingreso hacia los más pobres; evitando así los “onerosos” gastos que representaban mantener un gran Estado con alcance e intervención hacia todas las esferas de lo social.

Los Programas de Transferencias monetarias condicionadas surgen, así, como un mero “paliativo”, ante el desmantelamiento de los antiguos Sistemas de Protección Social emanados de la segunda posguerra.

2.1 MÉXICO: PROGRAMA DE DESARROLLO HUMANO OPORTUNIDADES

Las crecientes cifras de pobreza registradas en el país durante la crisis de 1995 demandaron un cambio de estrategia en la política de combate a la pobreza extrema

en México, por lo que en 1997 se lanza el Programa de Educación, Salud Alimentación (Progresita). La creación de Progresita fue el resultado de un esfuerzo conjunto entre las Secretarías de Educación, de Salud y de Hacienda y Crédito Público, además de que procedió de un amplio e intenso debate en los tres órdenes de gobierno, partidos políticos y grupos de interés. Desde el planteamiento inicial hasta el lanzamiento del programa transcurrieron dos años, concentrándose en 1997 en localidades rurales con menos de 2500 habitantes que se encontraban en situación de extrema pobreza. La cobertura inicial fue de 300,000 hogares, incrementando a 2.5 millones de familias para el año 2000, a las que se les otorgaban: transferencias en efectivo, suplementos alimenticios y acceso a un paquete básico de servicios de salud, con la condición de que se cumpliera un conjunto de requisitos en los ámbitos de nutrición, salud y educación (STAMPINI y TORNAROLLI, 2012; FISZBEIN y SCHADY, 2009; SOARES, 2009; VILLATORO, 2006; LEVY y RODRÍGUEZ, 2005).

En 2001, el nombre del programa se cambió a Oportunidades y su cobertura se expandió a localidades urbanas, que contenían de 2500 a 14999 habitantes. Para el año 2002, todas las áreas fueron cubiertas, lo que resultó en 5 millones de hogares beneficiados para 2004 y 5.8 millones para 2010 (HERNÁNDEZ, 2012; SOARES, 2009). Un cambio adicional en la transición de Progresita a Oportunidades fue que se añadió un componente denominado Jóvenes con Oportunidades, que aumentó las transferencias de ingreso a las familias pobres y cuya población objetivo son los jóvenes que cursan desde tercero de secundaria hasta tercer año del nivel medio superior (LEVY y RODRÍGUEZ, 2005). Mediante la operación del programa y bajo la metodología de los PTC, el gobierno mexicano pretende alcanzar la meta de erradicar la pobreza para el año 2030 (SEDESOL, 2013).

2.2 CHILE: SISTEMA CHILE SOLIDARIO

El antecedente del Sistema Chile Solidario es el Subsidio Unitario Familiar, el cual comenzó en la década de los 80 con el objetivo de fomentar el desarrollo de capital humano mediante la educación y el empleo, sin el requisito de condicionalidades que garantizaran o promovieran la participación activa de los beneficiarios (Fiszbein y Schady, 2009).

El sistema Chile Solidario, y su componente principal, el Programa Puente, se crea en el año 2002 como parte del Sistema de Protección Social, encargado de atender a la población más vulnerable del país y como resultado de un difícil proceso de pobreza que no había disminuido durante los años noventa (MIDEPLAN, 2013; FISZBEIN Y SCHADY, 2009; SOARES, 2009).

Chile Solidario se define como un sistema descentralizado que funciona en coparticipación con gobiernos de todos los órdenes, los cuales son los encargados de la protección social de la población. La participación del sistema en la política social para combatir la pobreza se fortalece aportando recursos técnicos, metodológicos y financieros que aseguren la atención oportuna y de calidad a las familias más vulnerables dentro del territorio chileno. El alcance de los objetivos se logra mediante la coparticipación de programas propios de la política social, funcionando además como

dispositivo de intermediación, consejería y acompañamiento para el tratamiento y solución del problema de pobreza existente.

A pesar de la reducción de la pobreza por concepto del Sistema Chile Solidario, durante un periodo, las cifras se estancaron, lo cual fue resuelto mediante la creación de un sistema de apoyo psicosocial que permitió derribar la barrera contra la que se enfrentaba el programa (CECCHINI y MARTÍNEZ, 2011), una característica muy distintiva en el desarrollo de los programas sociales en Chile.

3 METODOLOGÍA

Las encuestas de los hogares proveen una rica fuente de datos sobre el comportamiento económico y sus vínculos con la política pública. La información que proporcionan a nivel de los individuos de los hogares ofrece indicios de la situación general (o específica) prevaleciente de un país, además, por su diseño e implementación, se definen como la fuente principal para el cálculo de pobreza bajo la metodología de Líneas de Pobreza, en donde el ingreso es el indicador sobre el cual se realizan las estimaciones (DEATON, 1997). Por lo anterior, los microdatos de las encuestas de los hogares serán la fuente de información para este trabajo: en el caso de México la Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (ENIGH) 2012 y para Chile, la Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN) 2011.

3.1 ÍNDICE DE CONCENTRACIÓN

El índice de concentración de los programas sociales permite definirlos como progresivos o regresivos, es decir, saber si las transferencias asignadas se concentran en los primeros deciles de ingreso, lo que es ideal dado su diseño y objetivos. La obtención de los índices de concentración se realiza siguiendo la premisa de Fei (1978), quien reconoce que el patrón de ingreso total de n familias tiene un número finito de r componentes del mismo $W^i = (W_1^i, W_2^i, \dots, W_n^i) (i = 1, 2, \dots, r)$. Donde Y es el vector de suma de, compuesto por salario, transferencias gubernamentales entre otras fuentes de ingreso.

En el caso de México, se calcula el índice de concentración del programa Oportunidades y para el caso de Chile, dado que el Sistema Chile Solidario posee múltiples componentes, se calcula con las transferencias de Asignación Social y Bono de Protección Familiar y de Egreso. En el caso de Asignación Social, su metodología se rige bajo el concepto de los PTC, una asignación de un monto per cápita sujeta a un conjunto de condicionalidades así como al cumplimiento de los logros que permitan la superación del estado de pobreza. Por otro lado, el ingreso por Bono de Protección Familiar y de Egreso se otorga a las familias en extrema pobreza que pertenezcan al Programa Puente, definido como otro de los componentes del Sistema Chile Solidario y que funciona bajo la misma metodología de los PTC.

3.2 MODELO PROBIT DE LA POBREZA

El modelo Probit permite explicar el comportamiento de una variable dependiente binaria mediante la implementación de una función de distribución acumulativa nor-

mal. La distribución logística normal estándar de esta clase de modelos se caracteriza por tener media cero y varianza igual a 1 (GUJARATI y PORTER, 2010; GREENE, 1998).

La especificación funcional de los modelos Probit aplicados aquí es la siguiente:

$$poblp3(poblp) = \beta_0 + \beta_{i1}CSE + \beta_{i2}CV + \beta_{i3}COL + \beta_{i4}OV + \beta_{i5}PTC + U_i \quad (1)$$

Sea P_i igual a uno la probabilidad de que una persona sea pobre dado el conjunto de variables explicativas, entonces en caso contrario, cuando sea cero, la probabilidad será de $1 - P_i$, lo que se puede expresar de la siguiente forma:

$$E(Y_i|X_i) = 0(1 - P_i) + 1(P_i) = P_i \quad (2)$$

Donde Y_i se refiere al evento de ocurrencia de la pobreza y X_i el conjunto de variables explicativas.

Las variables dependientes en los modelos serán *poblp3* y *poblp* para México y Chile respectivamente, la primera considera el vector de pobreza patrimonial y la segunda el vector de pobreza (no indigencia)⁽¹⁾. En el caso de la variable *poblp3*, ésta fue obtenida mediante un conjunto de comandos oficialmente definidos por el Coneval, lo cual está disponible en su portal electrónico. Para el caso de Chile, la variable *poblp* no se calcula de forma oficial, sin embargo, fue posible obtener el vector de pobreza mediante la encuesta Casen, bajo el criterio de ingreso per cápita del hogar, que se define como la suma del ingreso autónomo (el ingreso por concepto de sueldos y salarios, ganancias provenientes del trabajo independiente, autoprovisión de bienes producidos por el hogar, bonificaciones, gratificaciones, rentas, intereses, así como jubilaciones, pensiones, montepíos y transferencias entre privados), las transferencias monetarias que recibe el hogar del Estado, ambos excluyendo el servicio doméstico puertas adentro, y una imputación por concepto de arriendo de la vivienda, cuando ésta es habitada por sus propietarios (MIDEPLAN, 2012). Las estimaciones del índice de concentración y el modelo Probit de la pobreza se obtendrán con apoyo del *software* Stata V. 13.

Para describir el fenómeno de pobreza, las variables explicativas del modelo se agrupan en las siguientes categorías como muestra el Cuadro 1.

4 RESULTADOS

4.1 ÍNDICES DE CONCENTRACIÓN DE LOS PTC

El Cuadro 2 contiene los resultados del índice de concentración. Si el índice es negativo, entonces los programas sociales seleccionados son progresivos; lo que significa que la concentración de los recursos, por concepto de las transferencias, se focaliza en los primeros deciles de ingreso. Las columnas referentes a la concentración de las transferencias denotan la proporción acumulada en los deciles, por ejemplo, el 85.7 y 81.7 por ciento de las transferencias se concentran en los primeros seis deciles de ingreso, para el Programa Oportunidades y Bono de Protección Familiar respectivamente.

(1) Las estimaciones del índice de concentración y el modelo Probit de la pobreza se obtendrán con apoyo del *software* Stata V. 13.

El Gráfico 1 muestra la curva de Pseudo-Lorenz para las transferencias de los programas estudiados, que es calculada por el área bajo la curva de concentración y la línea diagonal de 45 grados, la cual se obtendría si existiera igualdad en la distribución (VERAS, 2007). El Programa Oportunidades en México tiene un mayor grado de progresividad, seguido por el Bono de Protección Familiar definido como la herramienta principal del programa Puente y dejando en último puesto el componente de Chile Solidario, Asignación Social.

El Gráfico 1 evidencia la mala distribución de los recursos públicos otorgados a los programas sociales ya que debido al objetivo por el que fueron creados, las líneas que denotan la proporción acumulada por concepto de las transferencias deberían llegar al decil seis como máximo, ya que el nivel de ingreso de una persona pobre se encuentra por debajo de dicho decil. Asimismo, a través del método de líneas de pobreza utilizado en ambos países, la población pobre se determina mediante un determinado nivel de ingreso, que si fuera alto, es decir, si se ubicará en los últimos deciles, no conduciría a que se encontraran en el umbral de la pobreza.

4.2 RESULTADOS DEL MODELO PROBIT DE LA POBREZA: MÉXICO Y CHILE

Respecto al modelo de probabilidad obtenido, es necesario mencionar que los parámetros del modelo no son necesariamente los efectos marginales que generalmente se analizan en los modelos lineales, por tal motivo, al estimar el modelo Probit se deben de calcular dichos efectos para que la interpretación de los resultados sea óptima (GREENE, 1998).

Ahora bien, para la significancia individual, se considera el planteamiento, para ambos modelos, de la siguiente hipótesis nula $H_0: \beta_i = 0 \forall i = \{1, \dots, n\}$ que de aceptarse indicaría la inexistencia de un efecto entre la variable explicativa y, en este caso, el vector de pobreza. Los Cuadros 3 y 4 presentan la probabilidad del estadístico que permite inferir la significancia de las variables a distintos niveles de error (5 y 10 por ciento), además del efecto marginal de cada una de las variables explicativas.

De acuerdo con el modelo Probit para el caso mexicano, *la probabilidad de ser pobre dado el conjunto de variables explicativas es de 0.7309*. Como se puede observar, la variable referente a las transferencias del programa social más importante para el combate contra la pobreza en México es significativa pero el signo que acompaña al coeficiente es positivo, lo que indica que produce un efecto social no deseado. Es decir, Programas tipo Oportunidades son muy limitados en sus alcances hacia el progreso social. Otras variables relevantes, como la educación y una mejor infraestructura de la vivienda, así como un mayor destino de recursos para alimentación y educación producen una disminución de la probabilidad de ser pobre. El efecto anterior ocurre con las variables laborales, por lo que al otorgar oportunidades reales a la población en términos de generación y aseguramiento del empleo es posible reducir la probabilidad de ser pobre en México.

El Cuadro 4 contiene los resultados del modelo Probit de la pobreza para el caso Chileno, en donde *la probabilidad de ser pobre dado el conjunto de variables explicativas es de 0.07*. Al igual en el caso mexicano, variables como mayores años de educación, acce-

so a la infraestructura pública y servicios básicos en la vivienda poseen la capacidad de reducir la probabilidad de ocurrencia de la pobreza. Las variables referentes a condición de la ocupación laboral y seguridad del empleo también poseen un efecto inverso en la probabilidad de ser pobre. En forma análoga a lo que ocurre en México, los resultados evidencian que la participación en el Sistema Chile Solidario no produce el efecto deseado en la probabilidad de ocurrencia de la pobreza, situación que ya es reconocida también por el gobierno chileno, que en un comunicado del año 2010 destacó la ineficiencia del programa para la superación de este fenómeno (MIDEPLAN, 2013).

Desde el punto de vista estadístico, uno de los elementos de interpretación en los modelos de probabilidad, que *no es particularmente significativo para los modelos con regresada binaria*, es la medida de valor de ajuste, que en este caso es un pseudo R^2 o también llamado R^2 de McFadden, cuyo valor varía entre 0 y 1, sin embargo, valores entre 0.2 y 0.4 son altamente aceptados (GUJARATI y PORTER, 2010). Para los modelos de probabilidad calculados, la R^2 de McFadden fue de 0.2530 para México y el valor máximo alcanzado para Chile, considerado la especificación de las variables explicativas, fue de 0.1477.

Asimismo, con la finalidad de probar la significancia grupal de las variables independientes, en donde la hipótesis nula hace referencia a que los coeficientes son igual a cero ($H_0: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 \dots = \beta_n = 0$) y cuya interpretación es similar a la prueba individual, se recurre al estadístico de la razón de verosimilitud, el cual sigue la distribución X^2 con grados de libertad (gl) igual al número de variables explicativas, que es equivalente a la prueba F en el modelo de regresión lineal (Gujarati y Porter, 2010). Partiendo de la probabilidad del estadístico X^2 , que para ambos casos es menor a 0.05, se concluye que el comportamiento grupal o colectivo de las variables explicativas influye en probabilidad de ser pobre.

Los resultados estadísticos presentados anteriormente muestran la naturaleza de estos programas. Como argumentamos anteriormente, al tratarse de Programas que en el fondo buscaban reemplazar sólidos sistemas de protección social por una mera transferencia monetaria (a la Friedman) el resultado obtenido no hace sino corroborar que en el terreno práctico, la eficiencia de estos programas es muy limitada como estrategia para erradicar la pobreza, ni siquiera llegan a estrategia perfectamente articulada. En realidad estos programas no pueden sustituir ni un amplio Sistema de Protección Social que garantice derechos ciudadanos mínimos ni, mucho menos, una Estrategia Nacional de Desarrollo.

5 CONCLUSIONES

Los resultados permiten concluir que los Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas no necesariamente deben tener un papel protagónico en el diseño de la política social; ni en particular, en el combate contra la pobreza. Reemplazar la construcción de un amplio y robusto sistema de Protección Social por un ingreso directo a los pobres tiene efectos muy limitados para atender la dimensión social de la pobreza. La política social de México y Chile en las últimas décadas ha tenido como columna

vertebral la operación de programas sociales que transfieren un monto sujeto a una serie de corresponsabilidades, que si bien, pueden tener ciertos beneficios sobre la población beneficiaria no han resuelto el problema estructural que causa la pobreza. En contrapartida, debería construirse un amplio sistema de protección social que vaya más allá de otorgar un ingreso monetario a los pobres. Se trataría de la construcción de un sistema legal e institucional que permitieran garantizar un amplio conjunto de derechos sociales a toda la población.

Diversos elementos son los que han contribuido a que la operación de los programas sociales aquí estudiados no hayan impactado de forma constante a los niveles de pobreza. Bajo el diseño en el que fueron creados, el programa Oportunidades y el Sistema Chile Solidario se concentran principalmente en el mantenimiento de un nivel de ingreso mínimo sujeto a un conjunto de corresponsabilidades en términos de acumulación de capital humano. La modificación de su diseño y operación contribuiría en mayor medida al logro de los objetivos por el que fueron creados.

Los resultados obtenidos confirman que no se puede atribuir a un programa social toda la responsabilidad en la disminución de las cifras de pobreza. En el caso de México, en donde la magnitud de la pobreza es amplia (alcanzando el 50 por ciento de la población y 11 por ciento en pobreza extrema), se obtuvo que la pertenencia al programa Oportunidades no logra cumplir el objetivo del gobierno federal de disminuir la probabilidad de ser pobre. En el caso de Chile, con el Sistema Chile Solidario el resultado fue el mismo. Asimismo, es importante destacar, que si existiera una distribución de las transferencias con mayor grado de progresividad, entonces la probabilidad de ocurrencia de la pobreza sería menor en ambos países.

Por lo anterior y dado que el principal indicador para la medición de la pobreza es el ingreso, es importante implementar una serie de acciones que propicien su generación, que van desde la modificación de los programas sociales base en la política social de México y Chile, hasta la creación y reforzamiento de programas productivos. El enunciado anterior tiene fundamento en los resultados obtenidos en los modelos probit de la pobreza, que definen a la ocupación laboral y aseguramiento del empleo como variables capaces de disminuir la probabilidad de ocurrencia de la misma. Asimismo, los polos sugeridos para el combate contra la pobreza pueden ser conciliados a través de la vinculación entre programas sociales, tanto asistencialistas como productivos, lo que lograría mejores resultados para su superación. Lo anterior se reforzaría además, con una coparticipación del Estado y de las familias beneficiarias para la obtención de un nivel de ingreso que les permita tener acceso a los bienes y servicios básicos que fomenten su bienestar.

6 BIBLIOGRAFÍA

6.1 LIBROS Y REVISTAS

ANGELUCCI, Manuela; ORAZIO Attanasio; VINCENZO, Di Maro. *The impact of Oportunidades on consumption, savings and transfers. Fiscal Studies*, v. 33, p. 305-334, 2012.

- ARRIAGADA, Irma; CHARLOTTE, Mathivet. *Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades. Una mirada desde los actores*. Naciones Unidas, CEPAL, Serie Políticas sociales, n. 134, 2007.
- BOLTVINIK, Julio; HERNÁNDEZ LAOS, Enrique. *Pobreza y distribución del ingreso en México*. 2. ed. Siglo Veintiuno Editores, 2000.
- BURNS, Eveline. *The Beveridge Report*. *American Economic Review*, v. 33, n. 03, pp. 512-533, 1943.
- CECCHINI, Simone; ALDO, Madariaga. *Programas de transferencias condicionadas: balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe*. Naciones Unidas-CEPAL, Cuadernos de la CEPAL, n. 95, 2011.
- CECCHINI, Simone; MARTÍNEZ, Rodrigo. *Protección social inclusiva en América Latina: una mirada integral, un enfoque de derechos*. Naciones Unidas-CEPAL, Libros de la CEPAL, n. 111, 2011.
- CETRÉ, Moisés. *Pobreza y distribución del ingreso en América Latina, Colombia y Bogotá*. Comercio Exterior, v. 56, n. 01, 2006.
- DEATON, Angus. *The analysis of household surveys: A microeconomic approach to development policy*. World Bank, The Johns Hopkins University Press, v. 01, 1997.
- FERES, Juan Carlos y MANCERO, Xavier. *Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura*. Naciones Unidas-CEPAL, Serie estudios estadísticos y prospectivos, n. 4, enero. 2001.
- FISZBEIN, Ariel; NORBERT Schady. *Conditional cash transfers: reducing present and future poverty*. The World Bank, A World Bank Policy Research Report, 2009.
- FREDERICKS, Pierce (1978). William Beveridge: A biography. *The Journal of Economic History*, v. 38, n. 3, *Review of the book*: Harris, José (1977), *William Beveridge: A biography*, Oxford University Press, New York.
- GREENE, William. *Análisis Econométrico*. Prentice Hall, 3 ed., 1998.
- GUJARATI, Damodar; DAWN C. PORTER. *Econometría*. 5. ed. Mc Graw Hill, 2010.
- HOSES DE LA GUARDIA, Fernando; HOJMAN, Andrés; LARRAÑAGA, Osvaldo. *Evaluating the Chile Solidario program, results using the Chile Solidario panel and the administrative databases*. Estudios de Economía, v. 38, n. 1, junio 2011.
- LEVY, Santiago; RODRÍGUEZ, Evelyne. *Sin herencia de pobreza. El programa Progres-a-Oportunidades de México*. Banco Interamericano de Desarrollo- Editorial Planeta, 1. ed., 2005.
- MYLES, John and QUADAGNO, Jill. *Political Theories of the Welfare State*. *Social Service Review*, v. 76, n. 1, pp. 34-57, 2002.
- PÉREZ, Rafael; VERAS, Fábio; ISSAMU, Guilherme. *The impact of CCTs*. What we know and what we are not sure about. Poverty in Focus, International Poverty Centre, n. 15, 2008.
- RANGEL, Rafael; WERNER, Voigt; AGUILAR, Genaro. La política social en la Unión Europea. En: VILLARESPE, Verónica (coordinadora). *Pobreza: concepciones, medición y programas*. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, p. 331-362, 2010.
- RAVALLION, Martin. *Poverty lines in theory and practice*. The World Bank, The Living Standards, Measurement Study, working paper n. 133, 1998.
- RAVALLION, Martin. *Targeted transfers in poor countries: Revisiting the trade-offs and policy options*. World Bank, Chronic Poverty Research Centre, working paper n. 26, 2003.
- RAWLINGS, Laura; RUBIO, Gloria. *Evaluating the impact of conditional cash transfer programs: lessons from Latin America*. World Bank Policy Research, working paper n. 3119, 2003.
- RIVERA Castiñeira, NUNES, Luis; RUNGO, Paolo. Impacto de los programas de transferencia condicionada de renta: el programa Bolsa Familia de Brasil. *Revista Española de Salud Pública*, vol. 83, n. 1, enero-febrero 2009.

SCHAFFLAND, Elke. *Conditional Cash Transfers in Brazil: Treatment Evaluation of the “Bolsa Família” Program on Education*. Courant Research Centre: Poverty, Equity and Growth, Discussion Papers, n. 84, 2012.

SOARES, Sergei; GUERREIRO Rafael; VERAS, Fabio; MEDERIOS, Marcelo; ZEPEDA, Eduardo. *Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts upon inequality*. Estudios Económicos, Número extraordinario, p. 207-224, 2009.

STAMPINI, Marco; TORNAROLLI, Leopoldo. *The growth of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean: did they go too far?*, Inter-American Development Bank, Social Sector, Social Protection and Health Division, n. 185, noviembre 2012.

VERAS, Fábio; PEREZ, Rafael; GUERREIRO, Rafael. *Evaluating the Impact of Brazil’s Bolsa Família: Cash transfer programmes in comparative perspective*. International Poverty Centre, n. 01, 2007.

VILLATORO, Pablo. *Programa de transferencias monetarias condicionadas: experiencias en América Latina*. Revista de la CEPAL, n. 86, pp. 87-101, 2006.

VILLATORO, Pablo. *CCTs in Latin America: Human Capital Accumulation and poverty reduction*. Poverty in Focus, International Poverty Centre, n. 15, agosto 2008.

WOLMAN, Leo. *The Beveridge Report*. Political Science Quarterly, v. 58, n. 01, 1943.

6.2 FUENTES DOCUMENTALES

BANCOMUNDIAL (BM). Resultados del BIREF *Transferencias monetarias condicionadas para familias pobres: Una herramienta eficiente para combatir la pobreza e incrementar el capital humano*. Resultados de Proyectos, marzo 2010.

BEVERIDGE, William. *Social Insurance and Allied Services*, report by Sir William Beveridge, 1942.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *La protección social de cara al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad*. Trigésimo primer periodo de sesiones de la Cepal, marzo 2006.

HERNÁNDEZ, María del Carmen. *La pobreza en México y análisis de elementos básicos del programa Oportunidades*. Tesis de grado para Maestro en Ciencias Económicas, México, Instituto Politécnico Nacional, Escuela Superior de Economía, 2012.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL (MIDEPLAN), Gobierno de Chile. *Manual del Investigador Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional 2011: Módulos Registro, Residentes, Trabajo e Ingresos*, 2012.

PLAN NACIONAL DE DESARROLLO DE MÉXICO (PND) 2007-2012.

6.3 FUENTES ELECTRONICAS Y BASES DE DATOS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 2012, Microdatos.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL (MIDEPLAN), Gobierno de Chile. Portal de internet. Disponible en: <<http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/>>, 2013.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL (MIDEPLAN), Gobierno de Chile. Encuesta de caracterización socioeconómica nacional Casen 2011, Microdatos

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL (MIDEPLAN), Encuesta Casen. Portal de internet. Disponible en: <<http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/index.php>>, 2013.

SECRETARÍA DE DESARROLLO SOCIAL (SEDESOL) Gobierno de México. Portal de internet. Disponible en: <www.sedesol.gob.mx>, 2013.

PISO DE PROTECCIÓN SOCIAL: PROS Y CONTRAS

SOCIAL PROTECTION FLOOR: PROS AND CONS^()*

Lena Lavinas^(**)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (Rj), Brasil

Ana Fonseca^(***)

Universidade Estadual de Campinas, Campinas (Sp), Brasil

Resumen: El presente artículo tiene el objetivo de discutir el tema del piso de protección social preconizado por la OIT y por el sistema de las Naciones Unidas, y su adecuación a Brasil. Por piso de protección social se entiende asegurar “garantías básicas” de seguridad social a los grupos más vulnerables, en particular ingreso monetario para determinadas categorías, como niños, discapacitados o personas de edad. Mientras se reconozca que el piso es una iniciativa muy relevante para países en desarrollo con sistemas de seguridad incompletos y débiles, planteamos que hay las ventajas del sistema de Seguridad Social brasileño respecto del piso.

Palabras Clave: Piso de protección social; Planes de lucha contra la pobreza; Universalismo.

Abstract: This article aims at discussing the social protection floor proposal, launched by the ILO and the United Nations, and its adequacy to Brazil and other Latin American countries. Social protection floors are defined as sets of “*basic social security guarantees*”, namely monetary benefits, to be provided to the most vulnerable groups, such as children, disabled and elderly poor. In spite of being a very positive initiative for developing countries with no or incomplete social protection systems, the authors argue that the Brazilian Social Security, by all standards, a better and broader scope as compared to the Floor.

Keywords: Social protection floor; Anti-poverty schemes; Universalism.

(*) Agradecemos ao Prof. Ricardo Bielschowsky por seus comentários críticos e a Francisca Talledo pela colaboração valiosa.

(**) Doutora, Professora de Economia do Bem-estar do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <lenalavinas@gmail.com>.

(***) Doutora, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: <anafon@uol.com.br>. Recibido en: 11.11.2014; aceptado en: 29.06.2015.

1 INTRODUCCIÓN

La recomendación n. 202 de la Conferencia Internacional del Trabajo del 2012, más conocida como el Piso de Protección Social, preconiza, en su artículo 5, el principio de que es esencial a todos los gobiernos asegurar por lo menos “garantías básicas” de seguridad social a los grupos más vulnerables, justamente los que no logran mantener su reproducción social vía el mercado. Así, esa estrategia de “garantías básicas” contiene dos elementos fundamentales: “i) acceso a un conjunto de bienes y servicios definido a nivel nacional, que constituyen la atención de salud esencial, incluida la atención de la maternidad [...]; ii) seguridad básica del ingreso para los niños (por lo menos equivalente a un nivel mínimo definido en el plano nacional, que asegure el acceso a la alimentación, la educación, los cuidados y cualesquiera otros bienes y servicios necesarios), para las personas en edad activa (que no puedan obtener ingresos suficientes, en particular en caso de enfermedad, desempleo, maternidad e invalidez), para las personas de edad (por lo menos equivalente a un nivel mínimo definido en el plan nacional)” y también para las mujeres embarazadas y discapacitados (OIT, 2011, p. 152).

Se constata que las “garantías básicas” o “el conjunto básico y sencillo de garantías” (OTI, 2011, p. 152) se resume a asegurar el ingreso, incluso como “la debida protección financiera contra gastos desorbitados de salud, así como el acceso a los servicios de atención de salud” (OTI, 2011, p. 152). En otras palabras, el núcleo de la seguridad básica fue reformateado y se restringe casi exclusivamente a prestaciones monetarias asociadas a ciertos servicios de salud, cuyo financiamiento y provisión pueden ser privados o públicos. En los documentos de la OIT acerca del piso de protección social, no hay una única referencia a que los servicios básicos de salud, por ejemplo, sean públicos, gratuitos y universales. Lo pueden ser o no, como si las prestaciones monetarias fueran suficientes para garantizar cobertura en sistemas donde la salud se encuentra mercantilizada, ignorando por lo tanto todos los problemas recurrentes de asimetrías de información, de poder (BARR, 2012) de que trata la literatura internacional sobre salud.

El modelo está así centrado en garantizar medios financieros – forzosamente con transferencias monetarias de valor muy pequeño – para acceder a algunos servicios. Todas las demás dimensiones de las contingencias que integraban un sistema complejo e integrado de seguridad social en el modelo de los años 50 – habitación, educación, formación profesional permanente en igualdad de condiciones – fueron descartadas. Al contrario, en el modelo de la OIT de los 50 (ILO, 1950) – los beneficios deberían cubrir un espectro amplio de necesidades en lugar de proveer solamente un básico o una estructura muy elemental de beneficios. Ahora, la destitución es por lo esencial falta de ingreso, lo que se puede resolver con transferencias monetarias. La dimensión desmercantilizada de la protección social, indispensable por disociar acceso al bienestar de ingreso, fue mayoritariamente eliminada.

Además, la nueva propuesta de pisos, que ha recibido una aprobación casi unánime de los miembros de la OIT – trabajadores, empleadores y gobiernos –, espeja un acuerdo donde se confunden, sin obligatoriamente definirlos, mínimos y pisos. Simplificadamente, la norma habla de mínimos, aunque la denominación más general se refiere a pisos. Un mínimo no es necesariamente un piso, todo lo contrario. Mientras

este establece un punto de partida o un *startingpoint* a partir del cual se empieza algo, se evoluciona mejor o si construye algo – es decir, se trata de una fundación estable sobre el cual se va a poder edificar de forma sostenible y durable –, los mínimos representan la más pequeña porción de una cosa, lo que está en el nivel más bajo y por lo tanto no tiene consistencia para sustentar trayectorias más audaces o más amplias ni garantizar que se construyan o se alcancen pisos. Pisos no son mínimos, ni parten de la suma de varios mínimos. Los mínimos pueden también ser límites fijados de forma arbitraria, lo que tampoco les otorga características suficientes para proveer una protección en base ciudadana. Como lo subraya (LEISERING, 2009), “basic social security restonseveral-pillars” y no solamente en un ingreso mínimo situado en el umbral de la indigencia o de la pobreza ni tampoco en servicios básicos de salud.

Igualmente, la idea es que los mínimos sean demarcados por los gobiernos, pero sin referencia a un conjunto de umbrales o de derechos sociales. No hay más un intento de promover la cohesión social o una sociedad de iguales, sino únicamente reducir los grados de exclusión al mercado. Lo que es denominado “un grado de flexibilidad” (OIT, 2011) parece expresar el abandono del compromiso con un patrón de bienestar universal, a ser compartido por todos, en favor de un nuevo “contrato social” basado en garantías de un ingreso mínimo y la prestación de servicios esenciales de salud que serían, como lo preconiza el documento de la OIT, “un derecho reconocido por la ley”.

Creemos que el otorgamiento de garantías de mínimos monetarios a grupos vulnerables tales como niños, adultos mayores, trabajadores en situación precaria o desocupados no implica como consecuencia una ampliación automática del acceso universal e incondicional a servicios públicos desmercantilizados que son indispensables para el bienestar de la población, tales como la educación, salud, capacitación profesional continuada, seguridad y vivienda. De esta manera la seguridad socioeconómica no puede ni debe restringirse meramente a la garantía de un ingreso monetario mínimo, ni a servicios básicos e restrictivos, que establezcan jerarquías en los accesos. Si esto fuera así, la red privada ampliaría su cobertura antela falta de servicios públicos fortaleciendo al mercado, que sigue inaccesible a partir de mínimos. Como consecuencia de lo planteado anteriormente, dicho modelo reproduciría y legitimaría desigualdades de estatus y de acceso, a partir de la probable promoción de un modelo de atención segmentado y dual. Asimismo, el modelo de mínimos no considera ni la lógica y ni las ventajas de los sistemas de Seguridad Social y marca un quiebre respecto del patrón de protección social universal y uniforme que surgió como la piedra de toque de los derechos sociales y de los derechos humanos durante la segunda mitad del siglo XX.

El presente artículo tiene el objetivo de sistematizarlos modelos de protección social postulados durante las últimas décadas por las agencias y organismos multilaterales para Latinoamérica y se ponen de manifiesto los sesgos y orientaciones implícitas en los modelos. Una primera parte se concentra en el modelo de ajuste en los años 1980 y 1990, así también como en el modelo de gestión social del riesgo y las Metas de Desarrollo del Milenio. Posteriormente se aborda el tema del piso de protección social preconizado por la OIT y por el sistema de las Naciones Unidas, de conformidad con el Banco Mundial y el FMI.

En la **última** parte del estudio se retoma la propuesta de un piso de protección social y se apunta hacia los aspectos diferenciales del mismo y hacia las ventajas del sistema de Seguridad Social brasileño respecto del piso. En las conclusiones se plantean las razones por las cuales la adopción de dicho modelo redundaría en un retroceso para Brasil, dado que limitaría una serie de derechos constituidos y en vigor. Por otro lado, dicha adopción comprometería a la sólida y legítima institucionalidad adquirida, a partir de la desconstitucionalización de uno de los hitos concluyentes del proceso de redemocratización del país.

Sin embargo, argumentamos que Brasil ya dispone de un sistema de seguridad social, fuertemente institucionalizado, aunque no plenamente constituido, pero que su desafío reside en hacer realidad lo que establecen, sobre todo, los artículos 3º (de los objetivos de la República Federativa de Brasil) y 6º (de los derechos sociales) de la Constitución Federal de 1988, y no un piso mínimo de protección social.

2 LOS ANTECEDENTES DEL PISO DE PROTECCIÓN SOCIAL

En esta sección, haremos un breve resumen de las propuestas que precedieran la propuesta de un Piso de Protección Social, especialmente la estrategia del Banco Mundial de gestión social del riesgo, o sea de las reformas en la protección social en el marco del llamado ajuste estructural y de los Objetivos del Milenio, lanzado por la ONU. En el caso del Piso, el espacio de su construcción parece intentar algunas respuestas a la pregunta sobre cómo tratar con las metas (ODM) no alcanzadas y considerando los cambios en los países en la última década, en particular después de la crisis de 2008, cuyos impactos y las políticas para su enfrentamiento revelaran la importancia de extender la base social del mercado, para fortalecer estrategias de recuperación económica y retomar el crecimiento.

En el ámbito de la Región la propuesta del Piso es cualitativamente distinta de las propuestas presentadas por el Banco Mundial en los años 1980 y 1990 y en plan más amplio es distinta de aquellas diseminadas en el año de 2000, cuando el Banco Mundial defiende la estrategia de manejo social del riesgo y, en la Asamblea General de las Naciones Unidas, los representantes nacionales acuerdan ocho objetivos que la comunidad internacional debería financiar y promover su efectivo cumplimiento para el año 2015, o sea, los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM).

La crisis de la década de 1980, profundizada en la primera mitad de los años 1990 (BERTOLA; OCAMPO, 2012), afectó a la mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Esos países enfrentaron una agenda de “reformas estructurales” vinculadas al nivel elevado de la deuda externa y a las exigencias de los organismos de financiamiento internacional (FMI, Banco Mundial). La deuda externa empujó a los gobiernos a un compromiso general con reformas de mercado por medio de la privatización de los sistemas públicos de pensiones, de empresas y servicios públicos, apertura comercial, incremento de impuestos con la finalidad de reducir el déficit fiscal y lograr superávit, recortes en el empleo público, entre otras.

Cómo afirmó (THORP,1998), la desregulación de los diferentes mercados y nuevos acuerdos de liberalización económica y la integración comercial planteada, como el

ALCA, llevaron a un aumento significativo en los precios de alimentos y de los servicios públicos, lo que afectó negativamente en el grado de bienestar de la población. En Ecuador, con el fin de los subsidios al gas licuado (utilizado para cocinar, pero también para la calefacción y como combustible para vehículos), a la gasolina y a las medicinas, se deteriora de inmediato la calidad de vida de la mayoría de la población. El entonces presidente, Jamil Mahua, intentó finalizar el subsidio indiscriminado al gas licuado, a cambio de algunas medidas y entre esas el que se llamó Bono Solidaridad, una transferencia en efectivo a las personas más pobres de Ecuador. Con la caída del presidente, Ecuador volvió a convalidar el subsidio, más el Bono (LUCIO, 2004).

En México, la inseguridad alimentaria en los años 80 y 90 estaba empeorando (THORP, 1998), debido a la interrupción de la producción familiar de subsistencia. El abasto de alimentos cae y es compensado por las importaciones de costos mucho más altos, lo que genera privaciones y hambre. En este marco, en México en finales de los años 1980, como parte de la reforma social, fue lanzado el Programa Nacional de Solidaridad (PRONASOL – 1989-1990), un antecesor del Progreso (1997-2002) y del Programa Oportunidades, a partir de 2002, ambos programas de transferencia de ingresos con condicionalidades (COTTA, 2009; FONSECA, 2009; ONTIVEROS, 2005).

En Bolivia, a lo largo de las décadas de los 80 y 90, la incidencia de la pobreza se ha mantenido por encima del 60% y según el Informe de la CEPAL el índice de pobreza en Bolivia ha bajado del 62,4 al 54% entre 2002 y 2009, lo cual representa una caída de 8,4 puntos porcentuales. En el caso de la indigencia se registra un descenso del 37,1% al 31,2% (CEPAL, 2010).

Los paquetes de reformas estructurales estaban orientados por el paradigma de liberalización económica que operaba bajo el supuesto de que el papel del Estado era básicamente garantizar la acción de las fuerzas del mercado y la “receta” para la región favoreció la agudización de la pobreza.

Al comparar las cifras de personas pobres e indigentes en América Latina, se observa que en 1990 hubo un gran incremento de las dos categorías en relación a 1980. En este año la incidencia de la pobreza fue de 40,5% y la de la indigencia de 18,6%. En 1990 fue de 48,3% y 22,5% respectivamente. En el 1990, el número de personas viviendo bajo la línea de pobreza fue de 204 millones contra 136 millones diez años antes (CEPAL, 2012).

Estos nefastos resultados no sorprenden, considerando que la privatización de las políticas sociales resquebrajaba la solidaridad del financiamiento. América Latina se convirtió en el locus por excelencia de los experimentos dirigidos para la privatización radical de los sistemas públicos de jubilaciones y pensiones (PAYG) como fue el caso pionero de Chile (1981) en donde un sistema de capitalización privado y obligatorio sustituyó el sistema público contributivo y que (MESA, 2007) denominó de modelo sustitutivo.

Además, en el marco de su implementación tuvo lugar la defensa del desmantelamiento de los servicios sociales de alcance universal (ya insuficientes) y la concentración del gasto público en los grupos más vulnerables por medio de los programas llamados

“focalizados” (SOJO, 2007). Así, en América Latina, el gasto social per cápita cayó 10% a lo largo de la década de 80, la distribución de la renta empeoró todavía más, el desempleo y la informalidad alcanzaron niveles muy elevados (THORP, 1998, p. 220-221).

Para enfrentar ese contexto de fuerte deterioro de las condiciones de vida de la población, con graves consecuencias en las economías regionales y nacional, surgen las Redes Mínimas de Protección Social (RMPS) introducidas, según los argumentos de sus defensores, con el objetivo de enfrentar el empobrecimiento resultante del ajuste estructural y para mejorar la eficiencia de la acción de los ministerios y de la asistencia social. Con este objetivo, los recursos debían ser focalizados hacia la población más pobre para compensar la pérdida de ingresos, crear empleos y mejorar la infraestructura por medio de algunas obras. Las Redes se diseminaron en la Región desde finales de la década de 1980 con la creación, entre otros, de los Fondos de Emergencia Social (FES), Fondos de Inversión Social (FIS) o Fondo de Solidaridad e Inversión Social (FOSIS). (MESA, 2007). Cabe destacar que Chile fue precursor en ese proceso, adoptando ya en 1981, el Subsidio Unitario Familiar, una transferencia de ingreso equivalente a US\$ 6 mensuales destinada a los grupos familiares en situación de indigencia con mujeres embarazadas, niños en edad escolar y discapacitados.

Los Fondos fueron mayoritariamente concebidos e implementados como organismos independientes de los ministerios sectoriales. En otras palabras, operaban de forma externa a las estructuras de los ministerios, y solían estar vinculados a las presidencias nacionales. En la práctica, esa estructura provocó relaciones competitivas con los ministerios, incrementó la fragmentación administrativa y causó la duplicidad en las acciones. Los Fondos disponían de recursos financieros externos: entre 43% y 85% del montante era originario del Banco Mundial, del BID y de la cooperación internacional como parte de un paquete del ajuste estructural (HOLZMANN; JORGENSEN, 2000).

Fueron necesarias dos décadas de acentuado declino de la cobertura del número de jubilados y pensionistas, de reducción del valor medio de los beneficios y aumento de la pobreza también entre los adultos mayores – sin mencionar el grado de concentración de las AFPs, responsables por la gestión de los sistemas privados y de sus costos y generando ineficiencias – y de la degradación del acceso a los tratamientos médicos y hospitalarios (ALVIM, 2012) para que fuese desenmascarada la promesa de “todo por el mercado”.

Mientras la privatización de los sistemas contributivos y de la salud avanzaba sin control sobre sus impactos y sin monitoreo, los efectos de las políticas de ajuste se hacían sentir en la mayoría de la población vulnerable, cuya magnitud crecía y requería algún tipo de intervención compensatoria rápida de modo a detener las externalidades negativas crecientes. En ese marco se multiplican los mecanismos pro-mercado por medio de la diseminación de programa de garantía de ingresos, focalizados en los más pobres, o sea, los llamados programas de transferencia condicionada de ingresos (PTC).

Instituciones de la importancia del Banco Mundial y el FMI eran radicalmente contrarias a las transferencias monetarias de ingresos hasta 1995 alegando que el consumo de los pobres es invariablemente ineficiente bajo toda circunstancia. El consumo debía fomentarse mediante planes en especie y puntuales. La adopción de mínimos sociales se

concretiza a partir de la formulación de un nuevo marco conceptual denominado *social riskmanagement* (HOLZMANN; JORGENSEN, 2000), que básicamente preconiza una forma de ampliar mercados por medio del monitoreo de los grupos que viven en situación de subsistencia (áreas rurales, indígenas, países menos desarrollados, etc.) o son extremadamente pobres. En otras palabras, se trata de reforzar y profundizar vínculos con las fuerzas del mercado, que en la situación anterior eran débiles, inestables y poco arraigadas.

De acuerdo con los enunciados de los autores, la protección social *consists of public interventions (i) to assist individuals, households, and communities better manage risk, and (ii) to provide support to the critically poor* (HOLZMANN, JORGENSEN, 2000, p. 9). La idea central del nuevo *framework* es que no se trata de brindar protección por medio de la prestación de bienes, servicios y un ingreso relativamente seguro, ajeno a la dinámica económica, sino brindar apoyo a las familias, personas y comunidades en situación de agudo riesgo para que a través de buenas prácticas puedan enfrentar mejor los riesgos inherentes a la globalización y el consecuente aumento de incertidumbres. Al mismo tiempo, este abordaje garantiza un ingreso monetario, sin restricciones etarias exclusivo para las personas en situación de destitución más grave. El objetivo es literalmente la incorporación de un contingente numéricamente importante de la población más vulnerable al mercado para disminuir sus fallas dado que las mismas impiden que se cumpla la dinámica de la globalización y del nuevo patrón de acumulación.

3 LAS METAS DEL DESARROLLO DEL MILENIO

Es con las Metas de Desarrollo del Milenio (ODM) que es forjado un amplio consenso sobre esa nueva estrategia de proveer protección mínima solamente a los comprobadamente pobres y extremadamente pobres. A los demás, información y medios técnicos para enfrentar los inevitables riesgos y las crecientes incertidumbres. De inicio el FMI y BM logran implementar, como referencia, su líneas de pobreza e indigencia que son extremadamente bajas y no deberían ser aplicadas de modo igual en países de renta media alta y en países pobres. *One size does not fit all!*

En septiembre de 2000, en el marco de la Asamblea General de las Naciones Unidas, los representantes nacionales acordaron ocho objetivos que la comunidad internacional debería financiar y promover su efectivo cumplimiento para el año 2015, que quedaron conocidos como los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM).

En términos sucintos los ODM establecidos fueron: 1) Erradicar la pobreza extrema y el hambre; 2) Lograr la enseñanza primaria universal; 3) Promover la igualdad entre los géneros y la autonomía de la mujer; 4) Reducir las tasas morbilidad materna e infantil; 5) Mejorar la salud materna; 6) Combatir el HIV/SIDA, paludismo y otras enfermedades; 7) Garantizar el sustento del medio ambiente; 8) Fomentar una asociación mundial para el desarrollo.

Casi trece años después es posible afirmar que ni todos los objetivos, aunque modestos, serán alcanzados en 2015. Según el Informe presentado por el secretario general de la ONU, Ban Ki-moon, en julio de 2012, tres importantes metas – la reducción de la

pobreza, las condiciones de vida en los tugurios, y el acceso a agua potable –, han sido alcanzadas tres años antes de la fecha límite.

Según el Informe ODM 2012, las estimaciones preliminares indican que en 2010 el porcentaje de personas viviendo con menos de 1,25 dólares al día se redujo a más de la mitad en relación a los niveles de 1990. Al respecto de los tugurios o villas miserias en áreas urbanas, se ha reducido de un 39% en 2000, a un 33% en 2012. Además, en relación a agua, el Informe destaca que en 2010 fue alcanzada la meta de reducir a la mitad el porcentaje de personas sin acceso a fuentes de agua potable mejorada (abastecimientos canalizados y pozos protegidos), pues el porcentaje pasó del 76%, en 1990, al 89 % en 2010.

Los principales logros deben ser tomados con reserva al respecto de sus significados. La línea oficial de pobreza, por ejemplo, es baja e inviable para garantizar la comida todos los días en muchos países. Además es una línea arbitraria que revela una concepción restricta de la pobreza, o sea no incorpora la escasez de bienestar como señal de pobreza. Mismo con reducción de la pobreza por ingresos, el hambre, conforme el Informe Anual de FAO (de octubre de 2010), no disminuyó de modo significativo, pues todavía 925 millones de personas sufrían hambre crónica en el mundo. Uno de los países donde más creció la inseguridad alimentaria en Latinoamérica es México, en que pese la existencia de largos programas de transferencia condicionada de ingreso desde medios de los 90 (Progresá, Oportunidades), considerados como ejemplares y presentados como exitosos. En México, aún se registra un 24% de la población total con carencia alimentaria y un 14% de desnutrición en niños menores de 5 años, conforme enfatizó la Representante de la FAO en México en el Foro de Seguridad Alimentaria y Nutricional en 16.10.2013.

En junio de 2013, en el Informe *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2012*, la FAO anunció que 38 países habían logrado cumplir las metas establecidas para 2015. Según el director general de FAO, el hambre disminuyó en todo mundo en la última década, pero todavía existen 870 millones de personas desnutridas y muchos millones sufriendo las consecuencias de los déficits de vitaminas y minerales. La inseguridad alimentaria y nutricional está relacionada con los precios de los alimentos, acceso a recursos monetarios, y no monetarios – tierra, semillas, agua – y servicios necesarios para que las familias puedan producir – asistencia técnica para aumentar la productividad, acceso a los mercados, entre otros. Sin estas dimensiones que son el reconocimiento que el hambre es un problema estructural, resulta imposible de la erradicación del hambre de modo sustentable.

Con los ODM, estaba en el debate el tema del financiamiento – cooperación internacional de los países más ricos – y el llamado Consenso de Monterrey – resultado de la Conferencia Internacional sobre Financiamiento y Desarrollo, promovida por la ONU en 2002 – convocaba a los países desarrollados que ofreciesen apoyo incrementando los flujos de ayuda oficial y realizando inversiones directas y al mismo tiempo que aliviasen la deuda externa de los países y abriesen sus mercados para que estos lograsen mejorar sus propias políticas.

El último Informe sobre los ODM's, cuyo plazo de validez es 2015, indica reiterada ausencia de compromiso da parte de los países desarrollados – salvo pocas excepciones,

los países nórdicos, as usual – que no cumplen con la contribución del 0,7% de su PIB para el fondo de apoyo permanente de combate a la pobreza.

La 30ª Conferencia Regional de la FAO, realizada en Brasil en abril de 2008, trató de revisar las acciones en los países de América Latina y el Caribe y una vez más fue subrayada la necesidad de inversiones para erradicar el hambre y la pobreza. Además, desde el punto de vista de las autoridades gubernamentales de Brasil se trataba de un proceso de desarrollo integrado visando a lograr un sistema multilateral de comercio justo y equilibrado, aumento en flujo de inversiones, formulación de proyectos adecuados de sostenibilidad y reducción de la deuda externa de los países en desarrollo. En 2004, Brasil ya había propuesto a las autoridades internacionales la creación de un fondo internacional – movilización de recursos adicionales – con la finalidad de combatir el hambre y la pobreza.

No es razonable comparar la injerencia de las agencias financieras internacionales en América Latina y el Caribe con la iniciativa de la ONU en relación a las Metas del Milenio. En los años 80 y 90 hubo dañosas recomendaciones sostenidas en la idea que el rol del Estado era exclusivamente garantizar la acción de las fuerzas del mercado. En esta perspectiva no hay protección social, solamente unas pocas acciones destinadas a los pobres y la promoción de sociedades altamente segmentadas y con la mercantilización de bienes y servicios. En las dos hay algo en común: ausencia de responsabilidad del Estado en garantizar la protección social más allá de los mínimos de supervivencia.

En el escenario de modestas metas alcanzadas en los ODM y metas que no serán alcanzadas en los próximos dos años que viene a público el *Piso de Protección Social para una Globalización Equitativa e Inclusiva* (2011) en el contexto de la crisis financiera internacional de 2007-2008.

Dentro del ámbito del *framework* del *Social Risk Management* (también creado para enfrentar una crisis, aunque más leve en su momento) vale destacar que los programas de transferencia de ingresos focalizados se consideraban planes *ad hoc* cuyo objetivo es establecer relaciones monetarias para propiciar la expansión de mercados mediante un mínimo de supervivencia reconocido por el pensamiento conservador como necesario dado que la promoción de dichos mínimos de supervivencia es una tarea bastante barata con retornos importantes para la dinámica del mercado (la pobreza genera externalidades negativas como las fallas del mercado). En función de esto, se verifica que no son necesarias reformas fiscales, medidas para aumentar impuestos o tasas sobre los más privilegiados dado que el costo es muy bajo y esas iniciativas cuentan con gran visibilidad (LAVINAS, 2013).

Este tipo de programa se diseminó en casi todos los países de Latinoamérica, salvo rarísimas excepciones y el gasto no supera el 0,6% del PIB nacional. De este modo, el Estado se desentiende de obligaciones que serían mucho más dispendiosas para las arcas públicas y realmente podrían ocupar el lugar del mercado por medio de magras transferencias monetarias a personas y familias.

En el medio de la crisis de 2007-2008 con impacto dramático en los presupuestos públicos de las economías desarrolladas que inmediatamente amenazan los sistemas

de protección social en vigor al reducir los niveles de efectividad para contrarrestar la pérdida de bienestar a tan gran escala, se vislumbra una “ventana de oportunidad” para una nueva ola de reformas.

4 MÍNIMOS PARA EL MERCADO

Así, es forjado un consenso general sobre la garantía de mínimos sociales y parámetros mínimos considerados básicos (sigue la no definición de lo que se considera básico – rige el criterio de cada país) ya que sale barato, soluciona fallas de mercado, no “compromete” la capacidad fiscal del Estado y menos todavía la lógica de internacionalización de los mercados y de *comodificación* (FRASER, 2012) de todos los aspectos de la vida, salvo para el caso de los económicamente y socialmente incapaces. Es suficiente verificar como actualmente las grandes empresas de seguros internacionales peinan el planeta para vender seguros médicos y otros a la medida de todos los bolsillos (pero no contra todos los riesgos, al contrario en realidad) sin un aumento simultáneo de los mecanismos de regulación y control. El sector de la salud se internacionaliza rápidamente en el mundo en desarrollo.

De este modo, el nuevo *framework* adecuado ahora no sólo a los pobres del mundo en desarrollo, sino a todas las personas en todos los países, se denomina *Social Protection Floor* – Piso de Protección Social.

En resumidas cuentas, el objetivo del nuevo modelo de protección social que se define universal (para todos un mínimo y para quien puede, lo necesario) es establecer un piso de protección dentro del ámbito de los sistemas existentes y a partir de un conjunto de prestaciones, prevenir o reducir la pobreza, la vulnerabilidad y la exclusión social (ILO, 2012). Los mecanismos disponibles para dicho acometido son conocidos, aunque ahora forman parte de un sistema estructurado y delimitado de mínimos bien definidos y focalizados. Pero ya no se trata de un plan *ad hoc*. La idea por tras de lo expuesto es luchar contra la pobreza al garantizar transferencias monetarias mediante una instancia pública a niños pobres, familias pobres, adultos mayores desempleados, portadores de discapacidades y ahora también a trabajadores pobres en actividad que no pueden vivir exclusivamente de los ingresos de su trabajo (resultado de la precarización de los mercados de trabajo).

Desde este punto de vista, la política social juega ahora un papel secundario y opera en las márgenes, conjuntamente con los “marginales”. La precarización del trabajo y de las condiciones de trabajo le robó al trabajador el derecho de ganarse la vida con el propio esfuerzo aunque trabaje 40 horas o más por semana. ¿De qué tipo de política social estamos hablando y de qué forma se articula con la política económica dentro del nuevo régimen de acumulación?

A continuación se enumeran tres aspectos que postulan la reconfiguración de la política social:

- a) Generalización de las *condicionalidades* como clave del acceso a un beneficio. El derecho derivado de contingencia son necesidades es ilegítimo;

- b) Establecimiento de *estatus diferenciados*. Cuestionamiento del principio de ciudadanía;
- c) Vuelta al *patrón del mínimo o básico*. Deja sin efecto a valores universales consagrados en la prestación de calidad igual en igual cantidad para todos, sin una definición *a priori* de los límites de dicha prestación, costos o cobertura.

La siguiente explicación profundiza los puntos anteriores:

- a) La multiplicación de condicionalidades es simplemente una forma de imponer las nuevas reglas de precarización y de comodificación del mundo laboral. Esta práctica se disemina incluso en países desarrollados, tales como el Reino Unido, Holanda, EEUU y varios otros. Un adulto en edad económicamente activa debe comprobar un número mínimo de horas de trabajo remunerado por semana para gozar del derecho a la asistencia pública en muchos de los países. La finalidad de las condicionalidades no es ni civilizatoria ni de conservación de valores morales del trabajo como pretende justificar el pensamiento conservador. Es una violencia que hace que se acepte de forma obligatoria a todo tipo de ocupación, por más indigno, mal remunerado y precario que sea, que se acepte, por lo tanto, un nuevo modelo laboral desfavorable para los trabajadores a cambio del derecho a la supervivencia. El Estado ahora subsidia de forma indirecta los efectos trágicos de la desreglamentación del mercado laboral en la vida de la clase trabajadora y favorece la acumulación, al baratear el proceso. Ese modelo ya está consolidado por el mainstream conservador a nivel internacional, la revista inglesa (THE ECONOMIST, 2013) considera ser hasta mejor – más eficiente por ser más barato – prescindir de las condicionalidades de modo de garantizar un ingreso monetario para el buen funcionamiento de los mercados globales. Según la revista, la preferencia por las condicionalidades en lugar de las incondicionalidades es apenas una forma de asegurar “*middle-class stax payer that the poor are not getting something for nothing*”. Es decir, el argumento de fondo en favor de las condicionalidades es más el ejercicio de mecanismos de control sobre los grupos vulnerables y carentes que de su eficacia.
- b) El acceso a lo básico es la prerrogativa del pobre, vulnerable, excluido, o de cualquier otra categorización que se adopte. Se desprende que de esta forma se crea un modelo dual dentro del cual lo público tiene la obligación de brindar cobertura a los que no llegan al mercado. En vez de cohesión social, se promueve la discriminación en nombre de los derechos humanos. El piso es para los que no tienen estatus de ciudadano, tienen estatus de asistido. La ciudadanía se rige a partir de la capacidad autónoma de consumo y no por una lógica basada en derechos.
- c) Con el establecimiento de un básico o un mínimo indefinido, se está en riña con el principio de la universalidad, dado que cada *estatus* va de la mano de un conjunto específico de beneficios. Se retrocedió al patrón de atención estratificado de acuerdo con el *estatus*. Se volvió al pasado. En vez de una inserción laboral que separa a los merecedores de los no merecedores, la selección ahora es más dramática aún:

tener o no tener ingresos. Ahora los valores de mercado y no la institucionalidad de las relaciones de producción regulan directamente a la ciudadanía.

Los puntos anteriores apuntan a la negación de un siglo de construcción de un sistema universal de protección social para volver al Estado cuidador de los pobres, una ley de los pobres reformateada de acuerdo con los designios de los mercados. Un valor mínimo de jubilación se destina a los no contribuyentes, o a los que no pudieron realizar los aportes de forma regular, no se prepararon para contar con una jubilación de un valor adecuado en la vejez. En el caso de la jubilación básica, el piso de ingreso se distanció de su función esencial y corresponde actualmente a un promedio del 15% – 17% del salario promedio del mercado laboral y condena, por ejemplo en el Reino Unido, a un número significativo de adultos mayores a la pobreza. Esta situación es la puerta abierta para la privatización, implícita en la prestación de todo lo que supera a lo básico. Este tipo de modelo altera la relación entre mercado y sociedad, dándole prevalencia a la persona que goza de la cobertura de un gran número de aspectos vinculados a la reproducción de la vida y de los seres humanos, en total oposición a los Estados del bienestar instituidos y comprobados con éxito en el intento de desmercantilizar o no mercantilizar bienes y servicios. La garantía de lo básico no propicia un proceso emancipador ¿Cuál es el camino que se debe elegir en el medio de una crisis como la del 2008? ¿Se mantiene el básico pre crisis o se lo relativiza en función de la coyuntura? La situación actual en España, Grecia, Portugal y demás sitios sugiere que se debe elegir de acuerdo con la coyuntura específica.

5 EL CASO DE BRASIL⁽¹⁾

Atendiendo las tres dimensiones que integran la Seguridad Social brasilera – jubilación, asistencia social y salud, cabe mencionar si sus características incorporan la universalidad, uniformidad, el reconocimiento de las necesidades, y si los servicios públicos han sido valorados y consolidados o si, por el contrario, la normatividad los ha disminuido, debilitado u omitido por la acción del Estado, en la adecuación constante de los parámetros de protección en la dirección de los pisos mínimos, amenazando inclusive su constitucionalidad (FAGNANI, 2010) ¿El caso brasilero tiende a reforzar un modelo de pisos mínimos o por el contrario, enfatiza ventajas derivadas de un diseño institucional comprometido con el paradigma de universalizar, aunque recurrentemente amenazado por el desvío de recursos del presupuesto propio de la seguridad social?

5.1 LA ASISTENCIA SOCIAL (PREVIDENCIA): EL DIFERENCIAL POSITIVO DEL SEGURO SOCIAL EN BRASIL

A pesar de las distorsiones remanentes, Brasil logró establecer un grado de cobertura para la población mayor que tiende a la universalización en el rango etario de 65 años a más, sin que para eso se restrinja el alcance de su sistema de asistencia social (previ-

(1) Essa seção retoma parte do artigo de Lena Lavinas publicado na coletânea *Políticas Sociais, Cidadania e Desenvolvimento*, coordenada por Ana Fonseca e Eduardo Fagnani, publicada pela Fundação Perseu Abramo, em 2013. O artigo da autora é intitulado “Notas sobre o Desafio da Redistribuição no Brasil”.

denciario). Sabemos que las jubilaciones y pensiones rurales están desvinculadas de una contribución previa, el piso de asistencia universal vinculado a un salario mínimo y la existencia de un techo para contribuciones y beneficios contribuirían significativamente para hacer que el Gini entre los mayores (65 años o más) sea inferior a aquel observado para la población como en general (ingreso familiar per cápita) y entre los ocupados (ingreso del trabajo). De la misma manera, y por las mismas razones – el diseño del sistema y sus normas –, jubilación y pensiones tuvieron a lo largo de la década del 2000, impactos de magnitudes mayores en la reducción de los índices de pobreza que los de las transferencias de ingreso compensatorias (LAVINAS, 2013). En efecto, en el 2011, la descomposición de las fuentes de ingreso captadas por PNAD indica que en cuanto a los beneficios por jubilación sacan a 21 millones de personas de la pobreza y 19 millones de la pobreza extrema (misericordia), los beneficios asistenciales reducen el número de pobres en 7 millones y el de indigentes en 4 millones. En el 2011 el porcentaje de brasileños de 65 años a más en pobreza fue inferior al 2% (PNAD, 2011) y la tasa de cobertura de jubilación o asistencial contempló a más del 85% de la población mayor.

Tenemos entonces un resultado extremadamente positivo, que en términos de cobertura para América Latina sólo no sobrepasa el desempeño de Bolivia desde la creación de la Renta Dignidad en 2007. (ARZA, 2013) señala como diseños alternativos de jubilación y pensiones modificaron profundamente los sistemas de seguridad social en países como Argentina, Bolivia, Brasil y Chile, que consiguieron instituir una alta cobertura de protección para la población mayor fuera de los marcos de la lógica exclusivamente contributiva. (ROFMAN; OLIVIERI, 2012) estiman que en esos países, como en Uruguay, la tasa de cobertura que garantice la seguridad socio económica para los adultos mayores es actualmente superior al 80%. Una rápida comparación con el perfil del pasado seguro social en esos países muestra un avance extraordinario en términos de cobertura.

Brasil, entretanto, muestra una diferencia mayor, pues siguió un camino diferente. Brasil y Bolivia al contrario de Argentina y Chile, adoptaron principios universalistas que llevaron a una reconfiguración del derecho a un ingreso de sustitución por fuerza de inactividad, sea para pobres, sea para trabajadores con un historial contributivo insuficiente. Sin embargo, el modelo boliviano abraza la tesis de una jubilación mínima universal (*flat-rate*), tal como fue propugnado por (HUBER; STEPHENS, 2012), con resultados sin duda favorables en materia de promoción de ciudadanía en aquel país, la diferencia con Brasil reside en la igualdad del monto del beneficio para contribuyentes y no contribuyentes, monto vinculado al salario mínimo.

En lugar de constituirse en un porcentaje de un determinado nivel de remuneración (idea de un ingreso mínimo de subsistencia), el modelo brasileño iguala el derecho a la seguridad socioeconómica en inactividad entre beneficiarios de estatus distintos (sea en términos de ingreso o trayectoria socio-ocupacional). De esta forma supera viejas divisiones (régimen altamente estratificado) y se escapa de la trampa de la seguridad social (cuyo acceso se limita solo a los contribuyentes). Así, en lugar de apoyar la idea de los mínimos monetarios, sujetos a comprobación de déficit de ingreso o en la óptica del piso básico, Brasil sobresale por romper con la lógica bismarkiana *stritu sensu* y de los *safety nets* de lucha contra la pobreza.

Paralelamente, la flexibilización del porcentaje de la contribución al seguro social para micro emprendedores individuales (MEI) indica una ampliación o fortalecimiento

de una vía original que consolida valores de solidaridad (no individualizados) y redistribución (menor tasa de contribución, pero beneficio semejante), constituyentes de los sistemas de PAYG (BARR, 2012). Además, da cuerpo al sistema de pensiones por elevar la carga contributiva, incluyendo nuevos grupos de trabajadores antes desprotegidos. Este incentivo aumenta la eficiencia del sistema y, al mismo tiempo redistribuye.

Aún en las pensiones, hay equiparación en el otorgamiento de beneficios en el caso del salario por maternidad, concedido por cuatro meses, las asalariadas, independientes, micro emprendedoras y hasta las desempleadas que hayan contribuido anteriormente. La regla fue superar divisiones a partir de la inserción laboral, uniformizando derechos y procedimientos. Lo mismo ocurrió con el seguro de salud. Ambos son ejemplos que presuponen contribución en porcentajes diferenciados, y solamente en el caso de la trabajadora o trabajador rural, la contribución no es obligatoria. En el caso del seguro de desempleo temporal, la desocupación estacional involuntaria fue reconocida y autorizada en ciertas categorías, como pescadores artesanales, por ejemplo, solicitar el seguro de desempleo durante los meses de temporada baja (FONSECA; LAVINAS, 2014).

Así por el lado de los beneficios de asistencia y del seguro social (RGPS) se camina para una cobertura creciente, amplia y que a partir del estatus y condiciones y contribuciones diferenciadas aseguran un conjunto de derechos equivalentes y uniformes. La asistencia pública que cubre a los asegurados del sector privado en Brasil avanza en la dirección de mayor inclusión, progresividad y redistribución al combinar contribuciones y beneficios. Por eso, su diseño es una alternativa coherente y sólida que se contrapone con éxito a la adopción de un pilar básico de protección socioeconómica, especialmente tratándose de adultos mayores y pobres activos incapaces de vivir de su trabajo. Más allá de eso, establece un piso muy por encima del nivel de pobreza, lo que no suele suceder en el enfoque de garantía de ingreso mínimo de la propuesta de mínimos. Estos son marcados por las líneas de pobreza de bajo valor *per capita*.

Las normas y convenciones que vienen siendo adoptadas paulatinamente para expandir la cobertura del sistema han conducido a un aumento del número de contribuyentes y de la densidad contributiva, estimuladas por incentivos apropiados. El sistema gana en eficiencia y equidad⁽²⁾.

5.2 ASISTENCIA Y SALUD: NORMA DESVIADA QUE QUIEBRA LA INSTITUCIONALIDAD

Dos grandes innovaciones institucionales de gran impacto social tuvieron lugar por ocasión de la promulgación de la Constitución del 88. De un lado, la salud pública

(2) A ese efecto virtuoso que fortalece la Seguridad por la adhesión masiva de a población trabajadora y de otros segmentos sociales, se contrapone, no obstante, la acción colidante del gobierno que coloca en jaque las ganancias de la coordinación que se obtienen por el lado de la demanda por seguro social. Priorizando el crecimiento en detrimento de la equidad, el gobierno ha multiplicado sus mecanismos de desordenación tributaria para empleadores de sectores que perdieron competitividad y/o enfrentan pérdidas en razón al cambio apreciado. La moneda de ajuste ha sido la seguridad. Estudios preliminares realizados por la ANFIP, tomando por base la arrecadación de contribuciones sobre el facturamiento y sobre la hoja de pagos de las empresas en 2011, indican que el costo de esas renuncias ultrapasó los R\$ 6 billones en 2012. Luego, a pesar de una trayectoria de consolidación y sustentabilidad, la previdencia corre el riesgo de tornarse deficitaria, además de ahorrar capital penalizando el trabajo.

es instituida como un derecho universal, independientemente del vínculo contributivo al seguro social. De otro, es finalmente introducido el derecho a la asistencia para los grupos carentes y desprovistos de medios, cabiendo al estado asegurar los mínimos monetarios y provisión de servicios para reducir la vulnerabilidad de las familias pobres.

La asistencia es claramente un área donde la regulación de los programas y planes de combate a la pobreza y la miseria forjó una nueva institucionalidad, fuertemente abordada en la lógica de los mínimos de subsistencia, en conformidad con el marco regulatorio de la seguridad. Dos grandes programas con amplia cobertura atienden a la población objetivo. El Beneficio de Prestación Continuada (BPC) contempla ancianos con más de 65 años y portadores de deficiencia, viviendo con familias de ingreso per cápita inferior a $\frac{1}{4}$ del salario mínimo, Equivalente a R\$ 181,00 mensuales o USD 79. Actualmente cerca de 4 millones de beneficiarios reciben mensualmente una transferencia de ingreso por valor de un salario mínimo. El Programa Bolsa Familia atiende prácticamente a 14 millones de familias (o 45 millones de personas) garantizando un beneficio promedio de R\$ 170,00 reales y a los que se encuentran bajo la línea de pobreza de R\$ 140,00 mensuales. Se estima así, que cerca de 50 millones de brasileños son alcanzados por la política de asistencia en lo que refiere a la garantía de un ingreso mínimo de sobrevivencia. Por tanto la lógica de los pisos monetarios de protección social en poco contribuiría para modificar un cuadro ya bastante favorable de garantía de incorporación al mercado vía mínimos de subsistencia.

El desafío de la Asistencia Social en Brasil consiste justamente en elevar los mínimos a pisos adecuados al grado de desarrollo del país, estandarización no sólo el valor de los beneficios sino también las líneas de pobreza e indigencia, para evitar inequidades entre beneficiarios de los programas de combate a la pobreza. Un país de ingreso medio alto como Brasil, no puede adoptar parámetros de medición de la pobreza disociados de un padrón de bienestar medio y predominante.

Otro aspecto que merece atención son las diferencias de elegibilidad entre programas, cuyo objetivo es reducir el grado de exclusión de los menos afortunados. El BPC es un derecho que exonera condicionalidades. No hace falta recordar que se instituirían controles y condicionalidades para los beneficiarios del Programa Bolsa Familia, aunque tales preceptos no estén contemplados constitucionalmente. Es la lógica de la gestión de las políticas públicas que consagra la focalización y se convierte en la “norma”. Al proceder así debilita el derecho a la asistencia, ahora menos derecho que los derechos plenos, pues es condicional a la responsabilidad del beneficiario.

Rebelándonos contra las normas que rigen la integración de todos los beneficios asistenciales y del BPC, así como de los salarios (inclusive el salario mínimo), Bolsa Familia es la excepción pues la periodicidad de la actualización de los beneficios y las líneas de pobreza e indigencia obedece a la política macroeconómica en lugar de ser regida por criterios de equidad. Con eso, el padrón de vida de los pobres se distancia en automático del padrón medio, que se ha incrementado en virtud del crecimiento económico y la apreciación del salario mínimo. La “excepción a la norma” en la indexación de los beneficios y líneas de corte de Bolsa Familia reproduce diferencias que justifican un nivel de sobrevivencia desarticulado del grado de bienestar prevaeciente en la sociedad brasilera.

Esa norma, por tanto, reduce los nexos de reciprocidad, reduce el grado de cohesión social y refuerza asimetrías de estatus. Así, no obstante Bolsa Familia sea aprobado por la mayoría de la población brasileña⁽³⁾, el estigma contra el pobre (no contra la pobreza) no cede, como reveló la encuesta nacional aplicada a la población mayor de 16 años⁽⁴⁾.

Aunque Bolsa Familia sea consenso como política pública de combate a la pobreza, se pregunta por qué no fue hasta hoy instituido como un derecho, o al menos para asegurar una cobertura integral a la población objetivo. Una vez más, es probable que la respuesta esté del lado de los ajustes de la gestión macroeconómica que demanda flexibilidad, o que una institucionalidad legal dificulta, pues implica definición de normas para su reglamentación. Pero es sobre todo una opción, que va en la dirección de reforzar a los mínimos *means-tested*, al precio de una Seguridad Social viciada en sus principios y valores estructurales.

Aunque no está consagrado en nuestros marcos legales, la fuerza de la norma de la focalización ganó legitimidad en los últimos años, y viene justificando nuevos mecanismos de excesiva focalización, cuestionando la lógica de la ciudadanía que preside la creación de la Seguridad. Tal norma es contraria con la seguridad universal y pública, tal como se ha consagrado en nuestra Carta Magna.

En el caso de la salud, la tendencia a la privatización de la oferta de servicios de salud, señala la paradoja entre lo estipulado en la Constitución y la realidad de un sector asfixiado por la financiación insuficiente, a pesar de ser el presupuesto de la Seguridad Social superavitario. El gasto privado en salud hoy en día en Brasil, superan el gasto público: según IBGE (2012), el gasto privado de las familias en servicios de salud y medicamentos corresponde al 5% del PIB, el gasto público en el Sistema Único de Salud (SUS) representa 3.8%, una contradicción que se agudiza y que hoy constituye una preocupación manifiesta del conjunto de la población.

El sistema público de salud evoluciona en la dirección de una “universalización excluyente” (BAHIA, 2013; APUDFAVARET; OLIVEIRA, 1990) que puede transformar el SUS en un servicio destinado exclusivamente a la población pobres – discurso hoy dominante, según (BAHIA, 2013, p. 69). La institucionalidad del SUS en cuanto servicio público universal se disputa por la fuerza de un bajo consumo derivado de la falta de financiamiento del sector, lo que en la salud tiene consecuencias graves. Uno de los argumentos que justifica el financiamiento público de salud por el lado de la oferta es evitar ineficiencias por el bajo consumo (sobre consumo). Por el lado de la demanda, una justificación para la provisión pública de salud es garantizar una cobertura gratuita y próxima a lo ideal. Una restricción en la especificación impide una búsqueda del ideal y va probablemente a condicionar los tipos de atenciones en lugar de asegurar la equidad

(3) Ver a este respeito (LAVINAS, L., 2014).

(4) Indagados acerca das razões da pobreza, a população brasileira mostrou não haver consenso: “23% concordaram totalmente que as pessoas permanecem na pobreza principalmente por falta de oportunidades, 24,4% mostraram-se neutras (escala “3”) e 27,2% estavam em total desacordo (logo, viam a permanência da pobreza mais por uma perspectiva de falta de interesse ou esforço individual de cada um em “correr atrás de trabalho”)” (LAVINAS, L., 2014, p. 14). Ademais, confrontados à pergunta se a Bolsa Família contribuiria para elevar a fecundidade entre as mulheres pobres, mais de 50% concordaram com tal assertiva, e somente 32,7% discordaram. O percentual de indiferentes foi de 15,7%.

en el consumo, con base en la utilización o uso, es decir “todos con las mismas necesidades deben tener acceso a las mismas cantidades” (LE GRAND, 1982). Difícilmente una estrategia que focaliza la demanda restringiendo la oferta en salud puede garantizar la universalidad del acceso.

Las contradicciones que hoy permean el Sistema Único de Salud pueden ser expresadas de manera sintética en dos dinámicas interrelacionadas. De un lado, una aún modesta cobertura de atención básica, destinada a todas las clases de renta, atiende apenas al 50% de la población (WAGNER, 2013). Si fuese expandida del 80% al 90% de la población. 80% de los problemas de salud mediante la atención personalizada con enfoque clínico preventivo (WAGNER, 2013), tendrían solución, fortaleciendo la provisión pública y restaurando principios constitucionales, erosionada por el mercado de la salud (medicina). De otro lado, el sector privado compuesto por prestadores privados y filántropos, actúan básicamente en la oferta de servicios curativos (hospitales y laboratorios para diagnósticos) y cuyos ingresos se derivan de la venta de esos servicios al gobierno, a los seguros privados de salud y en menor medida a los usuarios.

Por consiguiente, si la opción por un piso mínimo predomina en el ámbito del SUS, a raíz de una lógica que restringe el servicio a lo estrictamente indispensable para quienes estén fuera del mercado de la salud, se estará sin duda fomentando la expansión de los planes y seguros de salud privados, cuya cobertura será invariablemente inadecuada y deficiente.

Los planes de salud privados están apoyados en una legislación fiscal practicada en las últimas décadas, que multiplican incentivos para su adhesión, por la fuerza de las fallas del gobierno. Esa paradoja – la expansión del mercado de la salud privada dándose en un ritmo más acelerado que el SUS – sugiere que una oferta de provisión pública restringida a lo esencial refuerza el mercado perjudicando el principio de universalidad – garantía de acceso a las acciones y servicios de salud a quien lo requiera – y de la integralidad que atribuye al SUS y el apoyo ante cualquier daño o afección en todos los niveles de complejidad. Incorporar la estrategia de pisos básicos en la salud brasileña colocaría que jaque a la propia existencia del SUS, desfigurándolo por completo.

Si la opción en el ámbito del SUS es seguir al amparo de una lógica que restringe la atención a lo estrictamente esencial para aquellos que están fuera del mercado de la salud, se está sin duda fomentando la expansión de los planes y seguros de vida privados, cuya cobertura será invariablemente insuficiente y deficiente.

La mercantilización de la salud a pasos agigantados se asienta en un proceso continuo de estratificación de la oferta de seguro, que restringe la cobertura en función del ingreso (pago de prima). En lugar de adquirir “certeza” (BARR, 2012), lógica inherente a la adquisición de seguros privados, una gran parte de la población que pasa a adquirir planes de salud, desconocen que comprar y el grado de protección adquirido. Se estima que 45 millones de brasileños sean poseedores de un plan de salud privado, aproximadamente $\frac{1}{4}$ de la población (IBGE, 2013), porcentaje que se incrementa conjuntamente con el incremento del ingreso medio que caracteriza a la última fase de la recuperación del crecimiento económico pos 2003.

Este desplazamiento de la oferta pública por la provisión privada no es gratuita, ni refleja una opción deliberada de la población en virtud del incremento de ingreso familiar y, por consiguiente, de mayor exigencia en la cobertura médica. En el sector previdencial, por ejemplo ese desplazamiento no ocurre. A pesar de un techo de contribución bajo que drena recursos del RGPS para la previdencia complementaria privada, no fue posible la financiación y privatización por completo del seguro social. En salud, en tanto la dinámica va en la dirección de fortalecer el capital financiero y mercantil de la salud por completo.

En ese camino, es probable que la defensa de un SUS sólo para los pobres, con una cobertura de atención limitada, básica, volcado para mínimos y conforme a la visión del piso de protección social o de universalismo básico gane adhesión, hasta por que el camino ya está trazado. El efecto endógeno va a funcionar, bloqueando la redistribución. La forma como se hace el “marco” de la política pública de salud, en contra de la equidad, impide que se cree lazos de reciprocidad fuerte en aquello en lo que ha sido lo más común, la mayoría de las personas han compartido: su bienestar cuando se trata de la salud. No hay que olvidar: 1/3 de los brasileños ahora” se da cuenta” el SUS como la provisión pública restringida deservicios para los pobres.

6 UN INTENTO DE CONCLUSIÓN

Vale mencionar que la propuesta del Piso de Protección Social no es una unanimidad en absoluto, dado que no satisface las necesidades, expectativas e instituciones de los países con un marco de derechos universales de amplia cobertura que interpretan que la política social y los sistemas de protección social son indispensables para que las sociedades de mercado funcionen bien. De esta manera, el Piso de Protección Social entra en contradicción con los regímenes de protección social de amplia cobertura que se extienden a todo tipo de contingencia, riesgo e incertidumbre sin límite previo a partir del establecimiento de mínimos monetarios al nivel de la línea de indigencia y de la defensa de una atención médica indefinida cuando es de conocimiento público que cuanto mayor el desarrollo económico de un país, mayor es el peso del gasto público en salud (salvo en algunas excepciones, como los EEUU).

La propuesta, como las Metas de Desarrollo del Milenio, se diseñó aparentemente para países de bajos ingresos o los denominados *países menos desarrollados*, sin sistemas de protección social o sistemas incipientes. Asimismo, el gasto social en dichos países es básicamente privado. Dentro de este contexto, la ayuda internacional (ODA o *Official Development Assistance*) instrumentalizada por medio de la financiación de medidas coordinadas por los organismos de las Naciones Unidas desempeña un papel preponderante. El compromiso por parte de los países industrializados avanzados de asignar el 0,7% del PIB a acciones de desarrollo y de lucha contra la pobreza en los países más pobres nunca se tornó realidad.

(CICHONY; HEGEMEYER, 2007) defendieron la adopción de un paquete básico de protección social para contener los efectos perversos de la globalización en los países menos desarrollados a mediados de los años 2000. Ellos calcularon que la ayuda ODA

debería aumentar de 70 mil millones de dólares por año a aproximadamente 380 mil millones de dólares para garantizar el acceso de la población de África y Asia a un mínimo indispensable de servicios básicos de salud y a un monto de ingreso monetario. En este sentido, de acuerdo con las recomendaciones de la OIT en 2004, los autores estimaron que dicho paquete debería por lo menos contar con financiación parcial proveniente de impuestos y aportes nacionales, o sea aproximadamente el 1 a 2% del PIB de los países de Asia y África, países destinatarios originales de la propuesta del piso.

Siguiendo esta línea de argumentación, en el caso de Brasil, objeto de análisis del presente estudio, los gastos provenientes de las transferencias monetarias de asistencia social (Programa Bolsa Familia y el Beneficio de Prestación Continua) equivalen al 1,1% del PIB en 2013. Si 2/3 de las jubilaciones públicas son prestaciones del monto mínimo equivalentes a un salario mínimo, se puede suponer que las mismas representan un gasto de aproximadamente el 7% del PIB durante el mismo período. A pesar de que la salud pública y universal sufre de falta de financiación debido al uso indebido de recursos pertenecientes al presupuesto de Seguridad, esta representa aproximadamente el 3,8% del PIB (el gasto privado con salud equivale a 5% del PIB). De esta forma, los beneficios monetarios (contributivos y no-contributivos) y la salud pública corresponden a aproximadamente el 12% del PIB en Brasil. Si se suman gastos y se agrega la licencia por maternidad, salario familiar y demás prestaciones monetarias garantizadas a los trabajadores que realizan aportes regulares al sistema de Seguridad Social, el porcentaje llega al 14% (ANFIP, 2013).

La magnitud de los gastos en permanente aumento y la fuerte institucionalidad de la Seguridad Social con sus normas, planes y presupuesto específico y superavitario, garantiza una amplia cobertura en términos de ingreso monetario para niños, adultos mayores, portadores de discapacidades y adultos en situación de riesgo por falta de ingresos. Actualmente, la cantidad de adultos mayores sin cobertura de prestaciones previsionales es bastante baja en Brasil (aproximadamente el 15% de la población de más de 65 años de edad) de los cuales la gran mayoría es de personas no consideradas pobres. Asimismo, la cantidad de pobres e indigentes sin cobertura de la red asistencial representa a algunos millones de personas, con valores estimados entre 2 y 6 millones, o sea, menos que el 3% de la población.

Al mismo tiempo, los grupos más vulnerables cuentan con cierta cobertura en Brasil, si se considera la garantía que brinda un valor mínimo de ingresos. No obstante, este valor no es suficiente, dado que la línea de indigencia y de pobreza son muy bajas a R\$ 70,00 o USD 30 y R\$ 140,00 o USD 60 respectivamente. De acuerdo con datos de la encuesta PNAD, la incidencia de la pobreza, medida únicamente como brecha de ingresos, registró una baja de 35,8% a 11% del 2001 al 2011. En el caso de la indigencia, la disminución fue del 15,9% al 4,4% respectivamente (LAVINAS, 2013).

De lo expuesto se deduce que el 15,4% de la población brasileña continua enfrentando graves obstáculos y miseria. Pero esto no quiere decir que no cuenten con las prestaciones como beneficiarios de los programas de transferencia condicionada de ingresos, sino que necesitan una prestación más elevada para superar el severo grado de carencia en que se encuentran. Si Brasil quisiera eliminar a la pobreza extrema, podría hacerlo

dado que cuenta con recursos financieros y fiscales para dicho fin. El pueblo brasileño no sólo tiene consciencia de esto (es lo que opinan el 73,1%) sino que la mayoría está a favor de la continuidad del programa Bolsa Familia (73,4%) y del aumento del monto mínimo de la prestación básica. El gobierno tiene la responsabilidad de reducirla desigualdad entre ricos y pobres así como de erradicar la pobreza de acuerdo con el 79,1% de los brasileños (LAVINAS *et al.*, 2012).

(OCAMPO, 2012) enfatiza que la propuesta del Piso de Protección Social es el primer paso hacia la construcción de niveles de protección más efectivos y plenos, comprometidos con los principios universales de cobertura y acceso. El autor considera que el proceso es gradual y debe ir de la mano de la implementación de un sistema fiscal e tributario apropiado para el aumento del nivel de redistribución necesario hasta que se llegue a lo que la literatura denomina sistema de Seguridad Social, integrado y reflexivo para lograr el pleno desarrollo. De acuerdo con este razonamiento, no queda la menor duda de que Brasil superó esta etapa con la promulgación de la Constitución en 1988 a partir de la ampliación de los derechos consagrados con la creación de la Seguridad Social.

La creación de un presupuesto propio con fuentes de ingresos específicas en una estructura que centraliza al seguro social, a la asistencia social y a los derechos universales representa una instancia de protección social al nivel del modelo existente hoy en día en las democracias occidentales con un Estado de bienestar a pesar de la crisis. Para evitar retrocesos se debe mejorar el modelo y fortalecer la Seguridad Social.

Las manifestaciones de masa que invadieron las calles en todas las capitales brasileñas en junio de 2013 expresaron con claridad y furor cuál es el camino por delante. Millones de manifestantes se dieron cita en defensa de sistemas de salud y educación públicas, universales, gratuitas y de calidad. La reivindicación de servicios públicos, un reclamo que parecía irrelevante en un país con crecimiento de ingresos y empleo y donde aumenta la clase media, surge como una demanda urgente de toda la sociedad brasileira. El eco de las calles dio a conocer que los mínimos existentes no satisfacen a la población ahora determinada en alcanzarlo indispensable para el progreso social y el bienestar colectivo. El clamor al unísono reivindica más transporte público subsidiado, más salud y educación pública de calidad e amplio alcance en lugar de más ingresos y mejores salarios. Los acontecimientos muestran que, aparentemente, la etapa de los mínimos es cosa del pasado para los brasileños.

7 BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Renata. *Seguridade Social na América Latina: Trajetórias Recentes de Reforma e Contrar-reforma*. Dissertação de Mestrado em Economia, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2012.

ANFIP. *Análise da Seguridade Social 2012*. Brasília, DF, 2013.

ARZA, Camila. *Basic Pensions in Latin America: toward a rights-based policy?* In: Lo Vuolo R. (Ed.) *Citizen's Income and Welfare Regimes in Latin America*. From cash transfers to rights. New York: Palgrave Macmillan, pp. 87-112, 2013.

- BAHIA, Ligia. Financeirização e restrição de coberturas: estratégias recentes de expansão das empresas e seguros de saúde no Brasil. In: COHN, Amélia (org.) *Saúde, Cidadania e Desenvolvimento* (Coleção Pensamento Crítico). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, pp. 65-90, 2013.
- BARR, Nicholas. *Economics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University, 2012.
- BERTOLA Luis; OCAMPO, José. *The Economic Development of Latin America Since Independence*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2012.
- THE ECONOMIST, *Cash to the Poor*. Pennies from Heaven, London, 26 October 2013.
- CEPAL. *Social Panorama of Latin America*. Santiago de Chile, 2010.
- CICHON, Michael; HAGEMEJER, Krzysztof. Changing the Development Policy Paradigm: investing in a social security floor for all. *International Social Security Review*, v. 60, pp. 169-176, 2007.
- COTTA, Tereza. *Visões da Proteção Social e Transferências de Renda Condicionada no Brasil e no México*. Tese de Doutorado em Sociologia: Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- FAGNANI, Eduardo. Previdência Social e Constituição Federal. Qual é a Visão dos Juristas? *Tributação em Revista*, Sindifisco Nacional, Brasília, setembro de 2010.
- FAO. *El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo*. Roma, 2012.
- FONSECA, Ana. *O SUAS e a Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil*. Caderno de Texto. VII Conferência Nacional da Assistência Social, pp. 85-100, 2011.
- FONSECA, Ana. *Transferências Condicionadas: erradicación del hambre y la desnutrición crónica*. Santiago de Chile: FAO/ALCH, pp. 54-56, 2009.
- FONSECA, Ana; FAGNANI, E (Org.). *Políticas Sociais, Cidadania e Desenvolvimento: Economia, Distribuição de Renda e Mercado de Trabalho*. Tomos 1 e 2, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FONSECA, Ana; LAVINAS, Lena. *Protección social y mínimos sociales en Brasil*. Coordinación Institucional y Pisos de Protección Social. Experiências de América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguay). Helmut Schwarzer; Lou Tessier; Oficina Internacional del Trabajo – Genebra: OIT, 2014. ESS paper, n. 40, pp. 51-78.
- FRASER, Nancy. Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis. *Working Papers Series*, n. 18. Paris: Fondation Maison des Sciences de l'Homme & Collège d'Etudes Mondiales, August 2012.
- HOLZMANN, Robert; JORGENSEN, Steen. *Manejo Social del Riesgo: un nuevo marco conceptual para la protección social y más allá*. Documento de Trabajo n. 006. Washington: Banco Mundial, 2000.
- HUBER, Evelyn; STEPHENS, John. *Democracy and the Left. Social policy and inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*, Rio de Janeiro, 2013.
- IBGEPNAD, *séries temporais*, 2001-2011, Rio de Janeiro.
- ILO. *Social Protection Floor for a Fair and Inclusive Globalization*. Geneva, 2011.
- ILO. *The Quest for Universality*, Geneva, 1950.
- LAVINAS, Lena. The 21st Century Welfare. *New Left Review*, n. 84, pp. 05-40, nov.-dec. 2013.
- LAVINAS, Lena. Latin America: anti-poverty schemes instead of social protection. *Working Paper Series* n. 51, Berlin: desigualdades.net. Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, FU, 80 p, 2013.
- LAVINAS, Lena (cord.) et al. *Percepções sobre Desigualdade e Pobreza. O que pensam os brasileiros da política social?* Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado para Políticas de Desenvolvimento & Folio Digital, 2014.

- LE GRAND, Julien. *The Strategy of Equality*. London: George Allen and Unwin, 1982.
- LEISERING, Lutz. *Are Social Cash Transfers to the Poor an Appropriate Way of Fighting Poverty in Developing Countries?* Global Social Policy, London: Sage, pp. 246-272. 2009.
- LUCIO, Ruth. *Ecuador: Bono de Desarrollo Humano*. Tercer Encuentro de la Red de Política Social, Ecuador, 2004.
- MESA-LAGO, Carmelo. *As Reformas de Previdência na América Latina e seus Impactos nos Princípios da Seguridade Social*. Coleção “Previdência Social”, Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007.
- OCAMPO, José . Book Review on the Report of the Social Protection Floor Advisory Board. *International Social Security Review*, v. 65, pp. 107-111, 2012.
- ONTIVEROS,Guillermo. *El Programa Nacional de Solidaridad*. La política social en México 1988-1994. 2005. Disponible en: <<http://www.eumed.net/libros/2005/gor/index.htm>>.
- ROFMAN, Rafael; OLIVIERI, Maria. *Pension Coverage in Latin America. Trends and Determinants*. Discussion Paper n. 1217. World Bank. Social Protection and Labor, 2012.
- SOJO, Ana. *La trayectoria del vínculo entre políticas selectivas contra la pobreza y políticas sectoriales*. Revista CEPAL, n. 91, pp. 112-115, 2007.
- THORP, Rosemary. *Progress, Poverty and Exclusion*. Washington D.C.: IDB Publications Sector, 1998.

RESENHA

O EXPANSIONISMO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NA BACIA DO PRATA

Marcos Antônio Fávaro Martins^(*)

Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

Maria Cristina Cacciamali^(**)

Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

Um dos livros brasileiros mais importantes sobre o processo de formação dos Estados na Bacia do Rio da Prata foi aquele escrito por Moniz Bandeira cujo título é “*O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Rio da Prata – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*” (REVAN, 1998). O trabalho deriva da tese de doutorado “*O Papel do Brasil na Bacia do Prata – da Colonização ao Império*” defendida em 1982. O trabalho foi republicado em 2012 com o título “*A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata*”.

A tese que o livro defende é que a Guerra da Tríplice Aliança (1865-870) foi o produto do processo violento de formação dos Estados nesta região e não um desdobramento da política imperial Inglesa na América do Sul, como defendido pelos historiadores revisionistas da década de 1980. Outra ideia importante do livro é que a conduta brasileira na política platina foi herdeira da política portuguesa da época colonial. O fato da independência do Brasil ter se dado por um processo de negociação, fez do Brasil continuador da tradição burocrática e política do Estado português, com impactos significativos em sua política externa.

O livro começa apresentando a determinante geográfica da expansão de Portugal além daqueles limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas: enquanto os espanhóis, partindo do Oceano Pacífico, encontraram os Andes pródigos de metais preciosos, os portugueses, partindo do oceano Atlântico não encontram ouro em suas terras e passaram a cogitar a possibilidade de anexar Potosí, que era o núcleo da mineração espanhola.

(*) Mestre, aluno do curso de doutorado do Programa Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). E-mail: <marcosfavar084@gmail.com>.

(**) Doutora, professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP); professora do Programa Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). E-mail: <cciamali@uol.com.br>. Recebido: 23.02.2015; aceito em: 18.05.2015.

A anexação de Portugal por parte da Espanha – a *União Ibérica* (1580-1640) facilitou a penetração portuguesa no território espanhol. Tal união também deu ensejo para a invasão holandesa dos territórios lusitanos de ultramar. Antes da união ibérica, os holandeses eram aliados dos portugueses e inimigos dos espanhóis. A submissão de Portugal à Espanha levou o império marítimo holandês a ocupar o nordeste brasileiro e Angola. O Atlântico Sul foi com isso bloqueado aos navios ibéricos, o que prejudicou o abastecimento dos mercados brasileiros por escravos africanos. Como alternativa a esse problema, os luso-brasileiros passaram a organizar as bandeiras, que eram expedições de caráter militar cujo objetivo era o apresamento de indígenas para o trabalho escravo.

As bandeiras serviram como um elemento importante para a expansão territorial de Portugal, ocupando o espaço das reduções jesuíticas e penetrando como uma cunha no flanco sul do domínio espanhol. Mais importante que as bandeiras, era a iniciativa para o domínio da foz dos grandes rios (o Amazonas e o Prata), pois estas eram os únicos acessos eficientes e seguros para o interior do continente a partir Atlântico.

Portugal entrava nesta segunda metade do século XVII demasiadamente fragilizado. Em 1640, o Duque de Bragança liderou a rebelião que rompeu os laços de Portugal com a Espanha, o que só foi possível com o apoio inglês. Começava então uma fase de disputas territoriais com a Espanha e de vassalagem com a Inglaterra. A Inglaterra passava a ser um importante elemento da política portuguesa, pois era ela o destino final das riquezas exploradas por Portugal, ao mesmo tempo que ela oferecia importante apoio para os portugueses em suas campanhas de conquista na América do Sul.

Na bacia do Rio Amazonas, por exemplo, a Inglaterra, para alijar a França da América do Sul, reconheceu a soberania de Portugal sobre a Amazônia. Tratava-se de uma velha aspiração portuguesa, uma vez que, no ano de 1616, foi construído na foz do Amazonas o Forte Presépio, que garantia aos portugueses a posse de toda a extensão da bacia amazônica. O domínio da foz do Rio Amazonas permitiu que os luso-brasileiros avançassem Amazônia adentro, tomando territórios não ocupados do Império Espanhol e encantonando os franceses no território da atual Guiana Francesa.

Mais importante para Portugal era a tomada de uma das margens da foz da bacia do Rio da Prata e, no ano de 1643, Salvador de Sá propôs no conselho ultramarino português a tomada da cidade de Buenos Aires. Portugal então estendeu sua cadeia de bases navais para o sul do continente, fundando em 1660 a *Villa de São Francisco*; ocuparam em 1675 a *Ilha de Santa Catarina*; e em 1676 a *Zona da Laguna*.

Em 1680, essa cadeia de bases ganhou a sua última fortaleza, a *Colônia de Sacramento* que, localizada próxima a Buenos Aires, objetivava servir de base para sua invasão. Sacramento também dava a Portugal o controle da Banda Oriental e possibilitava o controle do tráfego de navios sobre os rios da bacia. Dado esse quadro hostil, poucos meses depois de sua fundação, a Colônia de Sacramento foi atacada e destruída pelo governo de Buenos Aires. Era o começo de um século de guerras pelo domínio da foz do rio da Prata. Até o ano de 1777, o território da banda oriental trocou de lado sucessivas vezes em frequentes campanhas militares. No Tratado de Madri (1750), a Espanha abriu mão do Território das Missões para manter o domínio sobre a foz do rio e, em 1777, com o tratado de Santo Ildefonso, manteve-se o domínio espanhol sobre as Missões e sobre

Sacramento. Mas vivia-se as últimas décadas do império espanhol, e o processo de independência não encerraria as disputas pelo domínio desses territórios.

Em maio de 1810, tem início o processo revolucionário que libertaria do jugo da Espanha as províncias do rio da Prata. Seu líder, José Artigas (1764-1850), pretendia estender a revolução para a banda oriental dos territórios hispânicos e depois disso exportar a revolução para o Rio Grande de São Pedro, o que, naturalmente, preocupou as autoridades portuguesas. É importante lembrar que a Europa, estavam sob o jugo dos exércitos napoleônicos e a corte portuguesa estava alocada no Rio de Janeiro. Para impedir que a revolução de Artigas chegasse ao sul dos domínios portugueses na América, bem como para retomar os seus objetivos geopolíticos, Dom João VI invadiu Montevideu com forças terrestres no ano de 1811.

Para os ingleses, não era interessante que os portugueses monopolizassem o acesso da bacia e, por pressão deles, as forças de Dom João VI se retiraram em 1812. Em 1815, os revolucionários de Artigas chegaram a Montevideu e as forças portuguesas voltaram a intervir em 1816, sendo retiradas em 1817. Se iniciava, portanto, mais um período de expedições militares luso-brasileiras na Banda Oriental.

A partir de sua metade, o livro começa a tratar dos processos de emancipação das colônias. Com a independência, o Brasil replica a burocracia do Estado português. A continuidade da vigência das instituições representou a continuidade de uma política externa agressiva, marcada pelo intervencionismo e pelas ambições expansionistas.

Para garantir o seu domínio sobre a foz do rio da Prata, bem como para conter a exportação da revolução republicana, o Império Português anexou a banda Oriental em 1821, dando-lhe o nome de Província de Cisplatina. A questão da cisplatina perdurou com a independência do Brasil e ela redundou na primeira grande guerra que o Brasil independente lutou, a “*Guerra da Cisplatina*” (1825-1828).

Para consolidar a anexação da nova província, D. João VI enfrentou grandes dificuldades. Tal ocupação era impopular dentro do próprio Rio de Janeiro, e as sublevações internas brasileiras tiravam a sua força. A anexação também não contava com o apoio nem da Inglaterra, nem da Espanha, que temiam domínio brasileiro da Bacia. Buenos Aires também organizara um Estado federativo, as *Províncias Unidas do Rio da Prata*, que conteria temporariamente o ímpeto expansionista do Brasil.

Em todas as ocupações luso-brasileiras da Banda Oriental, os interesses de Portugal mesclaram-se com os interesses dos estancieiros do Rio Grande e São Pedro, que adentravam o território oriental para a pilhagem do gado. Em 1820, as pastagens uruguaias estavam devastadas e a sociedade submetida a um estado de violência generalizada. O descontentamento popular com a ocupação brasileira de 1821 foi o prelúdio da formação do Uruguai. Em 1825, Juan Antonio Lavalleja (1784-1853) partiu de Buenos Aires e, seguido por 32 homens, atravessou o rio Uruguai e promoveu a sublevação em Montevideu, que deu origem à Guerra da Cisplatina.

Lavalleja contou com apoio de Frutuoso Rivera (1784-1854), um antigo colaborador da ocupação luso-brasileira, que mudou de lado e colocou suas tropas ao serviço da causa uruguiaia. O exército de Lavalleja aumentara de trinta e dois homens para seis

divisões. As Províncias Unidas do Rio da Prata, então governada por Rivadavia (1780-1845), entraram na guerra em apoio ao Uruguai, o que levou Dom Pedro I (1798-1834) a bloquear os acessos à bacia do Rio da Prata, medida que incomodou tanto a Inglaterra como os EUA, preocupados com o fluxo de mercadorias na região.

A guerra de curso promovida por Buenos Aires contra o Império, o impasse da campanha terrestre, a pressão inglesa e estadunidense pelo fim das hostilidades levaram a independência do Uruguai. Visando o equilíbrio de poder na bacia do Prata, a Inglaterra, pelos trabalhos do Lord Ponsonby (1770-1855), pôs fim à guerra, fundando um Estado tampão entre o Brasil e Buenos Aires, o Uruguai. Dada a sua crise interna, as Províncias Unidas do Rio da Prata entraram em colapso e se balcanizou em 1826.

O autor trata na sequência da iniciativa de Buenos Aires de reconstruir o Vice-Reinado do Rio da Prata. A Argentina era então uma constelação de pequenos Estados divididos por complexas questões aduaneiras. Um grande momento para a unificação nacional ocorreu com a ascensão de Juan Manuel Rosas (1793-1877) ao poder. Sua administração (1828-1852) conseguiu organizar o país dentro de um arranjo federativo (a *Confederação Argentina*), e tinha a intenção de ampliar o novo Estado, reconstruindo o Vice-Reinado do Rio da Prata. Este projeto, que Rosas deu o nome de “*Sistema Americano*”, envolvia a submissão do recém-fundado Uruguai, da Bolívia e do Paraguai.

No caso uruguaio, Rosas depôs Frutuoso Rivera e pôs no seu lugar um aliado, Manuel Oribe (1835-1838). Para tanto, contou com o apoio do Brasil, com quem Rivera deteriorara suas relações, ao anunciar o seu projeto federativo de um *Uruguai Maior*, com a incorporação de Corrientes e Rio Grande e São Pedro. No entanto, o projeto rosista era também antagônico aos objetivos brasileiros, porque cortava as comunicações brasileiras pelo rio Paraguai e, no limite, minava a pretensão brasileira de domínio da bacia Platense. Uma vez vencido Rivera, era a vez de Rosas e Oribe enfrentarem o Brasil.

A ameaça da Argentina de incorporar o Uruguai era eminente na década de 1840 e o sucesso político de Rosas aumentaria a sua influência sobre o Paraguai e a Bolívia. Ameaçava ainda a posição brasileira a simpatia inicial conquistada por Rosas junto à Inglaterra e França, uma vez que a pacificação social promovida por Rosas tornava viável o comércio internacional. Sem o apoio dessas duas potências, o Brasil reconheceu a independência do Paraguai, dificultando a sua incorporação ao *Sistema Americano*.

Rosas padecia com o desgaste político, uma vez que os princípios federalistas do seu modelo ruíram já na década de 1840, por conta da pressão que a elite portenha fazia em prol do centralismo. Rosas rompeu com alguns dos seus antigos aliados, entre eles, Justo José Urquiza (1801-1870). No Uruguai, a política de Oribe de libertação dos escravos e a contenção aos assaltos de gado foram o estopim da Guerra com o Brasil. Em 1850, foram rompidas as relações do império com a Confederação Argentina e, com apoio das tropas de Urquiza, o exército brasileiro depôs Rosas em 1852 na batalha de *Caseros*. Era o fim de um ambicioso projeto geopolítico, que jamais conseguiu ser realizado.

Em uma tentativa de consolidar o seu governo, Urquiza se aproximou do Império Brasileiro, abriu o rio da Prata para a livre navegação e reconheceu a independência do Paraguai. Em uma tentativa de retomar a organização federativa da república com o

Acordo de São Nicolás (1852), Urquiza promoveu a nova secessão do país: a província de Buenos Aires não aceitava perder seus direitos aduaneiros, motivo pelo qual declarou independência. Buenos Aires ficaria separada da confederação até 1859.

Da queda de Rosas até 1870, o Brasil se configurava como o principal Estado platino: a Argentina ainda era um Estado sem coesão interna, o Paraguai, ainda que organizado e próspero, possuía pouca projeção internacional, enquanto que o Uruguai estava dilacerado por disputas internas, pelas intervenções militares brasileiras e pela ruína de sua economia.

O Brasil herdara a estrutura de Estado de Portugal o que lhe permitiu atuar de maneira organizada no seu entorno estratégico. Contava com um serviço diplomático competente e extenso, e forças armadas organizadas e em número suficiente para a política de potência. Neste particular, cabe destacar a atuação da Marinha de Guerra que conseguia bloquear o rio da Prata, causando transtornos ao comércio da região.

A Argentina só vai se constituir como Estado a partir de 1861, com a *Batalha de Pavón*, que alijou Urquiza do poder e instituiu Bartolomé Mitre (1821-1906) como novo presidente. Mitre unificou e organizou o Estado que, a partir de então, passou a se chamar *República Argentina*. A partir de então, a Argentina passou a ter um peso maior na política internacional, passou a atuar no Uruguai, onde, em concordância com o Brasil, apoiava o governo de Bernardo Berro (1803-1868). Berro foi sucedido por Atanasio Aguirre (1801-1875), que rompeu as alianças com o Brasil e a Argentina.

O Uruguai estava isolado entre a Argentina e o Brasil, o que o fazia procurar apoio no Paraguai que, a partir da administração de Carlos Antônio Lopez (1844-1862), passava a se modernizar e ter relações internacionais mais expressivas, buscando atrair investimentos da Inglaterra e da França. Carlos Antônio Lopez foi substituído pelo seu filho, Francisco Solano Lopez (1827-1870) que organizou as forças armadas paraguaias e planejou constituir um poderoso Estado, com condições de fazer frente ao Brasil.

Em fins de 1864, tropas brasileiras invadiram novamente o Uruguai, para proteger as propriedades brasileiras da sublevação popular e para depor Aguirre, anulando com isso a iniciativa paraguaia e uruguaia de fundar uma terceira força política na bacia do rio da Prata. A intervenção, que teve apoio argentino, levou a resposta armada do Paraguai: tropas de Solano Lopez invadiram o Brasil e a Argentina, dando início à Guerra do Paraguai (1865-1870).

Assim sendo, a conclusão maior a que o livro chega diz respeito às origens da Guerra do Paraguai. A guerra, que dizimou a população masculina do Paraguai e arruinou a economia brasileira, foi produto do processo violento de formação dos Estados na bacia do rio da Prata, cuja força dinâmica era o expansionismo do Brasil.

A Inglaterra, que apoiou conforme os seus interesses o Império Português em questões anteriores, priorizava pela manutenção da livre navegação na bacia do rio da Prata para o desenvolvimento do comércio, o que não acontecia em uma situação de guerra. Além disso, o império inglês possuía investimentos respeitáveis no Paraguai, o que tornava a guerra, pelo menos a princípio, desinteressante para os seus interesses.

Já, para os atores regionais, os motivos para a luta foram muito mais evidentes. A última intervenção armada do Brasil no Uruguai (1864), a que levou a deposição de Aguirre, minou o projeto dos Lopez, de conseguir por vias diplomáticas um Estado maior. Tanto para recém-fundada Argentina quanto para o Brasil, o sucesso paraguaio levaria a formação de uma terceira força no cenário, o que constituía uma ameaça perigosa, principalmente para a Argentina.

Depois da guerra, a crise entre Brasil e Argentina ressurgiu. A ocupação militar por brasileiros no Paraguai causou o constrangimento da Argentina, que intencionava anexar o país destruído. A Argentina agora era organizada e próspera, principalmente pelo fato de seus estancieiros terem fornecido os víveres para as tropas aliadas em luta. Isso ocasionou a ascensão da Argentina e a decadência do Brasil, e encerrou um longo ciclo da história diplomática sul-americana.

Denso e muito bem escrito, o livro do professor Bandeira apresenta uma contribuição ímpar para a História das Relações Internacionais da América Latina. O valor que o autor dá aos fatores geopolíticos e para a análise de longo prazo do processo histórico redobram o valor intelectual do trabalho. Sem dúvida, essa é uma leitura que não deve faltar para os estudiosos das Relações Internacionais da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.